

ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXIX – Nº 797
SET/OUT/NOV/DEZ 2003

Rio Branco e o Exército
L. P. Macedo Carvalho



Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320855

290637

v.89, n.797, set./dez. 2003 BFD



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais, dos valores
e das necessidades da cultura militar brasileira.

acesse

www.bibliex.eb.br

Editorial



O Barão do Rio Branco e a defesa nacional

O General Jonas de Moraes Correia Neto escreveu, na apresentação do livro de Affonso de Carvalho, *Rio Branco, sua vida, sua obra*: "*Rio Branco foi um dos maiores brasileiros, em toda nossa história. ... Foi grande pelo caráter, pelo espírito, pela cultura; pelo saber e pelo patriotismo; pela visão e pela determinação; e pelo desprendimento. Foi magnífico no trabalho – indormido, meticoloso, persistente, competente – a serviço da Pátria, que a ele deve a conformação territorial definitiva e a harmonia lindíssima, ...*" E prosseguiu: "*Rio Branco pôde compreender, desde cedo – inicialmente por privilegiada intuição, depois por consistente cultura –, a problemática da segurança nacional. Compreendeu, manifestou-se e agiu como lhe foi possível, com clarividência e decisão.... estudioso da História do Brasil... e arguto conhecedor do mundo de então, foi ele, sempre e tenazmente, um defensor da melhoria das nossas condições profissionais militares, a níveis compatibilizados com as responsabilidades estratégicas, existentes e admissíveis. Verberava o acintoso descaso oficial, que amesquinhava as Forças Armadas e feria os brios militares,... Por isso propugnava por recursos para investir em reorganização, equipamento, armamento, instrução; afinal, na modernização e na operacionalidade da Marinha e do Exército, que precisavam ser fortes e moralizados, à altura de suas missões legais. Passam-se os anos, as situações se repetem, às vezes com resultados traumáticos; ainda assim, muita gente não quer ver, teima em não ver....*"

Em qualquer tempo, a Nação precisa encontrar homens como José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. Caxias, com intuição e sabedoria, pôde, mercê de Deus, abrir as portas da carreira diplomática a esse grande, esse incomparável brasileiro, cujo exemplo invocamos em um difícil momento de reformulação e reorganização da defesa nacional no Brasil.



A DEFESA NACIONAL

Diretor
Gen Div Antônio Gabriel Esper

Editor
Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Redator
Cel Eng EM Luiz Carlos Carneiro de Paula

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marcílio Dias - CEP 20221-260
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tels.: (21) 2519-5707 e 2519-5715
Fax: (21) 2519-5569
Ligação gratuita: (0800) 238365
E-mail: biblief@ism.com.br
Site: www.biblief.eb.br

PROGRAMAÇÃO VISUAL & EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Murillo Machado e Rodrigo Tonus
Telefax: (21) 2275-6286 e 2541-6927

REVISÃO

Andreza Tarragô
Edna Lira do Nascimento Araujo
Ellis Pinheiro

IMPRESSÃO

Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda
Telefax: (24) 2237-3769 e 2237-3709
E-mail: sermograf@sermograf.com.br

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em programa Microsoft Word, tendo cerca de 40.000 caracteres incluindo os espaços. Deverão ser anexados ao disquete(s) com a matéria, síntese curricular do autor e endereço postal.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os originais encaminhados à Redação não serão devolvidos.

Por imposição de espaço, a Redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores — Principais Temas: BERTUOLDO ALMEIDA, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA NETO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO Editorial. PARTE JORNALÍSTICA: O efectivo e a organização do Exército. — Subsídios táticos. — A instrução de massa infantil em face dos actuaes effectivos. — Carros de munição para a infantaria e metralhadoras. — Commando do grupo de artilharia em combate. — A machina automatica de carregar cartuchos. — Correntes taticas na artilharia francesa. NOTICIÁRIO: A parada de 7 de Setembro. — Ruid Napier. — O desenvolvimento progressivo do exercito alemão. — Reorganização da Guarda Nacional. Equipamento algeraes pelo abandono da mochila. — Stereophotogrametria. — Perreçamento para a cavallaria. — O abastecimento do "Guany". — Curtidores a margem. — A Defesa Nacional. — O encastamento da guerra dos Balcanes sobre artilharia. — A infantaria japonesa. Colaboração. BIBLIOGRAPHIA: Os intermediarios elasticos e a tracção animal. Exercícios de quadros e sobre a carta. — Para a arma de infantaria. — Livros francezes e alemães.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente
Gen Div Antônio Gabriel Esper

Diretor-Secretário
Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

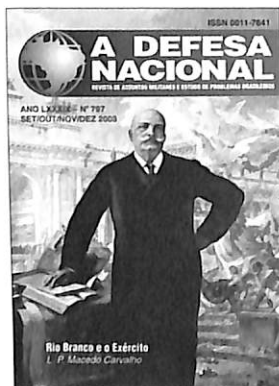
Diretor-Administrativo
Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro
1º Ten Int Sidnei Flávio Goulart Miranda

Conselheiros
Cel Prof Celso José Pires
Cel Art EM Enir dos Santos Araujo

Conselho Fiscal
Cel Cav EM Nilson Vieira Ferreira de Mello
Cel Cav Hélcio Pinheiro
Cel Eng EM Luiz Carlos Carneiro de Paula

Suplentes
Maj Eng Paulo Cezar Silveira de Almeida
Cap QAO Justo Hélio Monteiro
1º Ten Cav Gustavo de Mendonça Penha



NOSSA CAPA

José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, desempenhou as mais importantes missões diplomáticas e esteve à frente, durante muitos anos, da pasta das Relações Exteriores. Destacou-se nas questões de litígio das Missões e de limites de fronteira com a Guiana Francesa, em ambas obtendo vitória para o Brasil. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Barão de Rio Branco negociou com a Bolívia a anexação da área do Estado do Acre.

Sumário

EDITORIAL	1
RIO BRANCO E O EXÉRCITO <i>L. P. Macedo Carvalho</i>	4
TRÊS REFLEXÕES SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI <i>Francisco Fernando Monteoliva Doratioto</i>	13
A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA PAZ DO CHACO: UM TRIBUTOS AOS NOSSOS PRIMEIROS OBSERVADORES MILITARES <i>Marco Antonio de Freitas Coutinho</i>	23
OPERATIV <i>Leonardo Ramalho Rodrigues Alves</i>	28
CONSIDERAÇÕES SOBRE O GERENCIAMENTO DE CRISES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS <i>Antonio Eudes Lima da Silva</i>	40
COMO OS EUA VÊM O MUNDO <i>Rui Yutaka Matsuda</i>	51
DEFESA NACIONAL NA ORDEM DO SÉCULO XXI <i>Mario César Flores</i>	67
ECONOMIA E ORÇAMENTO PARA A DEFESA <i>Carlos Wellington Leite de Almeida</i>	80
AMEAÇAS TRANSNACIONAIS E SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO: UM PAPEL PARA O MILITAR? <i>Paul L. Smith</i>	100
A SEGUNDA GRANDE GUERRA NA PENÍNSULA DA ITÁLIA (Sinopse) – 2ª parte: final <i>Ruy Leal Campello</i>	115
A PEDRA ANGULAR DA ENFERMAGEM MILITAR: AS IRMÃS DE CARIDADE NO HOSPITAL MILITAR DA GUARNIÇÃO DA CORTE (1864-1870) – 2ª parte: final <i>Carla Christina Passos Ieda de Alencar Barreira</i>	136
NA LEI OU NA MARRA, COM SANGUE OU COM FLORES <i>Jorge Batista Ribeiro</i>	161
VISÃO ESTRATÉGICA DO COMBATE AOS NARCOTRAFICANTES <i>Ivan Fialho</i>	167
A DOCTRINA RUMSFELD: NOVO PARADIGMA DA GUERRA MODERNA? <i>João Fábio Bertonha</i>	178
O ESTRATEGISTA RUMSFELD <i>Jarbas Passarinho</i>	181
A SAÍDA PARA O PACÍFICO <i>Carlos de Meira Mattos</i>	184
IN MEMORIAM: TENENTE-GENERAL MANUEL FREIRE THEMUDO BARATA <i>Carlos Gomes Bessa</i>	186

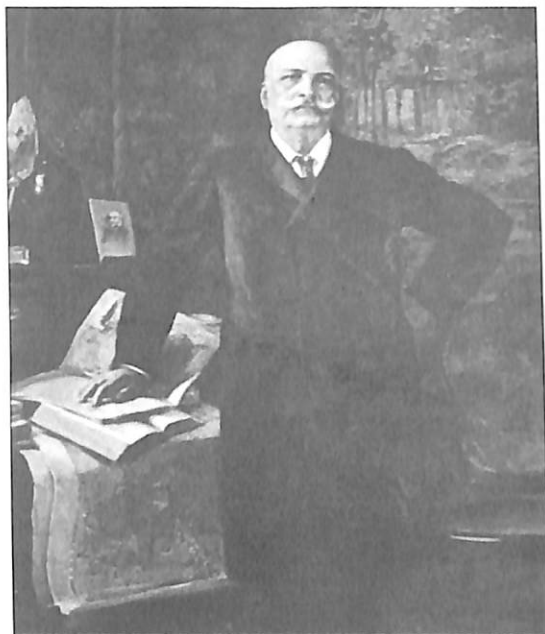
Rio Branco e o Exército

Homenagem do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil ao Barão do Rio Branco

*L. P. Macedo Carvalho**

O nome do Barão do Rio Branco acha-se indissolavelmente ligado ao do Exército.

As suas raízes explicam a admiração e a inclinação reveladas pela profissão das armas. O bisavô materno era major do Exército português. O tio-avô paterno, que criou seu pai órfão, era coronel do Exército. José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde, após ser promovido a guardamarinha, matriculou-se no 2º ano do curso da Escola Militar (Escola Central). Promovido a segundo-tenente, ingressou no Corpo de Engenheiros, vindo a tornar-se professor de Balística e de Mecânica e lente catedrático de Artilharia e Fortificações da referida escola. Mais tarde chegou a Ministro da Guerra. Depois, quando Chanceler, identificado que era, desde cedo, com as lutas no Prata, afastou-se da Pasta dos Negócios Estrangeiros para manter entendimento direto com o Conde d'Eu, comandante do Exército aliado, ao receber a missão de seguir para a capital guarani com o objetivo de organizar o novo Governo do Paraguai. Nessa épo-



ca - há controvérsia - ter-se-ia feito acompanhar pelo filho primogênito, "Juca" Paranhos.

Dentre os sete irmãos de José Maria da Silva Paranhos Junior houve um, João Horácio Paranhos, esgrimista renomado, que deixou o Exército no posto de major de Cavalaria.

Max Fleiuss (na síntese biográfica do Barão em *História do Brasil*) e o Capitão Theótimo Ribeiro (em artigo na *Revista do Clube Militar*) declaram, sem confirmação, que tentara a carreira das armas, como alu-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

no da Escola Militar, onde teria sido contemporâneo de Floriano Peixoto e outros. Pairam dúvidas sobre isso, conforme esclarece Paula Cidade.

O outro elo de ligação do Barão do Rio Branco com o Exército encontra-se no culto e na divulgação dos feitos das Armas brasileiras e de seus atores. A propósito, vale recordar o seu testemunho escrito e oral em discurso proferido em 9 de outubro de 1909, por ocasião de um almoço no quartel do 13º Regimento de Cavalaria, na cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul:

“(...) a minha simpatia, o meu verdadeiro afeto por eles [militares] é muito antigo, pois vem dos tempos já muito remotos da minha primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares, conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-Pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nossos heróis, morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assunto episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei, quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti grande atração.

Tive a fortuna de conhecer de perto muitos de nossos generais mais ilus-

tres: Caxias, Porto Alegre, Osório (...) e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima. Os sentimentos da minha mocidade para com o nosso Exército (...) não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam todos os povos.”

Comprova-se, assim, a inclinação pessoal, manifesta já na juventude, pelos estudos de História Militar.

Como aluno do Colégio Pedro II, inicia a sua vida de historiador militar escrevendo *Episódios da Guerra do Prata*, arrimando-se nas narrativas entusiásticas de testemunha ocular de seu pai sobre tais acontecimentos.

Ainda jovem estudante de Direito, consagra-se como autor do *Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo*, que lhe valeria, posteriormente, a eleição para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual chegaria a presidir. Trechos desse trabalho mereceriam também inclusão na célebre *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos de Laet.

Prossegue publicando seus trabalhos na *Revista Mensal do Instituto Científico de São Paulo*, tendo por tema a Cisplatina e as biografias do Barão do Cerro Largo e do comandante da *Imperatriz*.

No Recife, em 1866, ao cursar o último ano de Direito, dedicou-se à pesquisa das lutas contra os holandeses no século

XVII. Foi quando teve a atenção despertada pela Guerra do Paraguai, à qual dedicaria seus estudos durante a vida inteira. Tornando-se correspondente da conhecida revista francesa *L'Illustration*, remete notícias, publica crônicas e esboços, como os da rendição de Uruguaiana e da batalha de Riachuelo. Particularmente, divulga as vitórias decisivas de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança, visando a que as glórias das Armas nacionais não fossem adulteradas ou menosprezadas. A esse propósito, vale citar o enriquecedor trabalho do Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo - *Rio Branco e L'Illustration* - constante da *Revista do IHGB*, publicado no número de julho/setembro de 1945.

Aos trinta anos, em 1875, eleito para sócio honorário do IHGB, dá início à publicação comentada de *Anotações à Guerra da Tríplice Aliança*, de Ludwig Schneider, Conselheiro de Guilherme I, Rei da Prússia e Imperador da Alemanha, que o imortalizaria como historiador militar em edição do Estado-Maior do Exército (1924), na gestão do General Tasso Fragoso, não menos conhecido historiador.

O Duque de Caxias, quando Ministro da Guerra, em 18 de outubro de 1876, escreveu carta em que o reconhecia autoridade em História Militar, solicitando-lhe colaboração e opinião a respeito da edição do terceiro volume do livro de Schneider:

"Ilustríssimo Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos

Remeto a V. Sa. a tradução feita pelo Capitão de Estado-Maior de 1ª classe, Bacharel José Bernardino Bormann, do terceiro volume da obra intitulada

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai, por L. Schneider.

Achando-se já publicada a tradução dos primeiro e segundo volumes da referida obra, cujo merecimento V. Sa. conseguiu fazer realçar com as suas importantes anotações, espero que continue a prestar o mesmo serviço, examinando aquele trabalho, para que se conclua, como convém, tão interessante publicação.

Peço a V. Sa. se sirva informar-me se será mais vantajosa a impressão desse trabalho na Europa.

Sou com toda a estima de V. Sa. amigo (...),

Duque de Caxias"

O sonho acalentado por Rio Branco era escrever a História Militar do Brasil. Para isso, foi coletando dados preciosos das pesquisas realizadas e, nas horas vagas, punha-se a desenvolver o texto de *Apontamentos para a História Militar do Brasil*. Alguns trechos dessa obra inacabada chegaram a ser divulgados na *Revista Americana*, em 1916.

Em correspondência de fevereiro de 1867 do grande Capistrano de Abreu a Rio Branco, ficaram atestadas a dedicação e a importância dadas à História Militar do Brasil, citada por Affonso de Carvalho em *Rio Branco, sua Vida, sua Obra*: "Vi com muito prazer que brevemente, isto é, daqui a uns 400 dias, multiplicados por 24 horas e estas pelos respectivos minutos e segundos, teremos a História Naval Brasileira. Mas só a História Naval? E a História Militar, a começar pela Guerra Holandesa? Há tantos anos que V. Sa. a estuda e conhe-

ce tão bem que mais longa demora é uma lesão pública (...).” Acrescenta em outra carta: “Por que V. Sa. não se resolve a fazer uma edição preparatória em nossa coleção?”

O historiador militar, o então Tenente-Coronel Augusto Tasso Fragoso, em longa saudação a Rio Branco feita em nome do Exército no Clube Militar, assim se expressa:

“Coube a V. Exa., Senhor Barão do Rio Branco, a maior parte dessa invejável tarefa. Revogando o passado, restabelecendo a obra ingente de nossos maiores, defendendo o nosso direito perante dois árbitros e firmando os nossos dois últimos tratados de limites, V. Exa. não marcou só no espaço o âmbito de nossa morada, senão que se construiu na síntese mesma da nossa raça, pela afirmação de sua obra, de sua fé na Justiça e de seus esforços de labor pacífico. O nome de V. Exa. está para todo o sempre indissolivelmente ligado ao da nossa nacionalidade.

Essa só circunstância bastaria para explicar por que o Exército entendeu que não deveria faltar neste clube o retrato de V. Exa. Somos um instrumento da Pátria, pronto a sacrificar-se pela sua defesa.

(...) Definir a Pátria e lembrar-nos a sua história é preparar-nos para a nossa função; é em uma palavra, colaborar conosco.

Mas não é somente isso que nos aproxima de V. Exa. e justifica esta simples homenagem. Foi V. Exa. sempre um cultor apaixonado de nossas tradições militares e, por isso, prestou ao Exército o inestimável serviço de restabelecer a verdade, comentando com

rara mestria, uma obra em que se narra um dos mais importantes episódios de nossa vida militar.

As Forças Armadas devem a V. Exa. imensa gratidão por essa defesa espontânea, em que V. Exa. antepôs, aos conceitos injustos e deprimentes da nossa raça e dos nossos hábitos, gerados no ódio ou na inveja, a realidade palpável de nossos sentimentos e de nossas ações. (...) Essa fidelidade ao destino, essa permanência na trilha seguida desde a mocidade, deve servir-nos de exemplo: mostra quão úteis poderemos ser à nossa Pátria, mantendo-nos inflexíveis na linha do dever e da disciplina.”

Em sua trajetória brilhante rumo à imortalidade, sempre o destino com seus recônditos desígnios marcaria a existência de Rio Branco por históricos encontros com três generais – Caxias, Floriano e Hermes.

O Imperador se mostra irredutível em nomear “Juca” Paranhos cônsul em Liverpool. A fama de boêmio aos tempos de estudante em São Paulo scandalizara a Corte. O Imperador viaja, e o Duque de Caxias, amigo do Visconde do Rio Branco e do Ministro dos Negócios Estrangeiros – Barão de Cotegipe –, é alçado à chefia do Gabinete. A Princesa Isabel cede à insistência de Caxias e, finalmente, abre-se o caminho para o Barão do Rio Branco atestar o seu valor pela mão daquele, no dizer de Dinah Silveira de Queiroz, “que edificou um grande Exército, ajudou a quem iria edificar uma grande diplomacia”.

Floriano, já nos albores da República, viria assegurar o título de Barão a José Maria da Silva Paranhos Junior, com o qual passaria à História, e a oportunidade, como

advogado do Brasil, de dirimir, definitivamente, o antigo litígio das Missões, cuja negociações iniciais eram devidas a seu pai.

O Marechal o conhecia desde os tempos de jovem militar. Por isso, em plena República, Rio Branco dirige-se a Floriano consultando se havia inconveniente em continuar usando o título nobiliárquico de Barão concedido no Império. Sutilmente, Floriano, com grande inteligência, na carta, dava-lhe tratamento íntimo de “meu caro Juca” e tratava de vários assuntos de interesse comum a dois amigos sem, contudo, fazer menção à consulta de Rio Branco. Todavia, no endereçamento constante do envelope, lia-se “Exmo. Sr. Barão do Rio Branco”.

Da mesma forma, quando o Presidente clama por alguém para defender o País como advogado no caso das Missões, não hesita em acolher a indicação do nome de seu antigo companheiro e amigo, professor do Colégio Pedro II, profundo conhecedor de História e Geografia. Confia-lhe o encargo da defesa dos interesses do Brasil na acirrada demanda com a Argentina, que nos ameaçava separar o Paraná do Rio Grande do Sul com o estabelecimento de um enclave.

A gratidão pelo triunfo alcançado na questão das Missões não é esquecida quando, em telegrama a um amigo, pede: “Fará o favor de dizer ao nosso amigo Marechal Floriano Peixoto que nunca esquecerei que foi ele quem me confiou o posto, onde, com o seu apoio, pude fazer alguma coisa pela nossa terra.”

Hermes e Rio Branco se completaram reciprocamente, marcando época. O fator determinante do sucesso alcançado por ambos os protagonistas no cenário polí-

tico-militar foi a comunhão de ideais entre o Chanceler e o Ministro da Guerra e Presidente, por um Brasil forte para viver respeitado e em paz.

Rio Branco era apologista ativo da modernização das Forças Armadas, tendo sempre defendido a reorganização e a profissionalização do Exército, que deveria ser, no seu entender, bem remunerado, equipado e adestrado, compatível com a postura estratégica do País. Segundo Álvaro Lins, mostrava-se contrário ao militarismo traduzido na anomalia do militar intervir no campo político.

Às vésperas da Proclamação da República, enviara ao Visconde de Ouro Preto manuais de instrução do Exército francês nos quais se exigia dos militares juramento de fidelidade aos poderes constituídos, com solicitação para serem traduzidos e distribuídos aos oficiais brasileiros.

Discordava completamente da reação militarista evidenciada no caso Dreyfus.

Condenava o imperialismo e o militarismo britânicos na África do Sul, por ocasião da Guerra dos Bôeres, em carta endereçada a Nabuco nos seguintes termos: “(...) Se ela [influência benéfica e civilizadora da Inglaterra] decair, teremos a influência da força e do militarismo. Deus nos livre disso.”

Desmentindo a pecha de militarista e imperialista lançada pelo Chanceler argentino Estanislau Zeballos - caso do telegrama nº 9 - afirmou, no famoso discurso do Clube Militar, agradecendo a homenagem do Exército em 15 de outubro de 1911, pouco antes de sua morte:

“Mas, ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter

sido, sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das Armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da Pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido, ou seja, um 'militarista', como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações.

Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais em pouco tempo haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

(...) Os povos que, a exemplo dos do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e não se preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota."

Terminada a Guerra da Tríplice Aliança, ainda no Império, constatava-se notório desprezo para com os veteranos da campanha paraguaia (à semelhança do enfrentado pelos ex-combatentes da FEB após a

Segunda Guerra Mundial) por razões políticas e ideológicas. Havia receio de que chefes militares, cobertos de glória nos campos de batalha, valer-se-iam do prestígio e da força com fins políticos para derrubar a Monarquia. Um antimilitarismo generalizou-se por toda a Nação, plena de incertezas internas e externas, disseminado pela ideologia positivista que colocava em risco a segurança nacional.

Tasso Fragoso relata que os veteranos do Paraguai escondiam suas medalhas temendo que as novas gerações as considerassem símbolos de vergonha.

A Revolução Federalista de 1893 dera testemunho do estado de abandono e despreparo do Exército para manter a ordem e preservar a tranquilidade no País.

Canudos, quatro anos depois, surpreendeu o Exército à míngua de tudo, impondo-lhe humilhação em sérios reveses, que exigiu o emprego de quase todo o seu efetivo para debelar jagunços insurretos.

A Revolução Acreana novamente reclamou ingentes esforços para deslocar pequeno efetivo militar àquela região amazônica.

Valhamo-nos de trechos de Paula Cidade em *Barão do Rio Branco* para se ter a justa medida da situação vivida pelo Exército na época:

"Quando o grande brasileiro assumiu a direção dos negócios externos do Brasil, as nossas Forças Armadas não possuíam o mínimo indispensável ao desempenho de sua função garantidora da integridade territorial do País. (...) O Exército (...) achava-se tecnicamente nos moldes de 1870.

Em tática, havíamos esquecido o emprego das grandes unidades.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *História do Grande Chanceler*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.
- CARVALHO, Affonso de. *Rio Branco, Sua Vida, Sua Obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. "Hermes – o Pai do Exército Moderno." *A Defesa Nacional*, n. 784. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- PARANHOS, José Maria da Silva. *Obras do Barão do Rio Branco – T. IX – Discursos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- PAULA CIDADE, Francisco de. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.
- RICUPERO, Rubens. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Um Soldado do Império *O General Tibúrcio e seu tempo*

José Aurélio Saraiva Câmara

Conduzido pelo estilo fácil e agradável do autor, o leitor penetra nos meandros das principais questões militares, políticas e diplomáticas do II Império; acompanha o desenvolvimento das complexas questões da fronteira platina; e testemunha as hesitações e os erros – bem como os acertos – na conduta da Guerra da Tríplice Aliança. Particularmente interessante é a detalhada descrição que a obra oferece sobre alguns aspectos do Exército Imperial: sua organização; seu despreparo em face do conflito que se avizinhava; os problemas de recrutamento; as intrincadas e repetidas reformas de ensino; e os efeitos do draconiano regime disciplinar contido no Regulamento do Conde de Lippe.

Três reflexões sobre a Guerra do Paraguai¹

Palestra proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

*Francisco Fernando Monteoliva Doratioto**

Agradeço o convite do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil para esta palestra sobre a Guerra do Paraguai. Considero um privilégio estar aqui, diante de uma platéia tão qualificada, conhecedora da evolução desse conflito. Por isso mesmo, parece-me não ser o caso de repetir informações factuais, que constam em meu livro *Maldita Guerra, Nova História da Guerra do Paraguai*, mas de apresentar reflexões sobre alguns aspectos do conflito. Reflexões que constituem, na verdade, um pretexto para que possamos dialogar e, mesmo, polemizar sobre interpretações dessa guerra, na tentativa de melhor compreendê-la.

São três os temas que escolhi para fazer essa reflexão: as origens da interpretação revisionista sobre as causas da Guerra do Paraguai; se o conflito era ou não inevitável e os motivos de sua longa duração.

A origem da interpretação revisionista sobre as causas da Guerra do Paraguai

Terminada a Guerra do Paraguai e até fins do século XIX, não se questionava, quer nos países vencedores, quer no Paraguai, mesmo entre antigos colaboradores de Francisco Solano López, a responsabilidade deste quer pelo desencadear do conflito, quer por sua continuidade inútil, quando já estava caracterizada a derrota paraguaia. Também era praticamente consensual ter sido Solano López um ditador, que governou o Estado como se fosse sua propriedade particular, e que foi o responsável por atos cruéis contra seus subordinados e membros da população civil.

O controle absoluto que Solano López exercia sobre o Paraguai e seu impressionante comportamento durante a guerra reper-

* Professor Adjunto do curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília e Professor no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

¹ Colaboração do IGHMB.

cutiram nas historiografias de vencedores e vencidos. Sem amplo acesso aos arquivos de governos e de personagens da época da guerra, bem como sem os conhecimentos teóricos e metodológicos que o historiador passou a usufruir posteriormente, essas historiografias personalizaram a explicação das causas do conflito na figura de Solano López, deixando em segundo plano o processo histórico que levou ao conflito.

No Paraguai, no final do século XIX, a juventude estudantil de Assunção estava cansada da interpretação do passado do país, apresentado como terra de déspotas e desencadeador de uma guerra que lhe foi ruínosa. Essa juventude buscava romper com o sentimento de inferioridade em relação às outras nações e necessitava de heróis que encarnassem os valores, supostos ou verdadeiros, da nacionalidade paraguaia. A educação liberal oferecia-lhe quase unicamente a denúncia do passado e dos “anti-heróis”, os três ditadores que governaram o país até 1870.

Essas circunstâncias viabilizaram o nascimento do revisionismo da figura de Solano López. Este teve sua imagem transformada para a de herói, vítima da agressão da Tríplice Aliança. Esse revisionismo foi fomentado por Enrique Venancio Solano López, filho do ditador, interessado em recuperar os bens da família, que haviam sido confiscados por decreto do Governo Provisório paraguaio em 1869. Elevar Solano López à condição de herói facilitaria conseguir a anulação desse decreto e, portanto, recuperar esses bens.²

O revisionismo *lopizta* se robusteceu nas décadas seguintes, a ponto de, em 1936, o Presidente paraguaio, Coronel Rafael Franco, editar decreto tornando Solano López herói nacional. Foi, porém, nas três décadas da ditadura do General Alfredo Stroessner (1954-89), que o *lopizmo* tornou-se ideologia de Estado, sendo perseguidos aqueles que a questionavam. Afinal, o Partido Colorado fora fundado, em 1887, pelo General Bernardino Caballero, expoente do Exército paraguaio na guerra contra a Tríplice Aliança e homem de confiança de Solano López, herói dos colorados. Stroessner chegou ao poder em 1954 por meio de um golpe de Estado e necessitava do apoio do Partido Colorado. Nesse contexto, Stroessner lançou mão de princípios ideológicos que lhe dessem legitimidade histórica e apoios, apresentando-se como continuador da obra de Caballero e de Solano López. No Paraguai, foi o pensamento de direita e não de esquerda, como ocorreu no Brasil e em outros países, que construiu a figura histórica de Solano López como um herói épico e mártir que morre para salvar sua pátria.

Em nosso país, o revisionismo favorável à figura de Solano López e responsabilizando o Império pela Guerra do Paraguai foi introduzido, já em fins do século XIX, pelos ideólogos do positivismo, inimigos do regime monárquico de governo. Esses ideólogos combateram, em jornais e livros, aqueles que apontavam ser de Solano López a responsabilidade pelo início da guerra.³

² *Relatório Político sobre o Paraguai (Confidencial)*, por Arthur dos Guimarães Bastos, 2º Secretário da Legação em Assunção. Anexo ao ofício 122, Assunção, 5.10.1931. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legações do Brasil - Paraguai - Ofícios Enviados, 2014-6.

³ COLLOR, Lindolfo. *No Centenário de Solano López*. São Paulo: Melhoramentos, 1926, p. 69.

Foi, porém, na década de 1960 que apareceu uma nova vertente explicativa, apresentando o imperialismo inglês como responsável pela Guerra do Paraguai. Solano López adquiria, assim, dimensão ainda maior, a de herói anti-imperialista. Por essa interpretação, a guerra resultou, em última análise, do confronto entre uma premeditada estratégia de crescimento auto-sustentado, de parte do Paraguai, e outra, baseada no ingresso de recursos financeiros e tecnológicos estrangeiros, adotada pelo Brasil e pela Argentina. O historiador paraguaio Ricardo Caballero Aquino, citando textualmente dois expoentes desse revisionismo – o argentino León Pomer e o uruguaio Eduardo Galeano – afirma ser a teoria imperialista a favorita de uma “esquerda populista latino-americana”.⁴

Nos últimos anos, vários historiadores brasileiros e mesmo paraguaios contestaram essa explicação imperialista. Demonstrei no meu livro *Maldita Guerra* que o conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai resultou do próprio processo histórico regional, não tendo havido qualquer interferência britânica para desencadear o conflito. Ao contrário, transcrevo carta conciliadora do representante britânico em Buenos Aires, Thornton, para o Chanceler paraguaio, José Berges, logo após o aprisionamento do vapor *Marquês de Olinda*, em Assunção, e do rompimento de relações diplomáticas com o Brasil por parte do Paraguai. Nessa carta, Thornton oferecia seus serviços para evitar uma guerra entre esses dois países.⁵

O Paraguai, ao contrário do que afirmaram os revisionistas no Brasil, não tinha um projeto de “desenvolvimento para dentro”, não era um país industrializado, não constituía uma ameaça comercial à Inglaterra e nem esta tinha interesse vital no algodão paraguaio. O Paraguai era um país agrícola, atrasado, que tentava, sim, se inserir na divisão internacional do trabalho e importava técnicos e máquinas ingleses. Responsabilizar o imperialismo inglês pelo desencadear da guerra vai contra, portanto, a lógica histórica, inclusive porque o Império do Brasil havia rompido relações diplomáticas com a Grã-Bretanha em janeiro de 1863, devido à chamada Questão Christie.

Como explicar, então, que os meios acadêmicos brasileiros tenham anestesiado seu senso crítico e ignorado documentos, aceitando passivamente – quando não respaldando – a explicação imperialista? Penso que o motivo principal está no contexto histórico da época em que essa explicação foi gerada e difundida. As décadas de 1960 e de 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares, que impuseram restrições às liberdades, inclusive acadêmica. Uma forma de se lutar contra o autoritarismo era minando suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida a crítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal; por denunciar a ação imperialista e por criticar o desempenho dos chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e,

⁴ CABALLERO AQUINO, Ricardo. “Abnegación Romántica y Estéril”. In: CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias; Reminiscências Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1988, v. 1, p. 18.

⁵ In: DORATTOTO, Francisco. *Maldita Guerra; Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 90.

no Brasil, Caxias e Tamandaré tornaram-se, respectivamente, patronos do Exército e da Marinha. Nota-se, ainda, nas entrelinhas de trabalhos revisionistas, a construção de certo paralelismo entre Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras “progressistas” no século XIX, isolado e vítima da então potência mais poderosa do planeta, a Grã-Bretanha.

A guerra era inevitável?

A pergunta pode parecer, em um primeiro momento, redundante. Existe a tendência de se crer que se um determinado fato histórico ocorreu, então ele era inevitável. Não penso assim. Creio que para cada situação histórica existem várias alternativas e cabe ao historiador explicar por que uma delas se impôs às demais, tornando-se História. No caso da crise no Rio da Prata, em 1864, a alternativa da guerra se impôs por um conjunto de fatores.

Do lado brasileiro, o fator mais importante foi a falta de uma diretriz de política externa para a região, por parte do Partido Liberal que retornou ao poder em 1862. Quando na oposição, os liberais haviam criticado a política em relação ao Rio da Prata, implementada desde final da década de 1840, que consistia em garantir as independências do Paraguai e do Uruguai, de modo a evitar a reconstrução, sob a forma de uma república liderada por Buenos Aires, do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Essa república implicaria a nacionalização dos rios Paraná e Paraguai, ameaçando a livre navegação em direção a Mato Grosso, vital para a comunicação entre essa

província e o Império. Ademais, uma república poderosa ao sul, poderia ser um exemplo a inspirar movimentos republicanos no Brasil e, ainda, ser uma ameaça potencial sobre a problemática Província do Rio Grande do Sul.

Essa postura crítica dos liberais não havia resultado, porém, na elaboração de uma política alternativa para o Prata. Assim, já fragilizado junto à opinião pública brasileira, em decorrência da impotência frente à agressão inglesa na Baía da Guanabara em fins de 1862 – a Questão Christie –, o Governo Liberal não resistiu à pressão de estancieiros gaúchos para intervir na guerra civil uruguaia. Ao contrário, viu nessa intervenção a oportunidade para recuperar o prestígio interno no Brasil. Partia o Governo Liberal da premissa de que o frágil Governo legal uruguaio, sob controle dos *blancos*, não teria condições de resistir às pressões brasileiras em favor dos interesses dos estancieiros gaúchos.

A intervenção brasileira no Uruguai, nessas circunstâncias, rompia com a política anterior. Afinal, a intervenção de 1851, contra Oribe, ocorrera devido à presença de tropas de Rosas em território uruguaio, com o conseqüente risco à independência do Estado Oriental, e não em favor de interesses específicos dos pecuaristas gaúchos. Além disso, a intervenção de 1864, em favor dos *colorados*, também inovava ao ser feita em harmonia com Buenos Aires. Na verdade, na crise uruguaia, bem como nos seus desdobramentos, os liberais brasileiros agiram de forma reativa, improvisada, a reboque dos acontecimentos, enquanto anteriormente a política dos conservadores em relação ao Rio da Prata tinha sido ativa, resultante de avaliação

conjuntural e subordinada a objetivos estratégicos definidos.

Tanto no plano político, quanto no militar, eram errôneas as informações de que dispunham os governantes e chefes militares brasileiros. A representação diplomática brasileira em Assunção sofreu, a partir de 1862, com mudanças frequentes de chefia, comprometendo a obtenção de informações sobre o país. O último Ministro Residente pré-guerra, Cêzar Sauvan Viana de Lima, estava no posto há apenas três meses, tendo chegado em fins de agosto de 1864; ele e seus auxiliares eram vigiados pela polícia paraguaia e não tinham acesso à sociedade local.⁶ Mesmo impedido de obter informações confiáveis, esse representante enviou informes ao Rio de Janeiro afirmando não haver risco de o Paraguai apoiar concretamente o Governo uruguaio contra o Brasil. Desse modo, não foi levada a sério a ameaça de Solano López de dar esse apoio, implícita na nota entregue à Legação brasileira em 30 de agosto de 1864. Por outro lado, Sauvan Lima informou a Tamandaré, comandante da esquadra que participou da intervenção no Uruguai, que as tropas paraguaias não teriam capacidade de resistir a uma eventual ação militar brasileira. Para o diplomata, bastaria uma força de dez mil homens para derrotar os soldados paraguaios, por serem precariamente armados e treinados, e tomar Assunção.⁷

É difícil imaginar que o Governo Imperial teria promovido a intervenção mili-

tar no Uruguai, caso houvesse uma avaliação correta das intenções de Solano López. Também é difícil imaginar que Tamandaré tivesse mantido a postura de intervenção militar direta em favor dos *colorados*. E parece menos provável, ainda, que ele tivesse se oposto à tentativa, do diplomata e político conservador José Maria da Silva Paranhos – futuro Visconde do Rio Branco –, de buscar, no início de 1865, uma solução negociada, quer para pôr fim à guerra civil, quer para o atendimento das exigências brasileiras.

Da parte de Solano López, por sua vez, sua decisão de ir à guerra deu-se sobre falsa premissa. Ele convenceu-se da veracidade dos alertas do Governo do Uruguai de que, na guerra civil neste país, as posições harmoniosas entre o Império brasileiro e a Argentina indicavam que os dois países pretendiam dividir o território do Estado Oriental, anexando-o, e, posteriormente, voltando-se contra o Paraguai. Esses alertas eram infundados e dificilmente Solano López teria neles acreditado se dispusesse de representantes diplomáticos no Rio da Prata, que lhe proporcionassem informações fidedignas. Na região, porém, inexistiam diplomatas ou cônsules paraguaios, havendo apenas um representante comercial em Montevidéu.

Na Argentina, por sua vez, o Presidente Bartolomé Mitre, a partir do início de 1865, estava informado dos preparativos militares do Paraguai – afinal, o Mato Grosso fora invadido em dezembro do ano an-

⁶ VIANA DE LIMA para Chanceler DIAS VIEIRA, ofício confidencial e reservado, Assunção, 19.9.1864. Arquivo Histórico do Itamaraty, 201-1-10. Documento sem título, outubro/novembro de 1864, com informe detalhado dos movimentos dos membros da Legação brasileira em Assunção. Archivo Nacional de Asunción, *Colección Rio Branco*, documento 2.411.

⁷ VIANA DE LIMA para DIAS VIEIRA, ofício confidencial e reservado, Assunção, 10.10.1864 e VIANA DE LIMA para TAMANDARÉ, ofício confidencial e reservado, Assunção, 13.10.1864, Arquivo Histórico do Itamaraty, 201-1-10.

terior – e do risco de um ataque a território argentino.⁸ São muito fortes os indícios de que Mitre desejava esse ataque, visto como uma oportunidade de ter um pretexto para atacar Solano López, aliado externo da oposição federalista argentina, que resistia à construção do Estado Nacional centralizado, sob a hegemonia de Buenos Aires. Contudo, também nesse caso, informações equivocadas ocupam posição relevante na definição da política externa por parte dos homens de Estado argentinos. Mitre não tinha informações corretas sobre os efetivos paraguaios e sua preparação militar.

O Governo uruguaio, por seu lado, equivocou-se ao supor que o Paraguai fosse lhe dar socorro de imediato, já em meados de 1864. Somente essa convicção pode explicar o comportamento das autoridades uruguaias, de desafiar, simultaneamente, o Império brasileiro e a Argentina. Essa postura robusteceu a decisão do Governo Imperial de intervir no Uruguai.

Pode-se concluir, portanto, que, no processo de decisão em todos os países envolvidos na guerra, a baixa qualidade das informações recebidas pelos governos contribuiu para o desencadear da guerra. Os governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível.

Em pelo menos duas ocasiões se pode vislumbrar uma “encruzilhada histórica”, quando foi possível aos homens de Estado interpretarem os fatos de uma forma que

reduzisse, em lugar de acelerar, a dinâmica que levou à guerra. A primeira foi quando da intervenção militar terrestre brasileira no Uruguai, iniciada em 12 de outubro de 1864. Solano López não interpretou que o objetivo da intervenção se esgotava na queda do Governo *blanco*, mas sim de que era a prova da veracidade das acusações da diplomacia uruguaia de que a Argentina e o Brasil planejavam pôr fim à independência do Uruguai. O território do Uruguai, segundo essa acusação, seria dividido entre esses dois países, os quais, em seguida, se voltariam contra o Paraguai.⁹

A segunda “encruzilhada histórica” foi a assinatura do Protocolo de Paz de Villa Unión. Por esse documento, o Presidente uruguaio em exercício, o *blanco* Manuel Herrera y Obes, que estava fortificado em Montevideu, aceitou que o caudilho colorado General Venancio Flores assumisse a Presidência da República, pondo fim à guerra civil. O acordo foi obtido graças a José Maria da Silva Paranhos, político do Partido Conservador e que, por ser grande conhecedor dos assuntos do Rio da Prata, foi enviado pelo Governo Liberal para Uruguai. Um ataque à capital poderia ter levado à morte dois mil soldados brasileiros, devido às trincheiras que a defendiam.¹⁰

O sucesso de Paranhos custou-lhe, porém, sua demissão. A justificativa para tal ato era a de não ter o acordo reparado a honra do Império ultrajada pelo governo *blanco* do Presidente Aguirre, que promoveu a queima, em praça pública, da bandeira brasileira. Paranhos, durante a sua

⁸ DORATIOTO, Francisco, op. cit., p. 131-2.

⁹ BOX, Pelham Horton. *Los orígenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Buenos Aires: Ediciones Nizza, 1958, p. 186.

¹⁰ BORMANN, General J. B. *A Campanha do Uruguay (1864-1865)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 294.

missão, atritara com o Contra-Almirante Tamandaré, comandante, da esquadra brasileira nas costas do Uruguai e defensor de represálias militares contra Aguirre, em substituição à postura negociadora do diplomata. Desgostoso com os acontecimentos, Tamandaré pediu demissão do comando das forças navais do Império no Prata. O Chefe de Governo, conselheiro Furtado, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dias Vieira, propuseram a demissão de Paranhos ao Imperador, argumentando que ela era reclamada pela opinião pública.¹¹ De fato, o sentimento bélico ganhara dinamismo próprio junto à opinião pública brasileira, fugindo ao controle de seu maior fomentador, o Governo Liberal, que utilizava a situação uruguaia para desviar a atenção da opinião pública dos problemas internos brasileiros.

Com a demissão de Paranhos, foi eliminada uma saída diplomática para a situação uruguaia. Para o Visconde de Niterói, o convênio de 20 de fevereiro de 1865 era o “prenúncio de um arranjo pacífico em toda a extensão que tanto teria poupado o Brasil e ainda mais ao Paraguai”, pois a guerra poderia ter sido “talvez até evitada”.¹²

O pano de fundo desses acontecimentos foi a própria definição e consolidação dos Estados Nacionais na região. O Estado Nacional argentino centralizado somente foi formalizado em 1862 e a oposição interna federalista foi, com grande dificuldade, neutralizada, ao ser isolada de apoio externo, de Solano López e dos *blancos*

uruguaiois, graças à Guerra do Paraguai. Neste país, o Estado Nacional deixa de ser autocrático, tornando-se liberal, e tem suas fronteiras definidas com seus dois maiores vizinhos, após esse conflito. No Uruguai rompe-se o equilíbrio instável entre *blancos* e *colorados*, em favor destes. O próprio Império do Brasil, que já definira e consolidara o Estado Nacional monárquico centralizado na década de 1840, vitorioso na guerra, robustece os vínculos da Província do Mato Grosso com o resto do país e impõe a definição de limites com o Paraguai. A Guerra do Paraguai, para os quatro países nela envolvidos, contribuiu, em maior ou menor intensidade, para o fortalecimento da identidade nacional, instrumento de legitimidade dos Estados Nacionais.

Os motivos da longa duração da guerra

Também aqui a falta de informação ocupa papel relevante. Refiro-me à ausência de cartas geográficas sobre o Paraguai por parte das forças aliadas. As décadas de isolamento paraguaio em relação ao exterior, até 1840, e, a partir de então, o absoluto controle sobre a sociedade paraguaia por parte dos governos de Carlos Antonio López e de Francisco Solano López impediram que estrangeiros explorassem o interior do país.

Após a guerra, em julho de 1870, o Duque de Caxias, ao defender-se no Senado do Império de críticas a seu comando no Paraguai, argumentou que as ações alia-

¹¹ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do. *O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947, Obras do Barão do Rio Branco, v. 7, p. 202, 215.

¹² Voto do Visconde de Niterói na Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, 25.12.1873. Arquivo Histórico do Itamaraty, Atas do Conselho de Estado - Seção dos Negócios Estrangeiros, cópia datilografada, p. 303.

das eram feitas “às apalpadelas”.¹³ A falta de mapas, de conhecimento sobre o terreno do teatro de guerra, explicaria em parte, segundo essa defesa, a dificuldade das tropas aliadas iniciarem ofensivas importantes, entre o final de 1866 e o início de 1868.

O conhecimento do terreno é, evidentemente, de vital importância para o planejamento e execução de ações militares. Contudo, após meses de guerras de trincheiras frente à Fortaleza de Humaitá, a captura de prisioneiros e, mesmo, a deserção de soldados paraguaios permitiam familiaridade suficiente com o terreno para os aliados desencadear ações ofensivas. Tal desconhecimento não é o motivo principal para explicar a longa duração do conflito, embora tenha sido significativo.

Há, ainda, outros fatores secundários que ajudam a entender a demora na retomada de operações militares após a derrota aliada na batalha de Curupaity em 22 de setembro de 1866. Um deles é a dificuldade do Marquês de Caxias, novo comandante das forças imperiais na guerra, em reorganizá-las ante a carência de homens, material e, ainda, o moral abalado da tropa, que não foi totalmente restabelecido. Ao mesmo tempo, o soldado paraguaio lutava com bravura, mesmo após sofrer derrotas, fato reconhecido por todos os testemunhos da época, inclusive dos chefes militares aliados.

É no plano político, porém, que se deve buscar os fatores principais que explicam a longa duração da guerra. Um deles é a partidização dos oficiais do Exército e da Marinha do Império, que pertenciam ou

eram simpatizantes de um dos dois partidos políticos da época, o Liberal e o Conservador. Havia disputas e desconfianças entre oficiais brasileiros devido a sua filiação partidária, quer no Brasil, quer no teatro de operações. Nas mudanças de comando, quando o novo chefe pertencia à filiação partidária diferente de seu antecessor, ocorria, muitas vezes, a troca dos comandantes de unidades menores. A substituição da competência e do preparo militar pelo critério político nessas substituições comprometeu o desempenho e o estado de ânimo das forças brasileiras. O problema foi minorado com a chegada de Caxias ao Paraguai, em fins de 1866, e a consequente unificação, em sua pessoa, do comando das forças brasileiras. Anteriormente, elas tinham sido comandadas, em gritante erro militar, por três oficiais-generais de igual patente: Quintanilha Jordão, Tamandaré e o Visconde de Porto Alegre.

Outro fator político, de maior relevância do que o anterior, foi a relação de desconfiança entre os chefes militares brasileiros e os seus colegas argentinos. Havia a separação de décadas de rivalidade entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, herança das disputas entre as metrópoles espanhola e portuguesa no Prata, robustecida pela Guerra da Cisplatina e pela política externa expansionista do ditador argentino Juan Manuel de Rosas. Essa rivalidade tornou-se, para utilizar um conceito historiográfico, uma verdadeira “força profunda”, coletiva e durável, das sociedades argentina e brasileira.¹⁴

Eram poucos, no Brasil e na Argentina, os defensores da aliança estratégica en-

¹³ CAXIAS, Sessão do Senado de 15.7.1870. *Anais do Senado*, 1870, v. 2, p. 100.

¹⁴ DUROSELLE, Jean-Baptista. *Tout Empire Périt*. Paris: Armand Colin, 1997, p. 223.

tre os dois países, que substituísse, permanentemente, as relações de rivalidade pelas de cooperação. Entre esses poucos, encontravam-se o Presidente Bartolomé Mitre, Comandante-em-Chefe das forças aliadas até o início de 1868, e Rufino de Elizalde, Chanceler argentino. Do lado brasileiro, entre os que pensavam nessa relação estratégica, destacavam-se Francisco Octaviano de Almeida Rosa, que assinou o Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865, e José Antonio Saraiva, ex-Enviado Especial ao Prata no início da intervenção brasileira na guerra civil uruguaia.

A maioria dos políticos e chefes militares brasileiros encarava como tática a aliança com a Argentina e pensava que, finda a guerra, os dois países voltariam à rivalidade e poderiam, mesmo, chegar à guerra entre si. Essa era a opinião de chefes militares brasileiros como o Visconde de Porto Alegre; de Tamandaré; de seu substituto no comando da esquadra Paraguaia, José Ignacio e do próprio Caxias. Tamandaré tinha como elemento adicional a explicar sua aversão aos argentinos, bem como sua resistência em aceitar o comando de Mitre, o fato de ter lutado na Guerra da Cisplatina.

Também Caxias desconfiava da insistência do Presidente argentino para que a Esquadra forçasse a passagem de Humaitá. Essa insistência decorria do plano de Mitre de, em lugar de promover um ataque frontal contra a fortaleza, sitiá-la por água, por meio da passagem da Esquadra, e por terra, mediante uma marcha por seu flanco

esquerdo do Exército aliado, até alcançar o Rio Paraguai acima dessa posição. Devido à posição privilegiada de Humaitá e suas dezenas de canhões, Caxias estava convencido de que Mitre, ao propor tal plano, “tem pensamento oculto e maléfico contra o Império”. A força naval brasileira, argumentava com razão Caxias, era instrumento de exercício de poder do Império no Rio da Prata e sua destruição, durante a guerra contra o Paraguai, seria motivo de regozijo em Buenos Aires.¹⁵ De fato, a defesa dos interesses do Império no Prata estava umbilicalmente ligada a uma Marinha de Guerra forte, a qual viabilizava as intervenções na área, transportando e desembarcando tropas e promovendo bloqueios.

A premissa de Caxias, sobre a importância do poder naval brasileiro, era verdadeira, mas errava ao ver em Mitre outras intenções que não a de anular Humaitá. Mostravam-se contraproducentes a sinceridade e a lógica militar de Mitre, ao escrever a Caxias que valeria a pena perder até 2/3 dos encouraçados e, mesmo, toda a Esquadra, no cumprimento do principal objetivo dessa força, que era a de anular Humaitá.¹⁶ A realidade é que Mitre tinha um projeto estratégico de cooperação entre a Argentina e o Brasil para o pós-guerra, e seus planos político e militar não eram orientados pela desconfiança em relação ao aliado brasileiro. Na guerra e depois dela, Mitre permaneceu um leal defensor das boas relações de seu país com o Brasil.¹⁷ O mesmo não ocorria, porém, com os principais chefes mi-

¹⁵ CAXIAS para o Ministro da Guerra, ofício reservado, Tuiú-Cuê, 11.9.1867. Arquivo Nacional, *Guerra do Paraguai*, caixa 811, pacote 1.

¹⁶ In: ROTTJER, Coronel Enrique I. *Mitre Militar*. Buenos Aires: Circulo Militar, 1937, p. 203-4.

¹⁷ Para maiores detalhes, ver DORATIOTO, Francisco. “O fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina” in *Revista Múltipla*. Brasília: Faculdades Integradas UPIS, v. 4, n. 6, jul. 1999, p. 21-40.

litares e políticos do Império, que fizeram suas carreiras com a convicção de ser inevitável uma guerra contra os argentinos. Essa convicção se tornou arraigada entre esses chefes, influenciando suas decisões em alguns momentos da guerra, especialmente ao evitar ações da Esquadra contra Humaitá entre 1866 e início de 1868.

* * *

A Guerra do Paraguai foi um marco no processo histórico dos países nela envolvidos. Árdua é a tarefa de compreender suas origens e desenvolvimento de forma objetiva, evitando explicações simplistas que personificam os acontecimentos ou, ainda, que decorrem das paixões nacionais. A melhor forma de o historiador reduzir ao máximo a subjetividade dessa análise é o respeito à metodologia histórica e a pesquisa em arquivos, quer na busca de documentação inédita, quer para reler documentos já manuseados por outros estudiosos. Em ambos os casos, bem como na leitura de memórias dos personagens históricos, cabe ao historiador confrontar a documentação, compará-la, analisar sua lógica interna e sua relação com o contexto em que foi gerada, permanecendo atento para dúvidas e silêncios.

Penso que a pesquisa histórica deve-se nortear pelo princípio ético do respeito às vozes do passado, buscando explicar às

gerações atuais o contexto em que foram geradas e os valores que carregavam. Outro princípio que deve estar presente no trabalho do historiador é o da humildade, devendo considerar, sempre, que seu trabalho não é A verdade final sobre determinado assunto, mas sim UMA verdade. A descoberta de documentos inéditos e novas abordagens teóricas podem levar ao aperfeiçoamento das verdades conhecidas ou, então, à sua superação.

No meu livro *Maldita Guerra* e nesta palestra estão presentes esses dois princípios. Foi minha preocupação apresentar o sacrifício e a dedicação dos personagens anônimos, soldados ou civis, independente de sua nacionalidade. Foi minha preocupação explicar as origens e a dinâmica da guerra a partir de sólida base documental, incorporando os avanços metodológicos e teóricos. O resultado desse trabalho, dos muitos anos de pesquisa, está exposto, sem censura, sem omitir informações que considere relevantes, no *Maldita Guerra*. Essa é a minha verdade, é uma verdade, que pode, claro, vir a ser superada. Contudo, qualquer contestação que venha a ser feita terá de também basear-se em base documental, sob pena de ser mais uma abordagem ideológica de um tema que, tantas vezes, foi vítima de paixões e subjetividades, ofendendo os mortos e desrespeitando os vivos. ●

A participação brasileira na paz do Chaco: um tributo aos nossos primeiros observadores militares¹

*Marco Antonio de Freitas Coutinho**

À medida que as operações, necessárias ao desempenho da grave missão, se iam efetuando no terreno e os entendimentos com os comandos adversários permitiam penetrar mais profundamente no âmago da questão, foi-me parecendo que poderia ser útil aos camaradas do Exército Brasileiro conhecer as condições em que se estava procedendo ao restabelecimento da paz, levada a efeito por processo singular da história, bem como as medidas postas em prática para desmontar os dispositivos militares mantidos pelos beligerantes no teatro da luta (Coronel Leitão de Carvalho, Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Militar Neutra).

Em sua Diretriz Geral/2003, o Comandante da Força destaca a necessidade da pesquisa e divulgação da História Militar do Brasil, a fim de “resgatar tradições e afirmar nossa identidade de soldados” (ALBUQUERQUE, 2003).

A assinatura do Protocolo de Paz entre a Bolívia e o Paraguai ocorreu no dia 12 de junho de 1935. Esse artigo tem o objetivo de relembrar um episódio muito pouco conhecido da nossa História Militar.

Trata-se da missão desempenhada pela chamada *Comissão Militar Neutra*, encar-

regada de executar, no campo de batalha, as cláusulas do Protocolo assinado em Buenos Aires, sob os auspícios das chancelarias do Brasil e da Argentina.

Em que pese a importância de participações anteriores de contingentes nacionais na defesa contra violações à soberania de nações amigas (POLIDORO, 1998, p. 232), o processo de restabelecimento da paz entre a Bolívia e o Paraguai teve características inovadoras. Tais características ainda podem ser consideradas atuais e, em linhas gerais, continuam sendo executadas nas missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA),

* Major do Quadro de Material Bélico.

¹ Colaboração da ECEME.

ou de qualquer outro organismo de segurança regional.

O presente trabalho pretende resgatar a lembrança da atuação de um grupo de oficiais, que sob a Chefia do então Coronel Estevão Leitão de Carvalho constituiu o pioneiro contingente de observadores militares do Exército Brasileiro.

A GUERRA DO CHACO E SEUS ANTECEDENTES

A guerra entre a Bolívia e o Paraguai em disputa pelo território do Chaco irrompera em junho de 1932, transformando-se no mais grave conflito armado da América no século XX. A guerra foi desencadeada pela intenção da Bolívia de estabelecer no Chaco uma abertura para o Rio Paraguai, de forma a substituir a faixa de litoral no Pacífico perdida para os chilenos no final do século XIX.

Historicamente, a incapacidade que os vice-reinados da Prata e do Peru tiveram em se estabelecer na região levou a uma indefinição de seus limites (BANDEIRA, 1998). Tal questão foi herdada respectivamente pelo Paraguai e pela Bolívia, visto que ainda no final do século XIX o Chaco permanecia praticamente desabitado. Isto particularmente se deveu às características desfavoráveis daquele terreno, agravadas pela ausência de penetrantes fluviais e pela tenaz resistência apresentada pelos indígenas.

A intransigência dos governos de La Paz e Assunção, bem como os interesses de grandes companhias estrangeiras sobre supostas reservas petrolíferas do Chaco, fizeram prolongar a guerra para além da capacidade de resistência dos dois países em con-

flito. A guerra estendeu-se até junho de 1935 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2003).

Desde sua posse na Chancelaria brasileira, em março de 1935, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares fez várias propostas para um acordo de paz entre os países vizinhos, buscando sempre o apoio da Argentina.

Procurou estabelecer entendimentos diretos entre as partes envolvidas, com ou sem reatamento das relações diplomáticas. Desde o início o Governo brasileiro sustentou posição contrária ao arbitramento da Liga das Nações, defendendo a tese de que competia ao continente americano encontrar uma solução para a crise no Chaco.

Também o empenho da Argentina pela paz conduziu à formação do grupo de mediação ABCP (Argentina, Brasil, Chile e Peru), ao qual se somaram Estados Unidos e Uruguai. A principal iniciativa do grupo foi convocar uma Conferência de Paz que se realizou em Buenos Aires entre os anos de 1935 a 1938 (BRASIL, 2003).

Durante as negociações, a participação do Chanceler Macedo Soares foi mais alinhada com as posições do Governo norteamericano, apresentadas pelo diplomata Spruille Braden, do que com as do Governo argentino, defendidas pelo Chanceler Saavedra Llamas.

A Guerra do Chaco foi motivo de preocupação para o Brasil desde sua deflagração, transformando-se em tema de destaque no diálogo diplomático entre os governos brasileiro e argentino. Depois de frustrados esforços de mediação, o Brasil manteve posição de neutralidade, enquanto as autoridades diplomáticas ajudavam os esforços empreendidos pelo Governo argen-

tino, para que bolivianos e paraguaios chegassem a um entendimento.

Somente na décima oitava reunião de mediação é que finalmente se chegou a um acordo entre as partes. A solução final, prevendo a criação de uma zona intermediária entre as fronteiras de ambos países envolvidos no conflito, foi considerada um êxito diplomático do Governo brasileiro.

Os anos de fratricídio deixaram como resultado dois Estados exauridos em suas respectivas expressões do poder nacional. Como agravante, havia ainda a questão humanitária, particularmente referente ao problema dos prisioneiros de guerra. Cerca de 2.500 prisioneiros paraguaios se encontravam na Bolívia, e 17 mil bolivianos em território paraguaio.

No dia 12 de junho de 1935 assinou-se o Protocolo de Paz, que determinou o estabelecimento da Comissão Militar Neutra, como elemento fiscalizador do cumprimento do cessar-fogo, da desmobilização e da repatriação dos prisioneiros de guerra.

A DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Coube ao Coronel Estevão Leitão de Carvalho, então Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a Chefia da Delegação Brasileira à Comissão Militar Neutra. Sua escolha se deveu à experiência que dispunha em questões internacionais, tendo ele anteriormente participado da Conferência do Desarmamento realizada em Genebra, no ano de 1926.

A delegação brasileira foi ainda integrada pelos seguintes oficiais, todos do Exército Brasileiro (CARVALHO, 1958):

- Major Aníbal Gomes Ribeiro;
- Major Alkindar Pires Ferreira;

- Major Heitor da Fontoura Rangel;
- Major Pery Constant Beviláqua;
- Capitão João Saraiva;
- 1ª Tenente Hortêncio Pereira de Brito (Piloto).

Tendo sido nomeado no dia 13 de junho, já no dia seguinte o Chefe da Delegação se deslocava para a região de operações, utilizando-se para tal de uma aeronave Waco Cabine, então recentemente incorporada à Aviação Militar (atual Aviação do Exército).

Destaca-se o fato de que a referida aeronave, cuja tripulação era constituída pelo Tenente Hortêncio e pelo sargento-mecânico Epifânio, teve papel de relevo para o cumprimento das missões a serem realizadas, seja realizando ligações, ou mesmo reconhecimentos.

ATIVIDADES DA COMISSÃO NEUTRA

A Comissão Militar Neutra tinha por mandato a implementação das medidas de segurança estipuladas pelo Protocolo de 12 de junho, que eram as seguintes:

- Desmobilização dos exércitos beligerantes no prazo de noventa dias, a contar da data de fixação da linha do armistício;
- Obrigação entre as partes de não proceder a novas aquisições de material bélico;
- Manter o cessar-fogo, seguindo o compromisso de "não-agressão".

Uma vez cumpridas estas medidas, a Conferência de Paz declararia terminada a guerra.

As Instruções Reguladoras, aprovadas no próprio dia 12 de junho, descreviam em maiores detalhes como se daria o cumprimento do mandato da Comissão Neutra. Convém destacar que coube ao Chanceler

brasileiro Macedo Soares a autoria das referidas Instruções, tendo o mesmo a redigido na madrugada que precedeu a assinatura do Protocolo de Paz (CARVALHO, 1958).

De acordo com o referido documento, a comissão seria composta por representantes de cada um dos seis Estados Mediadores, isto é, Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai. Ainda segundo as Instruções Reguladoras, seus membros deveriam ser oficiais da ativa das respectivas Forças Armadas.

Ficou definido que a presidência da Comissão Militar caberia ao membro de posto mais alto, ou, em igualdade de posto, ao mais velho. As decisões da Comissão seriam tomadas por maioria de votos, cabendo a cada Estado Mediador um único voto. Ao Presidente da Comissão caberia o voto de desempate, caso necessário.

Com relação ao apoio logístico a ser prestado à Comissão, caberia aos países beligerantes o provimento de "todas as facilidades" para que se pudesse realizar totalmente as tarefas inerentes às suas importantes funções (CARVALHO, 1958, p. 281).

Todas as decisões da Comissão seriam comunicadas aos comandos beligerantes, que se obrigariam a cumprir as determinações nos prazos estipulados.

Durante o período de cessar-fogo, a Comissão concluiu a sua organização e passou a realizar a determinação da linha de separação dos exércitos. Outra atividade de grande importância foi a verificação da desmobilização, que deveria ser concluída até noventa dias após a data da fixação da linha de separação, que foi estabelecida no dia 1º de julho.

A desmobilização, iniciada no dia seguinte, deveria estar concluída até o dia 30

de setembro, conforme estipulado no Protocolo de Paz. Nesta fase, alguns problemas tiveram de ser contornados, particularmente pela dificuldade imposta, seja pela Bolívia seja pelo Paraguai, em permitir uma efetiva verificação do licenciamento de tropas.

Segundo relato do próprio Chefe da Delegação Brasileira, apesar das dificuldades surgidas, a Comissão logrou cumprir fielmente todas as tarefas previstas:

Ao extinguir-se o prazo máximo de noventa dias ininterruptos, estatuído no Protocolo de Paz, cujo término seria em 30 de setembro, estava efetuada a desmobilização, levada a cabo metodicamente, sem que se produzisse o menor incidente, sob a fiscalização dos representantes da Comissão, nos centros de licenciamento de ambos os exércitos (CARVALHO, 1958, p. 366).

MISSÃO CUMPRIDA

O sucesso do trabalho da Comissão Militar Neutra contribuiu decisivamente para a reconstrução da confiança mútua entre o Paraguai e a Bolívia, levando a uma solução definitiva do conflito. De fato, no dia 21 de julho de 1938, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre as duas nações amigas, pondo fim às divergências históricas que levaram ao confronto armado no Chaco.

A participação brasileira foi de grande relevo, particularmente devido ao sucesso das negociações conduzidas pelo Chanceler Macedo Soares. O Embaixador José de Paula Rodrigues Alves, referindo-

se ao trabalho desenvolvido por nossos militares, assim se pronunciou:

A Delegação do Brasil vê, com a maior satisfação, que militares empenhados em realizar uma obra de restabelecimento da paz tenham dado, procedendo como cavalheiros, um exemplo do que podem fazer os militares numa ação de paz. (apud CARVALHO, 1958, grifo nosso).

O pioneirismo destas ações ficou ainda claro em discurso proferido pelo Chan-

celer argentino Saavedra Llamas, ao declarar que “É, quiçá, pela primeira vez em assunto desta índole, que se constitui um órgão militar internacional” (id., ibid.).

As ações desempenhadas pela Comissão Militar Neutra, tais como verificação do cessar-fogo e negociações para a desmobilização de tropas, em momento algum deixam dúvidas de que se pode classificar a experiência no Chaco como precursora das atuais Operações de Manutenção da Paz, e, por consequência, os representantes brasileiros como precursores dos modernos observadores militares. ☉

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Francisco Roberto. *Diretriz Geral do Comandante do Exército*. 2003. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01Instit/CmtEx/Mensagens/diretriz.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Triplíce Aliança*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *História da diplomacia brasileira: guerra e paz na região*. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/ev015.htm>. Acesso em: 15 jun. 2003.
- CARVALHO, Estevão Leitão. *A Paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/313_11.asp>. Acesso em: 15 jun. 2003.
- MUSEU AERONÁUTICO. Aeronaves: Waco CJC. Disponível em: <http://www.musal.aer.mil.br/links_aeron.htm> Acesso em: 15 jun. 2003.
- POLIDORO, Márcio (Coord.). *O Exército na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 3 v.



Operativ

*Leonardo Ramalho Rodrigues Alves**

RESUMO

Trata-se de um ensaio sobre a estratégia militar, no qual o autor mostra que variabilidade é a essência do pensamento estratégico militar, de modo que a compreensão da evolução das concepções desta ciência ou arte devem ser permanentemente revisadas e cotejadas diante dos revolucionários avanços na área do conhecimento humano. Intencionalmente antepõe a idéia de mudança evolucionária da estratégia militar e mudança revolucionária do conhecimento humano e discute a estratégia como ciência ou arte. Beaufre será uma referência permanente. Nele buscar-se-á a compreensão da estratégia operacional, que as publicações americanas mencionam como “arte operacional” ou “nível operacional”; enquanto outros autores utilizam a sigla MEO (manobra estratégico-operacional).

PALAVRAS-CHAVE

Operativ, estratégia, estratégia operacional, nível operacional

“Esta articulação essencial recebeu dos alemães, no domínio terrestre, o nome de estratégia operacional (‘operativ’)”

André Beaufre

A estratégia militar clássica deveria ser mais bem conhecida, afirma Beaufre no seu clássico *Introdução à Estratégia*. De fato, a variabilidade é a essência do pensamento estratégico militar, de modo que a compreensão da evolução das concepções desta ciência ou arte deve ser permanentemente revisada e cotejada

diante dos revolucionários avanços na área do conhecimento humano.

Observe-se que intencionalmente se antepõe a idéia de mudança evolucionária da estratégia militar e mudança revolucionária do conhecimento humano, da mesma forma que se titubeia em apresentar a estratégia como ciência ou arte.

* O autor é Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

A primeira assertiva parece auto-evidente, uma vez que o conhecimento, à reboque da tecnologia, avança celeremente, sendo restrito o círculo de atores no cenário internacional capaz de estabelecer uma relação de curto prazo entre as possibilidades ofertadas pela ciência e a modernização ou atualização da estratégia militar

A questão arte ou ciência é epistemológica. Beaufre, ao assinalar que “é preciso, ao mesmo tempo, apoiar-se sobre a experiência passada e inventar a adaptação dessa experiência aos novos meios”, sinaliza para a dualidade conceitual inerente à estratégia, pois se a “invenção” requer criatividade e liberdade, e aí entende-se que se está no campo da arte, ao referir-se a “experiência” e a “aplicabilidade de meios”, ele implicitamente recorre à Ciência e à Tecnologia.

O propósito da digressão é descortinar o horizonte do estudo da estratégia, nele o pensamento nunca “é”, apenas “está”, de modo que o “pecado capital” é o imobilismo.

Na discussão, que ora se inicia, registra-se o fato de que a bibliografia disponível para o estudioso se aprofundar está confinada aos autores e às publicações estrangeiros.

De imediato decorre, pelo menos, uma ilação importante. A inserção, *a priori*, de concepções alienígenas à doutrina militar terrestre brasileira deve atentar para a ambiência total – política, filosófica, cultural e até mesmo histórica – em que a teoria foi concebida.

A guisa de exemplo, muito recentemente, iniciou-se uma ampla e bem-vinda discussão sobre como, onde e quando formular e registrar a intenção do comandante nas ordens e nos planos de operações. No entanto, questões teóricas relevantes foram abordadas de passagem, tais como: a intenção do comandante é um conceito opera-

cional ou tático? Em que nível, originalmente, ele surgiu? Em qual desses níveis ele é plenamente aplicado? É um conceito que pode ser aplicado indiferentemente para as operações terrestres, aéreas e navais? Essas, entre muitas outras questões, estimularam a produção do presente ensaio.

Ademais, cabe assinalar que se constatou, nas revistas especializadas das forças armadas norte-americanas, o intenso debate sobre o nível operacional, o que despertou a curiosidade para o estudo das idéias dos formuladores de estratégia, como Von Bülow, Jomini, Clausewitz, Napoleão, Liddel Hart, Beaufre e outros menos conhecidos, e permitiu a compreensão, certamente incompleta, das idéias adiante expostas.

De modo que a abordagem que se segue é ampla, não tendo a preocupação com a formatação doutrinária, bem como envolve a evolução do entendimento conceitual, a identificação de características e concepções particulares e reflexões sobre o estágio atual do nível operacional na doutrina militar terrestre brasileira.

Por fim, ao término destas notas introdutórias, cabe o destaque de uma percepção particular de que a estratégia, no domínio do nível operacional, foi, inicialmente, praticada por Napoleão, codificada por Jomini e Clausewitz, compreendida totalmente pelos prussianos e alemães e, atualmente, alcançou o estado d’arte com os norte-americanos.

UMA SÍNTESE DA BASE COGNITIVA NA FILOSOFIA E NA HISTÓRIA

“Compreender exige teoria, teoria exige abstração, e abstração exige simplificação e ordenamento da realidade”

Huntington

Torna-se necessário para uma discussão que almeje um caráter científico a definição de conceitos, o ordenamento das concepções e o estabelecimento de um método de pesquisa, entre outras coisas. Em contrapartida, reconhece-se dificuldade análoga a assinalada por Max Weber quando questionou a “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais, extremamente dependente dos valores históricos e das concepções dos formadores de opinião.

Isto posto, destaca-se que a teoria apresentada no ensaio foi coletada de breve pesquisa histórica, a abstração foi orientada por fragmentos de conhecimento de Filosofia e a simplificação e o ordenamento amparam-se no método comparativo, bem como foi redobrada a atenção para escoimar a subjetividade e as percepções decorrentes de interpretação do autor.

É possível que cause estranheza a utilização da filosofia para orientar o entendimento de conceitos operacionais militares. Embora não seja propósito sustentar a teoria de que o pensamento militar tem sólidas relações com o pensamento filosófico, uma leitura mais apurada de Clausewitz e Beaufre revelará as marcantes influências da dialética e do idealismo alemão nas obras desses renomados pensadores e estrategistas militares.

A propósito, a idealização de um conceito de *guerra absoluta*, o entendimento da guerra real com *uma contradição em si mesma* e a definição de Beaufre para estratégia como a “arte da dialética das vontades” são concepções bastante ilustradoras das asserções acima.

Beaufre será uma referência permanente, nele bus-

car-se-á o fio da meada para o conhecimento e a compreensão da estratégia operacional. Antes, porém, cabe um esclarecimento. Os diversos autores e trabalhos compulsados fazem referências a nomenclaturas distintas ao tratar da estratégia operacional. O estrategista francês refere-se, constantemente, a *estratégia operacional*; já as publicações americanas mencionam os termos *arte operacional* e *nível operacional*; enquanto outros autores utilizam a sigla MEO (*manobra estratégico-operacional*) na abordagem do tema. Embora se reconheçam as distinções conceituais, opta-se daqui por diante por esta última expressão, já que a manobra, no dizer do próprio Beaufre, é o elemento dinâmico e mandatário da estratégia operacional.

De maneira geral, identifica-se a origem da MEO no século XIX com Napoleão Bonaparte. Mais adiante, com o advento da Revolução Industrial, incrementando vertiginosamente as capacidades de transporte, comando e controle e de destruição dos armamentos, redimensionando o espaço, o tempo e os meios empregados nos conflitos, configurou-se a existência objetiva deste nível distinto na arte da guerra: o operacional (figura 1).

O mecanismo de evolução apresentado a seguir está organizado a partir dos dados coletados no capítulo II – Estratégia Militar Clássica, de Introdução à Estratégia,

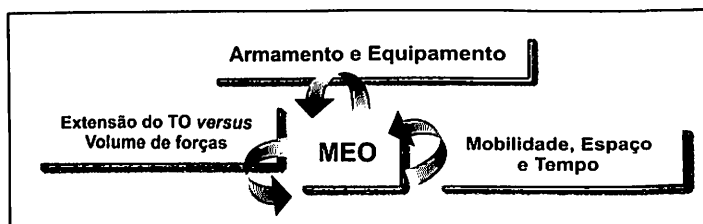


Figura 1 – A evolução para concepção da manobra estratégico-operacional (MEO)

e depois comparados e relacionados com outras fontes. Beaufre identifica cinco fases, às quais toma-se a liberdade de acres-

centar mais uma, entendendo que a dinâmica doutrinária já evidencia a existência de um novo nível.

Fases	Período	Comentários
Operações (Op) e batalhas distintas e independentes	Da Antigüidade até o fim do século XVII	
Op e batalhas distintas, mas ligadas.	Período Napoleônico	... o princípio divisionário as Op comandam a batalha o dispositivo operacional distinto do dispositivo de batalha ...
Op e batalhas confundidas	Século XIX – Guerra da Secessão e na Manchúria – Guerra da Tríplice Aliança	... as colunas paralelas transformam-se em frente ... consagra o fracasso definitivo da manobra de envolvimento a era da cinemática das operações termina ...
Frente de batalha igual ao teatro de operações	I GM – Batalha do Marne	... as operações se resumem a uma pesada dinâmica de força...
A batalha prepara as operações	II GM – Invasão da Polônia e da França – A <i>blitzkrieg</i>	... a mobilidade tática do ataque atinge, enfim, nível suficiente em relação à mobilidade estratégica das reservas... ... retoma-se a guerra de movimento... o fator movimento retoma toda a sua importância. ... a inversão estratégica (em relação ao século XVIII): a batalha precede e prepara as operações decisivas.
Frente de batalha inferior ao teatro de operações	Final do século XX – Doutrina Air-Land Battle – Doutrina Delta do EB	...a batalha terrestre em grande profundidade... desenvolvendo-se em superfície, e não mais ao longo da frente... ...instabilidade estratégica muito grande... aceitar intervalos e concentrar ou estabelecer vigilâncias em largas frentes e, com isso, estabelecer pontos fortes insuficientes...
As operações preparam a batalha	Século XXI – Guerra do Golfo – Guerra do Afeganistão	...a MEO prepara a batalha... que pode ocorrer ou não....

O mecanismo evolutivo das operações terrestres segundo Beaufre

Distingue-se, observando o esquema, o surgimento de dois significantes, que se supõem distintos: operações e batalha. Assim cabe identificar a diferença. Para Beaufre, a batalha é o choque; para Clausewitz, o “supremo ato de violência destinado a compelir o adversário a submeter-se à nossa vontade”. Já as operações, para o francês, “é o conjunto de disposições e de manobras” que devem levar à batalha nas condições mais favoráveis. No entanto, o prussiano não identificou formalmente um nível intermediário entre a tática e a estratégia.

Interessantemente, esta diferenciação já pode ser observada em Von Bernhorst (1733-1814), Von Bülow (?-1807) e Jomini (1779-1869), os quais distinguem na guerra os momentos de batalha e, ousa-se se expressar assim, os momentos de “não-batalha”. Observe-se o quadro abaixo.

Von Bernhosrt	“(estratégia) é arte da marcha, e tática como a arte do combate”.
Von Bülow	“(estratégia) é a ciência dos movimentos guerreiros, fora do campo de vista do inimigo, a tática no interior deste”.
Jomini	“(estratégia) é a arte de direcionar massas para o teatro de operações”.

Distinções pré-Clausewitz de tática e estratégia

Nomina-se o quadro “distinções pré-Clausewitz”, pois se entende que a obra do prussiano é o “ponto culminante” da evolução conceitual da MEO. Ele submete a guerra à política ao definir a estratégia como “a teoria do emprego de combates para atingir o objetivo da guerra” e restringe a tática como “a teoria do emprego da força militar em combate”.

Ora, submetendo a estratégia à política e res-

tringindo a tática ao combate, evidencia-se um espaço conceitual e objetivo entre a estratégia e a tática. Acrescente-se por curiosidade que Frederico, o Grande, e os seus contemporâneos utilizavam a expressão “campanha” para esse nível “fora do campo de vista do inimigo”. Bem, neste momento de indefinições, entram em cena os alemães.

Eles percebem a existência de uma charneira entre a concepção e a execução, entre o que se “quer fazer” ou “deve fazer”, e o que as condições técnicas tornam possível. Esta articulação essencial recebeu, no domínio militar terrestre, o nome de estratégia operacional (“operativ”). (figura 2)

As circunstâncias que possibilitam esta percepção exigem análise apurada e se constitui em propósito sobremodo ambicioso para o fôlego do ensaísta. No entanto, al-

gumas externalidades do fenômeno podem ser assinaladas.

Por exemplo, com exceção da Prússia, no século XIX, os corpos de exército foram organizados às vésperas da guerra, o que

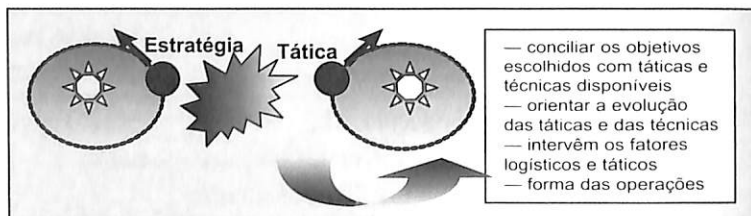


Figura 2 – A charneira operacional traduzindo a concepção em ação

funcionava como um freio para a modernização rápida e para a capacidade da tropa e dos líderes em desempenhar operações de larga escala.

Acrescente-se que Moltke, o Velho, para garantir um adequado - e isso significava livre - exercício das idéias estratégicas, criou comandos no exército, enquanto a autoridade nas questões táticas permaneceu com os comandantes de corpos e divisões. E, por fim, em 1821, o chefe do Estado-Maior alemão transforma-se no mais alto assessor em questão de guerra, enquanto o Ministério da Guerra ficava restrito ao controle político e administrativo do Exército.

Ainda em Moltke, o velho, observa-se o entendimento das inter-relações entre tempo e espaço, que acreditava que o espaço podia ser conquistado pelo tempo, daí com frequência se atribuir à doutrina alemã a paternidade sobre as concepções modernas sobre movimentos retrógrados.

Posteriormente, Moltke, o moço, e Schlieffen polemizam sobre a ação de comando na MEO, o primeiro sugerindo menor interferência do comando supremo, enquanto o segundo argumentava por maior centralização.

A mentalidade germânica enseja um ambiente criativo, pois percebem que a estratégia "era um sistema de expediente" *ad hoc* e, como tal, incorpora na sua essencialidade a liberdade de pensar e agir. Neste ambiente, consolidou-se a *auftragstaktik*; os modelos de MEO, a *niederwerfungstrategie* (estratégia da aniquilação), a *ermatungstrategie* (estratégia da exaustão) e a *blitzkrieg*.

O advento da Segunda Guerra Mundial caracteriza a superioridade qualitativa da MEO alemã, que atinge seu "ponto culminante sobre os dos demais contendores,

contudo, isso não lhes assegura a vitória. Surpreendentemente, observar-se-á os vencedores herdando e incorporando a sua doutrina as concepções da MEO alemãs".

APROFUNDANDO CONCEITOS FUNDAMENTAIS

"É preciso ao mesmo tempo apoiar-se sobre a experiência passada e inventar a adaptação dessa experiência aos novos meios."

André Beaufre

Tempo e espaço são idéias constantemente referenciadas pelos grandes capitães e estudiosos da estratégia. Napoleão refere-se a estratégia como "a arte de servir-se do tempo e do espaço"; Beaufre utiliza a expressão "eixo de coordenadas" para aludir as duas idéias; Liddel Hart assinala que tempo é fator; e, finalmente, encontram-se referências norte-americanas afirmando que "o tempo é mais que um meio, é uma arma em si mesma".

Aqui retoma-se a Filosofia como auxiliar no entendimento operacional para tempo e espaço. Bem, utiliza-se adrede o léxico "idéia" para referir-se a tempo e a espaço, sustentando-se no filósofo David Hume (1711-1776), para quem ambos são impressões do pensamento e raciocínio, ou, em Kant, que os entende como modos de apreensão da realidade. O conceito empregado no ensaio orienta-se pelo enfoque do escocês, que conclui que ambos - tempo e espaço - "são decorrências da experiência e dos sentidos e podem ser percebidos por uma outra idéia: a dimensão".

E com essa premissa metafísica salta-se para concepção do autor argentino Roberto

L. Petrusio para o tempo. Ele, em amplo trabalho para o Instituto de Publicaciones Navales, relaciona quatro manifestações para o tempo (figura 3).



Figura 3 – O tempo e suas dimensões

Em resumo, o tempo-oportunidade é binário, refere-se a fazer ou não fazer algo; a sequência é a ordem que se sucedem fases ou ações conexas entre si; o ritmo diz respeito à rapidez da sucessão de ações; a duração é o tempo expressado tomando como base unidades estabelecidas, horas, dias etc.

No contexto desta abordagem, curiosamente se registra que Clausewitz destaca uma importante diferença de temporalidade entre tática e estratégia, identificando na primeira o uso contínuo de força, enquanto, na segunda, caracterizando a simultaneidade do emprego de forças.

Prosseguindo, outro conceito relacionado à MEO que deve ser incorporado é a discussão. Beaufre chama de “quantidade de forças materiais e morais” e o autor argentino supramencionado denomina “massa”. Prefere-se este entendimento e busca-se uma in-

teração entre os conceitos fundamentais da MEO, por intermédio de uma representação gráfica (figura 4) e expressões matemáticas, como um recurso de metalinguagem para robustecer a argumentação.

Observe-se que pode ser relacionado, utilizando-se expressão matemática, as dimensões do tempo com massa. Tome-se por exemplo a mobilização de meios que depende estritamente do tempo-duração, bem como asseverar que o tempo-oportunidade pode potencializar o “efeito massa”, desde que o oponente seja surpreendido por uma ação antecipada.

O tempo-ritmo e o tempo-duração podem ser acelerados ou reduzidos, consoante as características do espaço. Ademais, os já mencionados movimentos retrógrados materializam soberbamente a relação entre as dimensões, uma vez que se efetivam na transformação de espaço em tempo por uma massa menor em face de uma maior. Já em uma operação de aproveitamento do êxito ou perseguição, dá-se exatamente o oposto, o tempo-ritmo é acelerado para “consumir o espaço” do oponente.

Quanto às interações de espaço e massa, pode-se ilustrar com a determinação do

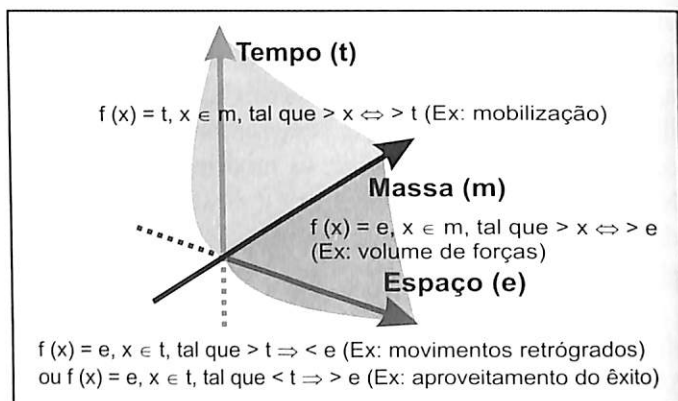


Figura 4 – Uma visão ampliada dos eixos de coordenadas de Beaufre para a MEO

“volume de forças”, conceito eminentemente operacional, a ser alocado para determinada operação.

Enfim, todas estas especulações perseguem um único propósito, que é verter a reflexão em ação. Dessa forma, especulações filosóficas à parte, o estudo dos “eixos de coordenadas” da MEO permite estabelecer integrações pertinentes aos estudos de situação do decisor estratégico operacional. E mais ainda retomar o conceito norte-americano de que “o tempo é mais que um meio, é uma arma em si mesma”.

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

“A adoção da arte operacional pelo Exército (norte-americano) é talvez a mudança mais importante na doutrina (norte-americana) desde o final da Segunda GM.”
Military Review

Modernos conceitos operacionais na doutrina norte-americana

As modernas abordagens sobre a MEO são encontradas na doutrina militar norte-americana. Segundo eles, é na MEO que as campanhas e operações principais são planejadas, conduzidas e apoiadas para atingir objetivos estratégicos dentro do teatro de operações ou áreas de operações. Acrescenta-se que é na MEO que a cooperação entre forças torna-se um imperativo.

A observação da Doutrina Air-Land Battle, baseada em quatro princípios – iniciativa, agilidade, profundidade e sincronização –, desenvolvida na década de 1980, inclui definitivamente o conceito do nível operacional da guerra na doutrina mi-

litar norte-americana. Atente-se que os princípios estão inextricavelmente ligados às idéias de tempo, espaço e massa.

Tome-se por o exemplo a iniciativa. O que é a iniciativa? É a capacidade de ameaçar primeiro, segundo concepção coletada em *Military Review*. Ora, “ameaçar primeiro” relaciona-se com tempo-oportunidade, da mesma forma como não identificar profundidade na idéia de espaço?

Dito isso, apresentam-se alguns entendimentos compulsados em manual da Otan e do Exército norte-americano, os quais indubitavelmente são originários no conceito “ônibus operativ”. Alguns poucos já estão sendo incorporados à doutrina militar brasileira (Doutrina Delta), embora tal procedimento não tenha sido acompanhada, fora do âmbito acadêmico, por profundas reflexões, à semelhança do ocorrido no Exército norte-americano.

Na verdade, embora o pesquisador possa se deleitar na busca das “causas primeiras” das formulações da MEO entre os pensadores prussianos e alemães ou na leitura sobre Napoleão e Frederico, o Grande, a aplicação prática da teoria deverá ser procurada na doutrina norte-americana.

A MEO na doutrina militar brasileira

Indubitavelmente, a IP 124-1, Instruções Provisórias. – Estratégia (1993) foi o primeiro documento doutrinário que mais pode esclarecer sobre o entendimento formal do nível operacional no Exército Brasileiro. Existem outros, como o C 124-1 (2001), que apresenta acréscimos importantes, mas com a dimensão da abordagem ainda reduzida, bem como o C 100-5 – Operações, que apenas transcreve o supramencionado manual.

Conceito	Observações
Centro de Gravidade (COG)	É um conceito “clauswitzniano”. Curiosamente, os manuais compulsados estendem o conceito para os níveis tático, operacional e estratégico.
Ponto Decisivo	Guarda semelhanças com o conceito de acidente capital, mas é mais abrangente, pois o ponto decisivo não se limita a acidentes geográficos.
Aproximação direta e indireta	É uma aplicação de Clausewitz e Liddel Hart, respectivamente.
Linha de operações	Grosso modo, é um conceito da “doutrina geométrica”, expressão utilizada por Beaufre; a ele estão associadas as concepções de manobra concêntrica e de linhas interiores.
Ponto Culminante	É um conceito “clauswitzniano”. Tem conteúdo temporal e depende sobremodo da experiência e sensibilidade do comandante.
Tempo Pausa operacional Fase	Estão relacionados com as dimensões do tempo já discutidas.
Planos básicos, de contingência e subseqüentes.	São necessidades decorrentes da grande variabilidade a que está sujeita a MEO. O processo de planejamento militar (PPM) utilizado pela Marinha do Brasil e o MD33-M-05 – Manual de PPM para operações combinadas.

Conceitos operacionais na doutrina norte-americana e da Olan

No entanto, do estudo da IP observa-se uma distribuição de capítulos claramente com prevalência do enfoque estratégico sobre o operacional. Na verdade, os capítulos de 1 a 4 são adaptações do método de planejamento da Escola Superior de Guerra em nível militar. A IP apresenta três idéias-forças sobre MEO:

– “... parte integrante do escalonamento da guerra...”

– “...centro da tríade hierárquica de termos...tem, por necessidade, uma certa ambigüidade...”

– “...caracterizando-se, assim, o terceiro nível da estratégia...conduzida preponderantemente no teatro de operações...”

Capítulo	Assunto	Nº Fl	Tópico
1	Estratégia	24	Estratégia Geral Histórico
2	Estratégia Militar	13	Estratégia Militar
3	Estudo Estratégico de Área	7	Estratégia Geral Metodologia da ESG
4	Planejamento Estratégico Militar	10	Estratégia Militar Metodologia da ESG
5	Estratégia Operacional	8	Estratégia Operacional

A distribuição de assuntos na IP 124-1

Inicialmente, ressalta-se que considerações como “escalonamento da guerra”, “tríade hierárquica de termos” e “ambigüidade” são expressões vagas que poderiam ser substituídas por abordagens mais específicas sobre ciência, filosofia e arte da guerra.

A MEO, na IP, é entendida como “a arte de deslocar, desdobrar, preparar e empregar forças do teatro de operações(TO), visando a alcançar, nas melhores condições, os objetivos fixados pela estratégia militar adotada”. Dessa forma identifica-se um nível operacional para o TO e um nível operacional terrestre. Vale dizer, um combinado e/ou outro singular.

Ainda cabe a reflexão de que a MEO é apresentada a partir de suas manifestações externas, como as ações a empreender, a caracterização de tipos e formas de manobra e condições de faseamento, o que revela insuficiência ou dificuldade para apreender o fenômeno em sua totalidade. De fato, o manual não é analítico, talvez não devesse ser, mas, sim, meramente descritivo.

Bem, os manuais do Ministério da Defesa fazem “tábula rasa” do nível operacional. O manual MD 33-M-04 (Doutrina) não menciona ou não reconhece a existência formal de um nível operacional ou de uma arte operacional. Vale destacar trechos esclarecedores de sua natureza estratégica:

- Na seção 4 do capítulo VI - DAS FORÇAS ARMADAS - aborda as áreas de responsabilidade, identificando um TO na qual se realizariam “as operações militares de grande vulto”.

- Na seção seguinte, que versa sobre comandos operacionais, assinala os diversos que integram a Estrutura Militar de Guerra, ao quais cabe “a execução da campanha militar e demais ações militares”.

- Na seção 6 - Classificação das Operações Militares, quanto às forças empregadas, menciona o emprego combinado e, em seguida, surpreendentemente, assinala que quanto à natureza as operações podem ser estratégicas e táticas.

É evidente que “operações militares de grande vulto”, “campanha militar” e “emprego combinado” dizem respeito a MEO, de modo que há inexplicavelmente uma lacuna doutrinária.

Isto posto, cabem algumas considerações:

- Nas Forças Armadas brasileiras quem é ou são os formuladores da doutrina operacional? Onde ela deverá ser expressa?

- Existe uma doutrina operacional singular e uma doutrina operacional combinada?

- Não há necessidade de tratar as operações combinados dentro de um contexto conceitual e doutrinário mais amplo e envolvente: a manobra operacional?

CONCLUSÕES

A discussão temática pode ser aprofundada, de modo a permitir o aperfeiçoamento dos conceitos e práticas da doutrina militar brasileira em nível operacional, observadas as idiosincrasias da cultura e da história que moldaram a formação do pensamento militar nacional.

Outra questão proposta refere-se à qual elemento, na atual estrutura militar brasileira, cabe a elaboração da doutrina no nível operacional, de vez que os comandos combinados, por excelência, representam as estruturas adequadas para a elaboração de teorias e otimização das práticas nesse nível, mas que, no entanto, não são previstos na atual estrutura do Exército Brasileiro, desde o tempo de paz.

Decorre daí o questionamento: não caberia ao Estado-Maior de Defesa, coadjuvado pelo estados-maiores singulares, a tomada de iniciativa para elaborar, refletir e orientar a aplicação dos conceitos operacionais nas Forças Armadas brasileiras?

Naturalmente, a compreensão de uma questão multifacetada como esta requer uma abordagem parcimoniosa. Isto é irretorquível. Acontece que as mesmas sensibilidade interferiam no processo de integração das Forças Armadas norte-americanas até o advento da Emenda Goldwater-Nichols de 1986, quando, então, os interesses corporativos sucumbiram diante da vontade mandatória do componente político.

Outra curiosidade é que do estudo dos comandos operacionais de mais alto nível das três forças singulares da estrutura militar brasileira - o Comando de Operações Navais (Comonav), o Comando de Operações Terrestres (Coter) e o Comando de Defesa Aeroespacial (Comdabra) - emerge a discussão sobre o controle em nível operacional: dirigir ou comandar? Moltke ou Schlieffen? Está aí uma vetusta discussão em aberto. Particularmente, tem-se a convicção que a solução da Força Aérea e Marinha é a melhor.

Por último, busca-se a síntese das concepções registradas ao longo do ensaio, de modo esquemático, assinalando-se o enquadramento da MEO e sua interação com a estratégia militar e a tática. É evidente que o esquema tende a ser reducionista, decorrendo daí a necessidade de alguns comentários.

Entende-se que a doutrina e as concepções da MEO devem se estender, e isto significa responsabilidade no planejamento, no preparo e na execução, desde o MD, por intermédio do Estado-Maior de Defesa (EMD), até o nível tático, dos grandes comandos e unidades das Forças Singulares. Também acredita-se que não se concebe a MEO singular, consoante depreendeu-se da leitura do manual MD 33-M-04.

No que diz respeito à natureza dos objetivos, apropria-se da concepção de Clausewitz, ou seja, identificam-se objetivos da (ou para a) guerra, assinalados pela política, e, se for o caso, vertidos para o nível estratégico militar; e objetivos de guerra, abrangendo os operacionais e táticos.

Os primeiros constam de Diretrizes de Planejamento Militar (DPM), ou apresenta-se como sugestão: Diretrizes de Planejamento Estratégico Militar (DPEM), os outros estão assinalados nos planos de campanha e planos operacionais singulares.

A MEO deve constar em planos de campanha e desdobra-se em esforço, operação e ação. O esforço, eminentemente combinado, é conduzido em direções estratégicas de atuação (DEA) por grandes comandos operacionais e, eventualmente, por grandes unidades.

Já a operação e a ação são conduzidas por grandes unidades em direções táticas de atuação.

ESTRATÉGICO		OPERACIONAL		TÁTICO
POLÍTICO - PR e conselhos		MD - EMD ou EMCS	COMANDO OPERACIONAL	
OBJETIVO ESTRATÉGICO MILITAR		OBJETIVO OPERACIONAL		OBJETIVO TÁTICO
OBJETIVO DA GUERRA		OBJETIVOS DE GUERRA		OBJETIVOS DE GUERRA
DPM		PLANOS DE CAMPANHA		
		ESFORÇO	OPERAÇÕES	AÇÕES

Figura 6 - Uma visão sintética das interações estratégia, MEO e tática

Obs: PR - Presidente da República; EMCS: Estado-Maior do Comando Supremo; EMD - Estado-Maior de Defesa

ção, sendo a primeira, necessariamente, combinada, enquanto a segunda pode ser singular.

A sistematização é um esforço comum nas ciências, tanto quanto a doutrina, *latu sensu*, visa ao entendimento comum de conceitos e procedimentos dentro de áreas específicas do conhecimento humano. Isto posto, reconhece-se a temeridade de resumir as

idéias e percepções sobre a MEO no esquema adrede. No entanto, a motivação e a inspiração para correr-se tal risco podem ser encontradas nesta citação final compulsada de *Introdução à Estratégia*:

“...toda inovação constitui um risco maior, mas toda rotina está antecipadamente voltada ao fracasso...” ●

BIBLIOGRAFIA

- BEUAFRE, André. *Introdução à estratégia*; tradução de Luiz Alencar Araripe. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Ed., 1998.
- DEFARGES, Philippe Moureau. *Problemas Estratégicos Contemporâneos*; tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Ed., 1999.
- Estado-Maior do Exército. *C 124-1 - Estratégia*. 2001
- _____. *IP 124-1 - Estratégia*. 2001
- _____. *C 100-5 - Operações*. 1997
- HOLBORN, Hajo. *A escola germano-prussiana. Moltke e a Ascensão do Estado do Estado-Maior*. In Os Construtores da Estratégia Moderna. De Maquiavel à Era Nuclear. Tomo 1. Biblioteca do Exército, Ed., Rio de Janeiro, 2001.
- PERTUSIO, Roberto L. *El tiempo conforme a sus diversas acepciones*. In Estrategia Operacional. 2ª edición. Instituto de Publicaciones Navales. Buenos Aires, Argentina, 2000.
- MCCORMICK, Michael. *Novo Manual FM 100-5: O Retorno à Arte Operacional*. - EUA, Military Review, 1º trimestre, 1998.
- ROTHENBERG, Gunther E. *Moltke e Schlieffen. Doutrina do Envolvimento Estratégico*. In Os Construtores da Estratégia Moderna. De Maquiavel à Era Nuclear. Tomo 1, Biblioteca do Exército, Ed., Rio de Janeiro, 2001.
- LUVAAS, Jay. *Frederico, o Grande e a arte da guerra*; tradução do inglês de Joubert de Oliveira Brizida. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Ed., 2001.



*Seja assinante
da BIBLIEX
e receba sempre
bons livros*



Considerações sobre o gerenciamento de crises político-estratégicas¹

Antonio Eudes Lima da Silva*

RESUMO

O autor estuda os conflitos que envolvem situações de crise ou de guerra e discute o gerenciamento de *crises político-estratégicas*, destacando que se deve evitar que terceiros interfiram na manobra da crise. Discute, também, o papel do Conselho de Governo como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental e de gerenciamento de crises.

PALAVRAS-CHAVE

Crise, crise político-estratégica

“O conflito é inerente à condição humana e não se vislumbra a época em que vá deixa de existir.”

O tema *conflito* tem sido objeto de várias teorias ou escolas. Todas consideram, contrária ou favoravelmente, o uso da força, ou a ameaça de seu uso, com o propósito de dirimir um conflito. Em última análise, a diferença fundamental gira em torno da existência ou não de certas propensões naturais ao ser humano, como a violência. É uma discussão tão antiga como a própria existência humana.

Independentemente de qualquer debate, a existência do conflito é um fato

desde os primórdios da humanidade e não se vislumbra o tempo em que deixe de existir. Evidentemente que, de várias maneiras, tem-se avançado no controle e na prevenção de conflitos, mas tal avanço não significa a sua erradicação. Conseqüentemente, os Estados, baseados na realidade de que os conflitos continuarão existindo, devem prever medidas adequadas para fazer frente a uma situação de conflito.

O conflito envolve situações de crise ou de guerra. No presente artigo, serão re-

* O autor é Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Colaboração da ECEME.

alizados comentários sobre peculiaridades no gerenciamento de crises, bem como algumas diferenças entre as estruturas permanentes e as *ad hoc*, estabelecidas para esse gerenciamento ou manobra de crises.

Por fim, serão feitas breves considerações sobre a estrutura brasileira para manobras de crises.

O CONFLITO

“Conflito é um fenômeno social caracterizado pelo choque de vontades, decorrente do confronto de interesses, e constitui uma forma de se buscar uma solução ou compromisso” (Manual EMA-321 – Estratégia e Manobra de Crises, da Marinha do Brasil).

Quando o conflito envolve dois ou mais Estados soberanos e ameaça interesses considerados importantes, chega-se ao conceito de Conflito Internacional. O conflito, sendo inerente ao ser humano, é parte da relação entre nações e pode ocorrer devido a fatores históricos, étnicos, sociais, econômicos, religiosos ou ideológicos. Entretanto, são as razões econômicas, geopolíticas ou ações políticas as causas mais frequentes de um conflito internacional, ainda que a(s) razão(ões) aparentes ou conjunturais sejam distintas.

Outros fatores de desencadeamento de conflito são a expansão do crime organizado e facilidades de acesso a armas de destruição massiva, por parte de grupos irregulares. O volume de dinheiro gerado pela tráfico ilegal de drogas e de armas, somado à dificuldade de controle, representa para os Estados um desafio na busca de reduzir fontes de conflitos futuros.

A capacidade que tem um Estado para influir no curso da conjuntura internacio-

nal, por meio de sua ascendência cultural e de seus poderes econômico e tecnológico, denomina-se influência. A qualidade da sua expressão diplomática é fundamental para aumentar esse grau de influência.

A classificação dos conflitos é variável, segundo os fatores que os tipificam: duração, intensidade, amplitude, âmbitos de ocorrência, natureza e quantidade dos atores envolvidos etc. Segundo tais critérios, uma classificação simples permitiria identificar conflitos de longa e curta duração; de alta, média e baixa intensidade; locais, regionais ou globais; internacionais (externos) ou nacionais (internos); regulares e irregulares; bilaterais ou multilaterais.

Um determinado conflito, em estado latente, ao ser ativado por quaisquer das partes envolvidas ou, até mesmo, por todas essas partes, desencadeará uma crise e/ou uma guerra - evidentemente em se tratando de um conflito de típico emprego (ou da possibilidade de emprego) de forças militares.

No caso da guerra, a despeito do grande trabalho que será desenvolvido pela diplomacia, o esforço maior caberá à expressão militar.

Um aspecto importante é considerar, em função da evolução das relações internacionais, particularmente depois do término da Guerra Fria, qual ou quais formas de conflito se tornam mais prováveis que outras.

É lícito supor que, em um cenário caracterizado por tendências globalizantes e de integração regional, a crise é um tipo de conflito mais frequente do que a guerra.

A guerra

Trata-se, em termos gerais, de um confronto armado e violento, entre dois ou mais Estados soberanos que lutam para

resolver uma contraposição de interesses onde se vêem ameaçados objetivos vitais, normalmente associados ao que se considera a necessidade de sobrevivência. Deste fenômeno social, participam todas as expressões do Poder Nacional, com predominância de expressão militar. Não é fácil, entretanto, precisar quando um confronto armado entre dois ou mais Estados é realmente uma guerra.

A guerra não é um fim em si mesma, e sim somente um meio para lograr uma paz mais estável e duradoura. É o último recurso de que dispõem os povos, depois de esgotadas todas as instâncias para alcançar uma solução por meios pacíficos.

Em todo caso, a guerra não surge intempestivamente. Supõe a existência de *interesses nacionais*² contrapostos e de antagonismos diversos. Geralmente, é resultado de um processo de tensão crescente cuja duração é variável. Normalmente, chega-se à guerra somente depois do fracasso das iniciativas político-diplomáticas na busca de uma solução para a(s) causa(s) da tensão. Portanto, a guerra normalmente é precedida de uma crise.

A crise

A palavra crise tem um espectro muito amplo: momento crítico ou decisivo; situação aflitiva; conjuntura perigosa, situação anormal e grave; momento grave, decisivo etc; seja no campo individual ou quaisquer dos campos de uma sociedade. É empregada para caracterizar situações que vão desde desastres naturais, de natureza interna, até confrontos de interesses entre dois ou mais paí-

ses. Sabemos as conseqüências geradas pelas crises, que as mesmas são potenciais, ocorrem a qualquer momento, em qualquer lugar e causam danos incalculáveis à população, à economia, ao meio-ambiente e demandam uma reação por parte dos Estados, muitas vezes no seu mais alto nível, devido a sua magnitude.

A Escola Superior de Guerra define crise como "um estado de tensão, provocado por fatores internos e/ou externos e regido por um choque de interesses que, se não administrado adequadamente, corre o risco de sofrer uma escalada³, até a situação de guerra".

A crise intencional resulta de um desafio deliberado de pelo menos uma das partes, ameaçando interesses importantes do oponente. A crise não intencional é ativada por evento(s) fora do alcance das partes envolvidas.

A crise pode ser também um instrumento político que um Estado emprega deliberadamente para lograr certos objetivos. Neste caso, uma crise pode ser inspirada por interesses diversos: políticos, econômicos, estratégicos, étnicos, sociais etc. Entretanto, o fator essencial para o êxito é que os interesses que estejam em jogo não sejam de importância tão relevante, nem muito menos vitais para o oponente, para que este se disponha a abdicar de tais interesses, diante das pressões e demandas recebidas.

A crise é um conflito de intensidade limitada, onde os fins são alcançados sem que se recorra ao emprego generalizado e intenso da força militar. O que se pretende é atingir certos objetivos mediante pressões ou

² "Condições reais ou potenciais, cuja busca ou proteção se considera vantajosa para a nação. Normalmente, guardam relação com os objetivos nacionais.

³ escalada: incremento do nível de violência, podendo ou não envolver terceiros.

negociações, ainda que sempre esteja presente o risco de que, por diversas razões, não se consiga impedir a escalada e se chegue ao uso generalizado e violento da força.

Em face do exposto acima, chegamos às seguintes modalidades de crise externa: a crise internacional⁴ e a crise político-estratégica⁵. No presente artigo, consideraremos apenas a segunda modalidade.

A CRISE POLÍTICO-ESTRATÉGICA

As situações de crise político-estratégica se caracterizam pelos seguintes aspectos: *transitoriedade* – as crises implicam a existência de desequilíbrios políticos, pelo quais será normal que a situação tenda a buscar um novo nível de estabilidade, seja através de um acordo ou de um conflito de gravidade superior (guerra); *urgência* – nas crises se tem a sensação de que as decisões devam ser tomadas com rapidez. Essa sensação pode contribuir para uma prematura tomada de decisão; *risco* – os períodos de crises são também de risco, pois existe o perigo de que a situação se descontrole e escale para níveis de violência indesejáveis.

O risco, por sua vez, é caracterizado pela:

a. Incerteza – As decisões costumam ser tomadas com a sensação de que não se têm informações suficientes. Existem freqüentes dúvidas quanto aos efeitos de cada ação sobre a psicologia do oponente.

b. Importância do fator psicológico – A luta que se delineia nas situações de crise é, basicamente, uma confrontação entre as

psicologias de quem as conduzem. Assim, é de fundamental importância a avaliação da personalidade dos governantes, grupos sociais e nacionais diretamente envolvidos ou possíveis de influírem na crise.

c. Aceitabilidade – Na avaliação dos possíveis modos de ação a implementar para conduzir uma crise, adquire importância muito especial o fator aceitabilidade, consequência dos benefícios que cada ação poderá resultar, frente aos riscos que ela implica.

A MANOBRAS DE CRISE

Considerando-se a crise como a forma mais freqüente de conflito, faz-se necessário visualizar a maneira mais adequada de lidar com elas.

Define-se a manobra⁶ de crise como a aplicação do Poder Nacional, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, na busca de uma solução de compromisso favorável com o desenrolar da crise, em suas fases de desafio, reação e desenvolvimento.

Neste sentido, as forças militares, localizadas no cenário onde se desenvolve a crise, devem estar, obviamente, integradas com as demais expressões do Poder Nacional, buscando explorar vulnerabilidades do oponente, considerando-se a dissuasão como efeito desejado comum a qualquer crise.

Os países que assimilaram a importância e incorporaram a noção de manobra de crises às suas concepções estratégicas devem obter coerência e unificação de con-

⁴ É a crise que ocorre entre países, sem que se chegue a cogitar o emprego do poder bélico. Normalmente ocorrem por contraposição de interesses econômicos.

⁵ É um conflito político-social em que um ator busca impor sua vontade sobre outro, por meio da ameaça ou uso da força. É cogitado o uso da violência para a consecução de objetivos politicamente determinados.

⁶ Também chamada de manejo, gestão ou gerenciamento de crise. Em se tratando de crise político-estratégica, o termo mais usual é manobra de crise.

ceitos, nos níveis tático, estratégico e político, bem como normas integradas de procedimento e regras de engajamento. Mais ainda, é essencial que os condutores (chefes de governo) dotem-se de uma assessoria política, diplomática, estratégica e jurídica. Esta equipe, cuja missão é conceber a manobra de crise, denomina-se gabinete de crise.

Com o propósito de esclarecer possíveis confusões a respeito da conceituação de manobra de crises, é válido afirmar que:

- a solução a longo prazo de desacordos políticos entre Estados não é considerada manobra de crises, e sim relações diplomáticas normais; e

- a eliminação da tensão, decorrente da capitulação de uma das partes, tampouco é considerada manobra de crises, e sim meramente uma derrota.

A manobra de crise político-estratégica nada mais é do que um processo de negociação que inclui, como uma das variáveis significativas do processo, a ameaça tácita ou explícita do emprego de força na defesa dos interesses em disputa, explorando a capacidade de infringir danos ao adversário, a fim de que ele não inicie uma ação, ou então que cesse uma ação já iniciada.

Normalmente, as guerras, ainda que limitadas, são o resultado de um fracasso na manobra de crise. Como exemplos clássicos de manobras de crise bem e malsucedida, podemos citar, respectivamente, a crise dos mísseis soviéticos instalados em Cuba, em 1962, e a crise europeia que precedeu a Primeira Guerra Mundial.

As condições essenciais para uma efetiva manobra de crise são:

- limitar objetivos estabelecidos. Em nenhum caso, deverão comprometer inte-

resses vitais para o oponente, evitando-se respostas indesejadas dele, a quem deverá sempre ser deixada a opção de uma saída honrosa. Deve-se também evitar que terceiros interfiram na manobra da crise. Pode-se dizer que os objetivos da manobra de crise são delimitados pelas instituições e práticas que orientam o emprego dos instrumentos de força à disposição dos Estados - militares e não militares -, capazes de impor uma percepção de coação ou de sustentar a violência coletiva organizada;

- limitar o grau de violência, evitando-se uma escalada indesejada;

- manter permanentemente espaço para distensão, mediante planejadas e oportunas flexibilizações de postura;

- observar o princípio da oportunidade nas várias ações durante a manobra da crise;

- negociar adequada e competentemente, de modo a que o oponente visualize, para si, vantagens nas opções apresentadas e esteja disposto a conformar-se com algo menos que a vitória. As comunicações devem ser mantidas abertas entre as partes e a alternância de emprego de cada expressão do Poder poderá ser adotada.

A manobra é considerada um êxito quando se descarta a possibilidade de guerra, em um processo onde os objetivos estabelecidos são atingidos, com um mínimo de concessões.

A seqüência normal da crise, a partir de um conflito latente, abrange:

- o desafio, que constitui a ação inicial, explorando uma vulnerabilidade do adversário;

- a reação, que é a réplica destinada a neutralizar o desafio e a assumir a iniciativa das ações;

- o desenvolvimento, caracterizado por ações e reações com o intuito de resolver a crise, preservando ou conquistando os interesses em disputa. O desenvolvimento estende-se até o chamado *ponto de não retorno*⁷. Nesta etapa, o Poder Político tem vital importância nas negociações, já que lhe caberá toda a condução da manobra.

O problema central para cada protagonista de uma crise é o de estabelecer a credibilidade de suas ameaças e convencer o oponente da firmeza de sua vontade e determinação. O objetivo é, portanto, convencer esse adversário de que ele é a parte que deve ceder para evitar o desastre.

Como efeito dissuasório, o Poder Militar dá sustentação ao Poder Político, durante as negociações, ampliando ou reduzindo a capacidade de convencimento, conforme seja grande ou pequeno o poderio militar do ator.

Segundo o EMA-321, a análise dos sistemas usados nas inúmeras crises político-estratégicas permite a identificação de seis fases para a manobra de crise:

1ª Fase - identificação, acompanhamento e análise de cenários e situações com potencial de gerar crise: é a fase de preparo do poder e planejamento, onde o desafio é formulado ou identificado;

2ª Fase - decisão política de engajamento na crise: fundamenta-se na avaliação dos objetivos e dos riscos envolvidos;

3ª Fase - utilização e ativação de estrutura de assessoramento, planejamento e ação, no nível necessário: estabelece-se a natureza do comportamento - escalar, estabilizar ou distender - a partir dos critérios

de aceitabilidade, exequibilidade e adequabilidade de ações básicas para emprego das expressões do Poder Nacional;

4ª Fase - avaliação político-estratégica das ações básicas que conformarão o emprego das diferentes expressões do poder, em oportunidade e intensidade;

5ª Fase - mobilização e prontidão levadas a níveis que assegurem a disponibilidade dos recursos e a credibilidade no seu emprego; e

6ª Fase - confrontação: obtenção da solução de compromisso desejada; pode resultar em guerra ou em um estágio de negociação que provocará um novo nível de atitudes no relacionamento entre os oponentes, passando a ser, novamente, preocupação que merece a continuidade de acompanhamento e análise.

Os problemas de processamento de informações e da tomada de decisões sob condições críticas, os requisitos especiais relativos a comando e controle, a coordenação das ações diplomáticas, militares e econômicas e os problemas de comunicação com um oponente durante as crises e os métodos recomendados para mantê-la foram alvos de estudos e de pesquisas que culminaram com a elaboração dos seguintes requisitos necessários para a manobra de crises⁸:

- fazer com que as opções militares permaneçam controladas pelo nível mais elevado;

- coordenar as ações diplomáticas, militares e, se for o caso, as econômicas;

- restringir as ações militares àquelas que constituam claras demonstrações da sua determinação e que sejam adequadas aos seus propósitos limitados na crise;

⁷ Ponto crítico, a partir do qual ocorrerá o acordo (podendo persistir o conflito latente) ou o conflito armado.

⁸ MIRANDA, Napoleão José Guimarães de. *Crise político-estratégica: análise e gerenciamento*. Monografia. ECEME. Rio de Janeiro, 2000. Cap. 4.

- evitar ações militares que dêem ao oponente a impressão de que o outro lado está prestes a recorrer a uma guerra de grandes proporções e que, portanto, forcem-no a considerar a possibilidade de antecipar-se a ela;

- escolher as opções diplomático-militares que sinalizem uma vontade de negociar, em vez de buscar uma solução militar;

- selecionar opções diplomático-militares que dêem ao oponente uma saída para a crise, que seja compatível com os seus interesses básicos;

- conhecer e avaliar as vulnerabilidades próprias e as do oponente;

- assegurar credibilidade na determinação de assumir todos os riscos decorrentes;

- controlar as informações ao público e exercer operações psicológicas, procurando apoio das opiniões públicas, nacional e internacional; e

- manter autocontrole sobre o próprio comportamento e procurar exercer controle sobre o do adversário.

A manobra se subdivide em duas partes principais, que são o controle e a condução da crise. As ações de controle visam a manter a liberdade de ação e a evitar a escalada. Centralizam-se no mais alto nível decisório e deve-se contar com todos os elementos necessários para a tomada de decisões. Conhecimentos de aspectos relativos ao Direito Internacional e das posições de nações amigas e organismos internacionais, referentes à crise, são fundamentais.

A condução da crise constitui a manobra propriamente dita, buscando-se preservar a iniciativa e atingir os objetivos estabelecidos. Torna-se essencial lidar com os chamados fatores de tensão (incerteza; premência de tempo; interesses envolvidos; escala-

da indesejada até a guerra; opinião pública e vulnerabilidades próprias) e com o subjetivismo das percepções e suas influências (importância da comunicação; diferença entre percepção e a realidade; má avaliação das intenções adversárias e dos riscos; busca de influência sobre as percepções do adversário e de terceiros). Um exemplo de percepção equivocada foi a ocorrida na crise entre Argentina e Inglaterra, originando a Guerra das Malvinas.

A eficiência nas operações de inteligência e psicológicas e o emprego coordenado e cooperativo dos membros do gabinete de crise são também fundamentais para o êxito.

ESTRUTURA PERMANENTE *VERSUS* ESTRUTURA *AD HOC*

O preparo do Poder Nacional para enfrentar situações de crise tem início com os planejamentos. Com base nos valores e objetivos nacionais e nas conjunturas nacional e internacional, são estabelecidas políticas e estratégias em nível nacional que, listando hipóteses de conflito, dão origem a políticas e estratégias setoriais para o enfrentamento de crises e/ou de guerra. A partir daí, os órgãos setoriais realizam seus planejamentos que, coordenados e condensados em um plano nacional, colocam o país em condições de aplicar o seu poder na defesa dos seus interesses.

No Brasil, o esforço principal na manobra de *crise político-estratégica* cabe, conforme já mencionado, à expressão política do Poder Nacional, por intermédio da sua diplomacia, em coerência com a Constituição que preconiza a busca da solução pacífica de controvérsias, resguardando, devidamente, os interesses vitais do País.

Entre as diretrizes para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional do Brasil, destaca-se a de “aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito”.

A participação das Forças Armadas ocorre sempre de *forma indireta*, tudo em consonância com as atitudes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a quem caberá a predominância das ações.

Ao Ministério da Defesa (MD) incumbirá o respaldo às decisões tomadas, no campo político, pelo Presidente da República, a quem cabe conduzir as ações, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, no sentido de estabilizar, escalar ou distender a crise.

As decisões políticas do Presidente da República, no sentido de escalar, estabilizar ou distender, deverão estar alicerçadas em um eficaz assessoramento, somente possível a partir de informações precisas e oportunas e coordenadas, no mais alto nível, por um Gabinete de Crise.

O Brasil se ressent, a exemplo de outros países da América do Sul, como, por exemplo, Chile e Argentina, de uma estrutura permanente para assessorar o condutor político (Presidente da República) em situações de crises político-estratégicas. Nestes países, como no Brasil, os Conselhos de Defesa Nacional ou de Segurança Nacional (como no Chile), criados por dispositivos constitucionais, opinam sobre decretações de medidas extraordinárias e sobre ações que garantam a independência nacional e a defesa do estado democrático. Mesmo os países que possuem uma estrutura firmada para

lidar com crises internas carecem de estrutura física e, principalmente, da mentalidade necessária no que concerne às manobras de crises político-estratégicas. Ainda que as Forças Armadas sirvam tão-somente de respaldo às ações diplomáticas, é nelas que se encontra um maior grau de profundidade visando às manobras de crise.

Discute-se muito sobre as desvantagens apresentadas pelas estruturas *ad hoc*. Dificuldades para treinamento, falta de relacionamento pessoal, organizacional e profissional e pouca disponibilidade de tempo para estabelecimento de normas gerais de ação são algumas destas desvantagens em relação às estruturas permanentes.

No Brasil, além do já mencionado *Conselho de Defesa Nacional*, foi criado em 1998 o *Conselho de Governo* e, em 1999, a *Câmara de Relações Exteriores de Defesa Nacional (Creden)*.

O Conselho de Governo é o órgão de assessoramento imediato do Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental. Dele participam os ministros de Estado, os titulares de órgãos essenciais da Presidência da República e o advogado-geral da União. Quando a formulação de políticas públicas setoriais ultrapassar as competências de um único Ministério, esta será realizada por Câmaras do Conselho de Governo criadas em ato do Poder Executivo para esse fim. Para desenvolver as ações executivas das câmaras, serão constituídos comitês executivos, cuja composição e funcionamento serão também definidos em ato do Poder Executivo.

A Creden surgiu da natureza dos assuntos que a ela foram atribuídos, envolvendo a competência de, pelo menos, dois ministérios: o MRE e o MD. Seu objetivo é formu-

lar políticas, estabelecer diretrizes e aprovar e acompanhar os programas a serem implantados, no âmbito das matérias correlacionadas, inclusive aquelas pertinentes:

- à cooperação internacional em assuntos de segurança e defesa;
- à integração fronteiriça;
- às populações indígenas e aos direitos humanos;
- às operações de paz;
- ao narcotráfico e a outros delitos de configuração internacional;
- à imigração; e
- às atividades de inteligência.

Para promover informações ao Presidente da República, cabe à Creden, também, o permanente acompanhamento e estudo de questões e fatos relevantes com potencial de risco à estabilidade institucional.

Integrada pelos ministros de Estado da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores e pelos chefes da Casa Civil da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que a presidirá, dela também participam os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Quando necessários ao exercício de sua competência, representantes de outros órgãos do Governo poderão ser convidados a participar das reuniões da Creden.

As atividades de Secretaria-Executiva da Creden, inclusive as de articulação entre os órgãos do Governo Federal, entes da Federação e outros segmentos envolvidos, no que se relaciona com o objetivo da Câmara, caberão ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) com-

pete, entre outros encargos, assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises (sem distinguir entre internas e externas), em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional.

O Núcleo de Gerenciamento de Crises do GSI tem por objetivo acompanhar e avaliar assuntos de interesse imediato da segurança nacional que possam evoluir para uma crise e, neste caso, apoiar o processo de condução. É integrado por militares, analistas de Inteligência e por funcionários diplomáticos do MRE. De forma não permanente, agregam-se um especialista em comunicação social, assessores jurídicos, negociadores e peritos no tema que gerou a crise.

O MRE não possui uma estrutura permanente para o gerenciamento de crise no âmbito do Ministério. Na iminência de deflagração de uma crise, um gabinete é instituído *ad hoc* na Secretaria de Planejamento Diplomático, com integrantes dos departamentos geográficos e/ou temáticos envolvidos na crise, e com integrantes de outros órgãos, estranhos ou não ao MRE, de acordo com a conveniência.

No âmbito do Ministério da Defesa, a Marinha vem aprofundando pesquisas sobre o assunto e conduzindo simulações periódicas, para as quais são convidados representantes da administração federal. As demais instituições armadas vêm realizando estudos e emitindo diretrizes referente a gerenciamento de crises, como, por exemplo, o Exército, que aprovou recentemente uma diretriz para a Gestão de Crise⁹, no âmbito da instituição.

⁹ Portaria nº 013 do Estado-Maior do Exército, de 11 de março de 2002.

A seguir, como exemplo de país com estrutura permanente de manobra de crises, abordaremos a organização adotada na Espanha.

Considerando o objetivo de “consolidar a Espanha como membro da comunidade ocidental, plenamente integrado na nova estrutura da Aliança Atlântica e seu firme compromisso com a segurança da Europa”¹⁰, a Espanha conta, em sua estrutura para gerenciamento ou manobras de crises (internas ou externas), com:

- a Comissão Delegada do Governo para Situações de Crise (CDSC)¹¹, que materializa o controle da crise. É presidida pelo Presidente do Governo e integrada, em caráter permanente, pelos ministros de Assuntos Exteriores, da Defesa, do Interior e o de Economia e Fazenda. Pode contar com outros ministros, dependendo do tipo de crise. Desenvolve, também, ações de prevenção de crises; e

- a Agência de Infra-estrutura e Segmento para Situações de Crise¹², órgão diretamente subordinado à Presidência do Governo, que, em coordenação com a CDSC, adota medidas para a condução da crise, tais como estabelecer um centro nacional de coordenação que possibilite rapidez e eficiência nas ações, desenvolver o necessário sistema de telecomunicações, planejar e coordenar ações de Inteligência e Contra-Inteligência e organizar o sistema de modo a compatibilizar-se com o da Aliança Atlântica (Otan).

Independentemente de se possuir uma estrutura permanente ou não, o ponto mais importante é, a nosso juízo, a consolidação de uma mentalidade de manobra de crises. O segmento diplomático tem de ra-

ciocinar com o emprego do poder militar na condução de uma crise.

A MANOBRA DE CRISE

Como já vimos, o conflito é inerente à condição humana e não se vislumbra a época em que vá deixar de existir.

Os progressos verificados no controle e prevenção de conflitos, as medidas de fomento de confiança mútua e várias outras ações no campo das Relações Internacionais têm reduzido a probabilidade de conflitos violentos.

Entretanto, o choque de interesses entre Estados e a busca pelo atingimento de objetivos nacionais, ou pela sua preservação, tornam viável a existência de crises internacionais e, mais ainda, a possibilidade de eclosão deliberada de crises com o intuito de auferir ganhos políticos.

A preocupação com o tema manobra de crise, devido ao seu dinamismo e aos riscos que representa para a política, sobretudo a externa, torna-se obrigatória na alta administração dos países, já que as consequências de uma ação ou reação inadequada podem ser piores do que a própria crise.

Portanto, qualquer Estado responsável tem a obrigação de prever medidas adequadas para enfrentar de forma efetiva uma crise político-estratégica.

É incontestável que as ações de manobra de crises, em nível nacional, devem ser conduzidas pela expressão política, sob o comando do Presidente da República.

O Brasil já possui, em nível nacional, uma estruturação para a prevenção e geren-

¹⁰ Ministério da Defesa de Espanha. Livro da Defesa. Madri, 2000, p. 12.

¹¹ Em espanhol, la Comisión Delegada del Gobierno para Situaciones de Crisis.

¹² Em espanhol, la Dirección de Infraestructura y Seguimiento para Situaciones de Crisis.

ciamento de crises. Entretanto, para que esteja adequadamente preparado, faz-se necessário estabelecer uma mentalidade de trabalho coordenado, no âmbito de todas as expressões do Poder. Planejamento e adestramento em nível nacional, com base nas hipóteses formuladas, são fundamentais.

O GSI, com a amplitude de suas atribuições e conformado apenas com um núcleo permanente de gerenciamento de crise, tem contribuído de maneira palpável para o estabelecimento de parâmetros que devem balizar um instrumento voltado para a administração de situações indesejáveis, cuja probabilidade de agravamento propicia o risco de deflagrar sérias consequências. O GSI salientou as condições em que atua efetivamente sobre o fenômeno que, extrapolando a competência institucional de qualquer órgão, é levado à Presidência da República e, naqueles casos, busca prevenir e, se necessário, articular o gerenciamento da crise.

Talvez com apenas algumas modificações ou enlace com outros órgãos, o próprio Núcleo de Gerenciamento de Crise do GSI/PR poderá trabalhar também vol-

tado para as crises externas, caracterizando-se, efetivamente, como uma agência de coordenação para a manobra de crises político-estratégicas em nível nacional e de caráter permanente.

Exercícios como os realizados pela Marinha, se conduzidos pelo GSI, serviriam para adestrar toda a estrutura de gerenciamento de crise político-estratégica.

A posição que o Brasil ocupa, a influência que exerce, principalmente no cenário continental e as suas potencialidades impõem a assunção de compromissos e responsabilidades, mormente as que dizem respeito à Defesa Nacional. Em consequência, o estabelecimento de uma estrutura permanente de manobra de crises no País torna-se, na opinião deste autor, necessário.

Finalizando, reitero minha opinião acerca da necessidade de conscientização por parte da sociedade, em particular dos mais elevados níveis da administração pública, no sentido de serem aperfeiçoadas estruturas de planejamento, comunicações e trabalho integrado, ágil e eficiente, em benefício desta mesma sociedade. ☉

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Política de Defesa Nacional*. Imprensa Nacional. Brasília, 1996.
- Constituição da República Federativa do Brasil. 25 ed. Ed. Saraiva. São Paulo, 2000.
- DUPUY, Trevor N. *Enciclopédia internacional militar e de defesa*. (www.bookfinder.com).
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Curso de Estado-Maior de Defesa: conhecimentos básicos de manobra de crises*. Rio de Janeiro, 2002.
- ESTADO-MAIOR DA ARMADA. *EMA-321: Estratégia e Manobra de Crises Internacionais*. Brasília, 1987.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *C124-1 - Estratégia*. 3ª ed. Brasília, 2001.
- GAMBA, Virginia. *Estratégia: intervenção e crises*. Ed. Sudamericana. Buenos Aires, Argentina, 1985.
- JOHNSON, Bradford P. e BARNES, Catherine. *Resolução e negociação de conflitos*. (www.iwa.org)
- LATORRE, Adolfo Paúl. *Política e Forças Armadas*. Revista de Marina. Valparaíso, Chile, 1999.
- MINISTÉRIO DA DEFESA DE CHILE. *Livro da Defesa Nacional de Chile*. Santiago, 1997.
- MINISTÉRIO DA DEFESA DE ESPANHA. *Livro da Defesa*. Madri, 2000.
- . *Política de Defesa e Segurança da Espanha*. Madri, 1993.
- MIRANDA, Napoleão José Guimarães de. *Crise político-estratégica: análise e gerenciamento*. Monografia. ECEME. Rio de Janeiro, 2000.

Como os EUA vêem o mundo¹

Rui Yutaka Matsuda*

RESUMO

O autor convida o leitor a entender um pouco mais da política externa norte-americana, a linguagem do *realismo continental*, segundo os EUA, a importância do comércio definindo os *interesses de segurança* dos EUA e não o contrário. No mais estrito dos sentidos, isso envolve a liberdade de seus cidadãos e de sua produção e dos navios norte-americanos singrarem os mares do planeta, sempre e quando desejarem, na busca do livre comércio. Parece óbvio, portanto, que existe uma forma de pensar que está além da filosofia política.

PALAVRAS-CHAVE

Estados Unidos da América – EUA, política externa, visão de mundo

ALGUNS FATOS

Fato nº 1: abril de 2002. Uma comitiva de militares brasileiros que participava de um seminário nos Estados Unidos da América (EUA) foi convidada para uma visita, fora do roteiro original, de forma a conhecer a Universidade de Defesa Norte-Americana².

Em meio a essa visita, uma palestra realizada por integrantes desse *Think Tank*, mostrava estudos a respeito do Brasil, extremamente detalhados, e concluía com uma

pergunta: por que o maior país da América do Sul não assume seu papel de líder regional, em especial na área da defesa?

Essa pergunta, deixada no ar propositalmente para que membros da comissão brasileira se pronunciassem, foi acompanhada por brasilianistas norte-americanos que tudo anotavam e instigavam nossa comissão por respostas mais exatas.

O que causou maior perplexidade ao grupo brasileiro foi a profundidade do conhecimento que a equipe norte-americana tinha sobre o nosso País.

* O autor é Major de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Colaboração da ECEME.

² Centro de Estudos Estratégicos norte-americano, que congrega diversos outros *Think Tank*, especializados em assuntos de defesa.

Fato nº 2: fevereiro de 2003. Um integrante do Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército conversava ao telefone com o Prof. Francisco Carlos³, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trocavam idéias a respeito da possibilidade de se estruturar uma rede de estudos para assuntos estratégicos que fosse capaz de produzir instrumentos eficazes de apoio ao processo decisório para governantes dos mais altos níveis da Nação, como, por exemplo, para a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara de Deputados do Brasil (CREDN).

A idéia era a de propiciar aos maiores decisores da Nação (governantes, políticos e empresários sobretudo) a possibilidade de se antecipar a determinados acontecimentos. Com isso, os mesmos teriam acesso facilitado a informações pertinentes, em especial na área de relações internacionais, culminando com a produção de cenários estratégicos de maneira a identificar problemas e oportunidades que merecessem ações especiais por parte dos mesmos.

Esses dois fatos mostram duas realidades atuais muito distantes entre si. São dois países e duas realidades. Há, hoje, poucos instrumentos que dêem sustentação às inúmeras decisões que, diariamente, são tomadas em nome da nossa política externa⁴. E não se faz política externa consistente sem pensamentos de médio e longo prazos e sem informações confiavelmente trabalhadas sobre o mundo no qual estamos inseridos.

Na outra ponta, os EUA contabilizam um sem-número de *Think Tanks*, nos mais

diversos formatos, sejam governamentais ou não, produzindo uma grande diversidade de estudos e projeções que, no momento exigido, estão disponíveis para o apoio à decisão.

No intuito de reforçar as conclusões dessa comparação, nunca é demais nos utilizarmos dos ensinamentos do mestre Sun Tzu (apud CLAVELL, 1983, p. 28), em seu livro *A Arte da Guerra* quando ele dizia:

...se conhecermos ao inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecermos, mas não ao inimigo, para cada vitória sofreremos uma derrota. Se não nos conhecermos nem ao inimigo, sucumbiremos em todas as batalhas.

E é exatamente nesse sentido que se faz necessário aprofundar o entendimento de como funciona a estrutura de política externa dos EUA.

A sua importância é transcendente para momento atual, no instante em que Brasil e EUA podem se defrontar mais pesadamente no curso de dois processos de integração que correm paralelamente: o da América do Sul, liderado pelo Brasil, e o do continente americano, liderado pelos EUA. Diversas são as possibilidades de arranjos, de conformações geopolíticas ou, se preferirem os leitores, geoconômicas do continente, e não restam dúvidas de que são exatamente esses dois países que imporão maiores pesos às decisões que modelarão o espaço geográfico continental, nesse século XXI.

Cada deliberação provavelmente será precedida por exaustivas negociações, quando o conhecimento das opções disponíveis,

³ Prof Francisco Carlos Teixeira da Silva é Doutor em História pela Universidade de Berlim e chefe do Departamento de História Moderna e Contemporânea da UFRJ.

⁴ Para maiores detalhes sobre essa afirmativa, ver Miyamoto (2001)

das intenções, das estratégias será fundamental para a aquisição de alguma vantagem por um dos negociadores.

E é nesse sentido que se pretende fornecer, pontualmente, uma pequena contribuição para a produção do pensamento estratégico brasileiro. Baseado no livro *Special Providence: American Foreign Policy and how it change the world*, de Walter Russel Mead (2001), o presente estudo mostra que o espectro que divide o pensamento político norte-americano, entre republicanos e democratas, pode não ser suficiente para um correto entendimento. Ao colocarmos uma lupa sobre essas tendências, poderemos visualizar ao menos quatro diferentes filosofias norteadoras das grandes decisões tomadas em nome do Estado, em especial, na área de política exterior.

“*Wilsonianos*”, “*hamiltonianos*”, “*jeffersonianos*” e “*jacksonianos*” são como blocos ideológicos, escolas de pensamento que permeiam os partidos políticos tradicionais. O seu desconhecimento pode tornar a leitura das decisões políticas norte-americanas de certa forma míope, deformada, camuflando o verdadeiro jogo de interesses que deságua no rio dos resultados da política exterior dos EUA.

Prever essas tendências, portanto, é essencial para o Brasil que terá que saber negociar – e bem – a criação de um espaço próprio, muitas vezes em contraposição com a geopolítica do gigante do Norte.

E como diz o próprio Walter Russel Mead (2001, p. 2): “O entendimento dos pensamentos que dominam esses quatro blocos propiciará a melhor compreensão das reações dos EUA...”

Tentemos, portanto, entender um pouco mais da política externa norte-americana.

WOODROW WILSON – POR UM MUNDO MELHOR

Seria possível um mundo justo, democrático, onde as pessoas se respeitassem mutuamente e crescessem segundo os fortes preceitos éticos que conformaram a exemplar sociedade norte-americana?

Os EUA são uma nação que deu certo. Lá, a democracia e a liberdade foram as pedras basais que propiciaram a sustentação para o surgimento de uma cultura exemplar. E por que isso não pode ser verdade em outras partes do mundo? Por que o mundo pobre, corrompido, injusto e desarticulado socialmente não pode tornar-se, também, um mundo democrático e justo?

É com esse pensamento que os puritanos norte-americanos, após edificarem as bases de sua própria nação segundo os preceitos da ética religiosa protestante, tornaram-se missionários. Mais que isso, sem se darem conta, passaram a ser parte significativa de uma rede de “embaixadores” preocupados em expandir *o american way of life* pelos quatro cantos do mundo, desempenhando um papel de grande influência nos resultados da política exterior norte-americana.

Em 1900, calcula-se que cerca de cinco mil famílias de missionários protestantes exerciam seu proselitismo no exterior. Esse número foi aumentando a cada ano.

Já em 1970, eram cerca de 52 mil famílias. Somente em Utah, no ano 2000, contabilizaram-se mais de 14 mil missionários que estavam fora do país servindo à sua religião.

O que era, inicialmente, somente uma questão religiosa e humanitária, teve que, naturalmente, ganhar dimensão política.

De outra forma, como fariam os missionários para evitar as atrocidades na China comunista, ou na Coreia do Norte, ou o sofrimento da população do Haiti?

Dentro dos EUA, essa rede de influência missionária foi-se tecendo passo a passo, permeando grande parte da estrutura social e política do país.

Talvez o mais dramático sucesso dos missionários junto ao seu governo tenha se dado em 1917, quando os mesmos conseguiram que o Presidente Wilson não declarasse guerra contra o Império Otomano, um aliado dos germânicos na Primeira Guerra Mundial (1ª GM). Ao declarar a guerra, seguramente uma enorme estrutura educacional erguida ao longo de décadas pelos missionários na Turquia iria desabar; e mais que isso, os cristãos seriam perseguidos e um banho de sangue, escurecido pelo sentimento de vingança, dar-se-ia. Wilson concordou. Os EUA nunca declararam guerra contra os turcos e os missionários mantiveram seu projeto educativo.

Mas os idealistas influenciaram também a política exterior norte-americana na China – à época da Guerra do Ópio –, tiveram participação na redemocratização da Alemanha, Itália e Japão, pós-Segunda Guerra Mundial (2ª GM), na invasão do Haiti durante o governo Clinton e em muitos outros episódios importantes da história do mundo.

Mais recentemente, pode-se notar sua força na marcha que levou cem mil pessoas às ruas de São Francisco, Califórnia, no protesto contra a insistência de George W. Bush em invadir o Iraque⁵.

Woodrow Wilson representa o símbolo desse pensamento por ter sido a figura,

talvez, de maior destaque. Historiador, ensaísta, renomado reitor da Universidade de Princeton e 28º presidente dos EUA, pregou em seu governo a idéia de que os valores norte-americanos de liberdade e democracia deveriam percorrer os quatro cantos do mundo. Era a época em que os EUA começavam a ocupar o centro do sistema mundial.

Segundo Wilson, o ambiente democrático cria melhores e mais confiáveis parceiros do que a tirania e os regimes de força. Democracias são mais confiáveis porque tendem a criar um ambiente de prosperidade. O sucesso do capitalismo depende de regras estáveis e de governos democráticos, mais que qualquer outro sistema.

Os wilsonianos tornaram-se sistemáticos opositores do colonialismo, das guerras, além de criarem fortes demandas contra países que perseguem dissidentes, não protegem o meio ambiente, oprimem minorias raciais e qualquer outra causa que seja sentida por eles como nefasta se comparada aos puros ideais norte-americanos.

É dentro desse espírito que grande parte dos wilsonianos aposta na força da estruturação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), de modo a modelar o planeta segundo feições da ética puritana ocidental, mas, ao mesmo tempo, não abrem mão de serem eles os que exercem o maior poder sobre tais organizações.

Com toda essa estrutura e ações arrojadas, os wilsonianos, claramente, impõem grande influência na política exterior norte-americana, mas os críticos estão certos de que, por outro lado, seus programas en-

⁵ Para maiores detalhes, ver *EUA ignoram apelo mundial pela paz* (2003).

volvem os EUA em enormes apuros diplomáticos. O triunfo global da democracia é um objetivo ambicioso e envolve necessariamente os EUA em uma perpétua briga com um grande número de nações não-democráticas, algumas das quais poderosas e importantes, como a China atual. A outra fonte de preocupação está nas próprias entranhas do wilsonianismo.

A própria liberdade do movimento implica o estabelecimento de contradições de difícil conciliação. Os movimentos começam a ganhar vida própria e a impor ações aos governantes que, nem sempre, estão dentro das suas possibilidades. São forças difíceis de se administrar.

Jimmy Carter talvez tenha sido o mais recente e puro exemplo de convicção pela filosofia wilsoniana. As contradições de seu governo fizeram com que os seus defensores perdessem força na estrutura política desde então.

No caso específico do Brasil, as ações de Carter implicaram o rompimento do acordo militar Brasil-Estados Unidos que vigorou durante boa parte da Guerra Fria. Essa medida foi tomada após insistentes interferências do Governo estadunidense na política interna de direitos humanos brasileira (GORDON, 2002, p. 286).

Há um certo consenso dentro dos bastidores norte-americanos de que tal medida foi, de certa forma, prejudicial aos seus interesses. Os mesmos perderam uma importante parceria estratégica para modelar o sistema de defesa sul-americano. Mais que isso, os wilsonianos são especialmente res-

ponsáveis pela disseminação de um clima de desconfiança por parte dos brasileiros devido à sua ríspida política de meio ambiente, o que levou os EUA, em certos momentos, a contestar a capacidade de o Brasil garantir a proteção da Amazônia.

Os norte-americanos buscam, neste exato momento, uma reaproximação na área de defesa, não mais para extirpar o comunismo, mas para combater o narcotráfico e se antecipar a uma possível desestabilização regional.

Ainda na *Era Carter*, pela primeira vez desde que assumiu a liderança mundial, os EUA viram o padrão dólar ser questionado, e os desacertos da política externa, em especial no caso do Irã⁶, mostravam que o idealismo dos wilsonianos não estava trazendo os resultados necessários para a sua população.

Era preciso mais realismo, mais resultados, mais pragmatismo. Os estadunidenses precisavam da orientação dos hamiltonianos e jacksonianos.

O REALISMO CONTINENTAL DOS HAMILTONIANOS

O dólar não caiu, e em dezembro de 1989, o que o mundo viu, na realidade, foi o desmoronamento do muro da bipolaridade e o surgimento de uma Nova Ordem Mundial, unipolar, liderada pelos EUA.

Foram mais de 40 anos de diuturnos ensaios de guerra entre as duas potências hegemônicas da época. Mas não se ouviu o “toque de avançar soldados” e, inesperadamente, a ex-União Soviética desmoronou

⁶ Em novembro de 1979, um grupo de militantes islâmicos ocupa a embaixada norte-americana no Irã, sendo este o marco de um profundo desgaste que o Governo dos EUA vinha sofrendo em função de seu apoio ao anterior Presidente do Irã, o xá Reza Pahlavi.

por si só, sem poder disparar o seu derradeiro tiro de canhão.

Na realidade, ela perdeu o duelo dentro de um "campo de batalhas" muito mais amplo, além dos limites do *front*, no qual a visão dos hamiltonianos norte-americanos desempenhou um papel crucial.

Alexander Hamilton, considerado o ideólogo dessa Escola, nasceu em 1757. Militar e advogado, foi o primeiro ministro do comércio dos EUA. Sua crença no poder do comércio mundial fez com que ficasse famoso, à época, o seu lema: "Utilizemos o governo para gerar negócios, cada vez mais negócios."

Os hamiltonianos falam a linguagem do "realismo continental". Frases como o "interesse nacional" e "balanço de poder" estão, freqüentemente, na "ponta de suas línguas".

Suas teorias tiveram forte influência do modelo de política exterior britânico. Os hamiltonianos estudaram atentamente as relações interestatais na Europa, um continente construído com relações de inveja e desconfianças. Nesses termos, os continentais foram forçados a entender seus interesses, primeiramente, em termos militares.

A Grã-Bretanha, por outro lado, o país com maiores semelhanças com os EUA, era uma ilha relativamente isolada do restante da Europa, que tinha uma única coisa a temer do continente: a possibilidade de que uma singular força pudesse suplantar o equilíbrio continental, formando uma força naval capaz de sobrepujar a "poderosa armada".

Como resultado, os britânicos desenvolveram uma doutrina estratégica que propugnava a manutenção de uma potente força naval, ao mesmo tempo em que

manipulavam o chamado "balanço de poder continental".

Com essas condições satisfeitas, os britânicos puderam se dedicar ao comércio, como primazia de suas relações internacionais.

No continente, o jogo de "soma-zero" das rivalidades militares eliminava uma possibilidade de organização construtiva e produtiva.

Já num mundo regido por relações comerciais, não se deveria trabalhar com essa mesma lógica. Em transações comerciais, é possível ter ambos os lados satisfeitos. Mais ainda, a prosperidade econômica não é um jogo de soma-zero. Por exemplo, se a Áustria se tornasse rica, poderia comprar mais da França e esta, então, se tornaria mais rica. A guerra, por outro lado, feriria interesses econômicos de ambas as nações, interrompendo seu comércio.

Os hamiltonianos olharam para a Grã-Bretanha como um modelo, mas foram mais além. Os EUA estavam longe do continente europeu, muito mais do que a Grã-Bretanha, portanto, menos expostos às rivalidades e influências de suas disputas militares. Seu território e população eram bem maiores. Os britânicos eram mais comerciais e menos belicosos que os continentais, mas os norte-americanos poderiam e deveriam ser mais comerciais ainda. Não havia razão para o contrário.

Assim, os hamiltonianos viam o comércio como, potencialmente, a causa da paz e seu sucesso como sinônimo de poder.

Nesse sentido, a importância do comércio definiria, inclusive, os "interesses de segurança" dos EUA e não o contrário.

Na visão dos hamiltonianos, os EUA deveriam ter uma competente força militar, mas para defender os interesses de um

Estado não-belicoso, que vê a paz como um ambiente ideal para a expansão comercial norte-americana.

Esse “realismo” era uma grande novidade em termos de política exterior, no mundo da diplomacia das grandes potências.

Ainda que existam variações nas correntes internas de pensamento dos hamiltonianos, pode-se falar de um substancial grau de consenso e continuidade para o que eles costumam chamar de “interesses nacionais”⁷.

Dois podem ser destacados:

O mais importante é o que se pode chamar de “liberdade dos mares”, por onde passam, hoje, cerca de 90% do comércio mundial. No mais estrito dos sentidos, envolve a liberdade dos cidadãos norte-americanos e de sua produção e de seus navios singrarem os mares do planeta, sempre e quando desejarem, na busca do livre comércio. Nenhum mar, nenhum oceano, ou estreito pode estar fechado para os interesses norte-americanos.

O Almirante Mahan (apud TOSTA, 1984) amalgamou exatamente esse pensamento no início do século XX ao idealizar a teoria do Poder Marítimo, na qual os EUA deveriam dominar todas as rotas marítimas importantes do mundo, de modo a garantir o livre comércio.

Ele observa que a expansão política, econômica e cultural tem constituído o principal fundamento da grandeza nacional e que, para apoiar um programa de expansão, o Governo deve ter acesso à riqueza acumulada. Salienta que essa acumulação depende de um comércio exterior intenso e crescente que só poderá ser mantido por uma gran-

de marinha mercante e que esta deve ser protegida por uma forte armada apoiada em bases estrategicamente situadas.

Assim, os hamiltonianos costumam considerar a interferência no seu direito de livre comércio como uma imediata ameaça aos seus interesses vitais e se reservam o direito de responder com vigorosas medidas diplomáticas e, quando necessário, o uso da força.

O segundo grande interesse vital para os EUA, na visão dos hamiltonianos, está no que eles costumam chamar de “necessidades estratégicas básicas”. É o caso do petróleo, hoje, assim como a borracha o foi no passado. Outros raros materiais, utilizados, em especial, pela indústria militar, inserem-se nessa lista. Qualquer país, ou grupo de países, que se achar no domínio desse monopólio e tentar usá-lo contra os EUA, será objeto de fortes contestações.

O auge da influência dos hamiltonianos no processo decisório dos EUA deu-se a partir do fim da Guerra Fria. Estava emergindo um novo mundo construído segundo suas teorias e regras, onde a geo-economia deveria substituir a geopolítica, tão comum nos tempos da bipolaridade.

Robert MacNamara, ex-Secretário de Defesa dos EUA, diria⁸, em 1991, que o mundo pós-Guerra Fria caminhava para uma “Nova Ordem Mundial” sem mais grandes conflitos, e que a paz e a segurança dos países, nesse ambiente, poderiam e deveriam ser garantidas pelos EUA. Não havia, assim, mais motivos para que outros países, em especial os mais pobres, desperdiçassem seus orçamentos com gastos militares.

⁷ Para maiores detalhes sobre o que são os interesses nacionais, ver: ROSKIN (2001).

⁸ Para maiores esclarecimentos, ver: MATTOS (1992, p. 30)

No mesmo sentido, Francis Fukuyama (1992) aponta, com o fim da bipolaridade, para a chegada de um estágio final de evolução da humanidade: “o fim da história”, quando a democracia liberal e o capitalismo teriam se tornado, juntos, a única alternativa política viável para o mundo.

Os hamiltonianos assumiram, assim, as rédeas do mundo globalizado, onde a expansão comercial parecia não ter limites. Mas esse ritmo frenético de crescimento e otimismo teve um freio ao final do governo Clinton, num instante em que o real e o imaginário se confundiam nos parâmetros indefinidos do mundo virtual. Foi o momento em que o próprio Presidente do Federal Reserve⁹ chamou a atenção da opinião pública para a “exuberância irracional” com que parecia viver a economia dos EUA. Foi como que o marco do fim de um ciclo virtuoso dos hamiltonianos e o prenúncio de um momento de dificuldades para o país.

“CHAMEM A SÉTIMA CAVALARIA”, O PRAGMATISMO JACKSONIANO

George W. Bush, atual Presidente dos EUA, desencadeou uma grande reação militar contra o terrorismo mundial imediatamente após o atentado do 11 de Setembro. O seu posicionamento não era o de reagir tão-somente contra os causadores do ataque, mas estender suas ações no âmbito planetário, nomeando o “Eixo do Mal”¹⁰ e separando o mundo em suas duas metades: os que estão a favor e os que estão contra os EUA nessa empreitada.

O que poderia soar como uma irresponsável medida imperialista para muitas pessoas, na realidade, encontrou eco em grande parte da opinião pública interna, fazendo com que Bush alcançasse o mais alto índice de popularidade de seu governo, até então. Um fato preocupante. Mais preocupante ainda seria se chegássemos à conclusão de que, realmente, a insistência da invasão do Iraque, contrariando grande parte da opinião pública mundial e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), teve um forte componente baseado na tentativa de aumentar o índice de popularidade do governo Bush, já “de olho” nas próximas eleições (FRIEDMAN, 2003).

Parece óbvio, portanto, que existe uma forma de pensar que está além da filosofia política dos hamiltonianos, wilsonianos ou jeffersonianos. Aqueles que preferem acreditar que a presente hegemonia global dos EUA emergiu de um processo de “concepção imaculada” fecham os olhos para muitos momentos da história da ascensão norte-americana, manchada de sangue e de consistente imposição da força como forma de fazer com que outros países aceitem suas demandas.

Os EUA despejaram quase três vezes mais toneladas de explosivos durante a guerra do Vietnã do que o usado na 2ª GM. Foram mais de 365 mil vietnamitas mortos em função desta guerra. Kennedy, Johnson e Nixon hesitaram em deixar o Sudeste Asiático, sabedores de que poderia haver sérios desgastes para seus índices de popularidade, caso isso ocorresse. A perda de apoio popular para a continuidade da guerra deveu-se a

⁹ Alan Greenspan, presidente do Banco Central americano, em pronunciamento à imprensa em 1996.

¹⁰ Numa avaliação inicial do Governo norte-americano: Iraque, Irã e Coréia do Norte.

uma série de insucessos militares, sendo os estrategistas acusados de não terem tido a habilidade para utilizar a “força total” antes que o conflito chegasse a uma situação de impasse. A mais arriscada decisão que o então Presidente George H. Bush teve de tomar na Guerra do Golfo, em 1991, não foi a de enviar suas tropas para o teatro de operações, mas a de parar a ocupação de Bagdá e a captura de Saddam Hussein.

A despeito da ainda existente “síndrome do Vietnã”, as intervenções pelos presidentes Reagan e Bush, em Granada e no Panamá, foram largamente apoiadas pela opinião pública interna.

Por que é, então, que a opinião pública norte-americana é tão rápida e contundente para apoiar algumas intervenções armadas e, em outras, tão reticente?

Talvez seja importante analisarmos um pouco mais detidamente as idéias que nasceram com Andrew Jackson.

Este general da guerra civil norte-americana foi o responsável por uma das mais importantes batalhas da campanha, a Batalha de New Orleans. Porém, a sua grande contribuição ainda estava por vir, não no teatro de operações, mas desta sua forte influência na política exterior norte-americana. Jackson liderou a fundação de uma escola pragmática que propugnava que os EUA deveriam assumir uma postura mais agressiva nas suas relações com o mundo, sem restrições de meios, inclusive utilizando-se da força de forma mais extensiva.

Claramente opositora da postura isolacionista dos jeffersonianos (como será visto no próximo capítulo), os jacksonianos, inicialmente, conseguiram pouco respeito político, sendo mais freqüentemente deplorados do que compreendidos.

Mas suas vozes, aos poucos, foram encontrando eco na emergente classe média estadunidense. Na medida em que os EUA ganhavam maior status no concerto global, cresciam as demandas pelo fim do isolacionismo, sendo que grande parte da população passou a defender uma posição mais pragmática e agressiva em termos de política exterior.

Os adventos das 1ª e 2ª GM trouxeram à tona as discussões sobre a participação efetiva dos EUA nesses conflitos, dando palanque privilegiado para os jacksonianos.

Essas idéias, antes, eram circunscritas basicamente em torno das comunidades dos belicosos e hostis imigrantes escoceses e irlandeses. Vindos de séculos de violentas guerras no Velho Continente, já nos EUA, lutaram a guerra civil com particular ferocidade, revivendo a herança cultural da formação da sua nacionalidade. A cada geração norte-americana batizada pelo fogo – na guerra hispano-americana, nas duas guerras mundiais, na Coreia, Vietnã e no Golfo Pérsico – mais e mais crescia e se fortalecia o pragmatismo jacksoniano.

Essa comunidade, essencialmente de classe média, não entende de geopolítica, provavelmente poucos ouviram falar do Consenso de Washington, e teria muita dificuldade para entender por que os EUA, um país construído com o suor de sua labuta, estão emprestando seu dinheiro para financiar “países corruptos”.

Jacksonianismo é um movimento popular com um forte senso de valores comuns. Não é nem uma ideologia, nem um movimento de autoconsciência com clara destinação histórica ou conteúdo de organização política. Nem por isso o jacksonianismo deixou de produzir, e provavelmente

te continuará produzindo, líderes políticos influentes e uma estrutura de pressão sumamente importante para os destinos da política exterior norte-americana.

Richard Nixon foi, talvez, o primeiro presidente dos EUA que literalmente reconheceu essa força popular, acenando com uma política que interpretasse seus pensamentos. Seguiram-se Ronald Reagan, Ross Perot, George Wallace, Pat Buchanan e, agora, George W. Bush e seus assistentes, Dick Cheney e Condoleezza Rice.

Para os estrangeiros e parte dos norte-americanos, os jacksonianos são os mais deploráveis das quatro escolas. Os senadores jacksonianos são identificados com os que trarão a desesperança à defesa do Protocolo de Kioto, os que serão contra ajudas do Fundo Monetário Internacional a países necessitados e condenarão o uso de fundos norte-americanos para ajudas humanitárias.

Não há que se esperar também apoio às iniciativas wilsonianas para um mundo melhor; e é pouco provável que entendam a paciência com que os jeffersonianos tentam resolver problemas diplomáticos ou que aceitem estratégias puramente comerciais dos hamiltonianos.

Há que se admitir, no entanto, que sem os jacksonianos os EUA seriam muito mais fracos, em termos de poder.

Assim, o novo jacksonianismo não é mais um movimento restrito, rural e exclusivamente nativista. Tomou dimensão nacional e se apoderou da crescente classe média norte-americana. Principalmente nos momentos de dificuldades extremas, sejam econômicas ou políticas, os estadunidenses parecem recorrer à maneira firme com que os jacksonianos costumam resolver os problemas, ainda que isto fira os princípios

básicos de liberdade individual consagrados nos ideais da Revolução Americana, defendida pelos jeffersonianos.

O ISOLACIONISMO DOS JEFFERSONIANOS

Quando Alexander Hamilton externou seus propósitos de uma forte política comercial, orientadora da política exterior do governo de George Washington, ele, de imediato, encontrou a oposição ferrenha de Thomas Jefferson, então servindo como o primeiro secretário de estado. Os dois eram inimigos mortais de outras contendas, o que apimentou a disputa ideológica.

Os desentendimentos entre os dois líderes repercutiram através da história norte-americana até os dias atuais. Por mais de duzentos anos, o sistema bipartidário norte-americano tem assistido às marcações de rixas e disputas nos corredores da política de Washington.

Ambos, jeffersonianos e hamiltonianos, concordam que os EUA são e devem continuar sendo uma democracia e uma república capitalista. Mas eles diferem, circunstancialmente, quanto a qual desses dois elementos é o mais importante. Os hamiltonianos dizem que, sem se assegurar que a expansão da economia seja um fato, não há democracia consolidada.

Já os jeffersonianos se contrapõem dizendo que o capitalismo não pode crescer a menos que a sociedade seja saudável e democrática. E mais: alertam que a falta de controle das operações do capitalismo desmedido pode colocar em risco os pilares da sociedade democrática. O desenvolvimento de grandes fortunas e a concentração da riqueza privada pervertem o processo político.

Os desentendimentos sobre o papel do governo federal e sua atuação na vida da nação é similar. Os hamiltonianos, à semelhança dos wilsonianos e jacksonianos, vêem um forte e centralizador poder governamental como o indispensável garantidor da liberdade nacional. Os jeffersonianos costumam ver esse posicionamento, na melhor das hipóteses, como um mal necessário e, na pior das hipóteses, como o mais perigoso inimigo da liberdade.

Em outro sentido, os hamiltonianos e jacksonianos crêem que a Revolução Americana foi uma boa coisa, mas isso já é passado. Os jeffersonianos e os wilsonianos acreditam que a Revolução continua.

Ainda que os jeffersonianos tenham expandido seu entendimento e aplicação dos ideais da Revolução, permanece viva a chama original da Declaração de Independência e suas conseqüências. Enquanto exista ainda discriminação racial e minorias étnicas perseguidas; enquanto não exista igualdade de direitos para toda a sociedade norte-americana, a Revolução permanecerá incompleta. Eles conservam-se constantemente envolvidos na luta contra os “reformistas”, os contra-revolucionários que pretendem alterar as regras de garantia de liberdade do *Bill of Rights*.

Num primeiro entendimento, pode parecer que não existam muitas diferenças entre jeffersonianos e wilsonianos. Mas as semelhanças param no instante em que se analisa a amplitude das suas aplicações. Os wilsonianos podem ser chamados de “trotskistas” da Revolução Americana. Eles crêem que a segurança e o sucesso da Revolução pedem a sua universalização, ultrapassando as fronteiras dos EUA. Que eles podem, sem muito sangue derramado, espa-

lhar a democracia em todo o mundo. Já os jeffersonianos são os “stalinistas”, sob esse ponto de vista. Construir a democracia nos EUA, para eles, já é um enorme desafio envolvendo um esforço contínuo que impede a possibilidade de se expandir suas ações para além de suas fronteiras. Acreditam que a democracia é uma planta frágil, difícil de crescer e mais dura ainda de se propagar.

Um misto de isolacionismo e sentimento de precaução que cria um estereótipo de que arriscar, em termos de política exterior, é deveras perigoso. A Universidade de Defesa dos Estados Unidos batizou essa tendência de *Soft Power* (Núñez, 2001), numa alusão a que tanto os brasileiros atuais quanto os jeffersonianos insistem em abdicar de uma política mais agressiva para moldar suas relações com o mundo, evitando tensões desnecessárias, ao mesmo tempo que esperam que os outros países reconheçam-os como símbolos perenes da democracia mundial e confiabilidade nas relações.

Assim, a guerra, por exemplo, é o primeiro e maior mal que deve ser evitado, segundo os jeffersonianos. A guerra não é somente detestável devido às suas conseqüências diretas mas, também, porque, indiretamente, vai minando a democracia norte-americana. Guerra custa dinheiro, dilapida o tecido social e determina uma concentração de poder central governamental.

Quando se torna impossível, politicamente, ignorar as provocações ou responder a elas com nada mais do que protestos verbais, os jeffersonianos ainda preferem não apelar para as armas. Eles vêm as sanções econômicas como preferíveis e, quase sempre, suficientes.

Mas existe um outro forte princípio que caracteriza os jeffersonianos. É o res-

peito ao Congresso, nas suas opiniões sobre a política externa. Vem do entendimento de que o balanço entre os poderes é essencial para o exercício da democracia. O *War Powers Act* de 1973, foi uma medida articulada pelos jeffersonianos, que propiciou limitar tremendamente as ações do presidente do país, nas suas deliberações sobre o envio de tropa ao exterior. Tentava-se, naquele instante, impedir que um outro "Vietnã" viesse a manchar a história dos EUA.

Esforços para exercer um controle congressional mais forte sobre as ações da CIA e desclassificar muitos dos documentos de inteligência somaram, também, grande parte do trabalho deles no Congresso. Igualmente, o *fast-track authority*¹¹ é quase sempre visto pelos jeffersonianos como uma forma de desequilíbrio entre os poderes.

Mas um fato histórico colocaria os jeffersonianos em situação extremamente delicada em confronto com o futuro. Como manter o seu posicionamento de "isolamento virtuoso" diante do vácuo de poder deixado pelo Império Britânico ao fim da 1ª GM?

As apostas por um ordenamento jurídico e político internacional equilibrado pareciam não vingar. O mundo não estava preparado para isso e, cada vez mais, naturalmente, os EUA eram chamados para assumir maior liderança internacional.

Esse dilema acompanha, via de regra, os jeffersonianos até os dias de hoje. Seus posicionamentos, normalmente, servem como um contrapeso aos extremismos das três outras correntes que, muitas vezes, se

atiram em decisões desmesuradas na tentativa de modelar o pensamento global.

Entre os fluxos e refluxos do movimento que ordena o concerto mundial, muitas vezes começam a se levantar contra a globalização e a exposição desnecessária com que os jacksonianos meteram os EUA na luta contra o terrorismo mundial.

Estaria chegando a hora de vermos fortalecidos os pensamentos dos jeffersonianos e wilsonianos?

OS ATORES-CHAVE NA POLÍTICA EXTERIOR DOS EUA

O *Executive Branche*, dentro da estrutura governamental norte-americana, engloba, basicamente, os três níveis de assessoramento mais próximos do presidente da República. Nele estão ministros, embaixadores, assessores especiais, dentre outros integrantes.

A nomeação de seus membros, em especial os de primeiro escalão, sofrem influência do Congresso, mas, geralmente, prepondera a vontade do Presidente da República.

O processo decisório para assuntos de política exterior envolve normalmente o que os norte-americanos chamam de "Processo Interagências". São grupos multidisciplinares que se formam de acordo com a especificidade de cada assunto, com membros, em geral, do Conselho de Segurança Nacional, dos Departamentos de Estado, da Defesa, Comércio e Justiça. É de lá que saem as medidas do Executivo orientadoras da política exterior.

Dessa maneira, e sendo os EUA um país de regime presidencialista, é natural

¹¹ Procedimento através do qual o Congresso transfere ao Presidente dos EUA autoridade para o mesmo negociar acordos comerciais, dentro de regras acordadas.

supor que a tendência da política governamental seja a de se direcionar para a linha de pensamento do Presidente. Assim, no governo Carter, a política externa dos EUA deveria seguir uma filosofia wilsoniana; a de Reagan e George W. Bush, uma linha jacksoniana, e Clinton, hamiltoniana.

Deveria ser assim e, em realidade, pode-se admitir que existe essa preponderância, mas muitas vezes essa preponderância é muito pouco acentuada. E por quê?

Pelo fato de que, comparativamente ao Brasil, o equilíbrio entre os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) nos EUA é muito maior. O Congresso é mais forte e permeável às manifestações da sua população.

Em 1997, o Departamento de Defesa desenvolvia um projeto de ajuda militar ao Governo da Guatemala, recém-saído de um processo de paz, após mais de trinta anos de conflitos internos. Aprovado dentro do Processo Interagências, o projeto foi barrado por uma consistente oposição congressional baseada na composição de parlamentares que tinham seus votos amarrados a jeffersonianos e, especialmente, wilsonianos. Grupos como os do Conselho Mundial de Igrejas e do *Human Rights Watch* delatavam o desrespeito à política de direitos humanos do Governo da Guatemala, pressionando seus congressistas a tornarem inócua a iniciativa do Executivo.¹²

Situações como a mencionada acima não são raras de ocorrer no sistema político norte-americano. Aliás, não há nenhuma novidade nesse “jogo” de interesses que busca explorar as regras de um sistema de-

mocrático. Mas, ainda que não traga novidades, é imprescindível saber que a sua aplicabilidade é um fato.

Assim, é imprescindível entender que, mesmo havendo predomínio de um pensamento dentro do Executivo, as demais correntes políticas podem ter grande participação nas decisões finais, em face da enorme representatividade da sociedade nos trabalhos congressuais.

Para mapear, portanto, a real direção que percorrerá a política exterior dos EUA em um dado momento, é preciso explorar as “entranhas” da sociedade norte-americana e o jogo de interesses que a movem de um lado para outro.

CONCLUSÃO

O livro de Walter Russell Mead apresenta o resultado de um estudo que pretende mapear as principais tendências que mais influências trazem para os resultados da política exterior norte-americana.

Sem se ater à tradicional divisão entre republicanos e democratas, buscou esmiuçar suas particularidades de modo a interpretar melhor os diversos pensamentos em jogo.

Como modelo teórico, trata-se de uma simplificação da realidade, de grande importância para todos aqueles que necessitam conhecer profundamente a maneira como se desenvolve o processo decisório estadunidense.

Mas por ser uma simplificação, não contempla a totalidade do conhecimento. É um ponto de partida, uma base inicial

¹² Os fatos relatados são fruto da minha própria verificação *in loco* do acontecimento, estando à época servindo como assessor militar da ONU, na Guatemala, para verificação dos direitos humanos. Tais fatos foram cruzados com as experiências do Cel Dennis Dugan que, na mesma época, fazia parte do *workgroup* que elaborava o projeto de ajuda militar dos EUA ao país mencionado.

para estudos estratégicos de envergadura realmente profissional.

John Keegan (2000) nos mostra que um modelo teórico não é uma realidade que um estudioso possa aceitar, a não ser como fundamento. É preciso ir mais além: detectar o que há de diferente e específico em cada acontecimento, nos indivíduos, nas instituições e no caráter de suas relações.

Ralph Della Cava (apud ALVES, 2003), cientista político da Universidade de Columbia, permanente estudioso das relações entre as religiões e a política, mostra que é preciso estar atento às modificações de modelos em vigor.

Escreveu recentemente um ensaio sobre a direita cristã e o Parlamento Republicano nos EUA, dizendo que os fundamentalistas cristãos, basicamente membros de denominações evangélicas de massa do Sul e do Meio-Oeste do país, desenvolvem há vinte anos uma política de aproximação, quase de identidade, com os republicanos.

Explica que o objetivo último é a reversão dos princípios da sociedade secular liberal nos EUA, a serem substituídos por uma ordem moral cristã e, no mundo, pela afirmação da supremacia norte-americana. A direita cristã, ainda segundo Cava, representa de 18% a 20% do total de votos do Partido Republicano e o Presidente George W. Bush entendeu essa lógica eleitoral.

Os fundamentalistas cristãos se opõem vigorosamente aos tradicionais missionários wilsonianos e conservadores jeffersonianos. São uma dissidência. Não vêem com bons olhos sentimentos de tolerância, igualdade de direitos e apoio às Nações Unidas. O número de seus adeptos tem crescido nos últimos anos, em detrimento das igrejas tradicionais, reunidas basicamen-

te em torno do Conselho Mundial de Igrejas, o que pode explicar, em parte, a insistência de Bush na guerra contra o Iraque.

Esse último fato apresentado mostra a complexidade de se entender como funciona a política externa de um país, no caso os EUA.

Se tomarmos o recente período após 11 de Setembro como exemplo, vamos poder observar mais peculiaridades da cultura norte-americana. Em momentos de riscos, a sociedade é capaz de se amalgamar em torno de idéias, ainda que sejam contrárias às tendências historicamente existentes. É o velho pragmatismo norte-americano que consegue unir grande parte da oposição, quando se faz realmente necessário. As diferenças se esmaecem. Se não podemos falar em adesão total à política unilateral de George W. Bush, em especial contra o Iraque, ao menos há que se perceber que muitos wilsonianos e jeffersonianos se abstiveram de defender radicalmente seus limites filosóficos.

Não existem, portanto, fórmulas mágicas para se descobrir qual o caminho irá seguir a política externa dos EUA.

Pressupõe-se que, para entendê-la, é necessário uma eficaz gestão do conhecimento, o que implica produzir, organizar, disponibilizar e bem utilizar as informações sobre o assunto.

Se é verdade que entre dois países não existem amizades e sim interesses, podemos supor que, ao adentrarmos para a Era do Conhecimento, quem perder a guerra de sua gestão terá, muito provavelmente, a derrota como resultado.

E por falar em conhecimento, nunca é demais lembrar que esse é, talvez, o mais importante insumo produtivo do século XXI.

Essa idéia é referenciada nas palavras de Alvin Toffler que, numa série de três livros (*O Choque do Futuro*, *A Terceira Onda* e *Powershift: as mudanças do poder*), mostra como a civilização vem evoluindo até entrarmos no século XXI, sem chances de retorno, para a Era do Conhecimento.

E é nesse último livro que ele declara: "A fim de avaliar os diferentes contendores num conflito – quer seja numa guerra, quer numa negociação –, vale a pena ter idéia de quem realmente comanda o acesso ao conhecimento". (TOFFLER, 1990, p. 40).

Vale a pena acrescentar também as idéias do Prof Volkema¹³ ao declarar que, numa negociação, o fator mais importante para o seu sucesso está na possibilidade de se ter acesso às informações sobre o(s) oponente(s).

Mais além, portanto, do que apresentar uma nova teoria sobre o espectro que domina o pensamento da política exterior norte-americana, este presente estudo buscou inserir uma necessidade na estrutura social brasileira.

É preciso criar maior densidade de pensamento estratégico, prospectivo, criativo, norteador do rumo que a Nação deve seguir.

E se esse pensamento se inserir dentro de um sistema eficaz de gestão do conhecimento, poderemos pleitear, com mais razão, posições de maior destaque no cenário mundial.

Este é, inegavelmente, um grande desafio, uma vez que o cenário geopolítico atual nos joga para uma disputa por espaços continentais com, simplesmente, o mais poderoso país do mundo, na atualidade. ☉

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. *O lado de Deus*. O Globo, Rio de Janeiro, 5 mar 2003.
- BEAUFRE, André. *Introdução à estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- CLAVELL, James. *A arte da guerra - Sun Tzu*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). *Relatório de proposições que tramitaram na Comissão*. Brasília, DF, 1997-1998.
- ESTADOS UNIDOS ignoram apelo mundial pela paz. O Globo, Rio de Janeiro, p. 11, 17 fev. 2003.
- FONTES, João Evangelista. *O comportamento das elites brasileiras: atuação e perspectivas*. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, nº 28, p. 111-130, 1994.
- FRIEDMAN, Thomas L. *Diga sim para a guerra*. O Globo, Rio de Janeiro, 7 fev 2003.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GORDON, Lincon. *A segunda chance do Brasil a caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo: SENAC, 2002.
- KEEGAN, John. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- MATTOS, Carlos de Meira. *A nova ordem mundial e a missão das Forças Armadas*. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, nº 758, p. 29-36, out./dez. 1992.
- MEAD, Walter Russell. *Special Providence: American Foreign Policy and how it changed the world*. Nova York: A Century Foundation Book, 2001.
- MENEZES, Delano Teixeira. *O militar e o diplomata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- MYAMOTO, Shiguemoli. *Os estudos estratégicos e a academia brasileira*. In: Research and Education in Defense and Security Studies. 1991, Brasília, Anais...Brasília: REDES 2001.

¹³ Prof Roger J. Volkema é especialista em negociações, membro do Kogod College of Business Administration, American University e conferencista da COPPEAD/UFRJ.

- NÚÑEZ, Joseph R. *A 21st Century Security Architecture for the Americas*. Multilateral Cooperation, Liberal Peace, and Soft Power, Washington DC, Strategic Studies Institute, agosto 2002.
- ROSKIN, Michael G. *National Interest: from abstraction to strategy*, Washington DC, U.S. Army War College Guide to Strategy, 2001.
- SÁ, Jayme Magrassi. *O Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra*: Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, nº 35, p. 115-119, 1997.
- SHALIKASHVILI, John. *Reformulando a estratégia de segurança nacional*. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Norte-Americanas, Washington DC, p. 02-12, 1998.
- THE WHITE HOUSE. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington DC, 2002.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da democracia na América*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, 370 p.
- TOFFLER, Alvin. *Powershift: as mudanças do poder*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- TOSTA, Octavio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Construtores da Estratégia Moderna

Tomos 1 e 2

Peter Paret

Em 2001, a BIBLIEX publicou o Tomo 1 desta obra. Agora, em 2003, lança o Tomo 2, com 12 ensaios que abrangem estudos sobre aspectos da evolução histórica desde a Primeira Guerra Mundial, passando pela Segunda e chegando à era nuclear, guerras convencionais e revolucionárias e reflexões sobre perspectivas futuras. Os últimos sete capítulos do Tomo 2 foram acrescentados à edição de 1943 por Gordon A. Graig e Felix Gilbert em 1986.



Defesa Nacional na ordem do século XXI¹

Mario César Flores*

As instituições devem acompanhar as circunstâncias que as afetam – um problema complicado com evolução rápida e profunda, como a do mundo atual, em particular para os sistemas militares, cujos profissionais, sujeitos à formação homogênea, nem sempre aceitam bem a mudança se ela implicar alteração que questione interesses e competências consagradas.

Os militares realmente são propensos ao conservadorismo, acusados de conduzir o preparo militar em função do passado, em vez de adaptá-lo ao futuro. A acusação tem alguma procedência, de que é exemplo a Linha Maginot, inspirada na Primeira Guerra Mundial (1ª GM), inútil em 1940, quando a Alemanha atacou em movimento rápido e profundo com forças móveis e apoio aerotático, através de estreita ruptura da defesa. Essa estratégia fora aventada na França, mas o Alto Comando francês descartou-a. A Alemanha venceu porque inovou na associação entre tecnologia e concepções organizacionais e operacionais.

Outro exemplo: até a Segunda Guerra Mundial (2ª GM) nossa esquadra, nucleada pelos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, preparava-se para os duelos de artilharia da teoria imperial-marítima sistematizada no fim do século XIX por Alfred T. Mahan, que associava poder nacional com o domínio do mar obtido em batalha onde os navios-capitais (encouraçados, à época) exerciam o papel principal. Mas o exigido de nossa Marinha na 2ª GM foi a proteção anti-submarino do tráfego costeiro, para o qual pouco valeu o preparo pré-guerra.

Mais um exemplo: Guilherme II e seu Comandante da Marinha, Almirante Tirpitz, adeptos de Mahan, sem que a Alemanha tivesse os problemas imperial-marítimos britânicos, imaginaram uma guerra pelo domínio do mar e para ela construíram uma esquadra que foi irrelevante na 1ª GM, em detrimento de outros meios que poderiam ter sido obtidos com os recursos aplicados nela.

Esses exemplos mostram que, em cada época e país, o ideário estratégico deve ser

* O autor é Almirante de Esquadra e ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

¹ Palestra proferida no IGHMB, é síntese do livro *Reflexões Estratégicas – Repensando A Defesa Nacional* (Editora “É Realizações”, São Paulo) lançado pelo autor em dezembro de 2002. Transcrito da Revista do IGHMB de 2003.

ajustado às circunstâncias. O problema é político e estratégico, existe em todo o mundo e está mal no Brasil, onde é prejudicado pela apatia nutrida no preconceito, desinteresse e despreparo. O preconceito, decorrente das interferências militares na vida política nacional, agravado pelo esquerdismo do século XX, que via nos militares um obstáculo à aventura da esquerda. O desinteresse, explicável pela não percepção de ameaças e porque o Brasil não foi ator importante em guerra desde 1870; explicável, também, porque as questões de mérito objetivo da defesa nacional não geram votos. O despreparo é parte das insuficiências brasileiras, prejudicial porque o preparo militar sadio precisa de um núcleo de políticos, de civis em geral, familiarizados com a defesa nacional.

Vejam os cenários do nosso tema, restritos ao nível não-nuclear. A arma nuclear serve à contenção mútua dos que a possuem, mas, sem flexibilidade operacional, não tem uso racional nos conflitos verossímeis. Para as grandes potências, suas vantagens estratégicas valem menos do que as desvantagens políticas por não tê-la. Índia e Paquistão, idem, com simbologia regional. Qualquer país de segunda ordem que a use estará desafiando irracionalmente o mundo, hipótese só plausível sob ditaduras insanas. Quanto aos EUA, ela é o ingrediente apocalíptico de sua capacidade de árbitro maior da ordem mundial, que até os "falcões" radicais relutarão em usar.

As guerras generalizadas, com grandes potências em confronto, serão improváveis no futuro imaginável, devido à constrição nuclear e porque não se prevê contenciosos e ideologias mobilizadoras, indutores de antagonismos e objetivos como os que mo-

tivaram as 1ª e 2ª GM e poderiam ter transformado a fria em quente. Também porque elas produziram o caos na economia globalizada e seus custos, exponenciados pela tecnologia moderna, seriam desastrosos. Serão improváveis, enfim, as grandes guerras de violência indiscriminada, como as industriais de massa, do século XX.

Ademais, embora existam vários países relevantes na economia mundial, na segurança os EUA são a única potência capaz de atuação global decisiva. Essa singularidade é apoiada em orçamento militar (2003) da ordem de US\$ 400 bilhões (cerca de 10% disso para pesquisa e desenvolvimento tecnológico), maior do que a soma dos dez orçamentos militares seguintes, cerca de dez vezes o russo, alemão e francês, maior do que o PIB russo, só explicável pela manutenção da indisputabilidade do status de único poder global.

Passo aos conflitos regionais, infranacionais ou internacionais, motivados por problemas ideológicos, religiosos e étnicos, por integristas nacionalistas (IRA, ETA), ou decorrentes de disputas territoriais e da pressão demográfica sobre recursos limitados.

O ocaso da Guerra Fria abriu espaço para esses conflitos, principalmente onde a descolonização criou Estados pobres, multiétnicos e multirreligiosos, incapazes de manter a ordem interna, com risco para a internacional, daí serem os Estados flagelados pela miséria, arbítrio e violência, mais perigosos do que os organizados e fortes. Eles preocupam porque a TV introduz suas tragédias na vida de todos nós e porque estão abertos às armas de destruição de massa, ao alcance de Estados secundários e de organizações criminosas. É de se

supor que os Estados conter-se-ão no uso dessas armas, dado o risco da reação das maiores potências, até preventiva, mas a contenção não se aplica com segurança às ditaduras fundamentalistas e ao terrorismo, aos que não se constroem com a morte de sua gente e com o “vale-tudo” da violência indiscriminada.

Os conflitos locais entre Estados e suas Forças regulares serão geralmente limitados no espaço e em intensidade, por opção à vista dos objetivos não-radicais envolvidos, ou por incapacidade para intensificá-los. O conflito Peru x Equador na década de 1990 é um exemplo: objetivos que não entusiasmavam os povos e incapacidade operacional e logística. Mas alguns podem ser intensos, se envenenados por fanatismos inconciliáveis – situação comum nos interiores, não raro genocidas (Ruanda, Camboja, Sérvia). O radicalismo é mais provável sob ditaduras e onde existam condições econômicas e psico-políticas para sustentá-lo. Assim foi a guerra entre o Irã fundamentalista dos aiatolás e o Iraque do redentorismo ditatorial de Sadam Hussein, países com fanatismo, mídia controlada e receita do petróleo.

Uns tantos contenciosos são mais perigosos em razão do nível dos contendores, de que é exemplo o da Caxemira, territorial envenenado pela religião. Um singular é o China/Taiwan, em tese regional e para a China, interno, mas que envolve os EUA, razão pela qual sua solução terá de ser alcançada sem ação militar chinesa.

Na América do Sul, são poucos e sem gravidade os contenciosos pendentes e os antagonismos históricos tendem a esmaecer, se prevalecer nela a democracia e houver sucesso nos arranjos econômicos. Conflitos entre o Brasil e seus vizinhos são inve-

rossímeis, embora não impossíveis se acontecerem crises e retrocessos propensos a criar problemas externos para controlar os internos, razão pela qual o progresso regional com democracia é nossa melhor garantia de tranquilidade (lembremo-nos dos contenciosos do Canal de Beagle e Itaipu x Corpus, no regime argentino de 1976 a 1983, usados para “aliviar” a situação interna). Embora improváveis, se ocorrerem eles serão limitados devido à inexistência de objetivos radicais e à “falta de fôlego”. Mas a implausibilidade se limita aos conflitos entre Estados, não se estendendo aos irregulares, político-ideológicos, da criminalidade organizada e da associação de ambos (Colômbia hoje), mais prováveis em fronteiras atrasadas, como as da Amazônia.

Passo ao atualíssimo tema das intervenções. Algumas condutas entendidas como atentatórias à humanidade (direitos humanos, armas de destruição de massa em “mãos inconfiáveis”, meio ambiente, “mau” comportamento de fundamentalismos e integrismos, criminalidade transnacional), estão tendendo a justificar intervenções militares que, não conclusivas em si, dão às instituições diplomáticas, econômicas e humanitárias as condições de segurança para consecução dos objetivos maiores. Elas podem acontecer sob a égide da ONU, onde dependem do direito ao veto, ou de diretórios regionais. E sob a modalidade unilateral, com ou sem apoios: EUA no mundo (desde que não colida contra grande potência...) ou outra grande potência ou potência média, na área de seu protagonismo (Rússia na Ásia caucásica e central; China em seu entorno; Inglaterra e França em ex-colônias e outras possibilidades menos conspícuas).

As intervenções comprometem os conceitos de soberania e territorialidade, situando as “grandes causas” acima das soberanias clássicas “Grandes causas”, em geral associadas ao interesse econômico, tanto assim que o maior genocídio da década de 1990, o de Ruanda, economicamente irrelevante, não mereceu atenção. O Kuwait e a insanidade de Saddam Hussein teriam justificado os conflitos do Golfo, sem o petróleo? Em contrapartida, é justo admitir que as intervenções por motivos apenas econômicos carecem hoje de legitimidade pública e exigem que se lhes dê alguma camuflagem ética ou humanitária.

A resistência à intervenção é fadada ao insucesso quando é grande a assimetria estratégica. Mas ela pode ter alguma validade sob circunstâncias adversas para quem intervém, porque as sociedades afluentes e democráticas, com governos sujeitos à pressão da opinião pública e da mídia, são impacientes quanto ao tempo e pouco propensas a aceitar perdas e tragédias humanas, por causas não percebidas como vitais. Conforme palavras de um jornalista, um clichê da CNN, espetacularizado à revelia do julgamento objetivo do evento, afeta a disposição do povo, como afetaram as fotos do desesperado terror da criança fugindo nua de ataque norte-americano com napalm a aldeia vietnamita e do general sul-vietnamita atirando na cabeça de vietcong aprisionado (Prêmio Pulitzer de Fotografia).

Algumas observações sobre a ordem interna

A esquerda radical vê as Forças Armadas dos países de economia capitalista como garantidoras do domínio burguês; ela pretende o sistema militar como ins-

trumento da classe proletária – um romantismo ideológico, haja vista que nos países comunistas pré-1989 o preparo militar era função dos interesses nacionais e não dos proletários. Para a direita radical, as Forças Armadas devem ser também guardiãs da ordem socioeconômica; ela vê como carga fiscal discutível um sistema militar que não garanta a defesa, internacional e interna, dos esquemas socioeconômicos que lhe convêm.

Nada disto é correto. As Forças Armadas devem servir à defesa nacional e, de conformidade com o ritual definido no direito, também à ordem legal, no controle de ilicitudes que agridam o direito e a segurança do povo, além da capacidade policial, quando exigentes de meios e táticas essencialmente militares e onde a ação policial é insatisfatória ou inviável (selva amazônica, mar costeiro, espaço aéreo). Nos EUA, a integração racial escolar em 1969/70 contou com o Exército onde a Polícia e a Guarda Nacional não bastavam, e, em 2001, a TV mostrou cenas patéticas de crianças católicas sendo protegidas de manifestações protestantes pelo Exército inglês, em Belfast. Mas o emprego das Forças Armadas não deve ser estendido à rotina da segurança pública – o que prejudicaria sua missão precípua e as comprometeria além do razoável, com questões internas.

Olhemos agora alguns aspectos do cenário tecnológico

1º) A tecnologia moderna permite resultados com menos destruição e perdas humanas, relativamente às 1ª e 2ª GM, Coreia, Vietnã, Irã x Iraque. Em vez de milhares de aviões, centenas de milhares de bombas, muita destruição e mortes indiscriminadas, algumas centenas de aviões com ar-

mas “inteligentes” e mísseis de alto desempenho proporcionam as condições necessárias para a ação terrestre decisiva com forças menores do que as usuais no século XX;

2ª) Os custos das armas modernas atingem valores astronômicos e a evolução da tecnologia as condena à obsolescência em tempo curto, depois de anos de desenvolvimento caro. Na pré-revolução industrial, as armas mantinham eficácia por séculos; nos anos de 1800 até meados dos de 1900, por três a cinco dezenas de anos; agora, por dez a vinte anos, pouco mais, se modernizadas. Para se ter uma idéia dos custos (valores aproximados, indicadores de grandeza relativa): o bom avião P-51 da 2ª GM custava cerca de US\$ 350 mil, um caça atual de bom desempenho, US\$ 30 a US\$ 40 milhões; o F-117, US\$ 100 milhões; o B-1, projetado para bombardear a ex-URSS voando dos EUA, US\$ 400 milhões; o fantástico B-2, mais de US\$ 1 bilhão. O míssil de cruzeiro Tomahawk lançado de navio, US\$ 1,5 milhão, O porta-aviões classe Nimitz cerca de US\$ 4 bilhões. Resultado: os gastos com defesa no mundo se aproximam de US\$ 1 trilhão/ano (ano de referência 2000), dos quais 40% por conta dos EUA;

3ª) O uso eficaz das armas modernas depende do conhecimento da situação, para programá-las e/ou guiá-las, obtido por sistemas e meios externos (satélites, aviões, sensores eletromagnéticos, óticos, acústicos e térmicos) e por equipamentos das próprias armas (novamente, eletromagnéticos, óticos, acústicos, térmicos);

4ª) A tecnologia reduz a especificidade dos teatros terrestre e marítimo e das campanhas separadas, naval, terrestre e aérea, e aumenta a interdependência das três Forças, que requer estruturas organizacionais, mate-

rial e doutrinas adequados. Nos conflitos Iraque/Golfo, Adriático/Balcãs e Afeganistão/Índico havia um teatro única. Nas Malvinas, a Argentina foi prejudicada pela fragilidade do comando unificado, por força da tradição de autonomia das suas Forças.

Mas a alta tecnologia, muito cara, está ao alcance de poucos países, efetivamente capazes de coerção militar na indução dos parâmetros da ordem do século XXI. Mesmo as grandes potências não podem, por exemplo, pretender aviões como o B-1, elas se satisfazem com os menos caros, de desempenho inferior. O esforço da URSS para acompanhar o norte-americano, incompatível com sua economia, ajudou a precipitar seu colapso – o que mostra a fragilidade do poder militar sem economia correspondente. De fato: não há país economicamente fraco e militarmente forte; a própria Inglaterra, potência global nos séculos XVIII e XIX, viu decair seu poder militar e seu império após seu desgaste nas duas grandes guerras do século XX. A União Européia (UE) é capaz de reduzir a distância dos EUA, se lograr a união adequada; também a Rússia e a China, resolvidos seus problemas internos. Os demais países “que contam” só podem pretender estratégias defensivas contra ameaças limitadas e alguma presença estratégica na ordem regional; para a global cabe-lhes contribuição coadjuvadora ou simbólica. Em princípio, são eles: Japão (viável como grande potência), Índia, Austrália, Irã, Paquistão, Indonésia e uns poucos mais, entre eles o Brasil.

Para finalizar o tema tecnologia: nos séculos XV ao XIX, a tecnologia da Europa delineou no mundo a ordem eurocêntrica. Agora, a dos EUA, secundada pela de outras grandes potências, contribui pondera-

velmente para delinear a do século XXI, quando esse delineamento depende da força militar. Quando, pois a contribuição militar é por vezes prescindível porque instrumentos econômicos, financeiros e culturais a substituem com vantagem. Mas se a contribuição militar for necessária, caberá influência decisiva à assimetria tecnológica.

Passemos a algumas ilações estratégicas e organizacionais

Em terra, ao contrário do que acontecia nas guerras do século XX, com suas campanhas longas, batalhas e períodos de atrição, hoje os resultados acontecem em campanhas rápidas, protagonizadas por forças móveis, em zonas e não em frentes de batalha, depois de reduzida por ataques aéreos, mísseis e operações especiais, a capacidade terrestre inimiga. Nas guerras dos exércitos de massa, as tropas chegavam a milhares de homens por km², hoje a poucas centenas, se tanto. Tudo isso sugere dúvidas sobre os imensos exércitos mobilizados e sobre as grandes unidades pesadas (carros-de-combate e artilharia) que, embora presentes nas maiores potências e em alguns países com cuidados regionais, estão deixando de ser o “carro-chefe” dos exércitos – se bem que sempre convenha tê-las em dimensões comedidas, para situações exigentes do poder de choque provido por aquelas unidades (os tanques de Israel em território palestino, dos EUA e Inglaterra no Iraque...).

A ênfase atual recai nas forças dotadas de excelente tecnologia, adequadas para rápido deslocamento estratégico, com boa mobilidade tática (inclusive por helicóptero), empregadas mais ou menos esparsas, com iniciativa, mas coordenadas; e recai também

nas forças para operações especiais, a saber: destruição/sabotagem, apreensão, obtenção de “Inteligência”, resgate e contraterrorismo. Tudo isso significa exércitos menores, mais profissionais, mais caros e menos fundamentados na conscrição universal.

Também no mar serão improváveis as longas campanhas por extenso controle de área marítima (Pacífico, 2ª GM) e de negação do uso do mar (“batalha do Atlântico”, *idem*). O controle de área oceânica extensa não tem propósito objetivo em conflitos limitados e nos maiores conflitos pós-2ª GM (Coreia, Vietnã, Golfo), o fluxo oceânico não foi ameaçado. Até a US Navy, hoje o único poder naval global, a que as grandes potências praticamente abdicaram a tranquilidade nos oceanos, já se preocupa menos com o domínio do mar e enfatiza a projeção sobre terra. Em suma: para os EUA, os oceanos, proteção do seu isolacionismo desenvolvimentista no século XIX e, simultaneamente, barreira protetora e teatro de trânsito da projeção de seu poder no XX, tendem a ser principalmente esse teatro de trânsito no XXI.

Quanto aos meios navais, vejamos primeiro a aviação embarcada. Trata-se de arma para Marinha com encargos extensos e distantes, importante nas missões de ataque em intervenções, se não existirem bases aéreas próximas, disponíveis para a ação. Ao tempo de seu ufanismo globalista, a URSS pretendia a Marinha com porta-aviões e talvez a China precise dele, se quiser estender sua hegemonia além do alcance da aviação baseada em terra. A aviação embarcada nunca foi usada na defesa da fronteira marítima, em que a contribuição aérea é factível voando de terra, sem expor o porta-aviões (no conflito das Malvinas, o porta-aviões argen-

tino foi mantido na base porque teria sido alvo dos submarinos ingleses).

Os navios de superfície continuam úteis para missões de patrulha, bloqueio, projeção sobre terra (canhões e mísseis); mas a escolta de comboios está em ocaso. Os submarinos são a melhor arma para atuação contra forças navais superiores; já sua missão clássica, o ataque ao tráfego marítimo, que ameaçou a Inglaterra e comprometeu o Japão na 2ª GM, tem pouco cabimento nas conjunturas aventadas, em que o transporte marítimo não é ameaçado ou não é importante, dada a curta duração

Ainda quanto ao mar: a tecnologia de defesa dificulta hoje os grandes assaltos anfíbios sobre litoral defendido, como os da 2ª GM. Em 1991, apesar de sua superioridade, os EUA não ousaram o assalto no litoral do Kuwait, onde o Exército iraquiano teria cobrado alto custo. O plausível agora é o desembarque de forças leves para controlar área litorânea ou no interior, primordialmente por helicópteros, concepção especialmente útil em intervenção. A projeção anfíbia é também viável como incursão de unidades pequenas, com os propósitos já elencados para as operações especiais.

No ar está descartado o bombardeio aeroestratégico visando a desgastar a economia inimiga e o ânimo do povo; ele fez sentido na guerra industrial de massa (2ª GM), mas não faria nos conflitos agora plausíveis e não foi praticado no Golfo, nos Bálcãs e no Afeganistão, onde teria produzido muita destruição e perdas indiscriminadas, irrelevantes para a decisão. Nos conflitos atuais, o uso de aviões em missões de ataque é adequado para estabelecer a superioridade aérea necessária à segurança da operação terrestre, para preparar essa

operação e para apoiá-la. Missões em que se procura não atingir indiscriminadamente o povo e recursos alheios à capacidade militar – o que não acontece com segurança principalmente com alvos urbanos, quando ocorrem destruição e mortes não desejadas.

A espetacularização sensacionalizada pela TV, desse tipo de ação no Iraque, Sérvia e Afeganistão, tem induzido a idéia de que ele resolve, mas o que ele faz é facilitar a solução “no terreno”. Seu sucesso depende de tecnologia, condições financeiras e de que o país-alvo seja vulnerável a ele. No Afeganistão, apesar dos ataques aéreos, a guerrilha resistiu por meses, ajudada pela topografia montanhosa e pelo atraso afegão – tal como ocorrera antes com a URSS no próprio Afeganistão e com os EUA no Vietnã, onde a dificuldade física era a selva. Já o Exército iraquiano, em país razoavelmente desenvolvido, entrou por duas vezes em colapso com rapidez. Enfim: a alta tecnologia aérea e missilística é eficaz quando o país-alvo é vulnerável a ela, mas tem menor valor na guerrilha e outras modalidades não-convencionais, em regiões atrasadas ou de características geofísicas e psicossociais adversas à ação de alta tecnologia (atraso estrutural, ideologia mobilizadora, selva, montanhas). De qualquer forma, a muito baixa taxa de perdas para quem a pratica é fator de sedução para que as potências usufrutuárias da assimetria tecnológica decidam empregar a violência tecnologizada, na implementação de seus objetivos.

Comentarei agora o Brasil que, como dito antes, se insere nos países “que contam”, com as restrições do seu nível de desenvolvimento, do seu sufoco fiscal e da

ausência de preocupações de defesa. Iniciemos com alguns condicionamentos da defesa nacional.

1ª) O Brasil tem interesses econômicos e é atento às questões humanitárias e ambientais globais, mas, na defesa, suas preocupações devem, por ora, cingir-se à América do Sul e ao Atlântico Sul (o ocidental), teatro de seus interesses vitais. Fora dele é razoável admitir que os interesses brasileiros sejam protegidos pela ordem internacional. Em síntese: a agenda brasileira é global na economia e nas preocupações humanitárias e ambientais, mas a de segurança é regional. Em coerência com essa limitação, convém-nos o preparo capaz de dissuadir ameaça regional, clássica ou irregular, e de controlá-la rapidamente caso falhe a dissuasão.

2ª) Para os EUA, a América do Sul não inspira preocupações além da criminalidade transnacional – motivação que substitui a do comunismo soviético. O Tiar perdeu sua razão de ser, se é que teve fora do quadro do confronto Leste x Oeste; sua vivificação só seria necessária se houvesse ameaças que justificassem a segurança coletiva tutelada pelos EUA.

3ª) Com o fim da ameaça submarina soviética, o Atlântico Sul deixou de preocupar como teatro clássico (o Atlântico Sul e demais oceanos). O Brasil não precisa ter cuidados com ele como teatro de trânsito de ameaça de grande potência que, além de improvável, só seria viável se permitida – ou realizada – pelos EUA. Ocorrerão nele ações irregulares, mas não se imagina que venha a ser teatro de guerra entre forças navais organizadas, de Estados.

4ª) A prioridade estratégica do Prata perdeu força porque inexistem motivos que

a justifiquem e assim continuará se a associação econômica regional tiver sucesso, exorcizando velhas preocupações. A Amazônia merece agora mais atenção; não se trata de ameaças regulares de Estados, mas de irregulares (guerrilha, drogas, contrabando). Intervenções de grande(s) potência(s) por questões ambientais aparentam ser por ora improváveis, até porque para influenciar o comportamento do Brasil na região são mais lógicos os mecanismos econômicos e financeiros de coação, a que somos vulneráveis.

5ª) A ordem constitucional e legal (nela incluído o controle da criminalidade organizada) é fator a ser considerado no preparo militar, sempre admitido o respeito ao ritual do direito e a impropriedade do uso rotineiro das Forças Armadas na segurança pública.

6ª) Quanto às intervenções justificáveis na ordem do século XXI, se sujeitas à resistência ponderável a países como o Brasil, caberia apenas participação simbólica, mas, sob circunstâncias menos radicais, esses países podem ou até devem ter participação significativa, se envolvidos interesses importantes ou em razão da proximidade, indutora de cuidados e responsabilidades – um problema de que o Brasil não tem como se eximir sem abrir mão da sua posição relativa na América do Sul.

Admitidos esses condicionamentos, estarão corretos nosso ideário estratégico e seu modelo de configuração militar? Esse problema está na agenda do mundo; as revisões têm enfatizado a autodefesa e, com limitações (não os EUA...), a projeção de poder. Para o Brasil, a resposta tem de ser restritiva também por força do sufoco fiscal resultante de demandas sociais e econômicas, uma construção compreensível,

mas que vem atuando menos por competente opção racional e mais por alheamento político e societário (voltarei a isso).

A revisão, sem sujeição abúlica às concepções corporativas e missões auto-assumidas, deve esboçar o que se pretende do poder militar e avaliar a capacidade nacional para atender a pretensão, deve permitir a reflexão sobre projetos militares, evitando que sejam adotados por mimetismo ou inércia doutrinária. Esses projetos têm de estar vinculados a uma idéia de defesa nacional, e a adoção, abandono ou modificação de projetos precisam ser coerentes com a evolução daquela idéia – ou então há algo errado na condução do tema.

Na seqüência, apresento uma visão conceitual básica de cada Força, coerente com o que disse até aqui

Convém balizar nosso preparo naval por duas idéias: 1ª) Nas improváveis hipóteses externas, apenas parte da fronteira marítima seria objeto de ameaça, porque nosso litoral é grande, os objetivos serão imitados e, no plano regional, faltaria capacidade para algo maior. 2ª) O Brasil não pode por ora ser ator naval de peso longe do país, onde a segurança de seus interesses depende da ordem internacional, mas deve sê-lo nas águas próximas, do Atlântico Sul. A concepção de defesa naval assim condicionada não é simpática ao ideário conservador oceânico clássico, mas a realidade fiscal restritiva e a impropriedade para o Brasil, da inspiração imperial-marítima de Mahan, a vêm impondo na prática.

O esboço estrutural para Marinha, coerente com essas idéias básicas e com o dito antes sobre o mar, poderia ser assim aventado: um núcleo com submarinos e navios

de combate, para o controle do mar conveniente à defesa da fronteira marítima, complementados por capacidade de minagem para a defesa de áreas sensíveis, em extensão de costa limitada pela conjuntura; os submarinos, convencionais para a defesa próxima, e o de propulsão nuclear, para a distante. Caberia a esse núcleo cooperar no controle da ordem no Atlântico Sul.

Além desse núcleo: força anfíbia para integrar forças de intervenção, coadjuvantes se em cenários de intervenção resistida, bem como para incursões rápidas e operações especiais. Também são necessárias forças especializadas (navios/embarcações, helicópteros, fuzileiros navais) na Amazônia e Rio Paraguai, para a defesa territorial e controle e implementação da lei e da ordem, bem como navios e embarcações para o controle rotineiro do mar sob jurisdição brasileira – tarefa típica de Guarda-Costa. Finalmente, aviões de patrulha e para ataque a navios em cenários de defesa da fronteira marítima; os de patrulha, úteis ao controle rotineiro a que acabo de me referir, preferencialmente navais, embora voando de bases da Força Aérea, mas, se da Força Aérea, operacionalmente vinculados à Marinha.

Esse esboço não preconiza nem descarta o porta-aviões. A questão é: nossas responsabilidades e preocupações requerem projeção transoceânica em cenário exigente de aviação de combate, fora de força internacional em que os EUA ou outra grande potência exercessem o papel principal? Se a resposta for sim, requerem, a omissão está errada. Se a resposta não endossar a atuação distante com responsabilidade protagônica, a omissão está certa.

O Exército está pondo em curso duas orientações. Primeira: atenção à Amazônia.

E segunda: concentração do preparo de melhor nível em unidades selecionadas. As demais permanecem em nível inferior; além de reserva ativa, elas exercem a presença territorial historicamente relacionada com a integração nacional e a ordem interna, preocupação ainda válida, mas cujo modelo pode ser revisto em razão da melhora das comunicações e dos transportes, ocorrida desde a época em que o modelo foi adotado.

O esboço estrutural agora apresentado está em implantação, lenta em razão das restrições orçamentárias: um núcleo moderno, de unidades convencionais leves, com boa mobilidade, um subnúcleo de carros-de-combate e artilharia, para missões improváveis mas não impossíveis no cenário sul-americano, e unidades de operações especiais. Também vêm merecendo atenção prioritária as unidades aprestadas para a Amazônia, visando à vigilância, à defesa territorial e, respeitados os parâmetros legais, à implementação da lei e da ordem, com capacidade antiguerrilha e para a guerrilha (atrição defensiva, no caso da improvável ação intervencionista).

A Aeronáutica prossegue enredada na sua dualidade civil-militar, da doutrina do poder aeroespacial unificado (aviação civil, aeroportos, indústria aeroespacial, segurança da navegação aérea), que teve sua época correta, de 1940 a 1970, mas hoje algumas de suas facetas são discutíveis. Apesar dos percalços da dualidade, a Aeronáutica militar avança em rumo compatível com a idéia de defesa nacional e as considerações sobre a guerra aérea, que aventei anteriormente. A defesa e a superioridade aérea são pensadas em termos seletivos, e o ataque, ao solo, essencialmente o de interesse operacional-militar. Também estão merecendo atenção

a vigilância e o controle rotineiro do espaço aéreo, inclusive o imenso amazônico.

A estrutura adequada pode ser assim esboçada: um núcleo de aviões de bom desempenho para missões de superioridade aérea/defesa aérea, em áreas limitadas em função da conjuntura e de aviões para atacar a objetivos militares em teatro operacional de defesa do território e de interesses brasileiros. Além disso, aviões para transporte estratégico, para controle e imposição da lei no espaço aéreo (onde se insere os aviões de controle do espaço aéreo e de "polícia aérea" do Sivam) e para obtenção de "inteligência".

Na implementação do preparo, o Brasil deve aproveitar o não estar sujeito a ameaças críticas para buscar a tecnológica compatível com seu status e suas possibilidades, dentro da idéia de que a compra de armas, sem a correspondente capacidade de mantê-las e usá-las, não é garantia de defesa. Merecem realce o que proporcione escala industrial sustentável, assegure o uso soberano dos meios (*software* operacional, por exemplo), ou for julgado importante, mas cujo fornecimento é vedado pelas políticas restritivas das maiores potências (missilística, guerra eletrônica, propulsão naval nuclear).

Há que se considerar também que a eficácia pode ser freqüentemente atendida pela integração, mediante esquemas organizacionais definidos pela situação. A integração depende da superação do vírus histórico das autonomias corporativas – problema igualmente vivido por outros países. Um bom incentivo seria a criação transitória de comandos integrados experimentais, para planejamentos, exercícios, identificação e solução de dificuldades. Talvez um permanente, na Amazônia ocidental, por

exemplo, onde o potencial do Sivam seria útil – além de se tratar de teatro naturalmente combinado.

O exposto até aqui sugere a viabilidade de redução de efetivos, com um senão: a tecnologia reduz a necessidade de combatentes, mas exige mais pessoal de manutenção que só parcialmente precisa ser militar (os EUA usam não apenas pessoal civil orgânico das Forças, mas até terceirizam a manutenção). Defensores das dimensões alentadas argumentam que nossos efetivos são pequenos no mundo (relação militar/habitantes). O argumento é discutível, pois não é razoável dimensioná-los pelo tamanho da população e, sim, em função das ameaças verossímeis e vulnerabilidades. Dimensionar o poder militar em função da própria população é aceitar o controle do povo como razão de ser dos exércitos.

Também é conveniente a revisão do serviço militar obrigatório, que não responde bem à tecnologia moderna (o serviço militar curto não habilita o imaturo e despreparado recruta para o uso eficiente de material complexo), mantido o direito legal ao recrutamento em caso de necessidade, universal ou de categorias profissionais especificamente necessárias por suas qualificações.

Esse tipo de revisão está em curso nas maiores potências e em países “que contam”, onde tendem a prevalecer Forças Armadas menores, tecnologizadas e preponderantemente profissionalizadas. Ela introduz no orçamento militar um complicador: o soldado profissional qualificado tem de ser adequadamente remunerado e a maior remuneração só em parte é compensada pelo menor número. E induz um problema: os exércitos de massa eram motivados pela emoção cívica, os menores, profissionais,

tendem a sê-lo pela racionalidade dos objetivos e do emprego da força. Nas grandes democracias tudo isso já se reflete na redução do interesse pelo serviço profissional voluntário, em que cresce a proporção dos menos favorecidos.

A finalidade constitucional das Forças, que “...destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, é correta mas insuficiente como orientação para o preparo militar. A política de defesa de dezembro de 1996 deveria ter coberto a lacuna; entretanto, formulada no vácuo da apatia nacional pelo tema, o resultado foi uma política de consensos fáceis, vagos como orientação. Exemplificando: a propensão pacífica do Brasil; o incremento científico e tecnológico; a proteção da Amazônia; o desarmamento global; a contribuição militar para a integração nacional, defesa civil e desenvolvimento econômico; o controle da faixa de fronteira, das águas brasileiras e do espaço aéreo nacional; o fortalecimento dos sistemas de transporte, comunicações e energia e a presença na Antártica (!); o aprimoramento material e organizacional das Forças; a dissuasão e a estratégia defensiva.

A questão da apatia sugere uma consideração. Na nossa história, o sistema militar sempre esteve pautado pelo bem do País – o que não significa imunidade a erros, é claro –, mas agora ele está sendo empurrado para uma insólita desimportância, do agrado de parte do universo político e da *intelligentsia*, que procura desenfatar as Forças Armadas, “ignorando” a utilidade delas, instituições resistentes às crises, para a manutenção de uma sociedade nacional solidária e protegida – utilidade que pode

ser comprometida pela desimportância insensata. Há um sintoma sugestivo da involução para a desimportância: na votação do Orçamento, a outorga ou negação de recursos independe do objetivo da aplicação. Não se deve pretender do Congresso uma dedicação detalhada ao tema, mas o fato é que os recursos são concedidos ou negados absolutamente à revelia dos efeitos sobre a defesa nacional, pela qual numa democracia o Congresso é também responsável.

Já que foi citado o Orçamento, abramos um parêntese para ele: nosso orçamento militar é um dos menores do mundo “que conta”, em percentual do PIB. A pequena participação é compreensível à vista das dificuldades socioeconômicas do País e da ausência de problemas críticos de defesa, mas seu perfil é assustador: em 2003, situação similar à de anos anteriores, apenas cerca de 20% do orçamento, sobre os quais incidem os contingenciamentos, estão livres de destinação compulsória e são aplicáveis nas despesas de capital e custeio corrente, ou seja, no preparo e emprego das Forças! A continuar o agravamento desse perfil, provável à vista da pressão crescente das despesas compulsórias, em poucos anos o sistema militar estará dramaticamente comprometido (na verdade, já está).

A ameaça é grave porque a capacidade fiscal de um Estado depende da riqueza nacional, da sua apropriação pública e do modelo de dispêndio do apropriado. Países ricos e de *welfare state* modesto podem usar recursos vultosos no preparo militar (EUA). Países ricos e de pesado *welfare state* também podem, mas abaixo do nível daqueles (Europa ocidental). Países não ricos e pressionados por carga social (Brasil) têm de ser parcimoniosos nos gastos militares. Dispên-

dio militar elevado sem riqueza compatível e com mau atendimento do povo, só com autoritarismo (China e Coreia do Norte). A solução do problema é complicada, mas é preciso planejá-la e deslanchá-la, para que se resgate a defesa nacional do ostracismo que a vem caracterizando um tanto psicoticamente. Parêntese fechado.

O Ministério da Defesa é, em tese, útil à condução da “questão defesa nacional”. Para concretizar seu potencial é preciso que ele consiga administrar as fluidas conexões entre a política, a burocracia e a defesa nacional em todos os seus aspectos: a política militar e seus corolários estratégicos, logísticos, administrativos e os assuntos relativos à indústria, à tecnologia e à infraestrutura de interesse para a defesa. É preciso que ele seja capaz de rever facetas discutíveis de concepções tradicionais, de promover a integração possível e de inspirar confiança nas Forças, não as deixando sentirem-se funcional e psicossocialmente órfãs. A situação é passível de correção, se houver intenção política de corrigi-la e se o Ministério for “tripulado” por militares e civis adequados, quesito mais complexo no tocante aos civis, dado o tradicional des-caso civil pela defesa nacional.

Para começar a finalizar: a evolução do mundo está afetando radicalmente as concepções de defesa. Prudentemente, mas sem apego dogmático ao passado, é preciso rever seus fundamentos e desdobramentos estratégicos, operacionais, organizacionais e logísticos – o que não é fácil, pois somos prisioneiros da herança cultural e relutamos diante da mudança, que só acontece rapidamente sob acicate autoritário ou revolucionário. Há 100 anos, o Primeiro Lorde do Mar, Almirante Fisher, disse o seguinte, re-

ferindo-se à resistência de almirantes de visão imperial, à concentração da Marinha na Inglaterra, às vésperas da 1ª GM: “Eu desconfio das cabeças que não mudam, quando as circunstâncias mudam.” A frase é válida hoje, quando adeptos de idéias discutíveis, em vez de adaptá-las às circunstâncias para procurar respostas à nova realidade, imaginam circunstâncias pouco plausíveis, úteis ao conservadorismo, mistificam a realidade para corroborar a cultura estabelecida.

O resultado é desalentador, pois ninguém se predispõe a pagar o custo da inércia dissonante da realidade, do preparo para a defesa do que não é entendido como ameaçado ou verossimilmente susceptível de vir a sê-lo. O preparo militar é condicionado pela aceitabilidade da lógica que o inspira, só é seguro quando coerente com o presente e os parâmetros verossímeis do futuro. Tanto assim que, provavelmente, a opinião brasileira compreende e aceita hoje o ônus dos cuidados com a Amazônia, mas não se deve esperar o mesmo do preparo para uma difusa defesa abstrata ou para a atuação militar distante. Pode até “engolir” por indiferença, ignorância ou impotência, mas não o apoiarão com convicção e o provável é a rotina da sufocante sobrevivência orçamentária.

Nossa situação pode ser assim resumida: o Brasil prestigia os ideais da cultura ocidental, mas entende que a correlação de forças, inclusive a militar, influencia a serventia daqueles ideais. O preparo militar para o exercício de influência realista na ordem do século XXI requer que atentemos para as ameaças plausíveis e nossas vulnerabilidades a elas, sobriamente confrontadas com as possibilidades fiscais, enfatizando-se as hipóteses de segurança, ordem e estabilidade re-

gional, admitida, com engajamento tanto menos significativo quanto maior a distância do Brasil e menor o interesse brasileiro, a cooperação para a ordem global.

Caracterizado por capacidade militar expressiva e credível no contexto regional e no subestratégico (onde se inserem a segurança parapolicial e a ordem interna), além de sinalizadora de custos para qualquer agressor, estimuladora de soluções pacíficas, esse quadro deve prevalecer enquanto construirmos um País socialmente mais feliz e economicamente mais forte. Na medida em que se realize esse avanço, nossa projeção estratégica aumentará naturalmente e, com ela, a presença brasileira na regulação da arquitetura do mundo (insere-se aí a participação no CS/ONU, hoje pretensão mais ufanista, para “consumo” interno, do que objetivamente factível e útil).

Assim aconteceu com os EUA que, da independência em 1776 ao fim do século XIX, desenvolveram-se cultivando política econômica globalista e política de segurança mais atenta ao seu território e adjacências imediatas, com projeção estratégica crescente, na medida em que iam se desenvolvendo – uma característica da dinâmica da história que, nos limites regionais, é válida no século XXI para uns tantos países dotados do potencial conveniente. Entre eles o Brasil, que deverá crescer estrategicamente sem atropelos ilusórios, deverá desenvolver-se ao amparo de dois níveis de segurança: o regional e interno – o regional, admitindo associação com países vizinhos, o interno, autônomo. E o global, basicamente assegurado pela ordem internacional, para o qual a contribuição brasileira deve ser por ora discreta, aumentando com o desenvolvimento brasileiro. ☞



Economia e orçamento para a defesa¹

*Carlos Wellington Leite de Almeida**

RESUMO

Este texto discute a relação entre a economia e a defesa.

Sustenta a aplicabilidade dos princípios e conceitos econômicos à análise da defesa nacional, segundo uma proposta de integração dos dois campos de conhecimento.

Analisa os possíveis efeitos dos investimentos em defesa sobre a economia nacional e os gastos com a defesa do ponto de vista da maximização dos possíveis benefícios.

Sustenta a aplicabilidade dos conceitos e princípios orçamentários ao setor defesa, em especial os relativos à transparência, à eficiência, à eficácia e à legitimidade. Apresenta breve notícia de exemplo concreto, no caso brasileiro. Promove o debate sobre o controle político a ser exercido sobre os investimentos em defesa.

PALAVRAS-CHAVE

Defesa, Economia, Orçamento, Controle Político

PENSAR A DEFESA ECONOMICAMENTE

É possível utilizar ferramentas da ciência econômica na análise da defesa nacional. A proposta de tratamento do tema da defesa como um tema econômico diz respeito à aplicação dos conceitos e princípios da economia a uma área do conhecimento que, muitas vezes, desenvolve seus conceitos próprios de for-

ma hermética, permitindo pouco intercâmbio com outras formas de entendimento. Esse hermetismo pode ser devido a uma cultura de defesa isolacionista ou ao desinteresse generalizado da sociedade e de seus estudiosos pelo tema em questão. Tratar o tema da defesa segundo uma ótica econômica representa a possibilidade de conciliação de formas diferentes de entendimento e, para os profissionais envolvidos, a opor-

* Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, graduado em Economia e Orçamento de Defesa pelo Center for Hemispheric Defense Studies.

¹ Colaboração da ECEME. Texto apresentado no: REDES 2002 - Research and Education in Defense and Security Studies, agosto de 2002, Brasília, DF.

tunidade de emprestar embasamento teórico adequado a uma análise integrada do planejamento e da execução do orçamento da defesa.

Uma defesa nacional poderosa em muito se relaciona com decisões apropriadas no mundo econômico. Muito da própria forma de se decidir a economia tem a ver com o processo decisório militar, sobretudo no que se refere à necessidade de definição de uma estratégia clara, de emprego de meios apropriados e de fins adequados aos meios disponíveis e ao interesse geral da nação. Com o propósito de melhor gerir suas possibilidades e aproveitar ao máximo seu potencial, o país é levado a “pensar economicamente” sua defesa, ou seja, pautar a análise de suas questões de defesa a partir da recorrente e limitadora relação entre necessidades infinitas e recursos escassos.

Hartley e Sandler demonstram a relação entre os temas econômicos e a defesa de um país, a partir da análise da demanda por gastos militares. De acordo com os autores, a relação entre gastos militares e não-militares define o padrão de alocação de recursos militares do país. Os gastos militares impõem seu peso sobre o orçamento do país, retirando recursos de outras áreas, em especial da área social, mas os gastos com estes últimos não podem deixar de ser realizados. A utilização de ferramentas econômicas de análise serve como importante auxílio para a minimização de erros na alocação de recursos e para o atingimento dos propósitos nacionais, tanto civis quanto militares.

Assim, dada uma restrição orçamentária, os meios disponíveis e os fins a serem atingidos, qual deve ser o perfil da defesa

de um país? Deve um país investir mais em sua Marinha ou em seu Exército? A possibilidade de maior exploração dos recursos econômicos da plataforma continental marítima compensa a redução do grau de prontidão militar nas fronteiras terrestres? E no caso de se decidir por uma das opções, qual será o equipamento mais adequado? São questões como essas que incomodam o analista econômico e orçamentário da defesa, o qual poderá valer-se de conceitos e princípios econômicos para melhor decidir, na busca da forma mais econômica de se obter o resultado esperado do investimento em defesa: a tranquilidade da nação.

PRINCÍPIOS E CONCEITOS ECONÔMICOS APLICADOS À DEFESA

A aplicação dos princípios e conceitos econômicos não visa a se tornar resposta para todas as questões, mas a constituir ferramenta analítica confiável na busca da melhor solução. Assim sendo, conceitos normalmente restritos ao mundo da ciência da escassez são transportados para o mundo da defesa. Um universo em que, como no econômico, também há escassez de recursos e infinidade de demandas.

Um dos conceitos econômicos mais facilmente aplicáveis à análise de defesa, e que diz respeito à própria limitação de escolha diante da escassez, é o conceito de *trade-off*: a relação de troca necessariamente existente em uma situação de recursos escassos, graficamente representada pela curva de fronteira de produção (Mankiw). A fronteira de produção representa a situação de máxima utilização dos recursos disponíveis para produção de determinada quantidade de ca-

da um dos dois bens considerados e a aplicação ao tema da defesa se mostra razoavelmente evidente (Hartley e Sandler).

O conceito de *trade-off* em defesa é tradicionalmente conhecido como o dilema “manteiga *versus* canhões”, ou “arados *versus* espadas”. Segundo este ponto de vista, a nação deverá alocar seus recursos de forma a produzir bens “civis” ou “militares” de acordo com sua necessidade e, ao mesmo tempo, zelar para que a produção de ambos os bens se dê com a utilização mais elevada possível dos recursos disponíveis, sob pena de se incorrer em imperdoável desperdício das potencialidades nacionais. Ou seja, arados e espadas deverão ser produzidos em quantidades que atendam às necessidades de geração de riquezas (arados) e de proteção das riquezas geradas (espadas), no maior nível possível de produção (sobre a fronteira de produção).

A noção do *trade-off* opera uma sensível mudança no próprio conceito de custo. Isto porque, analisado o tema sob a ótica da escassez de recursos, toda quantidade de arados (ou manteiga) a serem produzidos significará uma redução na capacidade de produção de espadas (ou canhões). Neste caso, o custo envolvido na tomada de decisão deixa de ser avaliado em termos puramente financeiros para incorporar a idéia de que o custo de se produzir algo corresponde à opção de deixar de produzir alguma outra coisa também necessária (Gutierrez *apud* Quintana). O custo de um avião de combate, ou de uma nova unidade naval, deixa de ser medido apenas em milhões de dólares para ser medido, também, em termos daquilo que deixa de ser oferecido à nação, por exemplo, educação primária ou saúde básica. E

isto não significa dizer que a defesa deva ser deixada para segundo plano dentre as prioridades nacionais, pois a falta de investimentos militares poderá gerar, por exemplo, uma instabilidade nas fronteiras capaz de ameaçar não somente a tranquilidade com que se conduz os programas de educação e de saúde, mas toda a capacidade produtiva do país.

Como o *trade-off*, conceitos econômicos intimamente relacionados ao tema da defesa são os de especialização, vantagens comparativas e padronização. No domínio da economia encontra-se a idéia, já bastante sedimentada, de que a especialização e as vantagens comparativas a ela associadas permitem incremento na produção. Ou seja, a especialização e as vantagens comparativas permitem uma produção maior e, muitas vezes, de melhor qualidade (Franko, 2000). Aplicados à defesa, os conceitos conduzem à idéia de que a especialização das Forças Armadas pode gerar uma defesa “maior” e “melhor”. Aviões especializados de ataque ao solo, provavelmente, terão melhor rendimento em ações de apoio aéreo aproximado (*close air-support*) ou de interdição aérea do campo de batalha (*battlefield air-interdiction*) do que aviões de emprego geral. E por serem tais aviões mais eficientes, é bastante razoável admitir, ainda que não como uma relação obrigatória e direta, que o mesmo resultado possa ser obtido com um número menor de aviões, abrindo possibilidades para a economia de recursos. Também relacionado à economia de recursos, tem-se a padronização, que pode promover redução de custos operacionais a partir da economia de escala que normalmente se lhe associa. A padronização de munições para armas por-

táteis, combustíveis para veículos e muitas outras possibilidades de estabelecimento de padrões a serem seguidos deve passar a fazer parte das considerações do analista econômico da defesa.

O conceito de mercado, ainda que tendo bastante polemizada sua aplicabilidade ao tema da defesa, deve ser lembrado como uma ferramenta na busca de eficiência. No que se refere à escolha entre diferentes armas e munições produzidas em plantas industriais privadas, nacionais ou internacionais, a competição entre as opções disponíveis, respeitadas as características específicas e a vocação de defesa de cada país, poderá contribuir para a decisão pela melhor combinação a ser adquirida. A Empresa Brasileira de Aeronáutica-Embraer, é correntemente referenciada, na literatura especializada, como empresa tradicionalmente ligada ao setor de defesa que obteve significativo progresso a partir do desenvolvimento de uma mentalidade de mercado (Franko, 1992).

Outros conceitos e princípios econômicos também aplicáveis à análise da defesa são os de capital humano e de externalidades. O conceito de capital humano, por se mostrar aplicável ao tema da defesa de forma praticamente idêntica àquela em que se aplica na sociedade civil: quantidade de pessoal, custos com salários, necessidades de treinamento, são idéias tão familiares ao universo da defesa quanto ao mundo das empresas (Warner e Asch). Por fim, as externalidades também emprestam sua significância ao tema da defesa. Uma pesquisa militar poderá resultar em avanço tecnológico importante para a indústria como um todo, ou, ainda, a ocupação militar de uma região isolada (partes da Amazônia,

por exemplo) poderá representar a ponta-de-lança de uma ocupação geral, economicamente consolidada.

GLOBALIZAÇÃO E DEFESA

Um dos mais representativos marcos do mundo contemporâneo, verdadeiro símbolo de uma era, é o fenômeno da globalização. Aplaudida por muitos, criticada por outros, a globalização costuma dominar debates e análises, ao mesmo tempo em que lhes confere um caráter polarizado. Reúne uma infinidade de implicações de ordem política, econômica e social, pelo que afeta, também, o debate relativo à defesa.

A globalização pode ser definida como um processo de mudanças rápidas e de longo prazo, essencialmente dinâmico, que se manifesta nos diversos domínios da vida das sociedades e que se caracteriza pela intensificação generalizada das trocas de informações, de riquezas e oportunidades de toda sorte. Graças à globalização, o nível de atividade nacional e transnacional cresce exponencialmente e transformações diversas são aceleradas em toda parte. A velocidade dessas transformações, normalmente, tende a ser superior à capacidade de resposta e adaptação de governos nacionais e outras instituições.

A maioria dos economistas contemporâneos aplaude o fenômeno da globalização porque tende a promover a eficiência e a especialização (Flanagan, Frost e Kugler). De acordo com sua análise, quanto maior e mais global a escala de mercado envolvida nas relações intercomunitárias, maior a eficiência na alocação dos recursos econômicos disponíveis. Diversos estudos confirmam que países com economias abertas e "orientadas

pelo mercado", nos anos recentes, cresceram muito mais rapidamente do aqueles países de economias fechadas.

Contudo, não necessariamente elogiosas são as referências à globalização. Seus benefícios e efeitos em geral são distribuídos desigual e desordenadamente em escala planetária. Estatísticas recentes sobre as regiões mais pobres do mundo indicam crescimento populacional excessivamente rápido, alto índice de degradação ambiental, índices desfavoráveis relativos à saúde e ao saneamento e, de forma geral, aprofundamento dos níveis de pobreza. Os críticos mais ácidos do fenômeno chegam a sustentar a existência de uma relação direta entre os benefícios auferidos pelos países mais preparados para a era global e os prejuízos impostos àqueles com menor capacidade de adaptação à dinâmica das transformações. Uma hierarquia entre países parece estar a caminho de rápida consolidação.

Muitos países pobres reclamam que seus esforços no caminho da prosperidade são dificultados pelos países mais ricos. Sustentam, por exemplo, que o países ricos lhes impõem barreiras protecionistas de ordem tributária e não-tributária, em especial a seus produtos agrícolas, não lhes propiciam ajuda suficiente, subsidiam os preços de seus próprios produtos, bem como implementam políticas trabalhistas e ambientalistas que surtem efeito negativo sobre os países pobres. A insatisfação generalizada desses países com a globalização, seja ela justificada ou não, não pode ser ignorada como potencial fonte de conflitos.

Desequilibrados, os efeitos da globalização, em muitos casos, têm contribuído muito mais para globalizar problemas do que disponibilizar soluções. Muitos países

estão se tornando atrasados em relação ao processo, com o que se tornam cada vez mais incapazes de se envolverem no ambiente competitivo que caracteriza a globalização. Em muitos casos, as disparidades resultantes, em especial as de ordem econômica e social, têm contribuído para a exacerbação das tensões étnicas e religiosas. Da mesma forma, terminam por contribuir para com o avanço do terrorismo e de novos tipos de conflitos armados que desafiam a capacidade de adaptação, planejamento e formulação doutrinária dos países, impondo novas demandas às instituições internacionais e nacionais. Alguns exemplos importantes são os seguintes:

a) A crise financeira asiática de 1997-1998 intensificou as tensões e instabilidades étnicas na Indonésia, catalisando os movimentos de independência do Timor Leste e ameaçando a integridade territorial de todo o resto do país;

b) Durante a luta no Kosovo e após o seu término, kosovares de origem albanesa lançaram mão da internet para levantar substancial financiamento destinado ao Exército de Libertação do Kosovo, enquanto, na Sérvia, reformistas usaram o mesmo recurso para escapar à censura governamental e levantar oposição ao regime do líder Slobodan Milosevic;

c) Em Serra Leoa, grupos criminosos tiveram seus atos insurrecionais financiados por meio da venda de diamantes no mercado internacional.

A intensidade e a velocidade das transformações determinadas pela globalização no mundo econômico refletem-se dramaticamente no mundo político. O efeito generalizado dos desequilíbrios inerentes ao processo é a desestabilização institucional,

tanto do ponto de vista da política interna quanto da política externa. Como regra geral, os resultados do fenômeno beneficiam elites e classes médias urbanas mais do que o homem rural, beneficiam mais a indústria do que a agricultura, beneficiam mais os produtos intensivos em tecnologia e conhecimento do que os intensivos em mão-de-obra e matéria-prima. Diante desse quadro, as possibilidades de rupturas políticas, resultantes de regulares ou irregulares disputas por poder, são inúmeras e imprevisíveis.

A globalização promove reformas nas políticas nacional e internacional e, paralelamente, nas políticas de defesa que lhes são inerentes. Uma relação dialética em que o fenômeno globalizante provoca mudanças de diferentes matizes e, a seguir, tem sua evolução condicionada por elas. Como no mundo econômico e, também, no mundo político, as transformações são desequilibradas e, muitas vezes, contraditórias. Aparentemente, a globalização incentiva tensões simultâneas e opostas que estão dando o tom na política contemporânea: fragmentação e integração, localização e internacionalização, descentralização e centralização. Em países preparados para a intensidade das transformações, a globalização oferece oportunidades até então inimagináveis de integração, mas, naqueles que não têm cultura e estrutura adequadas, as tendências desintegradoras parecem se fazer mais evidentes.

A globalização tem contribuído para o surgimento de um novo contexto no qual se exercita, formal e informalmente, o poder nacional. Instituições nacionais e internacionais, governamentais e privadas instrumentalizam o poder da globalização

e reduzem o natural monopólio de poder do Estado-Nação. Surgem novos centros de poder e a disputa política ultrapassa, em muito, as fronteiras dos partidos políticos, parlamentos e outras instituições tradicionalmente criadas para seu regular exercício. O risco de instabilidade é evidente.

O que resulta de toda essa discussão acerca dos efeitos desiguais e desordenados da globalização, além da constatação de que nem todos os seus efeitos são desejáveis, é que o mercado e a competição saudável, a "mão invisível" de que falou Adam Smith no século XVII, na verdade, não são tão capazes de definir bons resultados como se poderia esperar. Os governos nacionais e seus instrumentos tradicionais, entre os quais se destacam as forças de segurança e defesa, ainda que contestados em muitos aspectos, continuam a ter grande importância na manutenção da estabilidade e da paz. A globalização não substituiu a geopolítica, mas a ela se aliou na conformação de um mundo mais inter-relacionado, mais dinâmico e mais vulnerável.

As forças militares continuam a desempenhar papel do máximo relevo no mundo globalizado. Contudo, devem buscar adaptar-se a novas demandas surgidas. Características que parecem haver atingido a estatura de verdadeiros dogmas são a flexibilidade e a capacidade de adaptação. Rapidez, mobilidade, desenvoltura logística despontam como traços essenciais das Forças Armadas de um mundo sujeito a rápidas e dramáticas transformações. O planejamento econômico da defesa não pode deixar de tomar em conta essas considerações, sob pena de consolidar Forças Armadas que se tornarão obsoletas em tempo incrivelmente reduzido.

SINGULARIDADE DO “PRODUTO” DA DEFESA

Uma das mais importantes medidas econômicas é a que relaciona *inputs* e *outputs*, ou seja, relaciona os gastos realizados e os resultados obtidos. Neste ponto da análise, é absolutamente fundamental fazer menção à singularidade do *output* da defesa, isto é, do resultado obtido em termos de defesa. Enquanto os gastos com defesa costumam ser facilmente identificados e quantificados, o resultado obtido, muitas vezes, é de difícil percepção e de complicada mensuração. Os *inputs* de defesa são, basicamente, o pessoal envolvido e os custos a ele referentes (soldos, instrução, treinamento), o equipamento militar e sua manutenção e os demais custos para funcionamento da máquina administrativa, além daqueles relacionados com a geração e aquisição de tecnologia. São elementos que podem ser, com relativa facilidade, identificados e medidos em termos financeiros. Já o *output*, o resultado da defesa, não acena ao analista com a mesma facilidade de entendimento (Hartley e Sandler).

Nessa noção reside a singularidade do “produto” oferecido pela defesa. Quanto “mede” a defesa conseguida a partir dos recursos com ela despendidos? Mesmo para casos específicos e isolados, a análise apresenta complicações: no caso dos aviões de ataque ao solo acima referenciados, ainda que se possa “medir” seu resultado em termos da área do campo de batalha que podem eficaz e eficientemente cobrir, ou do número de veículos inimigos que são capazes de destruir em uma sortida ou *raid*, exigirá enorme esforço a redução de tais medidas a unidades que possam ser com-

paradas com os custos envolvidos. E a situação se complica cada vez mais à medida que se avança rumo a conceitos mais abrangentes e abstratos como a “segurança” do país, esta, sim, praticamente impossível de ser medida em termos financeiros. O desafio ao analista de defesa está lançado: a resposta dependerá da capacidade de integração de informações provenientes de diversas áreas do conhecimento e da percepção apurada dos interesses, das potencialidades e das limitações nacionais.

GASTOS COM DEFESA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Os gastos com a defesa podem gerar efeitos positivos ou negativos sobre o crescimento econômico de um país. O desenvolvimento de uma forte indústria de defesa traz inegáveis benefícios do ponto de vista da geração de empregos, mas os gastos orçamentários em que incorrerão as Forças Armadas do país, no esforço de absorção dos novos produtos, pode inverter uma relação econômica inicialmente benéfica. É justamente nessa idéia de que o país pode ou não ser “auxiliado” economicamente pelos investimentos em defesa que reside a importância do estudo de tal relação.

Émile Benoit é usualmente apontado como o autor da tese de que o incremento nos gastos com defesa guarda relação direta com o crescimento econômico nacional. Centrando seus estudos sobre o período compreendido entre os anos de 1950 e 1965, Benoit logrou obter uma relação positiva entre gastos com defesa e crescimento econômico em cerca de quarenta países. Embora aparentemente conclusiva à época, a tese de Benoit acabou por se tornar mais

relevante pelas discussões a que deu origem do que pelas conclusões que permitiu.

Hoje em dia, no entanto, prevalece a tese de que o efeito líquido dos gastos militares sobre o crescimento econômico da nação é negativo (Hartley e Sandler). Isto ocorre porque há uma prevalência competitiva, mais do que integrativa, dos gastos militares em relação aos chamados gastos produtivos. Não obstante, existem inegáveis efeitos positivos que devem ser considerados e, muitas vezes, podem gerar benefícios estratégicos, como a aquisição e a geração de tecnologia de ponta.

Usualmente apontada como exemplo da relação positiva entre gastos militares e crescimento econômico, a Alemanha da segunda metade da década de 1930 constitui berço de seu próprio contra-exemplo no período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, período em que se caracterizou por nível extremamente baixo de gastos com defesa e acelerado crescimento econômico. A verdade parece é que não existe uma relação definitiva entre os gastos com defesa e o progresso econômico da nação, mas que, ao contrário, diferentes possibilidades sobressaem, devendo ser cada caso tratado individualmente. Seguem exemplos das diferentes relações possíveis.

a) Gasto com defesa reduzido e crescimento econômico elevado: Alemanha e Japão no pós-guerra;

b) Gasto com defesa elevado e crescimento econômico também elevado: Taiwan e Coréia do Sul;

c) Gasto com defesa reduzido e crescimento econômico também reduzido: vários países africanos;

d) Gasto com defesa elevado e crescimento econômico reduzido: União Soviética na década de 1980.

Atualmente, não há consenso na literatura existente sobre a relação entre os gastos com defesa e o crescimento econômico. Enquanto alguns estudiosos do assunto alegam que os gastos com defesa desviam recursos essenciais à pesquisa e ao desenvolvimento, outros fazem questão de assinalar a possibilidade de se obter externalidades positivas dos gastos com defesa sobre a tecnologia, que pode se beneficiar dos resultados das pesquisas militares.

Outros, ainda, fazem questão de mencionar a geração de empregos que decorre do crescimento da indústria bélica e dos próprios efetivos militares. Neste sentido, exemplo interessante é o do Uruguai. Pequeno em proporções geográficas e econômicas, aquele país parece haver emprestado a seu sistema de recrutamento militar um verdadeiro aspecto de programa de empregos. De acordo com pesquisa realizada pelo International Institute for Security Studies, divulgado em março de 2001, o Uruguai emprega cerca de sete pessoas em seu setor de defesa para cada mil habitantes. Para que se tenha uma noção de quão elevada é essa proporção, seus vizinhos maiores, Brasil e Argentina, empregam menos de duas pessoas por cada mil habitantes no seu setor de defesa.

DEFESA COMO BEM PÚBLICO

Da teoria dos bens econômicos retira-se a noção do bem público, assim considerado por ser não-rival e não-exclusivo. Por bem não-rival entende-se aquele que, ao ser consumido, utilizado ou demandado por alguém, não chega a impedir ou reduzir sua disponibilidade para outros. Por bem não-exclusivo, entende-se aquele cujo proveito ou uso não pode ser impedido pelo seu pro-

vedor (Mankiw). A defesa nacional, neste sentido, constitui-se como um bem público, ou seja, o fato de um cidadão “usufruir” da defesa não significa que outro cidadão não possa fazer o mesmo (bem não-rival) e o provedor da defesa, normalmente o Estado, não é capaz de impedir um ou outro cidadão de usufruir do mesmo bem (bem não-exclusivo). A noção do consumidor oportunista (do inglês *free-rider*), adjacente ao conceito do bem público, também se mostra aplicável ao tema da defesa, ou seja, é possível que um cidadão que “não pague” pela defesa (sonegador de impostos, por exemplo) dela usufrua na mesma intensidade que aquele que “pague” normalmente por ela (contribuinte em situação regular). O corolário dessa breve análise é que dificilmente o setor privado interessar-se-á pelo fornecimento do “bem” defesa, mas, como um mínimo de defesa parece ser sempre imprescindível, o Estado deverá encarregar-se de sua entrega à coletividade.

A defesa é, inegavelmente, um bem colocado à disposição da sociedade. Um bem porque satisfaz necessidades de uma população, propiciando-lhe um nível mais elevado de bem-estar, tanto quanto a educação ou a saúde. Ocorre que, ao contrário destas duas, como visto ao discutir-se a singularidade do “produto” disponibilizado, sua natureza é muito mais intangível. Com isso não se pode apreciá-la adequadamente sob o ponto de vista do consumo. Isso faz com que exista uma tendência a alocar cada vez menos recursos à defesa nacional. Não existe uma maneira definitiva de se provar que os recursos da defesa estão dispostos de maneira adequada, exceto pela indesejável medida da guerra real (Cosidó *apud* Quintana). Como, a princípio, não se deseja a ocor-

rência da guerra e as tensões econômicas e políticas, tanto internas quanto externas aos países, continuam a existir, um corolário se faz presente: os gastos com a defesa não podem, simplesmente, deixar de existir.

Não somente a lógica econômica age sobre a determinação dos gastos com defesa. Há também a lógica política, mais complexa e de mais difícil determinação. Uma análise simples permitiria dizer que, em relação aos investimentos no setor da defesa nacional, os industriais e demais empresários envolvidos buscam lucros; os militares buscam reconhecimento, maiores soldos e promoção; os políticos (se em uma democracia) buscam votos e o cidadão comum, principal destinatário do produto e, na prática, o único que “paga” por ele, não sabe o que esperar (Cosidó *apud* Quintana).

O que resulta dessas discussões é que a defesa continua a ser um bem público que deve ser ininterruptamente fornecido pelo Estado. É fundamental que o setor defesa do Poder Público se esforce por criar no país uma “cultura de defesa”, incorporando ao imaginário social a discussão sobre a defesa nacional em níveis de evidência mais elevados, a exemplo do que ocorre com a saúde ou com a educação. Para isso, faz-se necessária a promoção de uma maior transparência nas discussões sobre a defesa. Os governos devem oferecer à opinião pública o maior número possível de informações, transmiti-las com a maior clareza possível e dispor de adequados instrumentos de captação da resposta coletiva. A transparência tende a aumentar a eficácia e a eficiência na alocação de recursos pelo simples fato de promover a mobilização temática da sociedade e, com isso, oferece respaldo social às decisões que forem tomadas.

ECONOMIA DAS ALIANÇAS DE DEFESA

Tradicionalmente, uma das hipóteses do comportamento político-militar dos países tem sido a busca de aliados. Do ponto de vista das relações internacionais, esse comportamento é bastante compreensível, porque um país que deseja desenvolver-se e crescer em clima tranqüilo não pode, simplesmente, tratar todos os demais como inimigos. Se assim fosse, não somente a força vital do país seria totalmente consumida pelas lutas inerentes à descrita postura, como não sobraria país com o qual estabelecer saudáveis relações comerciais, o que impediria o próprio desenvolvimento. Além disso, ultimamente ganha vitalidade a avaliação das alianças a partir das perspectivas da política interna, o que tem ocorrido pela percepção de que os países podem se unir para minimizar ou neutralizar problemas uns dos outros, com múltiplos e mútuos benefícios.

A primeira e fundamental consideração da teoria econômica das alianças militares é de que a defesa provida pela aliança é um bem público a ser consumido pelos aliados. Essa consideração permite a formulação de hipóteses ulteriores, todas possíveis de receberem tratamento analítico a partir de ferramentas originárias do mundo econômico (Hartley e Sandler, 1995):

a) Os custos da defesa provida, a princípio, não serão divididos igualmente entre os aliados, sendo que os mais ricos e maiores terminarão por suportar o peso econômico-financeiro da aliança, favorecendo os mais pobres e menores;

b) Os gastos com defesa tenderão a ser realizados em níveis ineficientes ou subóti-

mos em relação ao padrão estabelecido pela Curva de Pareto;

c) Não há, do ponto de vista econômico, tendência a restringir o ingresso de novos membros na aliança, uma vez que a adição de um aliado ao sistema não implica a elevação de custos e permite a divisão dos já estabelecidos por um número maior de participantes e, também, porque essa adição não diminui a disponibilidade de defesa para os aliados preexistentes;

d) A demanda de qualquer dos aliados pela defesa depende dos preços relativos, de sua receita orçamentária, do nível de gastos com defesa dos demais aliados e da percepção de ameaças.

Por ser a defesa um bem público entre os aliados, deverá ser necessariamente não-rival e não-excludente entre eles. O consumo do "produto" por um dos membros da aliança não poderá reduzir sua disponibilidade para os demais e não poderá existir a possibilidade de se excluir do consumo do mesmo "produto" aquele membro que deixar de pagar por ele. Isso ocorre com as alianças militares e é facilmente perceptível se analisado o caráter da defesa provida, por exemplo, por uma aliança nuclear de países. Uma vez que a aliança seja estabelecida por meio de armamento nuclear, sua capacidade de destruição sobre um inimigo externo à aliança independe do número de seus membros (bem não-rival) e a possibilidade de resposta nuclear de um dos membros da aliança passa a existir, mesmo que este contribua para com a defesa coletiva em níveis mínimos (bem não-excludente).

O estudo da Organização do Tratado do Atlântico Norte - Otan -, realizado em 1966 por Mancur Olson e Richard Zeckhauser (*apud* Hartley e Sandler), per-

mite entrever uma relação praticamente direta entre o nível de produção econômica de seus membros e sua participação efetiva na aliança. A partir da análise da relação entre o nível de gastos militares e o produto interno bruto, verificou-se que os países com economias mais pujantes assumiam, de fato, a maior parte dos encargos relacionados com o efetivo funcionamento da aliança de defesa. O menor dos países, a Islândia, à época, contribuía apenas com a cessão da base aérea de Keflavik para as aeronaves militares dos demais países.

Existem, por isso, muitas críticas ao sistema de alianças, acusado de permitir o surgimento oficializado de *free-riders* em defesa. Um país pode contribuir de forma mínima para a aliança e, ainda assim, desfrutar dos benefícios que ela propicia, configurando o chamado “consumidor oportunista”. Outra crítica comum é a da produção de defesa, por cada país, individualmente, em níveis inferiores àqueles que poderiam ser atingidos. Isto decorre, naturalmente, da expectativa que os membros da aliança depositam, reciprocamente, na efetiva participação dos demais para o provimento da defesa.

Não obstante as críticas, há uma tendência a considerar a prevalência dos efeitos positivos das alianças, tanto do ponto de vista econômico quanto do político. Do ponto de vista econômico, aplaude-se as alianças, porque permitem, sobretudo, a divisão dos custos de defesa e a liberação de recursos para outras áreas de atuação governamental. Do ponto de vista político, as alianças podem constituir fator decisivo na conformação de um ambiente de paz, minimizando o risco potencial de conflito.

EXTRAINDO O MÁXIMO DOS INVESTIMENTOS EM DEFESA

As oportunidades e os desafios relacionados com a redução de custos de defesa, com vistas à liberação de recursos para aplicação em outras áreas, encontram lugar de destaque entre as preocupações econômicas de muitos países. Isto porque os setores militares podem demandar *inputs* financeiros, de capital humano, de equipamentos, de terras e de infra-estrutura, cuja ausência em outros setores da vida econômica da nação se mostre crítica. Entretanto, o impulso para se reduzir custos com defesa deve ser sempre contrabalançado pelas necessidades mínimas de defesa, não permitindo contingenciar os investimentos militares a um nível em que não mais seja possível garantir a paz e a estabilidade necessárias ao desenvolvimento continuado da nação.

O Internationales Konversionszentrum Bonn, centro de estudos localizado na Alemanha, tem se dedicado a estabelecer uma tipologia dos chamados ativos militares (*military assets*) de forma a enquadrar os equipamentos, os terrenos, as instalações, o pessoal envolvido em atividades militares e o próprio orçamento militar, segundo uma matriz lógica e coerente de análise. O principal critério de classificação utilizado é o da fungibilidade, definida como o grau de mobilidade de um ativo qualquer do âmbito militar para o setor civil. Segundo este ponto de vista, os ativos militares podem ser analisados segundo uma ótica de aproveitamento e suas potencialidades para usos civis. A idéia é de que se possa extrair o máximo possível de benefícios gerais dos gastos militares, de forma a estabelecer uma relação positiva en-

tre o investimento militar e a indução ao crescimento econômico do país.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS E DEFESA

O orçamento é, por excelência, a concretização da vontade política de um país. Na prática, toda proposta política consiste apenas em discurso até o momento em que esteja incluída na pauta orçamentária, o que abrange as propostas voltadas para a defesa nacional (Petrei, 2001). Ressalvadas algumas distinções específicas, naturais a qualquer área de atuação governamental, as quais podem exigir alguma adaptação conceitual, o orçamento da defesa é passível de avaliação a partir dos princípios orçamentários gerais. Alguns deles são, a seguir, rapidamente passados em memória e resumidamente associados à questão da defesa nacional:

a) Princípio da Unidade. O orçamento deve ser uno, cada unidade possuindo apenas um orçamento. As unidades militares, bem como as civis relacionadas com a defesa, não devem constituir orçamentos paralelos. Este princípio é de fundamental importância para a atividade de controle de contas, pois evita que seja necessário “garimpar” informações orçamentárias em diferentes fontes;

b) Princípio da Universalidade. O orçamento deve conter todas as receitas e despesas. No caso das unidades militares e civis relacionadas à defesa, devem ser incluídas também as eventuais receitas próprias, tais como as taxas cobradas pela Marinha pela utilização da sinalização náutica. Como o princípio anterior, mostra-se de especial importância para a atividade de controle de contas;

c) Princípio da Anualidade ou Periodicidade. O orçamento público, o que inclui o orçamento da defesa, deve ser correspondente a um período temporal determinado, geralmente um ano. Do ponto de vista do controle de contas, o princípio se relaciona diretamente com a questão da análise, pois permite comparações coerentes entre orçamentos executados em diferentes períodos;

d) Princípio da Discriminação ou Especialização. É um princípio essencialmente relacionado com o trabalho fiscalizador dos parlamentos e das entidades superiores de fiscalização sobre as finanças executivas. No que se refere à defesa, devem ser evitadas referências genéricas, de forma a permitir análise segmentadas e eficazes das ações executadas, da mesma forma como ocorre com as demais instituições nacionais;

e) Princípio da Exclusividade. O orçamento militar, como os orçamentos dos demais setores da ação governamental, deve conter apenas matéria orçamentária. A existência das “caudas orçamentárias”, matérias distintas aprovadas no bojo da priorização do orçamento, introduz indevidas distorções na elaboração, na execução e na avaliação orçamentárias;

f) Princípio do Equilíbrio. Como ocorre nos demais setores da atividade do Estado, as despesas com defesa não devem superar as receitas. Do contrário, toda a expectativa de contribuição do setor defesa para o crescimento econômico pode se ver neutralizada pelo desequilíbrio orçamentário.

Outros princípios consagrados na doutrina também devem ser aplicados à questão do orçamento da defesa: clareza, publicidade, exatidão, programação etc. Um princípio orçamentário, entretanto, vem ga-

nhando especial força na literatura corrente: o da legitimidade. O Princípio da Legitimidade diz respeito à relação que deve existir entre o orçamento aprovado e executado e a sua geração de forma legítima, ou seja, em consonância com os interesses nacionais e com a idéia socialmente consagrada do que seja "correto". A principal virtude da aplicação do Princípio da Legitimidade ao tema da defesa reside em sua tendência de impulsionar o controle social sobre um tema normalmente alheio ao conhecimento do cidadão comum. O controle social dos resultados obtidos pela ação governamental tem sido repetidamente enfatizado pelas instituições superiores de fiscalização e por estudos acadêmicos como instrumento de consolidação da democracia e da eficiência no uso dos recursos públicos (Petrei, 1997).

CARÁTER CONTINUADO DOS GASTOS COM DEFESA E A PLURIANUALIDADE DO ORÇAMENTO

A defesa, já definida como bem público a partir de suas características de não- rivalidade e não-exclusividade, não é um bem cujo provimento possa ser interrompido. Da mesma forma, os *inputs* de defesa não são do tipo com os quais se possa deixar de efetuar gastos. Normalmente, envolvem equipamentos e material de alto custo, sobretudo quanto mais intensivos em tecnologia a eles incorporada, e demandam despesas com manutenção e treinamento de caráter continuado, sob pena de inviabilização para o cumprimento das tarefas pertinentes.

Sobressai o tema da plurianualidade do orçamento da defesa. Cada investimen-

to realizado traz em si a projeção dos custos com atualização, manutenção, soldos, treinamento e outros itens por sucessivos períodos orçamentários. No que se refere à crítica questão dos sobressalentes e da munição, há que ser sempre questionado se um armamento novo incorporado ao arsenal do país não corre o risco de ter seu emprego inviabilizado por uma falta de partes essenciais ao seu funcionamento. Ainda, por mais que um equipamento haja sido adquirido a custo favorável, faz-se sempre pertinente o questionamento quanto aos custos envolvidos com sua posterior utilização e manutenção, os quais, muitas vezes, poderão inverter desfavoravelmente um fiel de balança que antes apontava para um investimento promissor.

Estudo detalhado realizado pelo Quadrennial Defense Review 2001 para as Forças Armadas dos Estados Unidos remete-se a questões características dos orçamentos militares, tais como os custos de manutenção de novos e velhos equipamentos, os ciclos de atualização do equipamento e os soldos dos militares. Todos eles, com suas particularidades, refletem problemas cíclicos que afetam orçamentos militares em todo o mundo (Kugler).

Os custos com manutenção do equipamento constituem um dos mais relevantes custos correntes de qualquer força armada. A esse respeito, pelo menos duas questões de ordem orçamentária sobressaem e demonstram sua clara relação com as questões de ordem militar: a economicidade e a eficácia. A economicidade dos custos de manutenção diz respeito ao caráter econômico ou antieconômico da manutenção realizada. Quando um equipamento está obsoleto ou em muito ultrapassa sua

vida útil, consumir recursos em sua manutenção pode configurar verdadeiro ato antieconômico, o que leva à conveniência de se substituir o equipamento, por questões de economicidade. Por outro lado, ainda que justificável do ponto de vista da economicidade, a manutenção pode não estar surtindo o desejado efeito de manter o equipamento em grau adequado de prontidão, o que nos remete a questões de eficácia. Preocupações como essas devem estar presentes entre os planejadores, executores e avaliadores do orçamento de defesa. O planejamento plurianual, tendo como foco toda a expectativa de utilização do equipamento, deve ser priorizado. Vale ressaltar, custos de manutenção aumentam significativamente se o país tem necessidade de obter sobressalentes no estrangeiro.

Os ciclos de atualização dos equipamentos também se remete à questão do planejamento plurianual do orçamento de defesa. Ao discutir o reequipamento das aviações militares dos Estados Unidos (Força Aérea, Marinha, Exército, Fuzileiros Navais), o Quadrennial Defense Review 2001 identificou o peso orçamentário representado pelos ciclos de atualização. Na década de 1950, os antigos aviões de caça com motor a pistão foram apressadamente substituídos por jatos, como o F-80 Shooting Star e o F-100 Sabre, o que deu início a um gigantesco ciclo de atualização. Na década de 1960, praticamente toda a aviação de caça norte-americana atingiu a obsolescência e uma nova onda de substituições ocorreu, no bojo da qual foram incorporados ao arsenal estadunidense aeronaves como o F-4 Phantom e o F-105 Thunderchief. No início da década de 1970, a um custo fabuloso, deu-se nova atualização maciça

do equipamento aéreo, com a entrada em serviço de aeronaves como o F-15 Eagle e o F-14 Tomcat. Hoje, a aviação militar daquele país aproxima-se de novo momento capital de seu ciclo de atualização. O Brasil, hoje, passa por situação semelhante em relação aos seus aviões F-103 Mirage III, já destinados à substituição maciça. A plurianualidade do planejamento orçamentário de defesa é fundamental para que o país não fique paralisado em sua capacidade combativa e para que o orçamento não fique comprometido a ponto de inviabilizar os projetos existentes.

A questão dos pagamentos dos militares também merece relevo. Os soldos devem ser mantidos em níveis compatíveis com as possibilidades orçamentárias e as expectativas de mercado nacionais. É importante que os soldos não sejam alçados acima da capacidade do próprio governo, o que não passaria de demagogia e hipocrisia política, mas, também, que não sejam tão achatados, a ponto de desestimular perigosamente a carreira militar. Se a taxa de crescimento da economia nacional se eleva, é normal que se elevem os salários pagos nos setores diretamente afetados pelas relações de mercado, tornando a carreira militar menos atrativa. O planejamento das despesas com pessoal militar deve ser atento a questões desse tipo.

CONTROLE POLÍTICO E DEFESA

O controle político ou controle externo da administração tem a função precípua de garantir a utilização dos recursos financeiros e do patrimônio do país em acordo com a manifestação legítima dos interesses nacionais. Cabe ao controle ex-

terno, devidamente apoiado pelo controle interno, agir como guardião do interesse público em relação às ações executadas com recursos governamentais. Especialmente no que se refere à defesa, tradicionalmente um tema de pouca proximidade em relação ao cidadão comum, as entidades de fiscalização praticamente assumem a totalidade do papel controlador, o que redobra sua responsabilidade perante a sociedade civil.

Análise percuciente é propiciada por Humberto Petrei (2002). A redemocratização dos países da América Latina suscita importantes discussões a respeito dos controles sobre os gastos públicos. Na América Latina, em geral, a discussão orçamentária ocorre no âmbito do Poder Executivo e a harmonização de políticas parece menos estruturada do que o desejável. A realidade político-institucional instável e as pressões de curto prazo têm impedido o surgimento de um consenso nas discussões acerca do orçamento. Em muitos casos, prevalece a discussão bilateral entre o chefe do Poder Executivo e o respectivo ministro da área de atuação governamental, com participação apenas secundária do Poder Legislativo ou, ainda, a discussão pouco transparente entre o chefe do Poder Executivo e forças políticas de diferentes naturezas. Os gastos com a defesa não constituem exceção à regra.

A obtenção da transparência na definição das prioridades em defesa é uma das chaves para a superação do círculo vicioso de ineficiência na utilização de recursos públicos. É essencial que se aumente a participação cidadã nas discussões orçamentárias, de forma a possibilitar a inserção de fundamental elemento de controle e garantir a existência de uma retroalimentação

das preferências sociais, a serem expressadas, sobretudo, pelas próprias eleições. De início, ressalta-se a importância da participação do Poder Legislativo na discussão orçamentária, o que permite aperfeiçoar a exposição das linhas gerais do orçamento à opinião pública. Um outro aspecto relevante diz respeito ao esforço para disponibilizar informações em linguagem compatível com o entendimento médio do cidadão sobre o orçamento público.

O controle externo deve priorizar a eficiência e a eficácia na alocação dos recursos. Deve ser instrumento capaz de mostrar ao cidadão o que se faz, efetivamente, com os recursos públicos. No que se refere ao setor defesa, em regime verdadeiramente democrático, o cidadão comum tem o direito de saber se as lideranças políticas decidiram corretamente a alocação de recursos na defesa nacional, especialmente em termos comparativos com as demais alocações: saúde, educação, transportes etc. (Hayes *apud* Quintana). Da mesma forma, tem o direito à informação clara e correta quanto a haverem sido os recursos da defesa alocados da maneira mais eficaz e eficiente possível.

A análise da legalidade dos atos continua a ser de fundamental importância para a garantia de regularidade na utilização de recursos. Não obstante, cada vez mais ganham ênfase as questões da eficácia e da eficiência, ou seja, do atingimento efetivo dos propósitos almejados, ao menor custo possível. Em termos da economia e do orçamento de defesa, tais questões ganham especial realce em função da própria característica fundamental do produto por ela ofertado: a absoluta imprescindibilidade. A paz e a estabilidade obtidas por uma de-

fesa eficaz e eficiente constituem condição *sine qua non* para o progresso e, portanto, diretamente ligadas à missão constitucionalmente atribuída ao controle externo.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA – SIVAM E A ECONOMIA DE DEFESA

Um breve comentário ao projeto Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam – sob o ponto de vista da economia de defesa se mostra pertinente. O Sivam é um projeto de grande envergadura, que importará em importantes benefícios de ordem política para o Brasil. Além desses benefícios, existem aqueles relacionados com a movimentação econômica representada pelo esforço de implantação e pela realocação mais eficiente de pessoal. Constitui-se em efetiva iniciativa com vistas à proteção das riquezas naturais da Amazônia, sabidamente imensuráveis, e à garantia da soberania brasileira sobre a parcela da Amazônia que lhe pertence, bem como possível instrumento de cooptação dos demais países amazônicos na defesa integrada de seus próprios interesses na região.

Constitui-se em um sistema integrado de coleta e processamento de informações, suporte de um sistema mais abrangente de proteção, o Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia, criado com o intuito de estabelecer uma nova ordem na Amazônia brasileira. A implantação permitirá o planejamento e a coordenação de ações voltadas para a Amazônia. Sua concepção visa ao estabelecimento de uma efetiva presença da autoridade governamental, com ações conduzidas a partir de diferentes plataformas: radares terrestres,

radares aeroembarcados, aeronaves de sensoriamento remoto e outros. As plataformas comporão três subsistemas distintos: aquisição de dados, responsável pela coleta primária de informações; telecomunicações, responsável pela interligação de componentes e compartilhamento de informações; e tratamento e visualização de dados, que permitirá a fusão e a interpretação das informações obtidas.

O custo total do projeto deverá chegar a cerca de US\$ 1,5 bilhão, incluídas as parcelas estrangeira e nacional do financiamento necessário. As principais instituições financeiras envolvidas são o Eximbank, Raytheon Credit Facility, Sivam Vendor's Trust (Estados Unidos) e SEK/EKN (Suécia), além do Banco do Brasil e dos recursos orçamentários diretamente empenhados do Fundo Aeronáutico.

Do ponto de vista da economia de defesa, a grande virtude do Sivam está em que sua utilidade supera o aspecto puramente militar. Muito da própria justificativa social para implantação do sistema reside na expectativa de que o investimento realizado possa trazer outros benefícios para a sociedade, além daqueles relativos especificamente à defesa nacional. As principais potencialidades do Sivam, de acordo com o tipo de benefício gerado, como a seguir descrito:

- a) Criação de condições para uma aliança de países amazônicos;
- b) Mobilização temática de instituições representativas de diversos segmentos do governo e da sociedade civil;
- c) Uso civil, com obtenção dos respectivos benefícios, dos equipamentos destinados primordialmente a ações de caráter militar, aumentando a taxa de retorno dos

recursos investidos, com baixíssimo custo de conversão;

d) Geração de empregos temporários e realocação de pessoal militar e civil;

e) Exercício de efetivo controle sobre a Amazônia, controle este que deverá incluir não somente o do espaço aéreo, mas também do uso dos recursos naturais, em relação a abusos contra o meio ambiente, e no combate ao narcotráfico e ao contrabando.

O projeto reúne diversas instituições. Cada uma delas é responsável por uma parcela de seu funcionamento e atua de forma integrada com as demais. A reunião institucional aponta para uma geração de legitimidade própria ao sistema e para a criação de uma “cultura de defesa”, capaz de tornar mais eficiente futuros investimentos em defesa.

Relevante, também, é a possibilidade de absorção, pelas Forças Armadas e empresas do setor militar brasileiro, de tecnologia avançada em áreas críticas. Este fato pode representar importante passo para o incremento da qualidade dos produtos militares brasileiros e para o incremento de sua competitividade internacional.

ECONOMIA E ORÇAMENTO PARA A DEFESA

A economia pode ser utilizada como recurso analítico para as questões da defesa nacional. Essa proposta oferece a oportunidade de estudo do tema sob uma ótica integradora em relação à política nacional, ainda que não se revista do caráter de resposta absoluta a todos os questionamentos que envolvam a política de defesa de um país. O propósito almejado é o da obtenção da necessária tranquilidade e es-

tabilidade sociopolítica do país ao menor custo possível.

A aplicação dos conceitos e dos princípios da economia ao mundo da defesa permite o tratamento deste tema segundo uma forma de entendimento mais familiar à sociedade, uma vez que os conceitos tradicionais de defesa normalmente se desenvolvem em um ambiente mais ou menos hermético, com pouca transferência de conhecimento interdisciplinar. Essa perspectiva é extremamente relevante, sobretudo quando o país passa por momentos de redefinição institucional em sua estrutura de defesa.

É o caso do atual momento vivido pelo Brasil. A recente criação do Ministério da Defesa, com o conseqüente reforço da noção de controle civil sobre as Forças Armadas, leva à necessidade de rediscussão das relações entre as armas e a sociedade que elas devem proteger e que a elas confia a guarda de seus mais importantes valores. Os conceitos puramente militares, normalmente desenvolvidos em círculos fechados de conhecimento, pouco divulgados por receio das autoridades envolvidas ou como resultado do baixo nível de interesse social, podem representar, em maior ou menor medida, um obstáculo à obtenção do esperado entendimento. A economia de defesa se apresenta, a este respeito, como ferramenta de integração entre os setores civil e militar do país, não como substituta dos conceitos militares, mas como sua importante aliada. A substituição radical de conceitos e de princípios militares colocaria “em xeque” a própria necessidade de existência das Forças Armadas, uma situação extremada em que, como em todos os casos extremos, dificilmente se mostra razoável. Contudo, a integração entre a análise

econômica e a militar pode gerar um reforço mútuo aos dois campos do conhecimento, com benefícios significativos para ambos os lados.

Conceitos econômicos como o das combinações de produção, por exemplo, poderão conduzir a uma melhor alocação dos recursos militares segundo uma ótica econômica, o que poderia significar a utilização desses recursos em níveis maiores de produtividade, de forma a retirar do universo militar a maior contribuição possível, inserindo de forma mais consistente e inteligível a questão militar na questão nacional, depois de um aparente e inaceitável divórcio entre o cidadão e o soldado. A análise da defesa, segundo o conceito de *trade-off*, possibilita a definição dos custos da defesa não apenas em função de seu significado financeiro, mas em função daquilo que deixa de ser entregue à sociedade. Tem-se, com isso, mais um argumento de análise, utilizável na busca da melhor alocação possível dos recursos nacionais e na composição de uma política de defesa mais consonante com as necessidades e os interesses nacionais.

O entendimento da singularidade do produto ofertado pela defesa de um país também se mostra relevante para a realização de uma análise mais aprofundada. A consideração econômica das questões de defesa requer o entendimento de sua singularidade e de sua característica essencial de bem público. Tal noção deve ser explicada à sociedade, diretamente ou por meio de seus representantes, de forma a desfazer o divórcio cidadão-soldado acima referido e a enquadrar a análise dos orçamentos da defesa segundo uma lógica coerente e adequada às suas peculiaridades, em particular,

à dificuldade de mensuração de seus resultados. A consideração de tais peculiaridades poderá constituir ferramenta útil para a obtenção dos melhores resultados possíveis dos investimentos em defesa e para a geração de externalidades positivas em relação ao crescimento econômico nacional.

O orçamento, como a economia, também empresta seus conceitos e princípios à análise do tema da defesa. Particularmente, uma vez que o orçamento é o instrumento por excelência de concretização da atividade governamental, muito da adequada definição do perfil da defesa depende de sua apropriada inserção no contexto do orçamento nacional. Assim, a análise das questões de defesa, segundo a ótica orçamentária, tende a aproximar o assunto dos demais interesses nacionais. Em especial no que se refere às questões da legitimidade e do controle, a integração da ótica essencialmente militar à ótica orçamentária, ao impulsionar o controle cidadão sobre a defesa, acena para um importante passo na redefinição bem-sucedida das relações entre a sociedade civil e seus soldados.

Cumprе salientar, por fim, o papel do controle externo no âmbito das análises econômicas e orçamentárias da defesa nacional. Como os temas de defesa, normalmente, são tratados de forma distante da sociedade civil, o controle externo tem redobrada sua responsabilidade. Responsável pela análise da legalidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia na utilização dos recursos públicos, no que se refere à defesa, em particular, o controle externo termina por assumir isoladamente o poder de vigilância, tornando-se, verdadeiramente, “os olhos” da sociedade sobre a defesa e, muito frequentemente, “os únicos olhos”. A existência nos

órgãos de controle de setores especializados no assunto, bem como de técnicos qualificados, representa uma importante iniciativa no sentido de garantir a melhor defesa possível para o país, entretanto, deve o controle externo agir, também, como meio

integrador dos interesses envolvidos, com vistas ao desenvolvimento, no seio da defesa nacional, de uma efetiva mentalidade de controle: eficaz, eficiente, desprovida de preconceitos danosos e visando, exclusivamente, ao bem do país. ☉

ABREVIATURAS

Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica
Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte
QDR – Quadrennial Defense Review
Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia
Sivam – Sistema de Vigilância da Amazônia

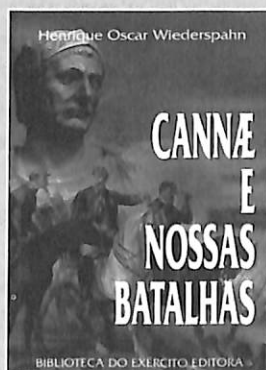
REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. *Public Expenditure Management Handbook*. Washington, DC, EUA.
- BENOIT, Emile, 1973. *Defense and economic growth in developing countries*. Lexington, EUA, Lexington Books.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. *SIVAM*. Internet: www.sivam.gov.br.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica, 2000. *Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)*. Repertório de informações institucionais.
- BRASIL. Presidência da República, 1999. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, Imprensa Nacional.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União, 2000. *TC - 017.002/2000-0* (relatório de auditoria). Brasília, TCU.
- BRZOSKA, Michael; FRANKO, Patrice & HUSBANDS, Jo, 2000. *Typology of Military Assets*. Bonn, Alemanha: BICC – Bonn International Center for Conversion.
- DEVARAJAN, Shantayanan; SQUIRE, Lyn & SUTHIWART-NARUEPUT, Sethaput, 1997. “Beyond Rate of Return: Reorienting Project Appraisal”. Washington, DC, EUA: *The World Bank Research Observer*, vol. 12, p. 35-46.
- DIAMINT, Rut, 1999. *Control civil y fuerzas armadas en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires, Argentina, Universidad Torcuato di Tella.
- FLANAGAN, Stephen J., FROST, Ellen L. & KUGLER, Richard, L, 2001. *Challenges of the global century: report of the project on globalization and national security*. Washington, DC, EUA: National Defense University.
- FLOURNOY, Michele A, 2001. “Introduction: Twelve Strategy Decisions”. *Quadrennial Defense Review: Strategy-Driven Choices for America's Security*. Washington, DC, EUA: National Defense University.
- FLOURNOY, Michele A, 2001. “Report of the National Defense University”. *Quadrennial Defense Review: Working Group*. Washington, DC, EUA: National Defense University.
- FRANKO, Patrice, 1992. *The Brazilian Defense Industry*. Boulder, EUA: Westview Press.
- FRANKO, Patrice. “Defense Production in Argentina, Brazil and Chile: a comparative perspective”. *Defense Analysis*, vol. 12, nº 3, p. 315-326.
- FRANKO, Patrice. “The Puzzle of Brazilian Arms Production”. *Journal of American Studies and World Affairs*.
- FRANKO, Patrice, 2000. *The Economics of Defense: An Introduction*. Waterville, EUA: Colby College.
- HALL, Anthony, 2000. *Amazonia at the crossroads: the challenge of sustainable development*. London, UK: Institute of Latin American Studies, University of London.
- HARTLEY, Keith & SANDLER, Todd, 1995. *The Economics of Defense*. Cambridge, EUA: Cambridge University Press.

- HAYES, Margaret Daly, 1984. *Latin America and the U.S. National Interest: a basis for U.S. foreign policy*. Boulder, Westview Press.
- HITCH, Charles J. e McKEAN, Roland N, 1986. *The Economics of Defense in the Nuclear Age*. Nova York, EUA: Harvard University Press.
- KUGLER, Richard L, 2001. "The Defense Budget: Meeting Growing Requirements with Constrained Resources". *Quadrennial Defense Review: Strategy-Driven Choices for America's Security*. Washington, DC, EUA: National Defense University.
- MANKIW, Gregory. *Principles of Economics*. Fort Worth, EUA: The Dryden Press.
- OLIVEIRA, Osvaldo J. (Brigadeiro-do-Ar), 1999. Um sistema de segurança hemisférica. Monografia apresentada no Colégio Interamericano de Defesa. Washington, DC, EUA.
- OLVEY, Lee D.; GOLDEN, James R. & KELLY, Robert C. *The Economics of National Security*. Wayne, EUA: Avery Publishing Group Inc.
- PETREI, Humberto, 1997. *Presupuesto y Control: pautas de reforma para America Latina*. Washington, DC, EUA: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- , 2001. *Presupuesto base cero*. Washington, DC, EUA: Banco Mundial.
- , 2002. *Cuestiones de eficiencia en los presupuestos latinoamericanos: situación actual y perspectivas*. Washington, DC, EUA: Banco Mundial.
- PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugenio & RAZA, Salvador Ghelfi, 1999. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- QUINTANA, Juan Ramon (org.), 1999. *La defensa nacional un bien publico*. La Paz, Bolívia: Ministério de Defensa Nacional.
- SIMON, Herbert A, 2000. "Public Administration in Today's World of Organization and Markets". Internet: www.apsanet.org.
- WARNER, John T. Warner & ASCH, Beth J., 1995. "The Economics of Military Manpower". *Handbook of Defense Economics*.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Cannæ e nossas Batalhas

H. O. Wiederspahn

A obra compara a batalha Cannæ (206 a. C) com as de Tuiuti e de Avaí, objetivando evidenciar a aplicação de princípios fundamentais. Os ensaios que compõem o livro valem como estudos informativos e inteligentes de campanhas militares. Nele, os leitores encontrarão sínteses de batalhas e de doutrinas operacionais.



Ameaças transnacionais e sobrevivência do Estado: Um papel para o militar?

Paul L. Smith*

RESUMO

Texto traduzido da revista *Parameters*, Autumn 2000, e transcrito da *Military Review*, edição brasileira, 1º trimestre de 2001, identifica e caracteriza as ameaças transnacionais à segurança nacional dos Estados após o término da Guerra Fria e debate a adequação do emprego das Forças Armadas no seu enfrentamento.

PALAVRAS-CHAVE

Crime organizado, terrorismo e migração transnacionais, doenças sem fronteiras, meio ambiente.

Em 20 de agosto de 1998, uma quantidade desconhecida de navios e submarinos da Marinha dos EUA, localizados nos mares Vermelho e Árabe, lançaram mais de 79 mísseis num ataque simultâneo sobre supostos alvos terroristas no Afeganistão e no Sudão. Os mísseis destinados ao Afeganistão tinham como alvo o campo de Zhawar kili Al-Badr, um suposto campo de treinamento terrorista localizado a 160 quilômetros a sudeste de Cabul, a capital do país. O alvo no Sudão era uma fábrica suspeita de estar produzindo

do precursores químicos para o agente VX (ataca o sistema nervoso).

Os ataques foram realizados como parte da reação dos EUA aos ataques terroristas contra as embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia. De acordo com os relatórios da imprensa e do governo, os mísseis acertaram os alvos de acordo com o que havia sido planejado, e o Governo dos EUA, subseqüentemente, considerou que os ataques foram um sucesso.

Na medida em que as duas operações foram essencialmente ataques de um Esta-

* Pesquisador da Asia Pacific Center for Security Studies, Honolulu, Havaí; mestre pela Universidade de Londres e formado em Direito pela Universidade do Havaí.

do contra entidades não-estatais, porta-vozes do Governo americano se mostraram inquietos quando questionados sobre o envolvimento terrorista por parte dos governos do Sudão e do Afeganistão. Além disso, porta-vozes militares dos EUA se recusaram a prestar informações sobre os danos, devido ao receio de que isso poderia dar alguma informação vital às organizações terroristas. Em defesa da política governamental em manter a natureza secreta da operação, o General Hugh Shelton observou que tal tipo de operação antiterrorista exigia *técnicas diferentes* porque o *jogo é outro hoje em dia*.¹

Apesar de os ataques dos EUA no Afeganistão e no Sudão terem sido vistos como reações inequívocas ao terrorismo global, em muitos aspectos foram símbolos de uma tendência bem maior: a de que as nações comecem a depender de suas forças militares para lidar com ameaças à sua segurança na era pós-Guerra Fria, de caráter transnacional, não especificamente oriundas do Estados.

Cada vez mais, governos estão caracterizando os problemas antes considerados do ramo da polícia ou de saúde pública como desafios à segurança. Alguns exemplos dessas ameaças emergentes incluem o crime organizado transnacional, terrorismo, tráfico de armas, epidemias e migrações ilegais. Ao contrário das ameaças tradicionais à segurança do Estado, essas ameaças internacionais, muitas vezes, surgem lentamente e suas causas e efeitos nem sempre são óbvios.

Com o crescimento dos desafios à segurança transnacional mundo afora, os lí-

deres e planejadores militares encaram a quase inevitável realidade de que as Forças Armadas serão empregadas contra eles nas décadas futuras. Porém, essa tendência não ocorre sem controvérsia. Alguns líderes militares se opõem veementemente ao uso de forças militares em operações de não-guerra por uma variedade de motivos, incluindo o temor de que tais missões interfiram com a prontidão e o treinamento militares. Mesmo assim, os governos estão começando a descobrir que as agências civis, que normalmente enfrentariam esses problemas – tais como a polícia, saúde, ambiente ou imigração –, não podem lidar com a magnitude dos problemas que estão surgindo. Essa tendência implica uma mudança radical da forma como os países irão empregar suas Forças Armadas em épocas vindouras. Mais importante, porém, é que sugere um novo papel fundamental para as forças militares do século XXI.

ASSUNTOS DE SEGURANÇA TRANSNACIONAL: DEFININDO A AMEAÇA

Como diz o título, assuntos de segurança transnacional são ameaças não-militares que cruzam fronteiras e ameaçam a integridade política e social de uma nação ou a saúde de seus habitantes. Assim, tais assuntos podem ser vistos como ameaças que tendem a *degradar a qualidade de vida dos habitantes de um Estado*.² Ameaças ou desafios tipicamente internacionais chegam a uma nação em particular por sua nature-

¹ Conferência com o Secretário de Defesa Cohen e o General Hugh Shelton, Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior/EUA (*Joint Chiefs of Staff, Federal News Service*), 20 de agosto de 1998.

² Richard H. Ullman, *Redefining Security*, em Sean M. Lynn-Jones e Steven E. Miller, "Global Dangers Changing Dimensions of International Security" (Cambridge: MIT Press, 1995), p. 19.

za intrínseca (como exemplo a poluição atmosférica) ou em virtude de fronteiras porosas, resultantes de políticas governamentais que representam a falha ou a incapacidade de restringir ou controlar a entrada de imigrantes. Outrossim, desafios à segurança transnacional são distintos de outras ameaças mais tradicionais pelas suas tendências a não se manifestarem dentro de um único evento definitivo ou período de tempo. Em contraste a tradicionais ameaças à segurança – tais como o impasse nuclear entre a Índia e o Paquistão, ou a campanha dos sérvios em Kosovo –, aqueles desafios muitas vezes não são uma crise com *ponto de enfoque*, onde os líderes possam concentrar sua atenção e esforço.

Complicando a situação, está o fato de que muitos dos problemas internacionais vêm de atores não-estatais, tais como os criminosos internacionais, terroristas ou contrabandistas de imigrantes ilegais – pouco se incomodando com normas ou regras internacionais de governos. De fato, muitos deles gastam considerável energia simplesmente tentando iludir ou evitar funcionários governamentais, tornando praticamente impossível negociações pessoais ou repreensões. Outrossim, os desafios internacionais muitas vezes surgem com sutileza, a longo prazo, tornando-os particularmente difíceis para governos que, por motivos de política doméstica, priorizam os problemas de curto prazo. A degradação ambiental e as enfermidades infecciosas, por exemplo, são problemas transnacionais de causas complexas que vêm surgindo há várias décadas. Um governo que está atarefado com as próximas eleições (ou outros assuntos domésticos) poderia facilmente ignorar ou não perceber o surgimento dos

sinais sutis de tais situações e legar o problema aos futuros governos e gerações.

O aumento das ameaças à segurança transnacional reflete numerosas mudanças econômicas, sociais e políticas que têm ocorrido no mundo desde o final da Guerra Fria. A nova era de globalização trouxe um crescimento econômico, comercial e de migração transnacional sem precedentes. Ao mesmo tempo, a revolução nas comunicações continua a se expandir, trazendo novas idéias e oportunidades a quase toda nação. Mas, assim como a globalização trouxe muitos benefícios sociais e econômicos ao mundo, também abriu as portas a elementos mais sinistros. Computadores e a Internet disseminam e processam informação de muita utilidade, mas também facilitam as atividades dos *criminosos e terroristas virtuais*. Similarmente, fronteiras porosas, enquanto ideais para o turismo e comércio, também facilitam a passagem aos contrabandistas de drogas e terroristas. As mudanças políticas e sociais na antiga União Soviética, por exemplo, facilitaram uma era de maior pluralismo político e diálogo, mas também proporcionaram os meios para o crescimento do crime organizado e a entrada da atividade criminosa do exterior. Similarmente, o aumento do comércio fronteiriço na China, especialmente na região sudoeste do país, trouxe nova prosperidade econômica. Por outro lado, facilitou a entrada de drogas, de doenças e de imigrantes ilegais.

As tendências demográficas globais causam o aumento paralelo de diversos problemas internacionais. A urbanização em grande escala é uma realidade em muitos países em desenvolvimento. Em 1975, somente 38% da população mundial vivia nas cida-

des. Até o ano 2025 esse número aumentará para 59%. A urbanização é considerada a maior responsável por epidemias das doenças infecciosas, algumas das quais se tornam endemias internacionais. O crescimento de áreas urbanas também pode piorar os problemas ambientais, já que os níveis da poluição da água e do ar, nas maiores cidades do mundo, não dão sinais de abatemento. Se residentes urbanos não forem capazes de se empregarem, podem se unir a bandos de criminosos e se tornarem uma ameaça à ordem civil.

Outra tendência demográfica é a migração transnacional. A maior parte do crescimento da população mundial ocorrerá nas próximas duas décadas nos países mais pobres do mundo, os quais não terão condições de lidar com os custos sociais e econômicos resultantes. A grande lacuna econômica entre as nações mais ricas e as mais pobres do mundo está motivando a migração maciça, em escala sem precedentes para o século XXI. Fora os fatores econômicos, a migração futura em escala maciça poderá ser estimulada por mudanças nocivas no meio ambiente, conflitos civis ou, até, o colapso do Estado. O principal desafio na análise das ameaças à segurança transnacional está em determinar quais delas são as mais críticas. Muitos assuntos internacionais têm a ver com um número de campos acadêmicos e profissionais, como a sociologia, policiamento, medicina e demografia. Traçar a distinção entre o que é e não é um desafio transnacional pode ser uma tarefa frustrante e inatingível. Geralmente, porém, cinco

amplas categorias representam as maiores ameaças à segurança humana, ao governo nacional e, finalmente, à estabilidade transnacional. Elas incluem o crime, o terrorismo e a migração internacionais, as doenças e endemias internacionais, a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

CRIME TRANSNACIONAL

O crescimento do crime organizado transnacional tem emergido como o principal fator de segurança na era pós-Guerra Fria. Ironicamente, uma economia cada vez mais global que incorpora o comércio transnacional, o turismo e o comércio de mercadorias e serviços, também está permitindo o fácil transporte do dinheiro de fontes ilícitas, dos narcóticos, do material nuclear e a migração ilegal.³ Muitos grupos do crime organizado tiram vantagem das comunicações globais e dos avanços em transporte para estabelecer bases em vários países, na busca do lucro ilícito. Grupos de criminosos russos, por exemplo, encontram-se ativos no Caribe, em Israel, na Europa Ocidental e nos EUA. Organizações criminosas chinesas estão na Ásia Oriental, nas Américas do Sul e Central, na Europa Ocidental e na América do Norte. Grupos criminosos da Colômbia estão presentes nas Américas, incluindo o Caribe, onde se acredita terem forjado alianças com suas contrapartidas russas.⁴

Em geral, sindicatos de crime organizado operam com um propósito principal: a aquisição de dinheiro ou outras formas de

³ Roy Godson e Phil Williams, "Strengthening Cooperation Against Transnational Crime," *Survival*, Outono de 1998.

⁴ Douglas Farah, *Russian Mob, Drug Cartels Joining Forces, Money-Laundering, Arms Sales Spreading Across Caribbean*, *The Washington Post*, 29 de setembro de 1997, p. A1.

ganância material. Para adquirir esses lucros ilícitos, envolvem-se com empresas criminosas que incluem o tráfico de armas e de drogas, o contrabando de seres humanos, a prostituição, a fraude com cartões de crédito, extorsão, o jogo, os assassinatos etc. Em alguns casos, entidades criminosas se especializam numa atividade em particular. Grupos nigerianos se especializam no tráfico da heroína, enquanto sindicatos colombianos se concentram na cocaína. Enquanto isso, alguns grupos de Taiwan aperfeiçoaram-se na arte do contrabando de pessoas. Mas entre os vários crimes internacionais, o tráfico de entorpecentes é provavelmente o mais significativo e pernicioso, não apenas pelo enorme lucro que propicia, mas também porque sua atividade ilegal quase sempre resulta em violência colateral e em prejuízo à saúde. Globalmente, o tráfico de entorpecentes é considerado a terceira maior economia do mundo.⁵ Em praticamente toda parte do mundo, esse crime está aumentando, apesar das numerosas campanhas para erradicá-lo.

Como muitas formas de crime transnacional, o tráfico de narcóticos tem sido o feliz beneficiário da liberalização do comércio global e do relaxamento no controle das fronteiras. Na América do Norte, por exemplo, o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade*

Agreement - Nafta) tem ajudado a transformar a fronteira entre os EUA e o México em um dos corredores mais ativos do tráfico de drogas. Aproximadamente 60% da cocaína usada nos EUA – além de uns 30% de heroína – é contrabandeada através da fronteira México/EUA.⁶ Similares tendências também podem ser vistas em outras partes do mundo. Um aumento do comércio na fronteira e no fluxo da população entre a China e Myanmar (Burma), por exemplo, incrementou uma entrada de narcóticos no Sudoeste da China. Num período de dois meses, em 1997, a polícia na província de Yunnan descobriu 1.371 casos relacionados com o tráfico de drogas e apreendeu mais de 994 quilos de ópio e heroína.⁷ O crime transnacional apresenta uma ameaça real ao Estado-nação. Pode enfraquecer instituições em países com emergentes governos democráticos ainda não-consolidados e fomentar a desconfiança em governos legítimos. O crime organizado russo, por exemplo, infiltrou-se na sociedade a tal ponto que muitos não confiam mais na capacidade do governo em prover um nível mínimo de proteção aos indivíduos, o que causou um grande aumento na indústria da segurança privada.⁸ Nos EUA, mais de 15 mil cidadãos americanos por ano perdem sua vida devido ao tráfico de narcóticos, incluindo a violência colateral gerada e os impactos na saúde.⁹ A

⁵ Diane Coyle, *Drugs Trade 'the third largest economy'*. *The Independent* (Londres), 22 de fevereiro de 1999, p. 7.

⁶ Testemunho de Donnie Marshall, Vice-Diretor do *Drug Enforcement Agency* (DEA), à *House International Relations Committee*, relatório do *Federal Document Clearing House Congressional Testimony*, 3 de março de 1999. Veja, também, *Prepared Testimony by Benjamin F Nelson, Director, International Relations and Trade Issues, National Security and International Affairs Division*, perante a subcomissão *House Government Reform Committee Criminal Justice, Drug Policy and Human Resources*, relatório do *Federal News Service*, 4 de março de 1999.

⁷ "China: O Yunnan resolve 1.371 casos de tráfico de drogas," *China Business Information Network*, 9 de junho de 1997.

⁸ Mark Galeotti, "Boom Time for the Russian 'Protectors'," *Jane's Intelligence Review*, 1º de agosto de 1997, p. 339.

⁹ Testemunho preparado por Barry R. McCaffrey, Diretor, *Office of National Drug Control Policy*, perante o *Senate Armed Services Committee*, relatório do *Federal News Service*, 27 de abril de 1999.

lavagem de dinheiro ameaça o sistema bancário e causa desconfiança sobre o sistema financeiro em si. Muitos governos das ilhas do Pacífico Sul têm tido a imagem de seus setores bancários prejudicada pelas alegações de lavagem de dinheiro do crime organizado, especialmente o proveniente de grupos criminosos russos.¹⁰

TERRORISMO TRANSNACIONAL

O terrorismo transnacional foi um grande desafio do século XX e provavelmente continuará sendo ainda mais no século XXI. Motivados por ideologia política, separatismo nacionalista ou fanatismo religioso, terroristas no século XXI estarão mais determinados do que nunca a causar destruição maciça e carnificina humana para avançarem suas causas particulares.

No passado, terroristas praticavam uma forma de *terrorismo constrangido* que enfocava menos na destruição que na publicidade. A imprensa mundial era a maior parceira do terrorismo. Grupos terroristas procuravam causar devastação e ruína para ganhar atenção, mas nem tanto para não perder o apoio popular.

A nova tendência, porém, parece ser de violência em grande escala. Causar violência e destruição maciça quando o desejo por publicidade tornou-se secundário. Quando membros do culto religioso japonês *Aum Shin Rikyo* lançaram gás *sarin* dentro do sistema de trem subterrâneo de Tóquio em 1995, sua intenção era de matar milhares de pessoas, embora apenas 12 pessoas morressem e cinco mil ficassem fe-

ridas. Similarmente, a explosão, em 1993, no *World Trade Center* em Nova Iorque evidenciou o desejo dos terroristas de matar milhares, apesar do número de feridos ter sido relativamente baixo. Na medida em que a violência maciça tem-se tornado objetivo do terrorismo moderno, a possibilidade de ameaça do terrorismo nuclear pode levar a magnitude da destruição física e humana a um nível jamais visto.

Assim como grupos internacionais criminosos, terroristas têm-se beneficiado da globalização e seus benefícios mais imediatos, incluindo a comunicação em massa, tecnologia e os avanços em serviços bancários que providenciam o apoio financeiro indispensável para operações terroristas.

O imenso mercado global de armas, incluindo o mercado negro, proporciona arsenal aos grupos terroristas. Fronteiras porosas e a migração transnacional também têm um papel em facilitar o terrorismo moderno.

A habilidade do terrorista em entrar e sair dos países depende de sua capacidade em poder evitar ou ludibriar os sistemas de controle de imigração – isso explica seu interesse no comércio de passaportes fraudulentos e vistos falsos. Um estudo recente do Departamento de Justiça dos EUA revelou que o *U.S. Visa Waiver Pilot Program*, um programa que permite a entrada de visitantes de 26 nações sem a obtenção de um visto, motiva os criminosos e terroristas.¹¹ A migração global também proporciona uma rede transnacional de apoio financeiro a grupos terroristas. Os “Tigres de Tamil”, do Sri Lanka, dependem de con-

¹⁰ “Mafia Russa usa Região Pacífica como Base para Lavagem de Dinheiro: *OECD*,” *Agence France Presse*, 11 de fevereiro de 1999.

¹¹ “Visa Program is Seen to Aid Illegal Entry,” *The New York Times*, 28 de junho de 1999, p. A1 14.

tribuições financeiras da África do Sul, do Canadá e do Reino Unido.¹²

A ameaça do terrorismo transnacional aos Estados individuais é relativamente grande. Terroristas podem selecionar alvos na infra-estrutura nacional e seus ataques podem levar ao colapso da ordem civil, até mesmo nas áreas distantes do alvo do ataque. Se terroristas atacam um alvo financeiro, poderiam criar um pânico que, dependendo de onde ocorresse o ataque, propagar-se-ia ao estrangeiro e interferiria nos mercados internacionais. Assim, o chamado *terrorismo virtual* poderia destruir a fonte de poder de uma nação ou destruir tecnologia sensível de informática ou redes por meio do uso de vírus.

Caso continue a tendência do *terrorismo catastrófico*, a carnificina humana poderia aumentar consideravelmente. O espectro do uso de armas biológicas ou químicas em ataques terroristas aumenta a possibilidade da destruição humana e social em grande escala.

O FLUXO MIGRATÓRIO TRANSNACIONAL

A migração transnacional, que foi importante assunto político no século XX, poderá surgir como um dos mais difíceis desafios políticos e sociais do século XXI. Milhões de indivíduos, por motivos de desemprego, pobreza, perseguição política e

outros, cruzam fronteiras internacionais em busca de oportunidade ou refúgio. Com a maior parte da futura população global prevista para o terceiro mundo, alguns prevêem que a migração transnacional será um fenômeno ainda maior no século XXI. Atualmente existem cerca de 130 milhões de migrantes internacionais, com uns 25 milhões destes na categoria legalmente definida como refugiados. O número de migrantes internacionais aumenta de três a quatro milhões por ano.¹³

O desafio básico da migração transnacional encontra-se na fundamental realidade de inadequadas vias para a migração legal ou regular. Cada vez mais pessoas desejam deixar seus países nativos em busca de áreas mais prósperas no mundo. Por outro lado, países desenvolvidos – como Austrália, EUA, ou França – estão cada vez menos dispostos a recebê-los legalmente. A única opção que lhes resta então é a entrada ilegal, usando de seus próprios recursos ou por intermédio de contrabandistas. Isso fomenta um sentimento antiimigrante cada vez maior em muitos países, que muitas vezes implementam leis mais restritas contra a migração ilegal e até mesmo a legal.

As maiores exigências de migração transnacional combinadas com oportunidades limitadas de imigração legal fomentam um tráfico transnacional de carga humana. O contrabando humano gera uma renda anual maior que US\$ 8 bilhões.¹⁴ Grande nú-

¹² Veja Rohan Gunaratna, "LTTE Chase the Propaganda War in the ANC's South Africa," *Jane's Intelligence Review*, 1º de abril de 1999; veja também Rohan Gunaratna, "LTTE Fundraisers Still on the Offensive," *Jane's Intelligence Review*, 1º de dezembro de 1997, p. 567; "Sri Lanka Concerned" Over Fund-Raiser in Canada for Tamil Rebes," *Deutsche Presse-Agentur*, 11 de maio de 2000.

¹³ Philip Martin, e Jonas Widren, "International Migration: A Global Challenge," *Population Bulletin*, abril de 1996, p. 2.

¹⁴ Veja comentário da Comissária do Serviço de Imigração e Naturalização dos EUA Doris Meissner, "Putting Immigration Lawbreakers on Notice," *The Des Moines Register*, 26 abril de 1999, p. 7.

mero de casos que receberam a atenção da imprensa, como a chegada em Nova Iorque do navio *Golden Venture*, que carregava cerca de trezentos imigrantes chineses, deixou claro aos governos que o contrabando humano é um desafio a longo prazo.

Outrossim, a trágica descoberta, em junho de 2000, por oficiais da alfândega britânica, dos corpos de 58 chineses presos em um caminhão de carga em Dover, Inglaterra, destacou o perigo e irresponsável desdém pela vida humana inerente a esse comércio.¹⁵ Como muitas outras empresas criminosas internacionais, o contrabando humano depende muito de empresas colaterais, tais como o mercado negro de vistos e passaportes, a corrupção de agentes do governo e a lavagem de dinheiro.

Com o crescimento da migração transnacional – em particular as migrações ilegais e em massa –, as nações começam a caracterizá-la como um problema de segurança nacional. Alguns temem que a imigração irá alterar o equilíbrio étnico e causar a instabilidade política, enquanto outros culpam os imigrantes por trazerem o crime e as doenças. Ainda outros temem que seus vizinhos possam usar a ameaça da emigração maciça como meio de ganhar concessões políticas e econômicas. O colapso da economia da Albânia em 1997, por exemplo, resultou em uma emigração em massa à Itália. Similarmente, a crise econômica na Indonésia, durante 1998, ocasionou a emigração em massa de milhares de seus cidadãos à Malásia. Em ambos os casos, os governos dos países receptores reagiram dobrando forças militares.

DOENÇA SEM FRONTEIRAS

Doenças infecciosas têm perseguido a humanidade, apesar de os recentes avanços na medicina terem contribuído à percepção de que elas já não representavam uma ameaça séria. Porém, na era da globalização, doenças infecciosas estão surgindo novamente. O crescimento urbano, a migração, o uso abusivo de antibióticos e as mudanças no comportamento sexual são apenas alguns dos fatores que contribuem para o problema. Em 1995, doenças infecciosas foram responsáveis por mais de um terço das 52 milhões de mortes que ocorreram no mundo e o volume foi similar em 1996 e 1997. Em 1997, o mundo testemunhou mais de sessenta novas epidemias de infecções já conhecidas e de variedades novas e desconhecidas. Um perito observou que *as doenças infecciosas podem ser a maior ameaça oculta à segurança nacional da era pós-Guerra Fria*.¹⁶

Hoje, epidemias ocorrem em todas partes do mundo com inquietante regularidade. Em setembro de 1994, por exemplo, o mundo se alarmou com a notícia de uma epidemia de pneumonia em Surat, na Índia. A reação internacional foi imediata e governos mundo afora trataram de fechar suas fronteiras para viajantes vindos da Índia. Meses mais tarde no Zaire, uma epidemia do vírus Ebola matou cerca de 59 pessoas e provocou uma reação internacional similar. Em 1998, a febre da dengue alcançou proporções epidêmicas na Indonésia e na Tailândia. Em março de 1999, o Zimbábue sofreu uma epidemia de cólera e alguns peri-

¹⁵ Sonia Pumell e Mark Rowe, "Two Charged Over Dover Lorry Tragedy," *The Independent* (Londres), 25 de junho de 2000, p. 8.

¹⁶ Dennis Pirages, "Microsecurity: Disease Organisms and Human Well-Being". *The Washington Quarterly*, 18 Outono de 1995, 5.

tos responsabilizaram o excessivo crescimento urbano, entre outros fatores.¹⁷ A malária é comum na África, América do Sul e no Sudeste Asiático e está sendo disseminada pelos efeitos das mudanças no clima.¹⁸ A tuberculose é outra doença infecciosa que mata centenas de milhares de pessoas por ano. Na África, ocorrem mais de 1,6 milhão de novos casos de tuberculose todo ano, com cerca de seiscentas mil mortes. Na China, morrem cerca de 250 mil pessoas de tuberculose todo ano, tornando-a a mais mortífera doença infecciosa do país.¹⁹ Talvez a mais traiçoeira e destrutiva doença infecciosa é o Síndrome de Imuno-Deficiência Adquirida, a SIDA (*AIDS* nos EUA). Em abril de 2000, a administração do Presidente Clinton formalmente designou a SIDA como uma ameaça à segurança nacional. Uma doença que poderia causar a queda de governos, iniciar guerras étnicas e desfazer décadas de trabalhos de construção de democracias com livres mercados, relatado no *The Washington Post*:

O Conselho de Segurança Nacional, que nunca antes se envolveu no combate a uma doença infecciosa, está empreendendo uma nova avaliação dos esforços governamentais. O orçamento foi dobrado – US\$ 254 milhões – para combater a SIDA no exterior e criar (em 8 de fevereiro de 2000) um novo grupo

*na Casa Branca com instruções para desenvolver uma série de iniciativas para apoiar os esforços internacionais de combate à doença.*²⁰

Em dezembro de 1998, havia mais de 33,4 milhões de pessoas no mundo vivendo com o *HIV* (o vírus que causa a SIDA) ou com a SIDA já desenvolvida, e mais de 2,5 milhões morreram da doença naquele ano. Estima-se que, até o ano de 2005, mais de cem milhões de pessoas no mundo irão estar infectadas pelo *HIV*.²¹ A região que, visivelmente, tem o maior índice da enfermidade é a África com dez mil novos casos por dia. Na África Subsaariana, aproximadamente 34 milhões de pessoas foram infectadas pelo *HIV* desde o começo da epidemia.²² Em países como a Costa do Marfim e o Zimbábue, a epidemia da SIDA já reduziu a expectativa de vida em mais de dez anos.²³

Porém, a epidemia da SIDA não se limita à África. Muitos expertos acreditam que o próximo epicentro da epidemia será a Ásia. Apesar de a África Subsaariana ter o maior número de portadores de *HIV*, a Índia é agora considerada o país com maior número de indivíduos infectados com o vírus. Alguns consideram Bangladesh como sendo uma *bomba relógio da SIDA*.²⁴ Mais ao leste, no Camboja, da ordem de 18 mil pessoas contraíram a SIDA desde o começo da epidemia.²⁵ Na Rússia, um antigo Ministro

¹⁷ "Zimbabwean Cholera Epidemic Swells," *Deutsche Presse-Agentur*, 23 de março de 1999.

¹⁸ Pim Martens, "How Will Climate Change Affect Human Health?," *American Scientist*, 1º de novembro de 1999, p. 534.

¹⁹ Ministério de Saúde da China afirma que 250 mil morrem anualmente de tuberculose, *BBC Summary of World Broadcasts*, 19 de março de 1999.

²⁰ Barton Gellman, "AIDS Is Declared Threat to Security," *The Washington Post*, 30 de abril de 2000, p. A1, Internet, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A40503-2000Apr29.html>, acessado em 3 de julho de 2000.

²¹ Declaração preparada de Sandra Thurman, Diretora, Office of National AIDS Policy, *Federal News Service*, 8 de março de 2000.

²² "AIDS in Africa," *UN Fact Sheet*, Johannesburg, 30 de novembro de 1998, Internet, www.unaids.org/highband/fact/saepap98.html.

²³ "The Economics of AIDS Policy," *World Bank Policy and Research Bulletin*, 9 (janeiro-março 1998).

²⁴ "Epidemiology: Bangladesh Faces AIDS Explosion," *AIDS Weekly Plus*, 18 de janeiro de 1999.

²⁵ "Cambodia Gripped by Worsening HIV Epidemic," *Japan Economic Newswire*, 10 de fevereiro de 1999.

da Saúde assegurou que cerca de um milhão de russos seriam *HIV* positivos até o ano 2000.²⁶ Na Ucrânia, em torno de 110 mil pessoas estão infectadas com o *HIV*.²⁷

Na medida em que aumentou a ameaça das doenças infecciosas no mundo, muitos governos encaram-nas como um problema de segurança nacional e não apenas um assunto de saúde pública. Um relatório de inteligência dos EUA advertiu que o público norte-americano encontrava-se cada vez mais sujeito a doenças infecciosas porque o país era um centro importante de turismo, imigração e comércio, entre outros motivos.²⁸ Conforme dito anteriormente, a epidemia da SIDA, antes considerada um problema de saúde pública, agora está sendo considerada por funcionários governamentais como assunto de segurança nacional. Um relatório do Departamento de Estado norte-americano advertiu que a epidemia da SIDA está gradualmente enfraquecendo a capacidade de os serviços militares defenderem suas nações e manterem a ordem civil.²⁹ O diretor do Escritório dos Estados Unidos de Política Nacional da AIDS (*US Office of National AIDS Policy*) recentemente observou que ela deveria ser considerada um assunto econômico fundamental, de desenvolvimento e de segurança e estabilidade.³⁰ A SIDA e outras enfermidades po-

dem acabar com a economia de um país, com o potencial de contribuir para o desemprego, a redução na estabilidade social e, no pior dos casos, o colapso político. Na Índia, por exemplo, o custo cumulativo da SIDA foi projetado para exceder este ano os US\$ 11 bilhões.³¹ No Camboja, o impacto indireto do vírus *HIV* na economia pode alcançar os US\$ 2 bilhões, até o ano 2006.³² Enquanto isso, a África do Sul teme que a epidemia da SIDA possa custar-lhes 1% do crescimento econômico.³³

O FENÔMENO TRANSNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A degradação do meio ambiente continua a persistir como um grande desafio transnacional. Apesar de maior consciência global sobre assuntos ambientais, o meio ambiente continua a se deteriorar, especialmente nos países em desenvolvimento que estão enfrentando a poluição sem precedentes do ar, da terra e da água. Outros problemas ambientais, como a degradação terrestre e a desertificação, estão também se agravando. Hoje, mais de novecentos milhões de pessoas no mundo são afetadas pela desertificação e a seca, e esse número irá dobrar até o ano 2025.³⁴ Milhões de pessoas não têm acesso a água

²⁶ "Pointers," *Foreign Report* (Jane's Information Group), 28 de janeiro de 1999.

²⁷ David Brown, "UN Warns of AIDS Virus 'Explosion' in East Europe," *International Herald Tribune*, 23 de abril de 1998.

²⁸ Relatório afirma "Disease Threat Growing in U.S., NIE," *The Deseret News* (Salt Lake City, Utah), 2 de fevereiro de 2000.

²⁹ *U.S. International Response to HIV/AIDS* (Washington: Departamento de Estado, janeiro de 1999), Internet, http://www.state.gov/www/global/oes/health/1999_hiv_aids_rpt/contents.html, acessado 3 de julho de 2000.

³⁰ Declaração preparada de Sandra Thurman, Diretora, Office of National AIDS Policy, *Federal News Service*, 8 de março de 2000.

³¹ "India has the Largest Number of People infected with HIV," *The Lancet*, 2 de janeiro de 1999.

³² "Cambodia Gripped by Worsening HIV Epidemic," *Japan Economic Newswire*, 10 de fevereiro de 1999.

³³ *U.S. International Response to HIV/AIDS*.

³⁴ Ver o quadro "Global Environmental Issues," no capítulo 4 de *Entering the 21st Century: World Development Report 1999/2000* (Nova York: Oxford Univ. Press for the World Bank, 1999), p. 88.

potável por causa da poluição, causada pelo esgoto doméstico, despejos industriais e escoamentos de atividades tais como as de agricultura e exploração mineira.³⁵

Os problemas ambientais são de cunho internacional, e a maior evidência disso é a poluição que ultrapassa fronteiras. Em certas regiões do mundo, essa poluição é tão grave que tem gerado tensões entre Estados vizinhos. Em meados de 1997, por exemplo, uma crise de grandes proporções ocorreu no Sudeste Asiático. Fogos florestais na Indonésia – causados em parte por excessos da indústria madeireira – criaram uma névoa persistente que cobriu grande parte da região. No princípio, as fontes oficiais da Malásia tentaram amenizar o fenômeno, mas eventualmente tiveram de abandonar a posição de *bom vizinho asiático* e acusar diretamente a Indonésia pelo ocorrido.³⁶

As mudanças no clima podem ser um dos maiores desafios ambientais a serem enfrentados pela comunidade mundial. A comprovação sugere que as atividades humanas, especialmente as emissões de carbono, são as principais culpadas. Quando o carbono é solto durante o processo de combustão, forma dióxido de carbono que capta calor na atmosfera, causando o aumento de temperaturas na superfície terrestre. A vazão de carbono continua em países ricos e desenvolvidos, mas menos do que no passado. O oposto é encontrado nos países em desenvolvimento, onde as emissões de car-

bono estão crescendo significativamente. O Brasil, a Índia e Indonésia aumentaram suas emissões de carbono em 20, 28 e 40%, respectivamente de 1990 a 1995.³⁷

A degradação ambiental apresenta uma série de desafios à segurança da nação. Primeiro, existem os efeitos sobre a saúde, já que a degradação ambiental leva a aumentos nos casos de câncer, doenças do coração e outras enfermidades. A poluição transfronteiriça pode também ser considerada uma ameaça à segurança das nações receptoras, forçadas a aceitarem a poluição de um país vizinho. Muitas nações do Pacífico Sul consideram as mudanças climáticas e o aquecimento global como as maiores ameaças às suas seguranças nacionais. As marés altas, resultados de mudanças no clima, poderão dizimar algumas nações, resultando em um grande número de refugiados ambientais que irão buscar refúgio em países vizinhos. Os mares mais altos serão um grande desafio para regiões costeiras, já que estas contêm mais de três bilhões de pessoas através do mundo.³⁸ As mudanças no clima também aumentarão o número de eventos climáticos do tipo *El Niño* e irão estimular outras alterações nos padrões climáticos que poderão resultar em mais tempestades violentas. Elas serão especialmente prejudiciais a países em desenvolvimento e podem representar danos à economia, a longo prazo. O furacão *Mitch*, por exemplo, quase acabou com as economias de Honduras e da

³⁵ "Asia and the Pacific: Major Environmental Concerns" (Capítulo 2), *Global Environment Outlook- 1: United Nations Environment Programme. Global State of the Environment Report 1997*, Internet, http://www.unep.org/unep/eia/geol/ch/ch2_5.htm, acessado em 3 de julho de 2000.

³⁶ Ian Stewart, "Drivers Must Share Blame for Hazy Days," *South China Morning Post*, 5 de setembro de 1997, p. 15.

³⁷ Lester R. Brown, et al., *Vital Signs 1997- The Environmental Trends that are Shaping Our Future* (Nova York: W. W. Norton & Company, 1997),

³⁸ *World Disasters Report 1999* (Geneva: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, 1999), p. 10-14.

Nicarágua, causando uns US\$ 5,4 bilhões em danos na infra-estrutura e agricultura.³⁹ As inundações em Moçambique, em março de 2000, quase acabaram, a curto prazo, com toda a esperança de crescimento econômico. A instabilidade econômica, consequência de mudanças no clima, pode também interferir na estabilidade política dos Estados afetados.

EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA AS AMEAÇAS À SEGURANÇA TRANSNACIONAL: UMA RESPOSTA ADEQUADA?

Com o aumento das ameaças à segurança transnacional, muitos governos ficam cada vez mais inclinados a desdobrar forças militares em papéis preventivos ou após um evento de grandes proporções ou desastres. Em muitos casos, os países irão contar com suas forças militares apenas depois de perceberem que a ameaça em questão seria demasiada para instituições como a polícia ou a saúde pública, normalmente encarregadas de tal incumbência. Por exemplo, os EUA têm desdobrado tropas militares em missões contra o tráfico de drogas ao longo da fronteira com o México, em vez de depender apenas da polícia. A Tailândia depende em grande parte de tropas militares para combater a migração ilegal e o contrabando de drogas em suas regiões nordestinas, especialmente ao longo da fronteira com Myanmar. Em 1995, a Itália desdobrou cerca de mil soldados quando teve de enfrentar a entrada maciça de imigrantes ilegais albaneses. Em 1998, o Brasil empre-

gou dois mil militares para combater a epidemia de febre da dengue que afetou mais de seis mil pessoas. Forças militares também foram desdobradas na Indonésia, em 1997, para combater fogos florestais que contribuíram para a névoa que cobriu quase todo o Sudeste Asiático. Como indicam esses exemplos, os desdobramentos militares estão aumentando contra situações que ameacem a segurança transnacional.

De qualquer forma, à medida que os governos desdobram forças militares para combater ameaças transnacionais, fomentam o debate sobre a adequação desse tipo de medida. Essencialmente, o debate coloca os que apóiam um movimento militar em tais missões contra os que se opõem. Alguns dos principais argumentos de cada ponto de vista são resumidos a seguir.

A FAVOR DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS

Os proponentes do desdobramento militar argumentam que as ameaças contra a segurança transnacional são os maiores desafios aos Estados-Nação do século XXI e, dada essa realidade, é natural e apropriado depender das Forças Armadas para enfrentá-las. Alguns afirmam que na era pós-Guerra Fria, a noção de segurança deve agora incluir situações que terão um impacto direto sobre a estabilidade do Estado e o bem-estar do indivíduo.

Em alguns países, as ameaças transnacionais à segurança representam uma maior ameaça à estabilidade política que a apresentada por ameaças militares tradicionais,

³⁹ James C McKinley, Jr., "The Hurricane is History, but for Battered Honduras the Agony Lingers," *The New York Times*, 25 de dezembro de 1998, p. A6.

provenientes de Estados inimigos. O Paquistão, por exemplo, enfrenta maiores consequências pela entrada de narcóticos e armas portáteis do vizinho Afeganistão, e concomitante violência, do que qualquer ameaça nuclear ou militar proveniente da Índia. Como as forças militares são o instrumento fundamental do Estado para manter sua segurança, é lógico que elas sejam usadas para combater tais ameaças. Outrossim, os problemas transnacionais mais prováveis no futuro – migração maciça, endêmias, catástrofes do meio ambiente – irão exigir uma reação concreta por parte do Estado. Em geral, somente o serviço militar tem a habilidade de reagir com suficiente rapidez e os recursos adequados.

Outro argumento a favor do envolvimento militar refere-se às ameaças transnacionais em si. Geralmente, ameaças transnacionais são criadas por atores não-governamentais, mas existem ocasiões nas quais os governos estão por trás de eventos relacionados à segurança transnacional. Existem provas de que a Coreia do Norte facilita o tráfico de narcóticos e a lavagem de dinheiro. De modo semelhante, funcionários da Tailândia afirmam que a pirataria marítima é muitas vezes apoiada por funcionários do Vietnã. Além disso, os eventos de migração maciça nem sempre são tão por acaso como caracterizados pela imprensa. Tem havido situações – como o êxodo do porto de Mariel em Cuba, em 1980 – nas quais uma nação encorajará a migração em massa para desestabilizar ou atormentar um país vizinho.

Alguns funcionários da área de saúde temem que a epidemia maciça de uma doen-

ça infecciosa poderia ser precipitada por um ataque terrorista biológico orquestrado (talvez indiretamente) por um governo hostil. Mais amplamente, uma publicação estratégica chinesa incentivava o país a se envolver numa *guerra sem restrições* contra os EUA, empregando várias ameaças transnacionais tais como a desinformação e guerra biológica, contrabando de drogas, ataques ao meio ambiente e outros tipos de técnicas assimétricas de guerra.⁴⁰ Esses vários exemplos sugerem que seria imprudente que um governo tratasse as ameaças transnacionais como assuntos de mera importância da polícia ou de saúde pública. Conseqüentemente, uma reação prudente seria que os governos se preparassem para usar suas forças militares para lidar com esses tipos de ameaças.

CONTRA O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS

Por outro lado, existem os que argumentam que as Forças Armadas não devem ser usadas nesses tipos de operações, não obstante a seriedade da situação. Muitas nações têm e mantêm uma tradição de evitar o uso de forças militares em tarefas de não-combate, exceto durante as piores emergências. Essa atitude é mantida até quando as forças militares são bem-sucedidas em missões humanitárias que lhes rendem popularidade junto à população em geral. O Exército da Índia, por exemplo, teme que operações humanitárias durante desastres gerem a fadiga e que desviem o serviço militar de seu papel fundamental de defesa externa.⁴¹ Os oficiais militares indianos têm

⁴⁰ John Pomfret, "China Ponders New Rules of Unrestricted War," *The Washington Post*, 8 de agosto de 1999, p. A1.

⁴¹ Mahesh Uniyal, "Environment-India: Earthquake or Flood, Call in the Army," *Inter Press Service*, 12 de abril de 1999.

pedido ao governo para equipar as agências civis encarregadas de lidar com tais emergências e, assim, permitir ao militar dedicar-se exclusivamente aos assuntos de defesa. Sentimentos similares existem entre os militares norte-americanos. Referindo-se ao aumento de forças militares americanas em operações humanitárias, um escritor observou: *O propósito do serviço militar dos EUA é lutar e vencer as guerras da nação. Inevitavelmente, oficiais treinados nesse sentido consideraram operações sanitárias como sendo uma atividade secundária.*⁴²

Em geral, o argumento contra o emprego de forças militares baseia-se em questões práticas. Primeiro, existem temores de que tais operações interfiram com a prontidão operacional. Como exemplo, organizações militares acostumadas a operarem num campo de refugiados podem perder parte das habilidades de combate necessárias numa guerra. Existem também as considerações dos gastos, que drenam os orçamentos militares. Desdobrar tropas contra o crime organizado ou ameaças ao meio ambiente, por exemplo, custam enormes somas em dinheiro e podem desviar fundos normalmente destinados ao adestramento e equipamento militares. Outras objeções incluem o temor de possível corrupção nas tropas que possam ser desdobradas em missões contra o tráfico de drogas, onde milhões de dólares entram em jogo. Outrossim, existem legítimas questões sobre erros de cálculo e reações exageradas, especialmente quando tropas militares são usadas em tarefas policiais. Um

exemplo disso foi o caso de um erro de cálculo ocorrido em maio de 1997, quando um jovem cabo fuzileiro naval, que patrulhava em busca de traficantes de droga na fronteira entre os EUA e o México, acidentalmente atirou em um cidadão norte-americano, pastor de um rebanho de cabras. Apesar de um júri de acusação ter concluído que isso havia sido um razoável ato de defesa, funcionários do Pentágono abruptamente interromperam as missões.⁴³ Pode-se facilmente imaginar uma cena similar que ocorra com tropas desdobradas para vigiar fronteiras nacionais contra os imigrantes ilegais. Por esses e outros motivos, muitos planejadores militares acreditam que as Forças Armadas não são apropriadas para esses tipos de missões.

UM POSSÍVEL MEIO TERMO

Uma das maneiras com que o governo pode encarar o problema é considerar planos alternativos que considerem as argumentações dos proponentes e oponentes à intervenção militar em problemas transnacionais. Por exemplo, uma possível solução poderia ser que os governos designassem uma determinada divisão de suas forças militares para o emprego específico contra esses problemas, assim permitindo o enfoque das demais forças apenas em missões de guerra. Alternativamente, os governos poderiam considerar a criação de organizações militares dentro de agências civis como ministérios de imigração e do meio ambiente – para lidar com problemas transnacionais.

⁴² John E. Lange, "Civilian-Military Cooperation and Humanitarian Assistance: Lessons from Rwanda," *Parameters*, 28 (Verão de 1998), 106.

⁴³ Sam Howe Verhovek, "No Charges Against Marine in Border Killing," *The New York Times*, 15 de agosto de 1997, p. A14.

Membros dessas agências especializadas *dentro das agências* poderiam até ter adestramento militar para adquirir certas habilidades específicas e relevantes.

Alguns países já estão considerando tais opções de maneira mais apropriada às suas necessidades domésticas, sua cultura e situação financeira. A Austrália, por exemplo, vem contemplando a criação de uma guarda costeira que seria vocacionada a lidar com problemas transnacionais além de outros marítimos. Porém, as limitações financeiras podem inibir tais propostas. Problemas transnacionais são muitas vezes episódicos e esporádicos e difíceis de se prever. Os países com falta de verbas podem determinar que seria impraticável criar mais agências e investir em treinamento militar para combater tais ameaças.

CONCLUSÃO

Visivelmente, os problemas de segurança transnacional têm crescido. Situações antes consideradas como sendo da alçada da polícia, área de saúde ou trabalhista agora estão surgindo como ameaças à nação e à estabilidade internacional. Ironicamente, a sua natureza difusa e prolongada torna esses problemas particularmente perigosos. Doenças infecciosas têm-se espalhado lenta e inexoravelmente, mesmo com o alerta da imprensa internacional. O crime na infor-

mática, tráfico de drogas, contrabando humano e as mudanças climáticas são fenômenos que existem e se desenvolvem diariamente, porém raramente observados pela população em geral. Somente quando ocorre alguma notícia digna de atenção – a intercepção de um navio com carga de contrabando humano ou um mortífero ataque terrorista – é que os governos decidem reagir decisivamente. Quando tais eventos acontecem, líderes governamentais, temendo a aparente posição indefesa, são tentados a se valerem das forças militares para enfrentarem o problema.

Para líderes militares o dilema está cada vez mais claro. Por um lado, está o imperativo de manter uma prontidão para o caso de uma guerra, particularmente porque ameaças mais tradicionais provavelmente não irão dissipar-se a curto prazo. Por outro lado, esses líderes devem reconhecer que as ameaças transnacionais vão exigir cada vez mais atenção e recursos das Forças Armadas. Os governantes podem tentar criar agências especializadas para aliviar a carga militar. Mas isto só acontecerá apenas quando os Estados-nação reconhecerem os problemas transnacionais como sendo ameaças iminentes contra suas seguranças. Até que esse reconhecimento ocorra, os líderes militares devem estar preparados para enfrentar os desafios crescentes da segurança transnacional. ●

A Segunda Grande Guerra na Península da Itália (Sinopse) – 2ª parte: final

*Ruy Leal Campello**

AÇÕES PRELIMINARES PARA A OFENSIVA

As posições ou disposições dos Exércitos Aliados, por ocasião da mudança dos respectivos comandos, e as ordens superiores vigentes foram motivo de minuciosos estudos. O Gen Truscott, Cmt do V Ex, e o Gen Mac Creery, Cmt do VIII, não concordavam totalmente com as decisões anteriormente estabelecidas visando à reabertura das operações ofensivas com a chegada da primavera.

O estudo do terreno mostrava as vias de acesso a Bolonha: as auto-estradas 64 ao longo do Rio Reno e 65 que do Passo di Futa apontava diretamente para o Norte. Ambas cortavam os setores, então, afetos ao V Exército. A auto-estrada nº 9, por seu turno, atravessa o território italiano, do Adriático, a partir de Rimini, e segue de sudeste para noroeste, ligando Faenza, Imola-Bolonha-Modena, cortada pelos cursos dos rios Santerno-Sillaro-Reno-Panaro. A descrição abrange, apenas, a região que in-

teressa diretamente a fase do reinício das operações no Vale do Pó.

A decisão de atacar, a cavaleiro da estrada 65, isto é, aproveitando o caminho mais curto para Bolonha, não agradava Truscott que preferia a ação principal desencadeada a oeste da estrada 64, ao longo das alturas que dominam o Reno, pois julgava importante aproveitar a fraqueza do dispositivo inimigo a leste da estrada 64, ao contrário da estrada 65, fortemente defendida. Além dessas considerações, a posse das alturas Maciço Belvedere-Torraccia permitiria a utilização da estrada 64 e evitaria a exposição do flanco da 6ª DB (Sul-Africana). A peça mais importante para a execução da linha de ação adotada pelo Gen Truscott seria a 10ª DIMnth, recentemente chegada ao TO.

O V Ex contava, portanto, com o reforço de uma nova GU – a 10ª DIMnth que chegara à Itália no início de janeiro e fora designada para ocupar a região de Vidiatico-Bagni di Lucca, setor calmo, a leste das encostas que vão ter a Monte Belvedere.

* General. Veterano da Força Expedicionária Brasileira – FEB.

Esta GU fora aceita pelo Gen Clark, antes de deixar o Cmdo do V Exército. Tinha recebido treinamento especial para operações em terreno montanhoso. Seus homens possuíam grande preparo físico, estando aptos a enfrentar baixas temperaturas – a neve, o frio e os ventos gelados não seriam obstáculos. Ademais, seus quadros possuíam os mais elevados índices de formação escolar, além de grande número de profissionais e esportistas na arte de esquiar. Consta que o Gen Bedell Smith, chefe do EM de Eisenhower, ao estudar seu QQ (Quadro de Organização) não a teria aceito e dissera: “Todos esses muares? Coisa de louco, não!” Entretanto, o emprego dos muares tinha sido importante e essencial para assegurar o suprimento das tropas nas alturas Apeninas, durante toda a campanha!

O Cmt da 10ª DIMnth, Gen Hays, ao assumir o Cmdo da GU, ainda nos Estados Unidos, imprimiu a todos vigoroso estilo de comando e de sua longa experiência de chefe, comprovados desde o início de sua carreira. Servira na Primeira Guerra Mundial (Marne), combatera em Monte Casino e comandara a Artilharia Divisionária, em Omaha Beach. A Divisão de Montanha tinha, pois, um comandante à altura do desempenho que lhe estaria sendo reservado para o desencadear da ofensiva da primavera.

Tendo em vista o cumprimento dessa importante decisão, foram tomadas pertinentes medidas preliminares para o desencadeamento da operação. As GU do V Ex e VIII Ex tinham podido recuperar suas forças, recompletar os claros existentes, além da revisão quanto ao aprimoramento da instrução dos quadros. Havia, então, nos depósitos de pessoal, efetivos que permitiam a realização dos recompletamentos necessários.

O inverno rigoroso passara e dava lugar agora ao degelo. Surgiam os lamaçais. Nos pontos mais altos das montanhas havia neve e, nos grotões das elevações e ravinas, extensos espaços de neve endurecida e cortante que castigavam os combatentes. O moral da tropa e sua disposição eram excelente, alimentados ambos pelas notícias do desenrolar vitorioso das operações nas frentes do TO da Europa.

O Gen Hays recebe ordens do Gen Truscott para o início da ação ofensiva e determina o reconhecimento das alturas que divisava à frente do Setor da 10ª DIMnth: Capell Buzzo-Pizzo di Campiano-Belvedere-Gorgolesco. Foram procurados caminhamentos que permitissem escalar o corte do Riva e Pizzo di Campiano. Inicialmente, os resultados ofereceram informações negativas. Entretanto, o Gen Hays insistiu e os novos reconhecimentos mostraram que seria possível a operação de escalada das alturas, não obstante o grande perigo existente pelo amplo domínio dos observatórios do inimigo e a falta de experiência da tropa atacante. Tais óbices não demoveram o Gen Hays que decide desencadear a operação de surpresa e à noite. Utilizando cordas e demais meios necessários à escalada das alturas, em 18 de fevereiro, os montanhese surpreendem o inimigo e, sem nenhuma baixa, dominam o Rivaridge. Os violentos contra-ataques alemães não conseguem sucesso. Na região do Pizzo di Campiano é grande a reação alemã, mas os americanos mantêm a posição. O ataque prossegue com a escalada de Monte Belvedere-Gorgolesco. Em 19 de fevereiro, os batalhões dos 87º e 85º RI e mais o 8º/86º RI progridem visando Gorgolesco-Torraccia, alturas que se constituem no primeiro objetivo (O₁), da Operação Encore.

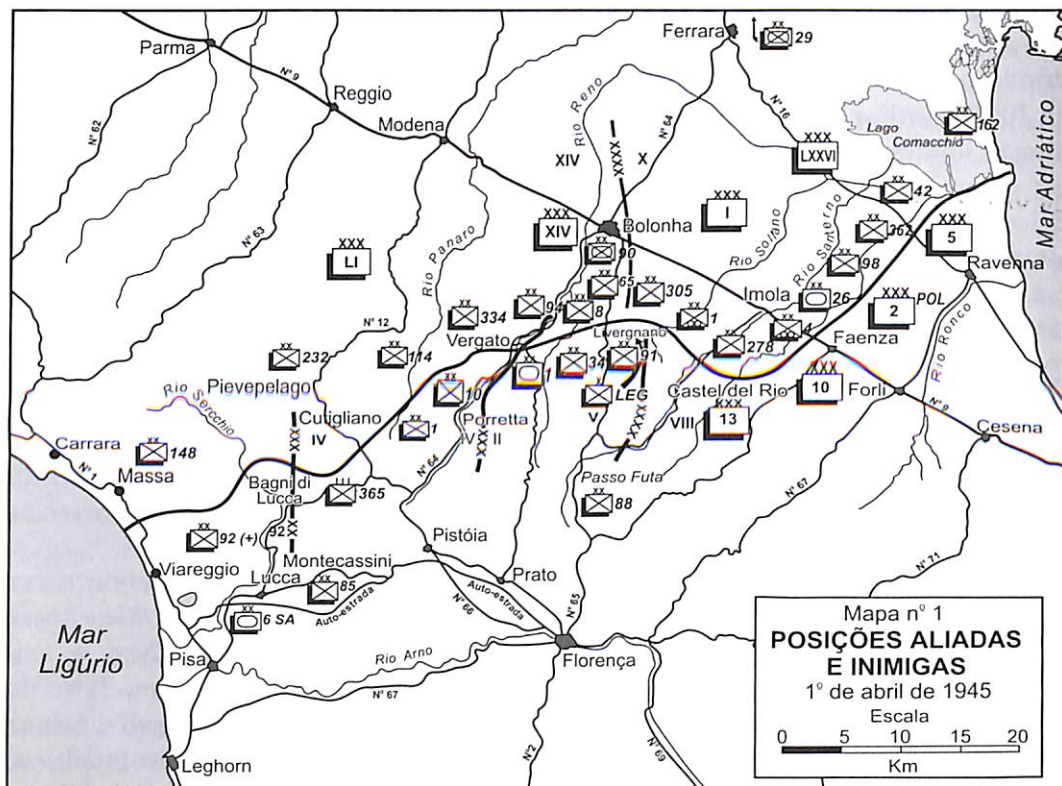
A 1ª DIE (FEB) está encarregada ou tem a missão de atacar Monte Castelo, cobrindo o flanco do dispositivo de ataque da 10ª DIMnth, prosseguindo a seguir na direção nordeste. A reação inimiga é grande, porém a linha do Vale do Dardgna-Belvedere-Corte do Riva estava segura. As alturas de Monte Belvedere são ocupadas e a ofensiva tem prosseguimento, não obstante o bombardeio de artilharia e morteiros. A região de Mazzancana é ocupada e, na manhã de 21 de fevereiro, os batalhões de infantaria brasileiros partem para atacar Monte Castelo, cobrindo o flanco da 10ª DIMnth, que combate para dominar Torracia. Os suprimentos da tropa atacante são realizados utilizando, durante a noite, comboios de muare. O 1º BI do Regimento Sampaio, reforçado pela 5ª/2ª BI, ataca Monte Castelo progredindo na direção Mazzancana-Monte Castelo e, simultaneamente, o 3º BI investe a elevações em direção convergente. Resistências isoladas são anuladas. Na direção Abetaia-Vale, o 11º RI ataca em cobertura do flanco leste. Ao cair da tarde de 21 de fevereiro, apesar dos bombardeios de artilharia e morteiros, o 1º BI (+ 5ª Cia) do Regimento Sampaio coroa o objetivo, sofrendo baixas. Ligeiro cruzamento com elementos desgarrados da 10ª DIMnth causa dificuldade, mas é logo sanado o impasse. Os atacantes percebem a necessidade de consolidar as posições aproveitando a luz do dia que já vai oferecendo pouca visibilidade. É a noite que vai chegando... Em Torracia, o inimigo ainda resiste. Monte Castelo está em poder das tropas brasileiras! As companhias de fuzileiros (1ª, 2ª e 5ª) consolidam suas posições, organizam o terreno, cavando abrigos individuais (*fox holes*).

Nas duas jornadas seguintes, as posições ocupadas pelos brasileiros sofrem baixas. O 2º BI/1º RI prossegue o ataque a leste de Monte Castelo. A progressão, partindo de De La Caselina consegue ocupar Bella Vista e La Serra, a leste de La Torracia, o que determina e facilita a ação final da 10ª DIMnth sobre Torracia. A operação foi realizada com grande esforço e determinação. O inimigo reagiu tenazmente causando baixas.

A Força Aérea aliada, incluindo aí o Grupo de Caça brasileiro, desencadeia pesados ataques às posições inimigas. Torracia é, afinal, ocupada. Os alemães tentam ainda, durante duas jornadas, recuperar as posições, porém sem resultado.

Os batalhões brasileiros substituem, em 28 de fevereiro, o 87º RI em Belvedere-Rocca Corneta. Os americanos substituem os brasileiros ao norte de De La Caselina. Em 3 de março, a 10ª DIMnth prossegue o ataque no corredor entre duas unidades brasileiras, pouco ao sul de Vergato, atingindo Monte Terminale. A ação ofensiva da 10ª DIMnth continua em ritmo contínuo, vencendo resistências isoladas entre Rocca Pitigliana e o Reno. A DIE (FEB) executa manobra ofensiva na direção noroeste visando Castelnuovo, que é ocupada, e prossegue a oeste da Estrada 64 na direção de Vergato. Em 5 e 6 de março, a DIMnth atinge Castel D'aiano e La Spé e rechaça os contra-ataques alemães.

O amplo movimento N-Ne (Norte-Nordeste) conseguira a posse das alturas que dominavam o Vale do Reno. O Gen Hays deseja continuar a ofensiva, entretanto o Cmt do V Ex, Gen Truscott, determina um alto para evitar que o Gen Von Vietinghoff, alertado pela manobra desencadeada, decidisse barrar a estrada 64, como fizera com a 65. Os alemães ainda resistiam, mas da-



Situação dos Exércitos Aliados (1º de abril, 1945) – Fonte: U.S. Army (T. Brooks)

vam sinais de fraqueza. O número de prisioneiros era muito grande. Em três dias, a 10ª DIMnth fizera 1.200 prisioneiros e perdera 203 mortos, 686 feridos na primeira fase da operação. Na 2ª fase, as baixas atingiram 107 mortos, 417 feridos e 27 desaparecidos.

O inimigo estava cedendo linha após linha do terreno e agora a 10ª DIMnth achava-se desdobrada em arco, face a Castel D'aiano-Monte De La Spé e seu ponto mais avançado era Tolé. Ocupadas essas alturas, o caminho para o Vale do Pó estaria aberto.

As tropas da DIE (FEB), logo após, são deslocadas para o flanco esquerdo da 10ª DIMnth. Os alemães mantinham ainda as posições defensivas no arco constituído de Monte Grande D'aiano até as alturas que

contornam a estrada 65. As modificações do dispositivo visavam a equilibrá-lo, a fim de facilitar o prosseguimento da ofensiva.

A OFENSIVA

Vencidas as resistências iniciais, as GU do V e VIII Ex aguardavam ordens para a ofensiva final. Os generais Alexander e Clark reúnem os Cmts Ex e respectivos estados-maiores para coordenação dos planos de ataque. O inimigo devia ser destruído. A questão do esforço principal ainda suscitava dúvidas quanto à prioridade das operações a oeste da estrada 64. O VIII Exército tivera seu efetivo reduzido em consequência de transferência do Corpo canadense.

O Gen Truscott julgava que o esforço principal deveria caber ao V Ex e que deveria ser explorada a fraqueza do dispositivo alemão a oeste da estrada 64. Afinal, Mac Creery e Truscott contornaram os pontos conflitantes sem deixar de atender às diretrizes de Mac Clark.

O VIII Exército desencadearia a ofensiva em 9 e 10 de abril após transposição do Santerno, e, então, ficaria em condições de prosseguir para noroeste em apoio ao V Exército que visaria Bolonha, abrindo o caminho para o Rio Pó. Em seguida, o VIII Exército atuaria na direção nordeste (Argenta-Ferrara), onde se encontrava a última linha das defesas alemãs.

O V Exército partiria ao ataque em 13 de abril para capturar ou isolar Bolonha e desembocar no Vale do Pó. O Gen Truscott deveria unir-se ao VIII Exército o mais cedo possível, a fim de que o cerco das forças alemãs fosse realizado ao sul do Rio Pó. A travessia do rio seria, então, levada a efeito na região de Verona.

Importante ocorrência que merece registro colocou em grande dificuldade os comandantes do TO e dos exércitos, empenhados na montagem da grande ofensiva. Notícias chegadas à frente davam conta das decisões resultantes da Conferência de Yalta. Roosevelt, Stalin e Churchill tinham decidido entregar a Polônia à Rússia, não tendo surtido efeito os apelos e observações colocados por Churchill.

Nessa altura dos acontecimentos, o Gen Waldislaw Anders, comandante do Corpo Polonês, envia missiva ao Gen Mac Creery cujos termos patéticos causam verdadeiro impasse. O Gen Anders, em resumo escreveu: "Marchamos centenas de milhas juntos para combatermos grandes batalhas.

Sofremos milhares de baixas. Acabáramos de sofrer a tortura dos campos de concentração russos e enfrentamos a seguir o fragor da batalha. Esperávamos, um dia, regressar aos nossos lares. De repente, sem nenhuma consulta, somos informados que não temos mais um lar para nos receber." O Gen Anders reuniu-se com Alexander, Clark e Mac Creery para mostrar que, em virtude dos acontecimentos, não poderia arriscar a vida de seus homens sem nenhum objetivo.

Os comandantes tiveram dificuldades para argumentar. Clark dissera a Anders que os poloneses poderiam ter uma esperança em Roosevelt. Alexander mostrava que os ingleses desejavam uma Polônia livre e independente, pedindo a Anders paciência. Clark acrescentava que sabia da grande confiança dos poloneses em seu comandante e que eles o seguiriam em quaisquer circunstâncias.

O Gen Anders acrescenta, então, que esperava de Mac Creery a apresentação das mesmas razões para convencê-lo. Entretanto, a linguagem ou argumentos de Mac Creery foram completamente diferentes. Usara a "franqueza e a linguagem de soldado para soldado". "Ele simplesmente dissera que, se Anders retirasse o Corpo polonês, haveria uma brecha na frente do VIII Exército de 10 milhas e que não existiam tropas para substituí-lo. Pediu, então, ao Gen Anders que se colocasse em seu lugar e sugerisse como resolver o impasse."

O Gen Anders sentiu-se tocado pela franqueza e sinceridade de Mac Creery, conhecedor que era da situação e das dificuldades do VIII Exército. Além dessas razões, considerava que a retirada dos poloneses poderia comprometer a vitória final e também prejudicar a luta pela independência da Polônia. "De coração, disse ele, senti o

que devia fazer e respondi a Mac Creery que continuaria a combater.”

Vencidos esses detalhes, vejamos o que se passava do lado alemão. A situação era bastante delicada após a chegada da primavera. O Gen Vietinghoff, que substituíra Kesselring era considerado entre os melhores generais alemães. Suas divisões ainda possuíam condições de combater. O moral alemão, entretanto, não era o mesmo do início da campanha. De outra parte, o sacrifício que lhes estava sendo imposto pelas ordens de Hitler encontrava, apenas, justificativa como uma reação contra as destruições que estavam sendo causadas pelos arrasadores bombardeios aéreos em sua pátria.

A frente de combate, à medida que se progredia para o norte, alargava-se devido à geografia da “bota italiana”. Os efetivos empregados nas linhas de defesa anteriores eram, agora, insuficientes pelo alargamento da frente. A defesa tornava-se mais fluida. Vietinghoff, para contornar a dificuldade, buscava deter o inimigo na linha Alpina e apoiado no Adige. O Gen Jodl, Chefe de EM das operações, em telegrama, transmitira ordens de Hitler para a resistência até o final.

Em 5 de abril, o V Ex desencadeia ataque de diversionário, com apoio de fogo naval na costa da Liguria e captura Massa. A operação obrigara o deslocamento de reservas alemãs que fariam falta no setor leste. Vietinghoff recua da linha do Rio Senio para o Santerno, na frente do VIII Exército. Ao mesmo tempo, o Gen Truscott, Cmt do V Exército, estava desencadeando operações preliminares para a ofensiva da primavera, em amplo movimento na direção norte e nordeste, dominando as alturas

Belvedere-Torraccia e chegara ao sul de Vergato, a oeste da estrada 64.

A Força Aérea Aliada ataca constantemente pontos críticos à retaguarda e até a frente da LC (Linha de Contato). Vagas sucessivas de aviões, por quase uma hora, enchem os céus da frente dos Exércitos e, quando tudo indicava que os bombardeios haviam cessado, voltam a atacar. Após a ultrapassagem do Senio, tenazmente os alemães procuram deter os atacantes. Em 11 de abril, as margens do Santerno são forçadas e, na jornada seguinte, em 12 de abril, além do rio, Massa é alcançada. Poloneses e neozelandeses empenham-se em luta cruenta. A Infantaria aliada mostra seu valor e, em 14 de abril, os poloneses atravessam o Santerno ao longo de toda a frente.

À retaguarda das posições inimigas, extensas colunas de viaturas, inclusive hipomóveis, transportam tropas alemãs que procuram escapar de Massa-Lombarda que é ocupada ao anoitecer. Os alemães agarram-se, então, para deter o avanço do VIII Exército, na linha do Silaro.

ATUAÇÃO DA FEB

Vejamos, pois, a atuação positiva da FEB nessa fase da campanha, que marca o início da ofensiva da primavera.

Atuando em cobertura da 10ª DIMnth, a FEB conquistara Monte Castelo-Bella Vista-La Serra. Rocada para as alturas de Belvedere-Ronchidos, substituíra os batalhões da 10ª DIMnth e progredira decisivamente entre as unidades montanhesas entrando em Castelnuovo. No final de março, engaja-se nos preparativos para a ofensiva e vai ocupar posição nas alturas ao sul de Montese-Campo del Sole-Sassomolare-

Sassobaldino-Nuvoleti. A ocupação é realizada em substituição aos batalhões do 365º RI/92ª DI e da 1ª DB. A tropa pertencia à 92ª DI, grande unidade que fora reorganizada, após os combates de Natal, no Vale do Sercchio.

As observações que incluímos são mais aproximadas no que respeita à região sudeste de Montese-Sassomolare, ocupadas pelo 2º Batalhão do Regimento Sampaio. As posições permitiam-nos observar as alturas que, pelo norte e nordeste, dominavam o compartimento e o ponto mais importante, a oeste-Montese, verdadeira cidadela.

O dispositivo da FEB estava integrado pelo 11º RI, com dois batalhões ao sul e sudoeste de Montese. A seguir, na região de Campo del Sole se encontravam as 5ª e 4ª Cias. Na região de Sassomolare estava a 6ª Cia e, no seu flanco leste, as alturas de Sassomolare-Monte Grande D'aiano-Nuvoleti eram ocupadas pelo 3º BI do Regimento Sampaio.

Da região de Campo del Sole, onde estão situadas as posições da 5ª Cia, próximas ao PC do 2º BI, em Tamburini, podíamos ter uma visão da frente, a partir do leste de Montese-Região Cemitério-Latorre, alturas e encostas de Montelo-Montebuffone, mais a leste Sassobaldino. Essas alturas são cortadas pela Torrente do Gea. O quadro que divisamos é observado com cuidado e emoção. Nos pontos cotados e dobras do terreno estarão, certamente, localizadas resistências inimigas e nos caminhamentos existirão, sem dúvida, minas.

É oportuno recordar que o Cmt da FEB, Gen Mascarenhas, por ocasião da reunião dos comandantes de GU, no QG/IV CEx, quando eram determinadas as missões para o desencadeamento da ofensiva, ao sentir as preocupações do Gen Hays,

Cmt da 10ª DIMnth, quanto a possibilidade de deslocamento de reservas inimigas que poderiam ameaçar a progressão de sua GU, solicitara ao Gen Crittenberger, Cmt IV CEx, autorização para atacar a região de Montese-Montello. A ação da 1ª DIE anularia, então, as preocupações do Gen Hays, pois atrairia o inimigo e possibilitaria mais segurança para a 10ª DIMnth. A intervenção do Gen Mascarenhas foi positiva e colocou a FEB em alto conceito dentre as GU do IV CEx, ainda que o esforço a ser desencadeado aumentasse as responsabilidades da 1ª DIE.

Na jornada de 12 de abril, informações de movimentação de reservas inimigas fazem supor que se destinavam a reforçar a frente ou, então, estariam em retirada. Tais informações têm como consequência ordens para verificação de sua veracidade. Patrulhas são enviadas ao longo de toda a frente ocupada pelos batalhões do 11º RI e 1º RI. Na região do ponto 747 sudoeste de Le Pore, o sgt Max Wolf, Cmt da patrulha do 11º RI é abatido, havendo mais três mortos e três feridos do efetivo. Momentos de emoção vivem seus comandantes imediatos. O sgt Wolf vinha de há muito se destacando como homem destemido e resoluto. À luz do dia e sob intensa reação inimiga, o seu corpo é transportado à retaguarda da LP (Linha de Partida). No ponto cotado 759 a oeste de Montaurigola, o Ten Iporan enfrenta o inimigo, porém, agindo com calma e sangue-frio, consegue regressar às suas posições sem alteração. Na região do Cemitério (Sudeste de Montese), outra patrulha da 5ª Cia do 2º/1º RI ocupa posição em missão de observação. Ao regressar, mediante ordem, é submetida a cerrado fogo de armas automáticas e morteiros, partindo

de La Torre. O sgt Cmt Godoy e o cabo (Soares) são feridos, havendo mais três mortos e um desaparecido. As reações do inimigo às investidas de nossas patrulhas em toda a frente vêm comprovar sua disposição de defender suas posições.

Os comandantes de TO, Ex, CEx e GU (DIE) lançam proclamações à tropa anunciando a ofensiva e a disposição aliada de destruir o inimigo e varrer os exércitos alemães da Itália, encerrando a cruenta campanha. No auge das preocupações, os Aliados recebem a infausta notícia, a 12 de abril, do falecimento do Presidente Roosevelt, grande líder da democracia e do povo americano. A notícia, como era natural, causou geral consternação, porém as ordens expedidas não sofreram solução de continuidade, ressaltado ainda mais o recebimento das proclamações dos Comandos Aliados.

As jornadas de 14 a 17 de abril são palco dos mais emocionantes momentos da luta. Há um sentimento de confiança e determinação em todos os escalões. Os regimentos de Infantaria da FEB, o 1º, 6º e 11º RI, têm, uma vez mais, oportunidade de mostrar o valor do soldado brasileiro. Na manhã de 14 de abril, a Força Aérea Aliada atua no setor do IV CEx e demais objetivos do V Ex, seguindo-se intenso bombardeio e preparação da Artilharia. Ante tal intensidade e volume de fogo, tudo leva a crer que o inimigo não resistiria. Entretanto, tal não aconteceu.

Após os ataques da Força Aérea e a preparação da Artilharia, a 10ª DIMnth parte para o ataque visando Bocca Dei Ravari, enquanto a 1ª DB, às 14 horas, procura alcançar Roca Di Roffeno, ambas as alturas situadas a leste das posições ocupadas pelo 3º BI do Regimento Sampaio.

A 1ª DIE (FEB), após preparação de Artilharia, desencadeada sobre Montese e alturas adjacentes, ocupa alturas mais à frente de suas posições. Os batalhões do 11º RI executarão o esforço principal da operação. O 1º Batalhão enfrenta Montese e à sua direita o 3º Batalhão. O 1º Batalhão parte da linha do terreno de alturas Maserno-802-806-Montaurigola e o 3º BI de Campo del Sole, visando atingir Montese-Doccia-Cota 726 (flanco oeste) e Serreto-Paravento. Os pontos cotados 778-Creda e Possessione-758 seriam enfrentados pelo 2º BI/1º RI. O objetivo final, vencidas as resistências apontadas, seria coroado com a ocupação das alturas ao norte e nordeste de Montese: Montebuffone e Montello com elevações de mais de 900m e que dominam o compartimento de ataque.

A operação é desencadeada. Os pelotões da 1ª Cia/11º RI atingem as cercanias de Montese. O Pel Iporan enfrenta o objetivo a oeste, enquanto o Pel Rauen progride a leste da localidade. A resistência alemã é grande e desorganiza o Pel Rauen que é abatido e perde ligação com a retaguarda. O Pel Iporan, ao que tudo indica, está sob controle.

O 3º BI/11º RI atinge região 749-NWCa-sone, enquanto os pelotões da 4ª Cia e 6ª Cia/1º RI enfrentam 773-Creda-Possessione-750. As resistências inimigas batem os atacantes e há muitas baixas. Às 10h30min, nova preparação de Artilharia é desencadeada em toda a frente, em particular sobre Montese. O espetáculo do bombardeio é impressionante! O solo estremece e intensa nuvem de fumaça cobre a região.

Às 12 horas, o ataque é desencadeado em toda a frente. Na região de Montese, o Pel Iporan consegue penetrar na localida-

de e a notícia de seu sucesso chega à retaguarda quase que inseparadamente, solicitando suspensão dos fogos de artilharia que batem a localidade. Reforços de sua Cia e Pel Ten Malheiros, tendo à frente o Cap Cmt (Cap Sidney Teixeira Alvares), são enviados. Os remanescentes do Pel Rauen, que fora abatido, são recuperados. A limpeza da localidade é realizada. Há prisioneiros alemães que não conseguem retrair e são encaminhados à retaguarda.

A leste de Montese, as resistências alemãs não cedem e batem com seus fogos ajustados os pelotões Mega (773) e Amorim (Creda). Ambos, jovens e destemidos oficiais, que haviam sido incluídos no regimento em fevereiro e tinham se desincumbido de suas missões com destaque. O Asp Mega, em 773, é vitimado e, até o último instante, concita seus comandados a continuarem o combate. Mais adiante, em Creda, o jovem Ten Amorim, gravemente ferido em ambas as pernas, é socorrido pelo bravo padioleiro, cabo Melo, e se recusa a deixar a posição, o que só acontece em consequência da atuação do próprio comandante do Batalhão, Major Syseno, que com seu habitual tato e conhecimento de seus comandados, determina ao sargento auxiliar que faça transportar à retaguarda o bravo tenente.

Na região de Possessione encontra-se o Ten Rosa. O 2º Ten Urias lutando para ocupar 778, afinal, reúne seus homens aos dois pelotões (Mega e Amorim), demonstrando também calma e coragem, inclusive para retirar seu padioleiro Wilson Bonfim que jazia em campo de minas, próximo ao local onde se abrigavam os homens de seu Pelotão. Mais a leste, a 6ª Cia tem seus pelotões Apolo e Chaon nas alturas

sul de 750-745, enfrentando também fortes resistências.

Ao final da jornada de 14 de abril, os resultados obtidos foram parciais. O inimigo ainda resistia. As baixas haviam sido grandes. Muitos prisioneiros foram feitos. Mas Montese, a cidadela que dominava a região, estava nas mãos do 11º RI! O ataque, entretanto, devia prosseguir na jornada de 15 de abril após os necessários reajustamentos.

Nas jornadas de 15 e 16 de abril, o 3º/11º RI parte para conquistar Montebuffone e Montello. As resistências de Il Serreto-Paravento oferecem cerrada defesa. Os carros-de-combate americanos em apoio acabam sendo dispersados. Na encosta sul de Montebuffone pode-se ver um dos carros avariado. O 3º/11º RI sofre grande desgaste e em 16 de abril, um BI do 6º RI é lançado em prosseguimento do ataque, mas apenas a 7ª Cia do Cap Hélio Portocarrero consegue articular-se. O Cap Hélio é ferido e os resultados obtidos não são definitivos.

O Gen Mascarenhas, acompanhado de oficiais de seu estado-maior, observa o desenrolar dos combates das alturas de Sassomolare, ocupadas pela 6ª Cia do 1º RI. A 5ª Cia fora deslocada para essa região, visando reforçar a 6ª Cia ou prosseguir para conquistar os objetivos designados para a referida subunidade. Retirando-se o Gen Cmt DIE com seu estado-maior, o inimigo bate a região. A 5ª Cia sofre baixas e retorna a Il Monte já ao anoitecer para reforçar o ataque da 4ª Cia, previsto para a jornada seguinte.

Na jornada de 17, o ataque é suspenso. O inimigo abandonara as posições. A frente defensiva inimiga fora rompida e o IV CEx, com a 10ª DIMnth e DB projeta-se

para o norte em decisiva perseguição visando aprisionar ou destruir as GU alemãs.

O resumo apresentado visou destacar a participação da FEB na operação ofensiva que mereceu destaque do Cmt do IV CEx, Gen Crittenberger. De outra parte, a página de Montese demonstra o valor do soldado brasileiro. Os três regimentos de Infantaria engajaram-se na batalha. O 11º Regimento teve a primazia na tomada da localidade de Montese. Em tudo, porém, sobreleva o valor de nossos jovens tenentes de Infantaria, Iporan, Rauén, Malheiros, Amorim, Mega, Urias, Chaon e Apolo. Outros nomes poderiam ser apontados, mas, a essa altura do tempo, a memória não colabora. Os nossos bravos sargentos, tendo à frente Max Wolf, o herói de Le Pore, são exemplos que podem e devem ser apresentados às novas gerações. O soldado brasileiro cumpriu seu dever!

Seria injustiça, porém, não mencionar os nossos bravos capitães, comandantes de subunidades dos nossos três regimentos, que conduziram seus homens com destemor, enfrentando as difíceis situações de combate com calma e sangue-frio.

NO VALE DO PÓ

Em 13 abril, as condições de teto não favoreciam as operações da Força Aérea em virtude da forte neblina. O planejamento do ataque do V Ex visava a empregar, inicialmente, o IV CEx para capturar as alturas que, pelo norte e nordeste de Castel D'Aiano, constituíam a Linha Verde. Essas alturas, Monte Della Spe-Rocca di Roffeno-Monte Pigna-M.Delle Croce-M.Mantino, formam um verdadeiro arco de altitudes médias de mais de 800m e,

no extremo nordeste, surge Tolé, verdadeiro nó de comunicações que, uma vez ultrapassado, abre caminho para Vergato e daí para o Vale do Pó.

Vencidas essas resistências, tendo à vanguarda a 6ª Divisão Blindada Sul-africana, o II CEx avançaria juntando-se ao IV CEx. As condições de teto vinham interferindo na abertura das operações. Finalmente, às oito horas de 14 de abril, Truscott ordena o início da operação. Como noticiamos, ondas sucessivas de aviões, caças e bombardeiros, enchem o céu procurando bater e destruir as instalações, pontos críticos e até a própria linha de contacto, onde neozelandeses e poloneses são vitimados, porém a 10ª DIMnth e 1ª DB partem ao ataque.

O flanco oeste do dispositivo é assegurado pelos regimentos de Infantaria da FEB que se batem com galhardia, enfrentando Montese e alturas a nordeste da localidade. No flanco leste, a 1ª DB ataca a oeste de Bocca Dei Ravari.

A preparação da artilharia era impressionante, completando o apoio da Força Aérea. Cerca de duas mil peças de artilharia de todos os calibres batem a frente. Tinha-se a impressão de que o inimigo não resistiria. Entretanto, ele aguardava em suas posições, pronto a combater os atacantes.

Os três regimentos da 10ª DIMnth lutam decididamente e ultrapassam Monte Pigna, já próximo à região de Tolé, cuja posse permitirá o avanço através do Vale do Pó. Os brasileiros da FEB lutam com decisão a oeste, enquanto a 1ª DB toma Monte Pero. O número de baixas é grande em ambos os lados. Ao entardecer de 15 de abril, a FA ataca no setor de Monte Sole e também a artilharia desencadeia nova e poderosa barragem. Após 22h30min, o II

CEx ataca. Em 16 de abril, toma Monte Sole, em 17, Monte Rumici. Prosseguem as operações acusando, em três jornadas de combate, 432 baixas entre os regimentos da 10ª DIMnth. Somente no primeiro dia a cifra chega a 230.

O II CEx encontra sérias resistências no flanco leste sofrendo pesadas baixas, mas acaba conseguindo sucesso. Dentre as GU que constituíam o IV CEx, destaca-se a 34ª DI, uma das mais sacrificadas do V Exército, veterana de toda a campanha e que em 17 de abril completa quinhentos dias de combate!

Em 18 de abril, Tolé é dominada e, assim, a passagem para a Bolonha está livre! Os alemães sofrem forte pressão na frente do VIII Ex.

O Corpo polonês, a cavaleiro da estrada nº 9, entra em Imola e os neozelandeses, à direita, atravessam o Sillaro. Entre os dias 18 e 19 abril, as últimas resistências alemãs que defendem Bolonha são enfrentadas e, afinal, a linha de defesa *Gengis Kan* é rompida. Resistências procuram a todo o custo, em núcleos isolados, defendidos por pára-quedistas alemães, retardar o avanço do VIII Ex que consegue reduzi-las. Agora é a vez de Ferrara, que o Gen Mac Creery desejava enfrentar visando a impedir que o inimigo aproveitasse a linha do Adige para deter o avanço aliado.

O Gen Vietinghoff esforça-se para recuar e, em última instância, utilizar a linha do Rio Pó, entretanto, o Alto Comando Alemão ainda não autoriza o recuo e determina que a resistência prossiga. O chefe alemão sabia que agora seria difícil conseguir tal objetivo, de vez que, ultrapassadas as alturas e contrafortes Apeninos, seria a oportunidade para o emprego de blindados aliados que teriam livre o caminho.

O Gen Truscott, de imediato, lança o 1º CC Blindado para atacar a oeste do escalão de ataque da 10ª DIMnth, no Vale do Samoggia. Todos os meios de transporte são utilizados para o avanço aliado. As tropas descem das montanhas, inclusive as unidades brasileiras da FEB, para destruir e cercar as GU alemãs que recuam utilizando todos os meios disponíveis. A artilharia aliada desencadeia pesadas barragens de fogos para dificultar o recuo inimigo. Vietinghoff emprega ainda a famosa 90ª Divisão Panzer Grenadier, mas não obtém sucesso. Os americanos e aliados já estavam em toda a parte. O número de prisioneiros alemães é muito grande, causando até transtorno para encaminhá-los aos pontos de coleta escolhidos para sua concentração.

O Gen Von Senger, entretanto, consegue ultrapassar o Rio Pó realizando grande esforço e inclusive dividindo em grupos seu estado-maior. As tropas da 10ª DIMnth com grande rapidez e determinação, quase inesperadamente, chegam às margens do Rio Pó. Os 87ª e 85ª RI da 10ª DIMnth são os primeiros a chegar. O avanço da 10ª DIMnth no Vale do Pó evidenciava o fim da resistência alemã e da *Wermacht* na Itália.

Às seis horas de 21 de abril, os poloneses entravam em Bolonha. A 34ª DI, às oito horas, estava também nos arredores da cidade, onde os partisanos atuam, tomando conta da cidade e executando violentas e drásticas medidas contra os partidários de Mussolini.

A Divisão Sul-africana ultrapassa Bolonha e trava ainda fortes combates ao longo da estrada 9 que vai a Reggio Emilia. Em 19 dias, as tropas aliadas conseguem destruir os alemães, fazendo-os recuar das

alturas dos Apeninos até o Vale do Pó. O quadro da destruição dos exércitos alemães é impressionante. Ao sul do Panaro, materiais de toda a ordem encontram-se abandonados para permitir a fuga das tropas.

A 34ª DI prossegue para Modena (estrada nº 9) que é tomada após duros combates. Os partisanos apossam-se de Gênova e combatem em Milão e Turim.

ATUAÇÃO DA FEB NA PERSEGUIÇÃO

O IV CEx, coberto a oeste pelas tropas da FEB, rompe as defesas inimigas em Tolé, ao mesmo tempo que o II CEx entra em Bolonha e passa a atuar na direção noroeste visando Modena. O VIII Ex, após a ultrapassagem do Argenta, está também em movimento para o Rio Pó.

Nesta altura dos acontecimentos, as tropas da FEB descem das montanhas e são reagrupadas para atuar no novo quadro das operações. Sua missão é proceder a limpeza da margem leste do Panaro e atuar na direção Vila D'Aiano-Zocca-Gainazzo, reconhecendo a frente, em especial as passagens sobre o Panaro. Na região de Zocca, isolados grupos de resistência procuram retardar o avanço, sendo ultrapassados.

O Esq Rec/DIE (FEB), lançado à frente, procura localizar elementos inimigos. A Divisão Brasileira luta agora com extrema dificuldade para executar a perseguição com rapidez, devido à escassez de transporte motorizado. Tem a seu cargo a cobertura do flanco oeste da 1ª DB que enfrenta a localidade de Vignola, atuando entre o Panaro e a Samoggia.

Marano Sul-Parano é alcançada e a limpeza S do Panaro está concluída, não obstan-

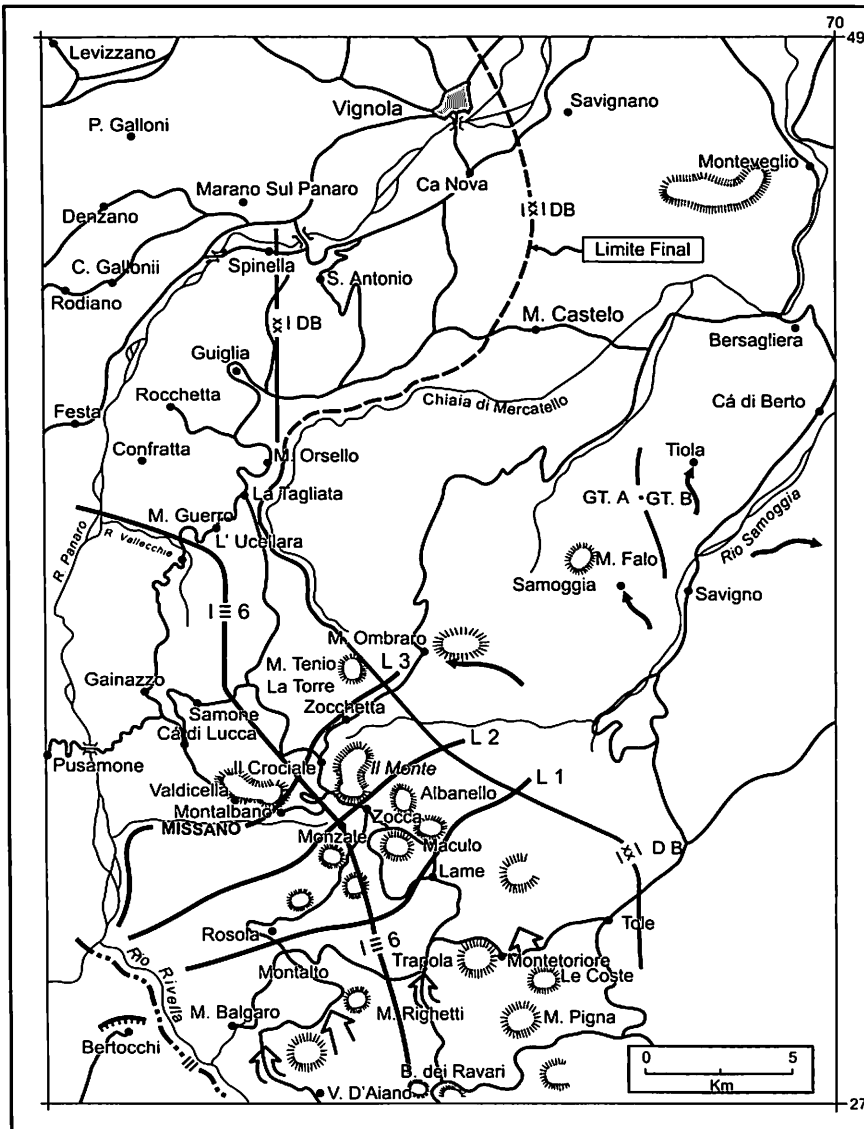
te as destruições das pontes e das passagens principais e a existência de minas.

Os regimentos da FEB, a despeito das dificuldades de transporte que prejudicavam a rapidez das operações, movimentam-se executando o transporte de vaivém utilizando as viaturas dos grupos de Artilharia da AD empregadas em apoio ao avanço das tropas.

É preciso cortar ao inimigo a possibilidade de utilização dos eixos principais das estradas que conduzem às passagens do Rio Pó. Tal é o caso das estradas 62 e 63, que levam a Parma e Reggio Emilia, permitindo a fuga das GU alemãs do Exército da Liguria, o mesmo acontecendo com a estrada nº 12 que liga Lucca a Modena. As informações são importantes e necessárias, pois não há certeza quanto à exata localização e à atitude das forças inimigas que se dirigem às margens sul do Pó.

O IV CEx determina à 1ª DIE que prosiga o movimento para oeste, ao sul do Pó, entre a estrada nº 9 e a 34ª DI, impedindo a fuga das GU alemãs, que buscam ainda atingir os passos principais nas fronteiras da Suíça e da Áustria. A 1ª DIE deveria executar a cobertura do flanco sul, barrando as estradas que atravessam os Apeninos.

O Panaro é transposto e os reconhecimentos são lançados à frente em ligação com a 34ª DI. Os batalhões dos regimentos executam o patrulhamento das estradas e deslocam, quando necessário, suas subunidades em marcha a pé. Entre o Panaro e o Serchio, além de Vignola, o Destacamento Nelson de Melo, organizado para a perseguição, lança o 2º/1º RI ocupando Formige-Arceto-Rivalta; mais ao sul, os batalhões do 11º RI estão em Cádi-Sola, Castelvetro, e o 6º RI têm dois batalhões em deslocamento entre Levizzano e Rodiano.



Limpeza das Vertentes e do Panaro (Situação em 20 de abril de 1945)

Fonte: M.T. Castello Branco - O Brasil na II Grande Guerra

As informações, no tocante ao inimigo, são vagas. Os *partigiani* italianos transmitem informações da existência de efetivos alemães na região de Collecchio a sudeste de Parma. O Esq Rec/DIE é lançado para precisar as informações de que, segundo indicam, haveria ponderáveis efetivos em fuga procurando atravessar o Rio Taro. Afinal, a atuação rápida e eficaz do Esq Rec sobre Collecchio confirma a informação e consegue aferrar as resistências existentes na localidade, agora já contando com o apoio da tropa de Infantaria de subunidades do 6º RI e do 11º RI que enfrentam o inimigo, obrigando-o a ceder terreno. A localidade de Collecchio é tomada, havendo sido aprisionados 395 homens, inclusive 17 oficiais. As subunidades da FEB agiram com determinação ante o desconhecido da situação, encabeçadas pela excelente atuação do nosso Esq Rec.

O combate de Collecchio propicia positivos esclarecimentos quanto à situação do inimigo e a 1ª DIE estava em condições de efetivar o cerco das colunas inimigas, que diziam pertencer a 148ª DI.

O Cmt IV CEx, Gen Crittenberger, endereça mensagem ao Gen Mascarenhas expressando sua confiança na 1ª DIE no sentido de impedir a fuga da 148ª DI para o norte do Rio Pó. Nesta altura dos acontecimentos, a 1ª DIE já estava posicionada fechando as principais passagens das vias de acesso para o norte. O QG/1ª DIE estava situado em Montecchio Emilia, onde, às 12 horas de 27 abril, desembarca de seu avião o Gen Lucien Truscott Jor, Cmt do V Exército, que não consegue avistar-se com o Gen Mascarenhas, na ocasião em Collecchio. Transmitiu, então, ao chefe de EM suas determinações.

Ainda nesta jornada de 27 de abril, o Gen Crittenberger chegava também ao QG

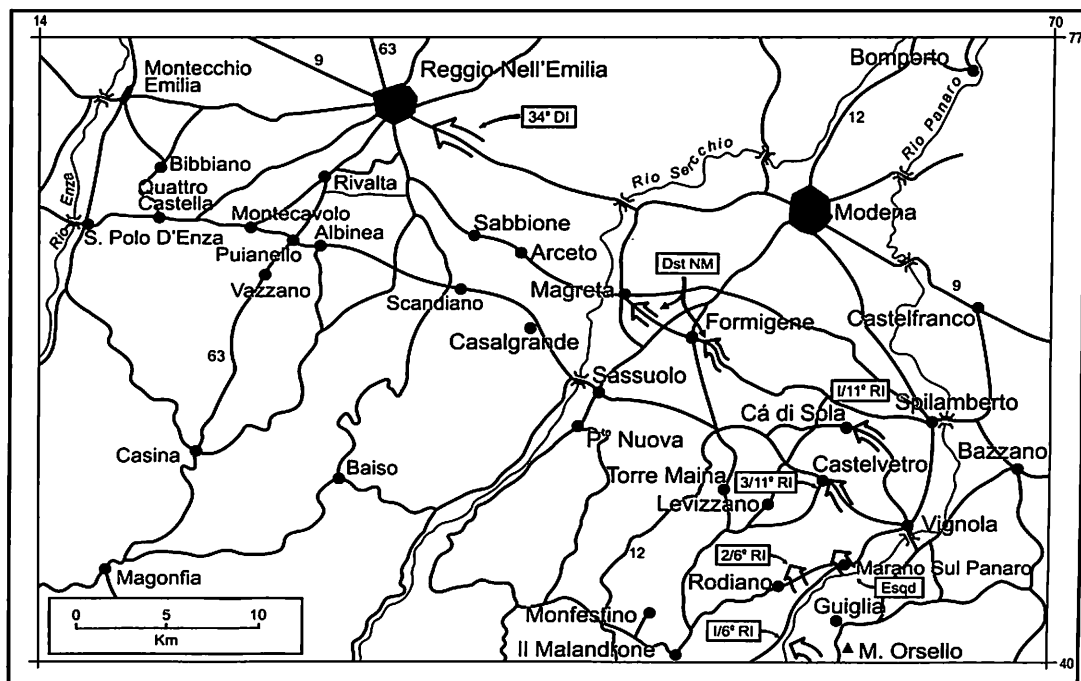
da 1ª DIE, elogiando inicialmente os sucessos da tropa brasileira. Por fim, recomendou o Cmt IV CEx o prosseguimento das operações visando a impedir a fuga da 148ª DI e outras unidades alemãs em retirada para o norte do Pó. Outras informações foram transmitidas no tocante às localidades onde provavelmente estariam situados os efetivos inimigos.

O Cmt da 1ª DIE determina ao Cmt do 6º RI o controle da operação, que tinha como objetivo principal buscar efetivo contato com as unidades alemãs e forçá-las à rendição. Isso posto, há informações da existência e deslocamento de forças alemãs para Respicio, ao sul de Fornovo, na passagem sobre o Rio Taro. O 2º/11º RI seria substituído em Collecchio pelo 1º/6º RI a partir das 12 horas de 28 abril.

O 2º Batalhão/6º RI é deslocado de Maniano para S. Vitaleneviano di Rossi, às margens do Baganza, enquanto o 3º/6º RI se posiciona em Felino com elementos ao norte da margem oeste do Taro na região de Bosconcelo. A noroeste está o 2º/1º RI ocupando Salssomaggiore. O Esq Rec atravessa o Taro e enfrenta resistências em Felegara, apoiado pela 3ª/6º RI.

O comando da operação aproveita o oferecimento do pároco de Neviano di Rossi, D. Alessandro Cavalli, para ser enviado junto às tropas alemãs, como portador de ultimato exigindo a rendição dessas forças. Em 27 de abril, pela manhã, é enviado o emissário e fica estabelecido prazo de duas horas para a resposta. Os alemães, entretanto, respondem com evasiva, alegando aguardar decisão do comando superior.

À vista do impasse, o comando brasileiro desencadeia o ataque às 18 horas de 28 abril. As subunidades do 1º/6º RI ata-



Fase inicial da perseguição (Situação da 1ª DIE e 34ª DI - 23/04/45) – Fonte: M.T. Castello Branco – O Brasil na II Guerra Mundial

cam partindo de Collecchio nas direções de Gaiano e Segalara. Os alemães reagem em particular frente a Gaiano. Há baixas, inclusive do Cap S3/1ª RI/6ª RI, Ernani Airoso. A situação ainda não está sob controle. Ao sul, o 2º/6ª RI cerra sobre Respicio. Ao anoitecer, o combate perde impulso e, por volta das 22 horas, apresentam-se ao comando brasileiro, na região de Gaiano, três parlamentares alemães, comandados pelo Maj Kuhn, chefe de EM/148ª DI alemã. Inicialmente, as negociações pareciam difíceis, mas, finalmente, os alemães cedem aceitando os termos de “rendição incondicional” propostos pelo comando da 1ª DIE. São fixados os pontos de coleta de prisioneiros em Ponte Scodonga e Segalara e a hora para início da operação a partir das 17 horas de 29 de abril. Ao início da operação de rendição, os alemães ainda tentaram estabelecer novas

condições, sendo, então, repelidos pelo próprio Cmt Gen Mascarenhas que se encontrava em Ponte Scodonga.

A rendição dos efetivos da 148ª DI alemã, incluindo remanescentes da 90ª Divisão Panzer e Divisão Bersaglieri Itália, totalizando 14.779 prisioneiros, milhares de viaturas auto e hipomóveis, armamento e demais materiais constituiu impressionante espetáculo. Os generais comandantes da 148ª DI, Otto Fretter Pico, e da Div. Itália, Mário Cadorna, apresentaram-se ao Cmt da 1ª DIE, Gen Mascarenhas, que determinou seu encaminhamento ao QG do IV CEx.

A conduta e o aspecto final dos efetivos alemães impressionaram pela postura e pelo enquadramento, demonstrando, mesmo na derrota, a disciplina de verdadeiros soldados.

Após o resultado altamente elogioso do cumprimento dessa missão, foram orga-

nizados, pelo Cmdo da FEB, três GT (Grupamentos Táticos) visando prosseguir na direção norte e noroeste. O Esq Rec lança-se para oeste e estabelece ligação em Turim com autoridades americanas e italianas. O 1º/11º RI alcança Suza e entra em ligação com as tropas francesas da 27ª DI, também em perseguição ao Exército da Liguria.

FINAL DA CAMPANHA NA ITÁLIA

Os Exércitos Aliados, o V Ex Americano (Gen Truscott) e o VIII Ex Britânico (Gen Mac Creery), levam de vencida as forças alemãs da Wehrmacht, que enfrentavam no território italiano. A ruptura das linhas de defesa dos Apeninos permitira a arrancada para o Vale do Pó.

Os alemães manobram ainda procurando retardar o avanço aliado visando à ultrapassagem do Rio Pó, o que lhes permitiria a fuga através dos passos existentes nas fronteiras da Suíça e da Áustria.

Núcleos de resistência em verdadeira missão de sacrifício, executando destruição de pontes, passagens e combates isolados, ainda teimavam em oferecer entraves à progressão dos Aliados através do Vale do Pó.

O IV CEx rompera a frente de Tolé e com a 10ª DIMnth conseguira chegar com rapidez e determinação às margens do Rio Pó. As destruições retardaram o avanço, mas não impediram o sucesso das operações. Todos os esforços foram desencadeados para conter a fuga dos alemães para o norte. Os brasileiros cumpriram a missão cobrindo o flanco do IV CEx e executando movimento norte-noroeste cortando a oportunidade do inimigo de alcançar o Rio Pó.

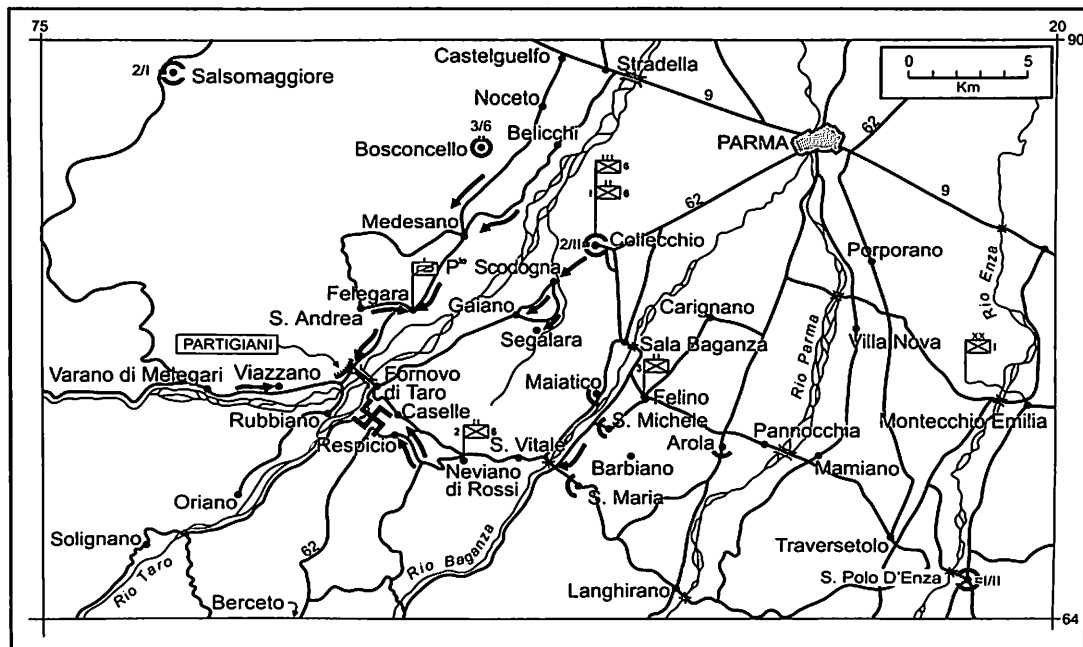
Transposto o Rio Pó, utilizando pontes de circunstância lançadas pelas tropas de

Engenharia do IV CEx, a 10ª DIMnth lança-se para o norte e ainda encontra resistências isoladas que procuram tolher sua progressão. Em toda a região, o clima é de vitória e os partisanos desenvolvem sua atuação denunciando a existência dos núcleos alemães e, mais que tudo, tomando a si a reorganização provisória dos governos das diferentes localidades e realizando ações de vingança e perseguição aos simpatizantes e colaboradores fascistas e alemães.

O VIII Ex, após a ultrapassagem do Argenta, também, em movimento para o Pó, ao longo da estrada 16, ultrapassa Ferrara e enfrenta por seu turno as últimas resistências dos alemães. Entretanto, a derrota é fato consumado. Em 25 de abril, o Gen Von Schewerin rende-se com o restante dos efetivos do LXXVI Corpo Ex. São 14 mil prisioneiros com todo seu material e armamento. O quadro da rendição e do abandono de material de toda a natureza é semelhante ao verificado na frente do V Ex.

Os ingleses transpõem o Pó em Veneza e, logo após, o Presidente Truman ordena a captura de Trieste. Era o resultado da insistência de Churchill que visava impedir a atuação de Tito. O Gen Alexander, comandante do Teatro de Operações do Mediterrâneo, determina a ocupação de Trieste. Os iugoslavos relutam, mas, afinal, os alemães entregam-se aos ingleses e, assim, a Veneza Giulia permanecerá italiana. Churchill conseguiu alijar a influência de Tito. Visão política do grande estadista inglês!

Ao norte do Pó, a 10ª DIMnth aumenta a cabeça de ponte e progride resolutamente para o norte. À noite de 25 abril, o Gen Hays recebe ordens de alcançar o Passo de Brenner. O 85º e o 87º RI estão ao norte do lago de Garda e, logo após, o 86º está



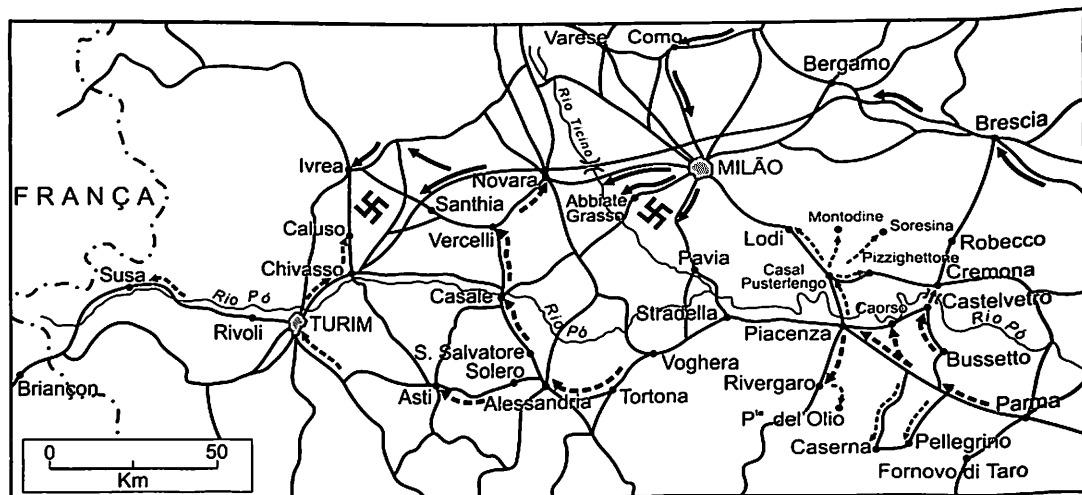
Cerco da 148ª Divisão Infantaria Alemã (Jornada de 28 abril de 1945) – Fonte: M. T. Castello Branco – O Brasil na II Guerra Mundial

em progressão enfrentando, ainda, alguma resistência alemã.

As principais cidades ao norte da Itália são palco de dramáticas lutas e vinganças desencadeadas pelos grupos de partisanos. Haviam sido apoiados e incentivados desde a invasão pelos Aliados. Como guerrilheiros, em grupos organizados, prestaram excelentes serviços de informações e também de sabotagem contra o invasor alemão. Entretanto, havia também a luta política interna: fascistas e não fascistas, sendo que os últimos desses grupos estava, agora, cada vez maior com a vitória dos Aliados. Auxiliaram os Aliados, mas tiveram de ser contidos para que fosse possível a reorganização do país. Um exemplo que concretiza tal atividade foi, sem dúvida, a captura, em 28 de abril, de Mussolini e de seu grupo pessoal, aí incluída sua amante Clara Petacci. Foram entregues seus corpos,

após a captura, ao “governo partisanso” de Milão, que os colocou em exposição, pendurados de cabeça para baixo em uma praça da cidade!

Os efetivos alemães em retirada para o norte foram sendo aprisionados. Em Milão, os remanescentes das forças SS alemãs, da ordem de dois mil homens, e parte da brigada fascista, desfalcada pelo grande número de desertores, também o foram. A sudoeste da cidade, rendem-se o Gen Jahn e o restante do CEx da Lombardia. A rendição do CEx da Liguria foi mais complicada devido à relutância do Gen Schlemmer que tinha seus efetivos concentrados a nordeste de Turim, entre as cidades de Ivrea-Sanctithia-Chivasso. O LXXV CEx tinha condições de combater e seu Cmt Gen Schlemmer declarou que só entregaria as suas armas após o conhecimento do destino do Fuhrer. Interessante que seu subcmt Gen Pemsel já se



Cerco do Exército da Liguria 1ª DB (EUA) N. do Pó e 1ª DIE ao S. (28 de abril a 24 de maio de 1945)

Fonte: M.T. Castello Branco – O Brasil na II Guerra Mundial

entregara ao Cmdo do IV CEx, tendo assinado até o termo de rendição, não acatado por Schlemmer. Afinal, Schlemmer acaba por assinar a rendição. O efetivo total era da ordem de quarenta mil homens. Daí, conclui-se o grande trabalho das GU aliadas para encaminhar e providenciar o destino de homens, materiais e manutenção (rações) para todos, inclusive apoio de saúde.

Os acontecimentos precipitam-se e nos últimos dias de abril, a 1ª DIMth ainda anulava algumas resistências isoladas ao norte do Lago de Garda.

Nessa ocasião, em 1º de maio, o Cel Darby, comandante da *Task Force*, organizada em cumprimento de ordens do Gen Hays para desimpedir o caminho até o Passo de Brenner, é vitimado por estilhaços de granada de artilharia alemã, após deixar o local onde se reunia com o Cmt do 86º RI! Ele seria com certeza uma das últimas vítimas da guerra na Itália!

Em 2 de maio de 1945, é assinada a rendição total das forças alemãs na Itália e cessavam as operações. A guerra terminara!

COMENTÁRIOS FINAIS

O estudo que realizamos exigiu grande esforço de memória para revivermos os dias que passamos, pois já se vão mais de cinquenta anos, integrando uma companhia de fuzileiros do 2º Batalhão do nosso glorioso Regimento Sampaio.

De outra parte, foi possível colher preciosos ensinamentos da leitura vibrante, por meio dos quadros da realidade do combate e da guerra dos Exércitos Aliados, entre 1944 e 1945, na campanha da Itália.

O estudo deu-nos o conhecimento das diversas fases das operações, desde o desembarque ao sul da Península em setembro de 1943 e, especialmente, ao norte de Roma.

Tendo vivido parte dessas operações, da linha do Reno até o Rio Pó, foi possível reunir algumas observações históricas interessantes e aduzir alguns detalhes no que respeita à nossa Força Expedicionária Brasileira (FEB). É claro que ao descrever as operações de dois grandes Exércitos Aliados, o V Exército americano e o VIII Exér-

cito britânico, os comentários sobre a FEB não são extensos. A pesquisa do autor, ao que tudo indica, foi realizada à base das publicações e registros históricos dos Exércitos Aliados.

Na bibliografia citada aparece o livro *A FEB pelo seu Comandante*, da autoria do nosso Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. É verdade que os generais Crittenberger e Truscott nos dão notícias da participação brasileira nas publicações que nos chegaram às mãos.

Em nossa opinião, os fatos do comportamento humano, as atitudes e os relatos daqueles que, com suor e sangue, viveram a campanha são diferentes e, no que diz respeito à FEB, a maior parte foi perdida pela falta de comprovação de seus arquivos, todos escritos em português. A língua foi, sem dúvida, um dos maiores obstáculos de nossos chefes no transcorrer das operações. A utilização de intérpretes nunca pode ser comparada à facilidade dos entendimentos e das decisões quando se possui o domínio do idioma. Àquele tempo, a língua oficial e de maior uso era o francês, o mesmo acontecendo quanto à sua doutrina militar e à orientação de nossas escolas militares. Além disso, as próprias condições geográficas do País colocavam o Brasil distante da possibilidade de utilização normal da língua inglesa. Estudávamos, sim, rudimentos de inglês, francês e até alemão, em nossos cursos de ginásio, porém, com o tempo, iam sendo esquecidos. Poucos oficiais dominavam idiomas estrangeiros. Essa verdade cresce de vulto entre os escalões de menor graduação. Os descendentes de alemães e italianos, particularmente da Região Sul do Brasil, constituiriam os núcleos, onde, com maior fa-

cilidade, encontraríamos alguma disponibilidade de homens e quadros dominando idiomas estrangeiros.

O “Exército Poliglota”, no dizer do Cmt do V Exército, Gen Mac Clark, conseguiu fazer-se entender e chegar ao fim da jornada. A guerra era mundial e, por conseguinte, não seria possível, então, como não o será, em qualquer tempo, a existência ou utilização de um idioma universal. O mesmo aconteceu, no que respeita à necessidade de atender, digamos, aos diferentes cardápios da totalidade das tropas. Daí, os brasileiros clamarem pelo café, feijão preto, arroz, mais açúcar e gordura em suas cozinhas. O inglês dá preferência ao chá, os indianos não utilizam gordura de origem animal (gordura de porco, tal o caso daqueles de religião muçulmana e judeus).

A doutrina militar também era diferente. Os brasileiros tinham sido instruídos à base da doutrina francesa. Americanos e ingleses, por sua parte, também apresentavam diferenças. Os ataques americanos, ao longo de toda a frente, não eram do agrado dos ingleses. A liberalidade e a pletora de suprimentos não existiam no âmbito do VIII Exército. A mobilização do potencial americano foi, sem dúvida, fator preponderante para a derrota alemã. Os Estados Unidos, no ar, no mar e em terra, colocaram em pé de guerra numerosos efetivos e atenderam às suas necessidades de suprimentos, inclusive enviando-os à Rússia. As tropas brasileiras, acostumadas a regime de parcimônia, em todos os sentidos, ficaram, a princípio, perplexas com a mudança. É claro que para melhor.

A FEB teve de se adaptar à nova situação: ao clima, às rações, aos novos armamentos e materiais. A doutrina, a nova or-

ganização das unidades e o armamento foram sendo conhecidos e entraram no contexto das rotinas a serem seguidas durante a campanha. Antes da travessia para além-mar, exemplares do novo material bélico foram distribuídos às unidades, incluindo-se os de manuais de campanha, onde constavam as atribuições, encargos e desempenho das armas e serviços. O emprego dos GT (Grupamentos Táticos - TASK FORCE) aparece como grande novidade e os regimentos de Infantaria têm acrescido seu potencial em homens, armamentos e emprego tático. Há que se destacar a maior facilidade de ligação Infantaria-Artilharia pela utilização dos observadores avançados. É ponto de capital importância citar a motorização das unidades, com o emprego de viaturas auto. A tração animal era coisa do passado. A versatilidade das "viaturas jipe" e dos potentes caminhões de transporte GMC de 2,5 toneladas tiveram papel decisivo na construção da vitória aliada. Os excelentes meios de comunicações, somados também ao apoio de saúde, às rações e demais equipamentos distribuídos às tropas, foram, sem dúvida, fatores de realce. É verdade que muitos oficiais frequentaram cursos de pequena duração nos Estados Unidos, mas também é verdade, que nem todos foram incluídos na FEB. O nosso famoso Grupo de Caça foi instruído e equipado nos Estados Unidos.

Thomas Brooks cita a discordância entre os chefes aliados no tocante à invasão do Sul da França - a Operação Dragão que determinou o esvaziamento do V Exército e do VIII Exército, quebrando-lhes o impulso ofensivo e, por conseqüência, retardando a destruição dos alemães na Itália. As diferenças de opinião quanto ao esfor-

ço na realização da ofensiva visando Bolonha foram contornadas pela clarividência de Truscott e Mac Creery.

O tempo de duração da campanha e as dificuldades de recompletamento e substituições de efetivos atingiram ponto crucial após a tomada de Roma. Daí, a importância e o realce da chegada da FEB ao TO, a partir de julho de 1944. Nessa altura, havia crise de pessoal e suprimentos, e tal acontecimento foi recebido com grande destaque pelo comando do V Ex, que a seguir recebeu a 92ª DI, efetivo de homens de cor preta, fato que mereceu, no decorrer de nosso estudo, extensos comentários.

A inclusão da 10ª DIMnth, a partir de janeiro de 1945, foi fator de grande importância para o V Exército, peça chave no desencadeamento da ação ofensiva. O quadro das deficiências apresentadas, no final do ano de 1944, mudou, e foi possível maior disponibilidade de recursos de toda a ordem à disposição dos comandantes de exércitos. O tempo de permanência na frente das tropas veteranas dos V Exército e VIII Exército, por certo, produziu grande desgaste, pois o rodízio planejado não tinha condições de ser executado. O exemplo da 34ª DI americana, a mais sacrificada do V Exército, que chegou a completar quinhentos dias em combate e foi motivo de ponderações de representantes do Congresso Americano, é uma colocação que se pode somar ao propalado desgaste do Corpo canadense que foi, afinal, transferido para o oeste da França.

De outra parte, é digna de realce a atitude do Corpo polonês, que demonstrou elevado valor moral e provou ser excepcional peça de manobra no desenrolar das operações, desde Casino, além de pos-

suir um valoroso e heróico comandante, o Gen Waldislaw Anders, que merece nossa admiração.

A Força Expedicionária Brasileira, “vinda de país distante, de clima diferente e mostrando em seus efetivos a miscigenação racial”, não foi, como apontou o autor Thomas Brooks, “uma curiosidade para os alemães”. Tanto é assim que os “arianos de raça superior” curvaram-se e a eles prestaram seu tributo e admiração, considerando-os heróis, o que foi atestado quando da localização de suas sepulturas após a ofensiva!

De outra parte, ao final da campanha, ao fechar o cerco das GU alemãs que pro-

curavam alcançar as fronteiras da península da Itália, atravessando o Pó, a Força Expedicionária Brasileira obriga à rendição a 148ª Divisão Panzer Grenadier e Divisão Bergaglieri Itália, justamente aquelas que havia enfrentado no início da campanha no Vale do Sercchio!

Finalmente, concluímos, utilizando a afirmação de que a guerra na Itália, considerada a certa altura dos acontecimentos *“como o front esquecido, não foi e não será assim considerada pelas centenas de milhares de homens que lá combateram”* e aos quais deixamos aqui expressas as nossas homenagens! ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA


Coleção General Benício



A Compreensão da Unidade do Brasil

J. B. Magalhães

O livro trata da problemática da fragmentação da América espanhola e da unidade da portuguesa quando da sua independência. Analisa fatores como a questão geográfica e de administração (a portuguesa mais descentralizada). A formação militar da América portuguesa diante da necessidade de defesa gerou o aparecimento de elementos militares com treinamento específico e o agrupamento dos que tendiam para separação.



A pedra angular da enfermagem militar: As irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte (1864-1870) – 2ª parte: final

*Carla Christina Passos**

*Ieda de Alencar Barreira***

Capítulo II: O corpo disciplinado e a organização do Corpo de Saúde do Exército

Nesse capítulo, iremos analisar as forças externas que determinaram as mudanças dentro do hospital militar e as características do serviço de enfermagem implantado antes da vinda das irmãs de caridade.

O Exército na consolidação do Império

O Exército, como braço do poder central, foi resgatado para instituir a ordem. A valorização do soldado combatente e sua transformação em um corpo treinado foram expressas por meio de mudanças do próprio Exército e da consolidação do Es-

tado que se formava em bases conservadoras (Souza, 1999, p. 38 e 183).

Após a abdicação, os regentes liberais¹ haviam reduzido o efetivo do Exército, a possibilidade da tropa ser antes fator de anarquia do que de ordem, ao unir-se com a população em prol das liberdades provinciais, deu origem à Guarda Nacional considerada politicamente mais confiável (Carvalho, 1980, p. 149 e 150).

Para se opor à insubordinação das tropas militares, a Guarda Nacional era composta por cidadãos de 21 a 60 anos que tivessem direito a voto e ficavam sob o comando das elites regionais, às quais cabiam os custos e a responsabilidade por sua organização.

Assim, o Governo Liberal transferiu a responsabilidade das atividades coercitivas

* Capitão QCO Enf.

** Professora Doutora.

¹ Desde a abdicação de D. Pedro I, pela execução do Artigo 2º do Decreto de 24 de novembro de 1830, ocorreram reduções nos efetivos do contingente militar (Berrance, 1995, p. 275).

para os proprietários de terra e restringiu a participação do Exército à guarda das fronteiras (em especial às do Rio Grande do Sul) (Izecksohn, 1997, p. 67).

O indivíduo que servisse na Guarda Nacional era dispensado do serviço no Exército (Fausto, 1997, p. 164). Assim, a Guarda Nacional passou concorrer com o Exército no esforço de recrutamento (Magalhães, 1998, p. 269).

Não obstante, a Guarda Nacional não impediu o surgimento de revoltas provinciais que, ao indicarem a possibilidade da fragmentação territorial, desacreditaram o Governo Liberal. Os argumentos de ameaça da anarquia e a necessidade de restabelecer a ordem passaram a sustentar os pronunciamentos unânimes do partido conservador (saquaremas) na Assembléia Legislativa. Seus discursos relacionavam o desejo de ordem com a reorganização das Forças Armadas.

O medo da desarticulação do código social uniu conservadores e liberais. A organização da sociedade imperial resolvia-se em três classes: o povo, a plebe e os escravos, e atributos como raça, grau de instrução e propriedade de escravos diferenciavam a situação do código social. (Mattos, 1986, p. 123-127).

Ao redirecionar as forças políticas, os conservadores articularam-se com os plantadores de café, que haviam se tornado donos de grandes fortunas, escravos e terras e também da força física². A adesão à prática centralizadora para o restabelecimento da ordem impôs uma transformação na organização da força (Souza, 1999, p. 125 e 126).

A hierarquia que estruturava o corpo social do Exército era definida pelo recrutamento da força regular. Para as praças, permanecia o método colonial da violência, mediante a qual eram incorporados os pobres, os criminosos, os desprotegidos, os pretos libertos e os escravos cujos donos quisessem dá-los. Devido à impopularidade da incorporação, a partir de 1837 os recrutados podiam apresentar substitutos que, na maioria das vezes, ou eram negros escravos ou pagavam uma indenização para serem isentados do serviço. Servir era um castigo, destino de malfetores e incorrigíveis (Sodré, 1979, p. 129). A disciplina destes elementos marginalizados era mantida pela ameaça das sanções disciplinares normalizadoras, aplicadas com variações que iam desde a repreensão verbal, a sobrecarga de serviço, os castigos corporais, chegando à prisão perpétua ou até a pena de morte (Carvalho, 1980, p. 133).

Deste modo,

(...) A penalidade perpétua, que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares, compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (Foucault, 1993, p. 163).

Tal disciplina criava espaços complexos e organizava multidões confusas, de soldados rasos, compostas por *negros, cabras, mulatos e caboclos*. O soldado brasileiro andava mal uniformizado, sem aprumo, e não dava a impressão de ser disciplinado, mas, a despeito de seu mau aspecto, era considerado corajoso e bravo (Freire, 1956, p. cxxiv e 82).

² Com os anos, a ligação da Guarda Nacional com o poder político local tornou-se cada vez mais explícita, e os presidentes das províncias passaram utilizar a Guarda Nacional como instrumento de manipulação eleitoral, nas disputas pelo poder local (Magalhães, 1998, p. 270).

Para organizar o múltiplo, havia que impor uma ordem. Esse ordenamento espacial permitiu, ao mesmo tempo, a caracterização do soldado em seu espaço e sua colocação em ordem na multiplicidade. Esta conduta tinha como objeto-fim a disciplina, pela manipulação dos corpos, recompondo-os, de modo a se obter um aparelho eficiente: o corpo de tropa (Foucault, 1997, p. 128). De acordo com o regime em vigor, o Exército era católico e obrigava a tropa a assistir à missa todos os domingos e dias santos (Moreira, 1989, p. 88).

A arbitrariedade no recrutamento se acirrava quando se aproximava o período de disputas eleitorais. O recrutamento se tornou ainda mais abusivo na Guerra do Paraguai. Por intermédio da coerção, homens brancos pobres eram recrutados e, pela falta de efetivos, o escravo era liberto para assentar praça (Sousa, 1996, p. 41).

Os praças, quando engajados, só podiam se casar com a permissão do comandante e, assim, residir com a esposa no quartel ou acampamento desde que sua conduta fosse de decência e honestidade (Moreira, 1989, p. 88).

Para o recrutamento de seus oficiais, o Exército no Brasil herdou as bases aristocráticas do período colonial (Carvalho, 1980, p. 147). Neste período até a Independência do Brasil, o Exército era utilizado para suprimir as liberdades nas províncias, além de que o mesmo ainda contava, no efetivo de oficiais, com um significativo número de portugueses. O alto-oficialato não integrava os corpos profissionais da guerra, sendo antes ligados à elite política e com a qual compartilharam os mesmos valores. Na medida em que a distribuição das patentes até oficial superior passava pela sanção dos pre-

sidentes de província para os postos e o próprio monarca fazia a escolha dos oficiais-generais, o perfil deste segmento mantinha vínculos com os altos escalões da burocracia (Souza, 1999, p. 57 e 58).

A prosperidade das exportações da produção do café e as vitórias conquistadas por Caxias, no período 1845-64, possibilitaram reformas no Exército, especialmente nas academias militares e no círculo de oficiais quanto ao nível de instrução. A partir de uma lei promulgada em 1850, o privilégio dos oficiais portadores de diploma da Academia Militar foi ampliada em relação aos que não a possuíam. No Rio de Janeiro, o curso de Engenharia Militar foi separado, pelo Ministério da Guerra, do curso civil (Schulz, 1995, p. 245). Com as novas exigências para o ingresso nas academias militares, o Governo fundou escolas preparatórias gratuitas no Rio de Janeiro e Porto Alegre.

José Murilo de Carvalho registra que o padrão do Exército perdeu seu rigor inicial e passou a aceitar o alistamento de filhos de oficiais de milícias e ordenanças e os filhos de oficiais da Guarda Nacional. Observa que

(...) já em 1855, o jornal O Militar dizia que os alunos da Escola Militar, com poucas exceções, provinham de famílias com poucos recursos e pouca influência (1980, p. 148).

Com a Guerra do Paraguai, a origem social dos oficiais sofreu alterações, passando o corpo de oficiais a constituir de elementos provenientes de setores mais modestos (Schulz, 1995, p. 241). Esta situação promoveu a redução da distância entre o oficialato e os praças. A composição dos corpos de tropa, com grande número de

escravos e libertos, e a aproximação destes com os oficiais nos campos de batalha possibilitaram a adesão da corporação à causa da libertação dos escravos, o que estabeleceu nexos entre a questão militar e os anseios abolicionistas (Sodré, 1979, p. 146).

A educação da Escola Militar proporcionara aos oficiais estudantes uma mentalidade cientificista, de acordo com as tendências intelectuais do materialismo, do evolucionismo e o do positivismo, que indicavam, a exemplo das nações mais adiantadas, o caminho do progresso (Castro, 2000, p. 17).

Esse segmento de jovens já era bastante diverso daqueles que haviam conseguido suas patentes por valores aristocráticos. A valorização do sistema meritocrático, para a progressão na carreira militar nas academias, fez surgir uma nova elite social, que passou a adquirir posição por sua capacidade intelectual (Castro, 2000, p. 19).

O corpo de saúde do Exército e o Hospital Militar

No século XIX, a medicina empreendeu uma luta pelo monopólio do saber e do direito de prestar assistência aos enfermos (Costa, 1983, p. 76). Nesse sentido, a medicina procurou fixar seu lugar na caserna, intervindo na eficácia do Exército ao

considerar que a higiene militar pudesse garantir uma tropa com condições físicas e morais. Por intermédio da Junta de Saúde do Exército³, o cirurgião-mor, na admissão de novos contingentes no recrutamento e posterior ordenação da tropa na fase de adiestramento, devolveria o soldado para o Estado como um cidadão-modelo (Machado, 1987, p. 306-311).

A análise dos regulamentos deste hospital militar em uma nova fase evidencia modificações na estrutura do Exército e revela a preocupação com a recuperação do elemento básico da guerra: o soldado⁴.

Diante da insuficiência de leitos, receberam soldados provenientes do teatro de operações a Casa de Saúde da Gamboa, a Santa Casa de Misericórdia e, posteriormente, o hospital do Andaraí⁵.

O hospital da Guarnição da Corte funcionava como centro de triagem, os doentes e os feridos⁶ eram transportados do teatro de batalha para a Corte em navio a vapor. Eram acomodados no hospital militar, onde recebiam alimentação e aguardavam a inspeção da Junta Militar de Saúde, que decidia seus destinos. Este hospital enviava canastras para os hospitais de sangue que davam apoio com material médico-cirúrgico à tropa nas fileiras do teatro de operações.⁷ A forma epidêmica da cólera-

³ Segundo o regulamento de 1857, a Junta Militar de Saúde tratava das questões gerais da higiene militar, na conservação da saúde dos militares em tempo de paz ou de guerra e era designada para a inspeção de oficiais e praças, remetendo pareceres à autoridade superior (Silva, 1958, p. 195-197).

⁴ Etimologicamente, a palavra soldado é derivada do latim *soldus*, salário militar. Pela definição de Caldas Aulette, soldado é um homem de guerra, alistado nas fileiras do Exército, voluntário ou obrigado por lei. Hierarquicamente, é o último da cadeia militar, contudo, pode significar qualquer militar (Caldas Aulette, Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, 1968).

⁵ Relatório de 27 de setembro de 1868 (Arquivo Nacional-IG6-9).

⁶ AHN Ig6-9, Relatório da diretoria do Hospital Militar da Corte de 27 de setembro de 1868.

⁷ O asilo dos inválidos teve sua ação ampliada, na guerra, com a instalação (1866) de uma enfermaria militar para pacientes crônicos. O hospital militar do Andaraí, inaugurado em 1867, serviu como hospital de evacuação do Hospital Militar da Guarnição da Corte, com a capacidade de duzentos leitos, em quatro enfermarias, duas por andar (Araújo, 1982, p. 43-44).

morbo vitimou as tropas, principalmente no início da Guerra do Paraguai, provocando a morte de centenas de soldados no teatro de operações (Santos Filho, 1991, p. 211). Visconde de Taunay, na obra *Retirada da Laguna*, relatou o surto da doença nos campos de batalha, agravado pelas intempéries e pela fome. (Visconde de Taunay, 1959, p. 137).

O regulamento do Corpo de Saúde do Exército⁸ de 1849 fixava para o médico a patente de oficial de carreira, de alferes a coronel.

Na década seguinte, um novo regulamento dos hospitais militares e do Corpo de Saúde⁹ incluiu outras categorias funcionais, estabelecendo como participantes: doutores em medicina, farmacêuticos aprovados e enfermeiros habilitados¹⁰.

Assim, a análise de seus uniformes¹¹ possibilitou a identificação das diferenças de posição de cada componente no interior do Corpo de Saúde. Aos médicos foram atribuídas patentes de tenente a oficial superior; aos farmacêuticos, de alferes a capitão, e aos enfermeiros, de soldado a 1º sargento.

Nas Forças Armadas, a farda tem a função de permitir uma percepção imediata da posição hierárquica de seu usuário. O controle dos oficiais e praças por intermédio dos uniformes permitiu uma forma de domínio do Estado conservador, que submeteu o cotidiano dos quartéis ao detalhamento dos procedimentos administrativos, possibilitando nessa regra ordenar a

ação dos homens, determinando condutas e hábitos que organizavam todo corpo social (Souza, 1999, p. 113).

O posto mais importante era o cirurgião-mor do Exército, que equivalia ao posto de coronel. Subordinado à Secretaria dos Negócios da Guerra, por intermédio do ajudante-general do Exército¹², sua função era ser o responsável pela disciplina do Corpo, pela direção e andamento do serviço da repartição militar de saúde. Sua residência deveria ser na Corte e sua substituição, em caso de falta ou impedimentos, ocorreria por escolha do Governo, cabendo-lhe ouvir o parecer do último cirurgião. Anualmente, no mês de março, deveria remeter ao ajudante-general um mapa estatístico do ano anterior, contendo informações sobre os hospitais e enfermarias militares, doenças mais freqüentes, enfermidades mais fatais e fatos particulares de interesse da ciência. Como responsável pela disciplina dos oficiais e subalternos do Corpo de Saúde, poderia prender seus subordinados por oito dias, em caso de transgressão disciplinar, no quartel ou hospital. Poderia, também, os repreender verbalmente ou licenciá-los por até quatro dias.

Seguindo a escala hierárquica militar em forma descendente, o cirurgião-mor de divisão equivalia ao posto de tenente-coronel. No Hospital da Guarnição da Corte, sua função correspondia ao serviço de 1º cirurgião e 1º médico; nas províncias de-

⁸ Regulamentado em 1849, pelo Decreto nº 601.

⁹ O Decreto nº 1.900 de 7 de março de 1857 (Mitchell, 1963, p. 164).

¹⁰ O capelão, os alunos pensionistas de medicina e farmácia, o cozinheiro e serventes tiveram suas atividades descritas, mas não foram incluídos como membros do Corpo.

¹¹ A regularização dos uniformes, votada pelo gabinete de 1843, permitiu o agrupamento dos diversos segmentos da corporação, alinhando-os, o que facilitou a circulação do poder.

¹² A criação da repartição do ajudante-general objetivou instituir no Exército um departamento que respondesse por sua organização, estando a salvo das disputas políticas. (Souza, 1999, p. 115).

sempenhava a função de delegado do cirurgião-mor do Exército e atuava como chefe de serviço de saúde nos corpos de Exército, de operações ou de observação. Cumpria os deveres prescritos pelos regulamentos, as ordens expedidas pelo cirurgião-mor do Exército e aquelas emanadas das autoridades administrativas. No caso dos hospitais e enfermarias militares, também cumpriam as ordens dos oficiais combatentes com posto de coronel.

Já os cirurgiões-mores de brigada, cujo posto equivalia ao de major, eram empregados neste hospital como 2º cirurgião e 2º médico, e os demais seriam distribuídos pelas províncias, onde necessário, podendo exercer as funções de delegado, se não houvesse cirurgião-mor de divisão. Os cirurgiões-mores de brigada também eram empregados como chefes do Serviço de Saúde nas operações e nas brigadas dos corpos de Exército.

No Hospital Militar da Guarnição da Corte, além do 1º e 2º médico, 1º e 2º cirurgião, havia também o 3º médico e 3º cirurgião retirados da classe de 1º e 2º cirurgiões do Corpo de Saúde, cuja patente equivalia ao posto de capitão e tenente. A proporção desses profissionais era estimada na base de dois médicos para cada 150 doentes de medicina e dois cirurgiões para cada 200 doentes de cirurgia.

A partir do decreto, os médicos e cirurgiões civis só poderiam continuar atuando se entrassem para o quadro do Corpo de Saúde do Exército, ocupando as vagas e os postos correspondentes. Dentro do nosocômio, o 1º médico e o 1º cirurgião dividiriam os doentes nas suas respec-

tivas áreas de atuação e verificariam as atividades dos seus subalternos, bem como a administração dos medicamentos e dietas, asseio das camas, limpeza e ventilação das enfermarias e em todas as partes do edifício que deveriam achar-se em constante estado de salubridade. O 1º médico era também o fiscal de todo o serviço médico, da farmácia e do depósito de medicamentos e o 1º cirurgião de todo o serviço de sua especialidade e da preparação dos curativos para todos os casos.

Os enfermeiros militares

Segundo decreto de 1857 e seu regulamento, os enfermeiros formavam uma companhia com quartel permanente na Corte, sob as ordens de um cirurgião reformado. Dela saíam para os hospitais e enfermarias militares os destacamentos necessários, mantendo-se sempre uma reserva no quartel, para fazer face a uma guerra imprevista e a possíveis substituições.

Antes de entrar nessa função, os militares deveriam receber treinamento. No entanto, havia uma dificuldade permanente em se admitir enfermeiros em condições de satisfazer as obrigações inerentes ao cargo, motivo de inúmeras reclamações dos diretores do Corpo de Saúde. Não obstante, na prática pouco foi feito para mudar a situação dos enfermeiros militares ou de paisanos contratados para atuar no Hospital Militar da Corte. Os praças da companhia de enfermeiros eram indivíduos de mau procedimento e com vícios¹³, o que fazia crer que eram imprudentemente destacados, até mesmo porque esta situação

¹³ Relatório de 28 de fevereiro de 1867 (Arquivo Histórico Nacional, IG6-9).

refletia o perfil dos soldados que eram recrutados pela força ou a laço (Carvalho, 1980, p. 149). Os paisanos que concorriam para o cargo, em sua maioria, eram de moral pervertida e de inteligência insuficiente para o desempenho do cargo. Este diretor do hospital, Coronel de artilharia Sebastião Francisco de Oliveira Chagas, chegou a afirmar que o mau enfermeiro profanava a ilustração médica, momentos depois da visita, por iniciar uma obra de destruição dos métodos prescritos pelo facultativo¹⁴.

Em 1868, o então diretor do Corpo de Saúde, Dr José Ribeiro de Souza Fontes, reconheceu em seu histórico da repartição de saúde que, embora o enfermeiro pudesse ser um auxiliar poderoso para o serviço médico militar e garantir tratamento ao soldado, não havia sido possível obter uma boa praça para a companhia de enfermeiros¹⁵.

A companhia era dividida hierarquicamente em: enfermeiro-mor, com a graduação de 2º sargento, enfermeiro, cabo de esquadra, ajudantes de enfermeiro, soldados.

Os enfermeiros e os ajudantes poderiam ter acesso à categoria e graduação correspondente, caso merecedores pelo zelo, atividade e caridade no desempenho de seus deveres.

A proposta para enfermeiro-mor e enfermeiros era realizada pelo cirurgião-mor do

Exército e aprovados pelo ajudante-general. O enfermeiro-mor ficava subordinado ao primeiro-médico do Hospital Militar da Corte e pelo oficial de saúde mais antigo nos demais hospitais e enfermarias militares.

Para ser enfermeiro-mor era necessário, além de saber ler e escrever, conhecer as quatro operações de aritmética, os detalhes do serviço de enfermeiro, a nomenclatura do material dos hospitais ambulantes e as manobras da caixa de ambulância¹⁶.

Para o controle disciplinar de oficiais e praças, as companhias deveriam ter um livro-mestre¹⁷ para registro dos assentamentos com as anotações de dados previstos nos corpos de Exército. Essas anotações acompanhavam a vida militar, teriam peso no momento da promoção e poderiam até atenuar ou agravar uma punição.

No tempo de paz, competia ao enfermeiro, além da aplicação dos medicamentos, a observação acurada dos doentes, devendo de tudo fazer ciente o médico de dia, se o caso exigisse atenção urgente; se não, a ocorrência seria relatada ao médico encarregado da enfermaria no dia seguinte.

Consequências da Guerra do Paraguai para o serviço de enfermagem

No início da Guerra do Paraguai, as primeiras organizações do Serviço de Saúde,

¹⁴ Relatório de 28 de fevereiro de 1867 (Arquivo Histórico Nacional, IG6-9)

¹⁵ Histórico do Corpo de Saúde de 1º de maio de 1869 (Arquivo Histórico Nacional, IG6-14).

¹⁶ O serviço médico em campanha era distribuído nos hospitais de sangue ou ambulâncias, aos hospitais sedentários e aos depósitos de convalescentes. As ambulâncias eram hospitais, de modo que pudessem acompanhar o Exército em todos os seus movimentos. O depósito de ambulância deveria ser colocado em um lugar mais próximo do campo de batalha e, se possível, protegido e provido de água. Tendo por sinal uma bandeira vermelha. Título V, capítulo XVIII da Ordem do dia nº 10, decreto nº 1.900, de 7 de março de 1857.

¹⁷ Para possibilitar maior controle no acesso dos oficiais ao quadro hierárquico, foi criado o livro-mestre que também cumpriu a estratégia do Estado conservador de ser um procedimento técnico-administrativo imprescindível aos países civilizados (Souza, 1999, p. 108).

na província de Mato Grosso, eram referentes às instalações que já existiam em funcionamento, como o Hospital Militar de Cuiabá e enfermarias instaladas em cidades e vilas¹⁸ e algumas enfermarias da armada. O Tenente-Coronel Cirurgião-mor de Divisão, Dr. José Antônio Murtinho, era responsável pela direção, inspeção e fiscalização do serviço militar de saúde da província de Mato Grosso e contava com a colaboração de oito oficiais médicos, auxiliados por um médico reformado e dois cirurgiões da armada.

Cada uma das duas colunas que foram organizadas contra a captura do navio *Marquês de Olinda*, contava com um Corpo de Saúde com 4 médicos e cirurgiões e 16 assistentes de hospital.

Mais tarde¹⁹, quando foi organizada uma coluna expedicionária para apoiar as tropas de Mato Grosso, que envolveram as províncias de Minas Gerais, São Paulo, Amazonas, Goiás, em um total de 2.071 homens, o Serviço de Saúde foi composto de 9 médicos e 28 enfermeiros (Sousa, 1971, p. 64).

No entanto, em relatório enviado²⁰, em 1867, ao Ministério da Guerra pelo diretor do hospital, Coronel de artilharia Sebastião Francisco de Oliveira Chagas²¹, o edifício continuava sendo considerado impróprio para o fim que se destinava. A

capacidade era de 250, podendo chegar a 300 leitos. Todavia, se houvesse necessidade de exceder esse número, não seria possível manter os preceitos higiênicos mínimos segundo os padrões da época. Por isto, o diretor sugeria a criação de um estabelecimento complementar ou o recurso de casas de saúde particulares que pudessem atender às eventualidades. Durante a guerra, o diretor do hospital, o Coronel Sebastião Francisco de Oliveira Chagas²², informava em seu relatório de março de 1867 as condições do serviço de enfermagem no respectivo hospital e a dificuldade da aquisição de enfermeiros que satisfizessem o cumprimento das responsabilidades inerentes a seus cargos. As praças pertencentes à Companhia de Enfermeiros faziam crer que deviam ter sido expulsos de seus quartéis e imprudentemente atirados na companhia para a composição de um serviço, cujos homens deveriam ser escolhidos, escrupulosamente, para a alta missão a que se destinavam²³.

As conseqüências, para o Hospital Militar, da participação do enfermeiro na guerra também foram comentadas pelo diretor do Corpo de Saúde, o já citado cirurgião-mor, Dr. José Ribeiro de Souza Fontes, em seu relatório entregue à Secretária de Negócios da Guerra, em maio de 1869²⁴. Ele observou, em seu relatório, que pou-

¹⁸ Poconé, Vila Maria, Cidade de Mato Grosso, Nioaque, Vila Miranda, Forte de Coimbra, Corumbá, Povoação de Albuquerque (Souza, 1972, p. 45).

¹⁹ Em 22 de janeiro de 1866.

²⁰ IG6-9 Série Guerra/Arquivo Nacional.

²¹ Nascido em 1814, natural do Rio Grande do Sul, assentou praça em 1831, foi matriculado na antiga Academia Militar da Corte. Militar da arma de artilharia, permaneceu como diretor do Hospital Militar da Guarnição da Corte de 1865 a 1874. (Fê de Ofício-Arquivo do Exército XXX/54/III)

²² Diretor do Hospital Militar da Guarnição da Corte de 1864 a 1870. (IG6-14)

²³ Arquivo Nacional. IG6-9 Série Guerra.

²⁴ Como Secretário dos Negócios da Guerra, na época, estava o Senador Manuel Vieira Tosta (Barão de Muritiba) (Paula, 1986, p. 491).

cos enfermeiros militares estavam na Guerra do Paraguai e outros haviam sido reformados. Evidenciava que, diante da dificuldade de compor a Companhia de Enfermeiros²⁵ e em consequência, eram contratados paisanos para o desempenho dessa atribuição. Este oficial médico reconhecia a importância da Companhia de Enfermeiros para garantir o tratamento do soldado ferido, seus serviços ainda mais importantes, em tempo de guerra, quando suas missões consistiam em saber manobrar e conhecer o material médico-cirúrgico das canastras e os meios e modos de transportar os feridos dos hospitais de sangue aos hospitais temporários. Ressalta o cirurgião-mor:

*O enfermeiro não tem nos estabelecimentos nosocômiais um papel tão secundário como geralmente se pensa, além do zelo, inteligência e caridade que o devem caracterizar no desempenho de seus deveres, ele deve possuir os conhecimentos necessários a sua profissão*²⁶.

Suas anotações corroboram o fato de que o enfermeiro militar necessitava de habilitações, tanto teóricas quanto práticas, para o desenvolvimento de sua função. E destacava que para a obtenção de maior número de enfermeiros, deveria haver o aumento das vantagens a eles oferecidas, como aumento de seus vencimentos e isenções mais vantajosas do que as que gozavam os soldados.

Frente a essas características da Companhia de Enfermeiros e das dificuldades em recrutar indivíduos capazes de cumprir suas funções e atribuições, compreende-se os inconvenientes de admitir novos praças ou

novos paisanos no Hospital Militar da Guarnição da Corte para substituir aqueles deslocados para o teatro de guerra. Colocava-se, assim, o problema de encontrar outro tipo de pessoal de enfermagem para preencher esta lacuna.

Capítulo III: Circunstâncias da incorporação das irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte

Neste capítulo, trataremos das características dessa irmandade e, em seguida, discutiremos as circunstâncias de natureza política, sociocultural e religiosa em que ocorreu a inserção das irmãs de caridade no hospital militar.

As alternativas para a substituição dos enfermeiros militares

São complexas as circunstâncias que levaram o Governo Imperial à escolha de religiosas francesas para assumir a direção do serviço de enfermagem no Hospital Militar, em contraposição ao que havia desde o início de sua criação, ou seja, uma enfermagem masculina, laica e remunerada.

O serviço de enfermagem foi iniciado no Hospital Militar como uma prática masculina, de certo modo semelhante àquelas desenvolvidas pelos jesuítas no Período Colonial, junto aos pobres e necessitados (Araújo, 1982, p. 31). Todavia, tanto os militares quanto os paisanos que exerciam as atribuições de enfermeiros neste hospital

²⁵ Preconizada no Artigo 164 do regulamento de 7 de março de 1857.

²⁶ Arquivo Nacional. IG6-14/Série Guerra.

não eram religiosos e realizavam estas atividades em troca de remuneração.

O enfermeiro militar ocupava uma posição de subalternidade, sendo sua graduação a de praças. No entanto, devido ao tipo de recrutamento dos soldados vigente, no século XIX, muitos não possuíam as qualificações necessárias para desempenhar as atividades inerentes ao cargo.

A dificuldade em admitir enfermeiros militares se tornou crítica, principalmente na época da Guerra do Paraguai, em decorrência da transferência dos poucos enfermeiros militares do Hospital da Guarnição da Corte para prestar serviço nos hospitais de sangue (Mitchell, 1963, p. 209).

A convocação geral para a Guerra do Paraguai mobilizou toda a nação. A mulher brasileira também participou desse movimento, e de várias maneiras, de acordo com sua condição social, reproduzindo o duplo padrão moral vigente na sociedade imperial, a madona e a prostituta, simbolizando o sagrado e o profano.

Como figuras singulares, mulheres do povo, tendo como exemplos heroínas brasileiras de outras épocas, tentaram se incorporar às fileiras das tropas, mas sem sucesso²⁷. De outro modo, vinda em um batalhão do Piauí, Jovita Alves Feitosa, de 18 anos, seguiu com o Batalhão de Voluntários, chegando a sargento. No entanto ao voltar, perdeu as divisas no Rio de Janeiro, segundo o seguinte despacho da Secretaria da Guerra:

“Não havendo disposição alguma nas leis e regulamentos militares que permita a

mulheres terem praça nos corpos do Exército, (...) mas sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos corpos em campanha os serviços compatíveis com a natureza de seu sexo, serviços cuja importância podem tornar a referida voluntária tão digna de consideração como de louvores, o tem sido pelo seu patriótico oferecimento”. (Costa, 1909; Ignez, 1949) in Fundação Carlos Chagas, 1979, p. 93 e 106-107).

Devido às interpretações, segundo as quais teria combatido para seguir o amante, rejeitada pela sociedade e pelo próprio pai, terminaria prostituindo-se e depois se suicidando.

Mas em muito maior número, mulheres pobres e escravas marchavam a pé, com seus filhos, atrás das tropas de expedicionários. Essas mulheres, como a preta Ana, mulher de soldado, cuidaram dos feridos durante toda a Campanha do Paraguai. Mas também havia aquelas que lutavam pela própria sobrevivência ou de sua cria (Taunay, 1959, p. 85 e 103).

No pólo oposto, aproximando-se do padrão da santidade, encontravam-se as mulheres religiosas, que prestavam assistência espiritual e material aos soldados nos hospitais de sangue, como aliás já haviam feito em outras guerras e em outros continentes.

Ao contrário, o estatuto da mulher branca e de família abastada que circunscrevia seu espaço à família (na condição de senhora, agregada ou criada) e cercea-

²⁷ Como Maria Amália do Rego Barreto, pernambucana de 18 anos, vinda da Cidade de Vitória para alistar-se no Batalhão dos Voluntários da Pátria, sendo, porém, dispensada pelo Governo de Recife, regressando para sua cidade natal. Também registra-se o caso de uma menina de 14 para 15 anos, da cidade de Bonito, que também quis alistar-se, mas igualmente foi obrigada a retroceder. (Sabino, 1996)

da pela autoridade do homem (pai, marido, parente, padrinho ou patrão) a quem deveria servir, impedia sua participação na vida pública, de modo geral, estando, portanto, fora de cogitação sua atuação como enfermeira (trabalho manual e impuro) e muito menos em uma guerra. Exceção a esta regra é a figura de Anna Nery, matrona honrada que, como enfermeira voluntária da Guerra do Paraguai, viria a se tornar o mito de origem da enfermagem brasileira (a exemplo do que ocorrera com Florence Nightingale, na época da Guerra da Criméia) e patrona da primeira escola aqui fundada, de acordo com o modelo anglo-americano.

No entanto, há circunstâncias explicativas para a notoriedade desta figura feminina, que contava com a aprovação dos homens de Estado, apesar da mentalidade reinante de que a mulher honrada era aquela que não causava impressão alguma, pois simplesmente sua figura não era vista (Algranti, 1993, p. 117).

Ao contrário, Anna Nery reunia atributos de condição social que não foram feridos por sua opção em se voluntariar para a guerra. Além de pertencer a uma família de militares, seus três filhos e seus dois irmãos haviam sido convocados. À época, ela já era viúva de reputação ilibada²⁸, estado que lhe conferia atributos de

castidade; além disso, seus 40 anos de idade correspondiam a qualidades de maturidade e discrição.

Como mulher culta, para os padrões vigentes, Anna Nery escreveu uma carta ao presidente da província da Bahia, na qual afastou todas as objeções que a sociedade patriarcal poderia lhe fazer, ou seja: apresentou-se com notável modéstia, reconhecendo seu papel secundário na sociedade; apresentou como motivo seu desejo de mãe de compartilhar o destino dos filhos, declarou seus extremados sentimentos patrióticos; e voluntariou-se como enfermeira, isto é, um serviço compatível com a natureza de seu sexo²⁹.

Sua iniciativa, em tais circunstâncias, consistiria em um apelo eloquente ao recrutamento de efetivos para a guerra, o qual enfrentava enormes dificuldades. Ademais, sua partida foi cercada de garantias, como a companhia e proteção de seu irmão, o Tenente-Coronel Joaquim Maurício Teixeira, e sua integração ao serviço das irmãs de caridade nos hospitais de sangue. E, também, durante a campanha fixou residência particular; ora em Corrientes, ora em Assunção, ficando, portanto, ao abrigo de várias inconveniências (Sabino, 1996, p. 163-169). Em suma, a essência do papel por ela desempenhado na guerra se traduz nos cognomes por ela recebidos,

²⁸ Com a mesma característica, a vida da mulher viúva deveria ter a vigilância das casadas, dar exemplos de virtude a uma e outra, ser aplicada nas orações, zelosa por sua boa reputação, amiga dos retiros e inimiga dos divertimentos mundanos (Cardoso, 1996, p. 48).

²⁹ Em seu retrato a óleo de autoria do pintor Vitor Meirelles (professor titular da cátedra de pintura histórica da Academia Imperial de Belas Artes), mandado pintar pelas damas baianas, ela aparece com a coroa de louros que lhe foi ofertada, bem como a condecoração que lhe foi outorgada pelo imperador. Com o término da guerra em 1870, Anna Nery retornou à Bahia, voltando a uma vida de reclusão, dedicada a seus afazeres domésticos e à criação das órfãs de guerra que trouxera consigo. Em virtude da transferência de seu filho, Capitão do Exército, Pedro Antônio Neri, Anna Nery mudou-se para o Rio de Janeiro, onde viveu até os 65 anos de idade. Faleceu em 1880, quando recebeu homenagens das autoridades civis e militares, bem como do próprio povo (Cardoso, 1996, p. 68).

ou seja, a de “mãe dos brasileiros” e de “irmã de caridade leiga”³⁰.

Mas, apesar destas considerações apresentadas, poderíamos ainda questionar por que a mulher brasileira, diante do exemplo de Anna Nery na Guerra do Paraguai, não poderia atuar no Hospital Militar da Guarnição da Corte em substituição aos enfermeiros militares?

O fato é que, por um lado, as mulheres pobres certamente careciam da instrução reclamada, tanto pelo diretor do Corpo de Saúde quanto pelo diretor do próprio hospital; muitas delas careciam também de atributos morais como a castidade e a temperança.

O casamento era incentivado pela Coroa, mas tinha seu valor e significação majorados moral e socialmente, tanto para as elites quanto para os grupos pobres e humildes. Tanto o estado de religião quanto o estado de matrimônio eram compreendidos como elementos de preservação da honra e afastavam o estigma de solteirona ou os riscos da desonra feminina³¹.

O concubinato com negras ou índias era uma prática comum desde o passado colonial. Essas mulheres eram consideradas desqualificadas e sem honra, qualquer homem branco poderia com elas se relacionar, sem levar em conta as normas de conduta social. Acreditava-se até que os homens não estariam pecando ao terem relações sexuais com elas.

Mesmo os representantes da Igreja eram condescendentes com essas faltas que pos-

sibilitavam a manutenção do duplo padrão moral da sociedade, separando a mulher branca e honrada de todas as que não usufruísem de uma proteção masculina, independente de raça ou condição legal, quer fossem prostitutas ou não (Algranti, 1993, p. 122-123).

Não obstante, tais vantagens poderiam ser aparentes, como registrava o conde de Suzannet, em 1845:

As mulheres brasileiras gozam de menos privilégios do que as do Oriente. Relegadas, na maioria das vezes, ao convívio das escravas, elas levam uma vida inteiramente material. Casam-se cedo e logo se deformam pelos primeiros partos, perdendo, assim, os poucos atrativos que podem ter tido. Os maridos apressam-se em substituí-las por escravas negras ou mulatas. O casamento é apenas um jogo de interesses (In: Leite, 1984, p. 43).

Por outro lado, às mulheres educadas não lhes seria permitido exercer uma profissão e muito menos em um hospital-caserna, em um período em que o trabalho, de modo geral, era considerado atributo de escravos. Ainda mais, o serviço de enfermagem, considerado indigno e sujo, só poderia enaltecer as mães heroínas, como Anna Nery, ou as religiosas, que a ele se dedicavam como prova de humildade e pela salvação de suas próprias almas, bem como a dos enfermos sob seus cuidados.

Uma outra alternativa seria a adoção do modelo profissional de enfermagem,

³⁰ No século XIX, a mulher brasileira cumpriu uma categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. O amor maternal foi enfatizado e como mãe devotada e cumpridora de seus deveres, sob sua responsabilidade, coube o êxito e sucesso de seu cônjuge e filhos. No entanto, os papéis ocupados pela mulher na vida cotidiana eram ainda restritos ao espaço doméstico (Costa, 1983, p. 73).

³¹ As famílias, na colônia, enclausuravam suas mulheres solteiras e casadas como punição por atos impudicos, ou pela simples ameaça.

elaborado por Florence Nightingale e por ela demonstrado na Guerra da Criméia (1854-1856) e institucionalizado na Escola de Enfermagem do Hospital St. Thomas, criada em 1860³². A enfermagem moderna, a exemplo do que já ocorrera nos Estados Unidos da América, surgiu na esteira da Guerra Civil (1861-1865) que motivou a criação, em ritmo acelerado, de escolas profissionais de enfermeiras, algumas delas com a assessoria de discípulas da própria Florence Nightingale.

Nos EUA, como em décadas antes na Inglaterra, a enfermagem emergiu para atender a demandas sociais decorrentes da industrialização. As mulheres filantropas que haviam trabalhado como enfermeiras voluntárias na Guerra de Secessão compreenderam que teriam de treinar boas mulheres para essa atividade. Inicialmente, o trabalho em enfermagem deixou de oferecer possibilidades de emprego apenas a mulheres de baixo status social, inclusive negras e imigrantes, para servir de ocupação para mulheres brancas e honradas, ainda que pobres, de meia-idade, solteironas ou viúvas (Sauthier e Barreira, 1999, p. 28-29).

No entanto, as diferenças de regime político, da posição quanto à escravidão, de religião e, até mesmo, do estatuto da mulher, além das dificuldades da comunicação que retardavam a difusão das idéias do hemisfério sul, não propiciavam a importação do modelo da enfermagem moderna para o Brasil. Mas também vale lembrar que céle-

bres atritos entre esta reformadora e as autoridades militares de seu país podem não haver impressionado favoravelmente o genro do Imperador do Brasil, que combatera pela França na Guerra da Criméia, nem as autoridades militares brasileiras.

Por fim, a oposição sistemática dos governantes portugueses ao estabelecimento de conventos no Brasil (Algranti, 1993, p. 75) impediu a construção de uma longa tradição de serviço hospitalar realizado por religiosas brasileiras. Mesmo quando criados, os conventos brasileiros serviram muitas vezes para reforçar a autoridade de pais e maridos, que na colônia como no Império puderam internar suas filhas ou esposas em conventos, para impedir casamentos que não fossem de seu agrado ou por terem elas lido algum motivo de desgosto, isto com a conivência e até mesmo com apoio da Justiça (Coutinho, 1984, p. 73). Enquanto os filhos rebeldes eram mandados como castigo assentar praça nas capitânicas do Sul, esposas e filhas eram punidas mediante seu internamento em conventos e recolhimentos (Algranti, 1993, p. 156).

Essa mesma escassez de mulheres brancas³³ foi utilizada pela Coroa como argumento contra a fundação de conventos. Na verdade, a criação de conventos seria contrária aos interesses da Coroa, por restringir ainda mais as taxas de natalidade da população branca. Essas restrições foram em parte contornadas pelos recolhimentos, que eram casas de reclusão feminina com fins

³² Florence Nightingale, por possuir condições sociais de classe abastada e, principalmente, por não ter escolhido o matrimônio, estado que limitava a mulher aos trabalhos domésticos e ao serviço de marido e filhos, pôde atuar na Guerra da Criméia, interessando-se por política, pelas pessoas e, principalmente, por instituições de caridade (Molina, 1973, p. 58).

³³ Destarte, suas famílias começam a se fixar na terra a partir de concessões de sesmarias e capitânicas hereditárias, e a Coroa passou a incentivar o casamento através de cartas e alvarás que concediam benefícios e facilidades aos homens

caritativos, devocionais ou educacionais, erguidas sem o apoio do papa (Nunes, 1997, p. 483-485).

Degredavam-se, para fora da província, os soldados desertores, mulheres adúlteras, prostitutas e homens de conduta duvidosa.

Em resumo, impunha-se a necessidade de compor a enfermagem no Hospital Militar da Guarnição da Corte com pessoas idôneas, altruístas e caridosas, e a presença delas teria de estar respaldada em um interdito sexual. No entanto, diante do exposto, não haveria à época nem homens e nem mulheres habilitados e disponíveis para exercer essas funções.

A opção pelas irmãs de caridade

De uma perspectiva externa, a vinda das irmãs de caridade para o Brasil, na década de 1840, relacionou-se com a drástica redução do poder de influência da Igreja Católica Romana nas sociedades européias, decorrentes das transformações político-sociais determinadas pela Revolução Francesa. Deste modo, a Congregação de São Vicente de Paulo, guiada pela idéia de missão em terra estrangeira e legitimando oportuna e religiosamente o êxodo da Europa, encontrou no Brasil uma possibilidade das irmãs de caridade, além de continuarem a exercer as atividades para as quais foram ordenadas, ou seja, "a vida ativa", mediante a assistência aos pobres, expandir sua área de atuação (Nunes, 1997, p. 492 e 494).

No entanto, de um ponto de vista interno, a opção pelas irmãs de caridade foi

tomada com base em um conjunto de outras circunstâncias. Desde logo, os bons serviços prestados pelas irmãs de caridade nos hospitais de várias partes do mundo já eram conhecidos de longa data.

A Companhia das Irmãs de Caridade fora fundada na França, em 1633, pelo Padre Vicente de Paulo e uma dama de sociedade, Luisa de Marillac, cujo estatuto de viúva lhe permitiu dedicar o resto da vida a esta obra. A companhia foi criada para contornar os problemas existentes desde 1617 na Confraria da Caridade, composta por damas da sociedade que ofereciam seu tempo e dinheiro com atos de caridade, de modo a garantir a salvação de suas almas na vida eterna. Seu propósito era o de:

Assistir aos doentes pobres espiritualmente para morrerem em estado de graça, ou, recuperando a saúde, para viverem sem ofender a Deus, e corporalmente, proporcionando-lhes remédios e alimentos (Castro, 1936, p. 62).

Após 16 anos da fundação da Confraria, foi criada a Companhia das Irmãs de Caridade que, no começo, tinha como função principal executar as tarefas da Confraria da Caridade, provendo a falta dessas senhoras no auxílio aos pobres e necessitados, nas paróquias e nas residências, ou na realização de atividades rejeitadas por essas, dentre estas estavam os trabalhos nos hospitais.

O problema de que, como explicou Vicente de Paulo:

(...) as senhoras que a compõem (a Confraria) são, na maioria, de alta condição, o

casados. Como desbravador das terras longínquas, as mulheres dos colonizadores do Brasil permaneciam em Portugal, enquanto seus maridos tentavam fazer fortuna para então retornar à pátria. Dessa prática, decorreu a falta de moças brancas para casar com os portugueses e povoar a colônia (Algranti, 1993, p. 63-68).

que não lhes permite exercer as funções baixas do serviço dos pobres, por exemplo, carregar comida pelas ruas, curar as chagas, fazer as sangrias, arranjar as camas e velar os moribundos (...) (Padilha, 1997, p. 69).

Luisa de Marillac, então, passou a realizar ensinamentos da caridade e cuidados com o corpo, aconselhada pelo Padre Vicente de Paulo. As camponesas eram alojadas na casa de Luisa de Marillac, para que pudessem ser avaliadas.

Padilha ressalta que:

(...) o treinamento deveria ser de poucas palavras, nenhuma explicação e o máximo de silêncio, interrompido por exercícios de catequese, cuidados domésticos e caridade (p. 57).

Para a pretendente tornar-se irmã de caridade eram-lhe exigidas qualidades como o espírito de doação, a abnegação e a castidade.

O serviço espiritual era a causa principal do plano de conduta das irmãs de caridade, que, através do exercício da caridade e dos cuidados corporais, chegavam ao espírito do homem, a fim de catequizá-lo. No entanto, somente em 1668, a Companhia das Irmãs de Caridade foi desmembrada da Confraria da Caridade. Nos séculos seguintes, esta organização construiu uma sólida reputação de santidade e competência e depois passou a atuar inclusive no interior dos hospitais.

Mesmo a fundadora da enfermagem moderna reconhecia-lhes seus méritos. Em sua estada com as irmãs de caridade para um estágio na França, Florence Nightingale, tendo ficado doente durante o período, elogiou os cuidados que lhe foram dispensados pelas irmãs. E, durante a Guerra da Criméia, era brutal a diferença entre os cui-

dados prestados aos soldados russos e franceses, assistidos pelas irmãs de caridade, e os recebidos inicialmente pelos soldados ingleses. O resultado era que, dentre estes, 40% dos feridos morriam em decorrência do abandono, pois não havia qualquer organização no serviço de enfermagem. Além disso, quando Florence recrutou voluntárias, religiosas e leigas, para guerra, algumas destas foram dispensadas por indisciplina, entretanto, as religiosas católicas foram por ela elogiadas:

São as mais verdadeiras cristãs que jamais vi; de grande valor em seu trabalho, dedicadas de toda sua inteligência e de todo seu coração ao serviço de Deus e da humanidade (Paixão, 1969, p. 62 e 64).

Mesmo após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, a Igreja Católica manteve-se, pelo padroado, articulada ao Estado. No século XIX, diante das idéias do cientificismo e do liberalismo, a Igreja atribuiu às mulheres religiosas a tentativa de reconquistar os espíritos dos homens, que se vinham afastando do catolicismo. Em toda a Europa, e especialmente na França, este período em que houve o retorno do esforço missionário, que havia sido presente na época da colonização, foi considerado a idade de ouro das congregações (Perrot, 1997, p. 110).

A Irmandade de São Vicente de Paulo enviou para o Brasil as primeiras irmãs de caridade, em março de 1849, a pedido do bispo de Mariana³⁴, para auxiliar na catequese, na educação das moças e no trabalho do hospital da Santa Casa de Misericórdia (Padilha, 1997, p. 134; Barbosa, 1989, p. 14). Inclusive, à época, o Imperador D. Pedro II

³⁴ Antônio Ferreira Viçoso (Padilha, 1997, p. 136).

concedera às irmãs de caridade, recém-chegadas da França, permissão para visitar o Hospital Militar da Guarnição da Corte³⁵. Apesar dos meios de comunicação rudimentares existentes na época, as atividades desenvolvidas pelas irmãs em Mariana foram difundidas de forma favorável³⁶, e assim outras províncias se mobilizaram, também, para trazê-las (Padilha, 1997, p. 136). Assim, diante das dificuldades para contratar enfermeiros que atendessem às necessidades assistenciais do hospital, o provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira³⁷ propôs a vinda de irmãs de caridade para o serviço de enfermagem (Padilha, 1997, p. 144). As irmãs de caridade começaram em 1852 a atuar na Santa Casa e, no ano seguinte, no hospício D. Pedro II.

Embora as irmãs de caridade há anos atuassem em escolas e hospitais sediados na Corte e em diversas provinciais do Império, somente em 1860 fora criado um noviciado na Cidade do Rio de Janeiro³⁸, o primeiro da América do Sul³⁹.

Vale ainda lembrar que sua atuação seria também certamente bem conhecida pelo Conde d'Eu⁴⁰, que deve ter testemunhado a competente assistência por elas prestada às

tropas francesas, na Guerra da Criméia (Izecksonh, 1996, p. 40).

Enfim, a sugestão apresentada pelo diretor do Hospital Militar da Guarnição da Corte, Coronel Sebastião Francisco de Oliveira Chagas⁴¹, para a substituição dos enfermeiros pelas irmãs de caridade, baseava-se, também, na consideração de que elas dispensariam incessantemente cuidados maternos, impondo aos mais desregrados respeito e honestidade. Ainda com a vantagem de se obter para os médicos os melhores coadjuvantes, sejam na exata observância do receituário, bem como da fidelidade das informações a respeito das alterações dos pacientes durante o intervalo de uma visita médica, fazendo economia no pagamento de cada uma das irmãs de caridade e a possibilidade de admitir irmãs em número inferior ao dos enfermeiros que atuavam no hospital militar⁴².

O novo modo de inserção das irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte

A chegada das irmãs de caridade no Hospital Militar foi estabelecida por con-

³⁵ Hospital Militar. Arquivo Histórico do Exército. 1844-1860, livro 604 nº 1.

³⁶ No entanto, a companhia já desfrutava de boa fama no Brasil desde o século XVIII através do recolhimento da Santa Casa de Misericórdia, sediada na Corte. Este estabelecimento tinha por finalidade abrigar órfãs, providenciando sua educação e preservando a honra feminina até o momento do casamento (Algranti, 1993, p.103; Padilha, 1997, p. 137).

³⁷ Era advogado, português, vindo para o Brasil em 1815, sendo eleito Provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1838. Foi eleito deputado e presidente do Tribunal do Comércio (Padilha, 1997, p. 115 e 116).

³⁸ O noviciado da Argentina seria criado em 1862 (Bezerra, 2000, p. 20).

³⁹ Diante do fato da existência de um seminário de irmãs de caridade no Rio de Janeiro, supõe-se que as irmãs de caridade brasileiras possam ter atuado sob a direção das irmãs francesas, tanto no Hospital Militar quanto nos hospitais de sangue da guerra do Paraguai.

⁴⁰ Vale lembrar que o Conde d'Eu, genro do Imperador, havia combatido pela França na Guerra da Criméia, certamente tomara conhecimento da espetacular atuação de Florence Nightingale nos hospitais ingleses e de sua heroificação.

⁴¹ Relatório de 28 de fevereiro de 1867. IG6-9 Série Guerra.

⁴² Além disso, as irmãs de caridade, naquele momento, atuavam na Campanha do Paraguai, nos mesmos hospitais de sangue em que atuava Anna Nery, que havia partido no início da guerra, em 1865.

formidade de um contrato⁴³ celebrado na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e a Irmandade de São Vicente de Paulo. Na ocasião, o contrato foi firmado pelo superior geral da congregação da missão, Padre João Batista Etienne, com a superiora geral, a Irmã Laquette. Foram distribuídas 26 irmãs de caridade por três hospitais militares⁴⁴ sediados no Império. Destas, dez⁴⁵ irmãs foram para o Hospital Militar da Guarnição da Corte, e a primeira irmã superiora foi a Irmã Massard (Phaelante, 1936, p. 145).

As irmãs de caridade tiveram como instrumento regulador de seus serviços no hospital e enfermarias militares as instruções⁴⁶ que registravam as atividades a serem por elas desenvolvidas e permitiram que a construção de um novo organograma, já modificado em virtude de sua inserção no cenário hospitalar.

A compreensão do modo de inserção das irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte se alicerçou na análise de três documentos básicos, quais sejam:

- O regimento provisório do novo hospital da Santa Casa de Misericórdia, de 1852,
- O regulamento do Corpo de Saúde do Exército, de 1857, e

- As instruções do serviço das irmãs de caridade nos hospitais militares de 1868.

As análises comparativas desses documentos revelaram as seguintes semelhanças entre o novo hospital da Santa Casa de

Misericórdia e o Hospital Militar da Guarnição da Corte:

- Ambos iniciaram desde os tempos coloniais a assistência hospitalar aos soldados enfermos;

- Ambos instituíram o ensino médico em suas enfermarias, nos moldes do que já se fazia na Europa⁴⁷;

- Ambos optaram pela admissão das irmãs de caridade como forma de reorganizar e estruturar o espaço do hospital.

O segundo regimento, já comentado no capítulo II, foi o regulamento do Corpo de Saúde do Exército, de 1857, que conferiu atribuições e funções aos militares pertencentes a este grupamento, e em destaque para o nosso estudo, a Companhia de Enfermeiros, por definir a relação da enfermagem com os elementos do Corpo de Saúde e quais eram os seus limites no espaço interno do hospital.

No Hospital Militar havia uma preocupação com os aspectos científicos da medicina, evidenciada no acompanhamento das doenças e seus sintomas, nas anamneses e nos diagnósticos, bem como por sua eficiência, pela inserção do médico na vida da caserna e pelas responsabilidades das juntas médicas para inspeção e avaliação de higiene e saúde dos quartéis, oficiais e praças. Como aponta Foucault, desde o século XVIII:

(..) A constituição de quadros foi um dos grandes problemas da tecnologia cien-

⁴³ Contrato de 5 de setembro de 1867, AHN, IG6-9.

⁴⁴ Hospital Militar da Bahia (1730), Hospital Militar da Ilha do Desterro (Florianópolis-1769) e o Hospital Militar da Guarnição da Corte, no Rio de Janeiro (a ação construtora da comunidade de São Vicente de Paulo nos Hospitais do Exército Nacional-20 de junho de 1936).

⁴⁵ Relatório do Hospital Militar de 27 de fevereiro de 1869.

⁴⁶ Publicados na Ordem do Dia nº 7, de 28 de dezembro de 1868 (Arquivo Histórico do Exército - Ordens do Dia de 1868).

⁴⁷ Pela necessidade de assemelhamento destes nosocômios aos dos países civilizados, por analogia ao Hôtel-Dieu, em Paris, que mantinha as irmãs de caridade da Irmandade de São Vicente de Paulo exercendo o trabalho assistencial em suas enfermarias (Padilha, 1997, p. 131).

tífica, política e econômica (...); inspecionar os homens, constatar sua presença e sua ausência e constituir um registro geral e permanente das Forças Armadas; repartir os doentes, dividir com cuidado o espaço hospitalar e fazer uma classificação sistemática das doenças: outras tantas operações conjuntas em que dois constituintes – distribuição/análise e controle/inteligibilidade – são solidários (Foucault, 199, p. 135).

O profissional médico, ao trabalhar no Hospital Militar, assegurava dois segmentos da disciplina: o processo de saber, ao dispor do hospital como local de ensino, e a técnica do poder, ao estabelecer o controle, a chefia e o comando do Serviço de Saúde do Exército.

O Hospital Militar – como elemento híbrido: hospital e quartel – perpetua o esquadrinhamento do soldado enfermo, mantendo sob o seu controle o paciente e o militar. A razão de ser do hospital, na condição de prestador da assistência, não exclui o seu papel de quartel, na condição de disciplinador da tropa. Sua organização funcional, paralela ao grau hierárquico, oferece a visão da cadeia de comando e preserva a disciplina, de acordo com o parâmetro regulamentar do hospital e do Exército, entre seus atores sociais.

O poder disciplinar, como padrão de comportamento do Exército, possibilitou o ajuste de enfermeiros militares e irmãs de caridade no Hospital Militar. Foucault apresenta a disciplina como uma técnica de poder, que analisa o espaço, individualiza e insere o corpo nesse espaço. A disciplina esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos do corpo empregando

(...) técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que tem sua impor-

tância porque define um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, “uma nova microfísica do poder”, e porque não cessaram desde o século XVII de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir todo o corpo social inteiro (Foucault, 1993, p. 128).

Nessa disposição, todos são vigiados, porque cada grau hierárquico possui uma competência técnica e militar distinta, cuja característica cabe ao jogo de olhares, à medida que são observados por seus companheiros, possibilitando imputar sanção disciplinar pelo não cumprimento desses regulamentos.

(...) a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima, lateralmente. Essa rede sustenta o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apóia uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (Foucault, 1994, p. 158)

Neste contexto, a disciplina médica não esbarrou no disciplinamento da Irmandade da Misericórdia, como na Santa Casa da Misericórdia, o que conferiu às irmãs de caridade deste serviço um maior poder e controle nas relações desenvolvidas no interior do hospital (Padilha, 1997, p. 163).

O que importa é saber onde encontrar os indivíduos e vigiá-los a cada instante, procedimento que visa conhecer, dominar e utilizar. O detalhe, as minúcias passam a ter uma grande relevância, pois permitem a localização imediata. As transformações do corpo, sob a forma dócil, deflagram os papéis que instituições como o quartel, a Igreja e o colégio desempenham no exercício do poder, influenciando diretamente a ação de seus membros no cotidiano.

Para conseguir atingir tais fins, eram utilizados como exercício da disciplina a vigilância constante e onisciente, um jogo de olhares, onde cada olhar vigia e controla ininterruptamente, em toda parte. A manutenção dessa tática é implementada através dos sistemas disciplinares.

A utilização da disciplina como instrumento de vigilância permanente do desempenho dos enfermeiros militares, bem como o esquadrinhamento do espaço por eles ocupado dentro do hospital, contribuiu para o processo de individualização desses atores sociais.

Ao médico coube o comando e a chefia, revelando sua supremacia ante os demais profissionais, sendo, então, o principal elemento disciplinador do Hospital Militar. A cadeia hierárquica possibilitava a fiscalização do Corpo de Saúde por todos os seus membros: superiores e subordinados.

A análise das instruções do serviço, referentes às irmãs de caridade nos hospitais e enfermarias militares⁴⁸ e dos relatórios do Hospital Militar enviados para a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra nos anos de 1867 a 1869, revela como se deu a inserção das irmãs no Hospital Militar da Guarnição da Corte.

As atribuições confiadas às irmãs, como a cozinha, a lavanderia e as enfermarias, atendiam a necessidade de disciplinar um campo limitado do funcionamento interno do Hospital Militar. O laboratório e a farmácia, que na Santa Casa ficaram sob a responsabilidade das irmãs, no Hospital Militar ficaram sob a responsabilidade do oficial farmacêutico.

*(...) É como enfermeiras, como encarregadas das rouparias, dispensas, cozinhas, lavanderias que acredito aproveitáveis seus serviços. Nunca, porém, encarregando-se da Botica, nem de outros misteres que só devem pertencer aos profissionais, e em qualquer posição que se achem sempre subordinadas à diretoria e aos médicos*⁴⁹.

A irmã superiora assumiu o comando do serviço de enfermagem, que antes cabia ao enfermeiro-mor e poderia obrigar seus subordinados a executar fielmente seus deveres, não só quanto ao tratamento dos doentes, aplicações de remédios, distribuições das dietas, como também à polícia e limpeza das enfermarias, sendo responsabilizada por qualquer falta nestes serviços perante os seus chefes, do serviço médico ou cirúrgico, e o diretor do hospital.

Cabe ressaltar que os enfermeiros, com a graduação de cabos de esquadra, foram substituídos pelas irmãs enfermeiras, e assim foi eliminado um elo da cadeia hierárquica, entre o soldado e o sargento, o que dificultou a ascensão funcional de soldado para cabo na Companhia de Enfermeiros. Da Companhia de Enfermeiros permaneceu o seu comandante, cirurgião reformado; o enfermeiro-mor e os ajudantes de enfermeiro. Hierarquicamente, a Companhia de Enfermeiros ficou restrita aos soldados, que eram os ajudantes de enfermeiro; e como as irmãs assistiam diretamente aos enfermos e feridos, a função do enfermeiro-mor ficou limitada ao controle e à fiscalização dos praças, nas ações inerentes à conduta militar.

O enfermeiro-mor era o encarregado de lançar os nomes de seus subordinados, as

⁴⁸ de 12 de dezembro de 1868.

⁴⁹ IG6-14 - Série Guerra. Histórico da Secretária do Corpo de Saúde do Exército na Corte, 1º de maio de 1869.

faltas, multas, suspensões, enviando, no final de cada mês, essas alterações ao comandante da Companhia de Enfermeiros. Como instrumento disciplinar, a irmã superiora tinha um livro a seu cargo, onde eram lançados todos os objetos que fornecesse às irmãs enfermeiras, as quais deveriam passar recibo. Ainda nomeava em escala por turnos as irmãs, os ajudantes de enfermeiro e os serventes, a fim de velarem os doentes nas enfermarias.

Com a vinda das irmãs, o enfermeiro-mor, que atuava como responsável pelos enfermeiros, passou a se subordinar à irmã superiora e dividiu com as irmãs enfermeiras o controle dos ajudantes de enfermeiros. O enfermeiro-mor permaneceu com o controle hierárquico de todos os ajudantes de enfermeiro, principalmente por ser de graduação superior.

Não encontramos registro de sanção disciplinar dirigida à irmã superiora ou às demais irmãs, caso houvesse alguma infração, o que demonstra uma hierarquia interna à Irmandade na qual a militar não teria ingerência. Como os enfermeiros foram mantidos em sua situação de praças, seus direitos, deveres e punições eram regidos pelas normas militares.

Outra característica que diferencia a atuação das irmãs de caridade no Hospital da Santa Casa e no Hospital Militar se refere à sua subordinação. Enquanto que na Santa Casa as irmãs além de não ficarem subordinadas aos médicos, à irmã superiora cabia o trabalho de fiscalização e controle do trabalho de todos, inclusive destes. Ao contrário, no Hospital Militar, todas as irmãs de caridade e os enfermeiros

ficavam subordinados ao oficial médico, nos assuntos referentes ao serviço de saúde, e ao diretor, oficial combatente, na parte administrativa (regulamento de 1868).

Nesta análise fica clara a função característica das irmãs como enfermeiras, isto é, irmã-enfermeira era aquela que cumpria os receituários dos médicos, observava a evolução dos doentes para poder informar ao clínico, tinha a guarda e responsabilidade pelo asseio dos objetos pertencentes às enfermarias e na organização diária do mapa das dietas.⁵⁰

Sua atuação permaneceu dentro dos limites estabelecidos tanto pelo militar como pelo médico. Portanto, as irmãs de caridade no Hospital Militar tinham um poder mais restrito do que na Santa Casa da Misericórdia, onde elas controlavam, inclusive, os atos médicos no interior do hospital (Padilha, 1997, p. 163).

As irmãs de caridade, por seu zelo e interesse, conduziram o serviço de enfermagem do Hospital Militar da Corte a uma nova fase com benefícios para o projeto médico, ao conduzir fielmente seus preceitos e para o projeto militar, ao moralizar o ambiente hospitalar, cumprindo seus encargos, com eficiência e economia.

Assim, com as irmãs de caridade, o cuidado e a disciplina criaram laços permanentes, completando, com o Exército e a medicina, uma forma gradual de evolução para o progresso, nos moldes do conceito de civilização, no interior do Hospital Militar da Guarnição da Corte.

Considerações finais

Elaborar um trabalho sobre a história da enfermagem militar no Brasil do século

⁵⁰ Relatório de 27 de fevereiro de 1869.

XIX possibilitou-me estudar a enfermagem pré-profissional no Hospital Militar da Guarnição da Corte. A considerar os 230 anos de existência do Hospital Militar no Rio de Janeiro, a presença da enfermagem no quadro de oficiais de carreira, nos dias atuais, suscitou a curiosidade de querer conhecer os caminhos percorridos pela profissão neste nosocômio. Isto de certo modo foi favorecido pelo meu envolvimento com o Exército, o que me trouxe certas vantagens no acesso às fontes documentais.

Os enfermeiros militares, na qualidade de praças, ocupavam um espaço definido por um escalão superior, os oficiais médicos, que limitavam o poder de todos os elementos do Corpo de Saúde a eles subordinados através das normas e regulamentos. Mesmo os enfermeiros paisanos que foram contratados também tiveram que se ajustar aos regulamentos, embora de modo menos rígido.

A difusão do processo civilizador, de origem francesa, passou a se fazer sentir no Brasil com maior intensidade no século XIX, o que determinou uma aceleração do ritmo de mudanças no Estado imperial que suscitaram novas articulações na sociedade, que abalaram os pontos de sustentação da monarquia, como a legitimidade da união Igreja-Estado, da manutenção do próprio trabalho escravo no regime monárquico, que as gerações anteriores consideravam como naturais e certas. Para o Exército e a medicina, esse momento de incertezas propiciou a configuração de um novo padrão de comportamento e de aspirações.

A quebra do monopólio militar da força física e a descentralização do comando das forças paramilitares (Guarda Nacional) haviam reduzido o poder do Exército

para uma atuação restrita à defesa e à segurança das fronteiras. Esta política, promovida pelo partido liberal (luzias), afrouxou o controle do Governo Imperial nas províncias, colocando em evidência os riscos de fragmentação territorial. O partido conservador (saquaremas), assumindo posição favorável à manutenção do monopólio das oportunidades hereditárias, em favor da boa sociedade rural e escravista, alegando a necessidade de apaziguar as crises provinciais e manter a ordem, consolidou a centralização do poder, para o que se fez necessária a organização da força física. As alterações no Exército se deram principalmente pela reformulação do ensino militar, que ensejou o ingresso de oficiais provenientes de classe social mais simples, o que fomentou as discussões sobre a superioridade do sistema meritocrático para a ascensão na carreira militar, em detrimento do sistema aristocrático, em vigência.

A Guerra do Paraguai impulsionou o desenvolvimento da enfermagem pré-profissional, passando de uma enfermagem militar realizada por homens leigos a uma enfermagem religiosa, realizada por irmãs de caridade.

Por sua vez, o projeto médico de ascensão entrelaçou objetivos comuns à política dos meios econômicos e da ordem social e assimilou padrões preferencialmente ligados à cultura e à ciência francesas. A adoção de uma conduta civilizada dentro dos hospitais, que se tornavam campo de ensino, fez com que professores e alunos absorvessem o autocontrole necessário ao trabalho profissional.

As normas e regulamentos dos hospitais militares definiam a função e as atribuições dos elementos do Corpo de Saú-

de do Exército, como necessidade de organizar a conduta hierárquica e disciplinar, a ser seguida de forma mais estável, favorecendo a continuidade da intervenção médica no paciente. Na medida em que as ações do médico na assistência do hospital se tornavam complexas, sua dependência crescente das ações mais simples tendia a nivelar o comportamento de todos os agentes envolvidos, de modo a assegurar uma mudança civilizadora no interior do hospital.

Tal regulamentação foi de vital importância para as modificações no serviço de enfermagem, porque pressionaram na direção específica de uma reforma do serviço de enfermagem hospitalar, até então feita por homens leigos e assalariados.

Sendo o Hospital Militar uma instituição total, a mobilidade social do Corpo de Saúde do Exército era extremamente restrita, mediante a descrição detalhada das atribuições, de cada indivíduo, que passou a ter um papel bem definido na coletividade. Tal providência definia os limites da atuação de seus componentes, delineava suas fronteiras e garantia o controle do funcionamento do hospital, mantido por intermédio da disciplina.

Diante da necessidade de substituir os enfermeiros militares do Hospital Militar da Guarnição da Corte, que haviam sido convocados para a Guerra do Paraguai, o Exército, que buscava o reconhecimento do Governo Imperial como uma unidade corporativa, não poderia macular seus elementos simbólicos relativos à honra, com indivíduos inadequados às regras básicas da conduta militar, que são a hierarquia e a disciplina.

Entre as alternativas do encaminhamento do problema, que podem ter sido

consideradas, mas que foram descartadas, alinham-se: o recrutamento de novos enfermeiros, militares ou paisanos; a seleção de mulheres leigas, mas possuidoras de qualidades de devotamento e honradez; a opção por religiosas brasileiras; e a contratação de enfermeiras formadas pelo Sistema Nightingale.

Ao contrário, a escolha das irmãs de caridade francesas, apesar da ressalva das limitações impostas ao seu poder, foi favorecida pelo movimento civilizatório oriundo da França e que amalgamava o comportamento íntegro e caridoso das mulheres da Irmandade de São Vicente de Paulo com a experiência bem-sucedida de seu emprego no novo hospital da Santa Casa de Misericórdia.

Estes dois fatores possibilitaram a inserção da mulher em um ambiente militar, sem ferir as regras de conduta e, ao mesmo tempo, reforçaram os padrões disciplinares exigidos pelo médico e pelo militar.

Os nexos entre o Estado, a Igreja e o Exército se evidenciam em 1868, quando as irmãs chegaram da França para preencher a lacuna existente no Hospital Militar da Guarnição da Corte.

O estudo se situa no interior de uma superposição de poderes: o poder militar, no bojo da organização do Exército Brasileiro; o poder médico, que também estava se estruturando na época e que utilizava o Hospital Militar como local de formação; e as irmãs de caridade portadoras do padrão civilizador, exercendo o poder pelas práticas silenciosas que caracterizavam seu *habitus*.

O oficial médico ou combatente, representava o poder de duas corporações, a médica e a militar. Por sua vez, a irmã de caridade representava tanto o poder espiri-

tual, em assuntos da doutrina católica, quanto o poder temporal, em assuntos administrativos. No entanto, as mudanças externas que modificaram a ordem social no País se configuraram no Hospital Militar por estabelecer regras e normas mais rígidas, fortalecendo os novos valores das categorias emergentes (medicina e Exército) e impondo limites às demais categorias (enfermeiros, farmacêuticos, capelães).

O ponto de vista que procuramos demonstrar neste estudo é o de que a inserção das irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte correspondeu a uma expressão da busca pelo Estado Imperial de um padrão civilizatório, padrão este que era imprescindível à afirmação de sua soberania, mas em contradição com o regime escravista vigente. De outro modo, a permanência das irmãs de caridade por mais de um século no hospital evidencia que sua inserção nesta instituição militar

se fez de modo mais funcional do que ocorreu no hospício D. Pedro II, a qual não sobreviveu à Proclamação da República, onde se afirmou a corporação médica. Ao contrário, sua permanência por mais de um século no Hospital Militar evidencia muito mais do que uma solução de uma crise emergencial. Tal providência guardava interesses muito mais profundos, intimamente relacionados à transformação do hospital em local de cura, o que tornou objeto de intervenção e disputa entre a Igreja Católica, o Exército e a medicina.

Esse acerto perdurou por 124 anos de convívio das irmãs de caridade dentro do Hospital Militar, estabelecendo uma coexistência que respondeu as ansiedades do século XIX e sofreu as transformações do século XX até 1994, quando elas completaram sua missão no ciclo da história da enfermagem militar desenvolvida no Hospital Central do Exército. ●

BIBLIOGRAFIA

- ANALIS do Hospital Central do Exército. Rio de Janeiro, 1936.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Instituição e Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1993.
- ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. *A Assistência Médica Hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Confederação Federal de Cultura, 1982.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa e Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, 1970.
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BARREIRA, Ieda de Alencar. *Memória e História: para uma nova visão da enfermagem no Brasil*. Aula proferida na Escola de enfermagem de Ribeirão Preto/USP, no dia 2 de março de 1998.
- BARBOSA, Escolástica. *Faculdade de Enfermagem Luiza de Marillac: Breve Relato Histórico*. Rio de Janeiro. Sociedade Beneficente São Camilo, 1989.
- BARROS, Roque Spencer M. de. *A questão religiosa*. In HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro. Bertrand, 1995.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército na Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Senai, 1989.
- BEZERRA, Maria Regina Marques. *O movimento da Congregação São Vicente de Paulo para assegurar a educação formal através da criação da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac (1936-1939). Anteprojeto de dissertação de tese apresentado à Comissão de Seleção da Coordenação Geral da Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery*. Rio de Janeiro, 2000.

- CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAMINHA, Herick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Funcep, 1986. Vol. 15.
- CARDOSO, Maria Manuela Vila Nova. *Anna Nery: a trajetória de uma heroína*. Tese de mestrado apresentada à Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: A Elite Imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- CASTRO, Jerônimo. *Vida de Luisa de Marillac-fundadora das Irmãs de Caridade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1936.
- COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí...Recife*, jornal do Recife, 1909. In Fundação Carlos Chagas. *Mulher Brasileira: bibliografia anotada*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1979, p. 93.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro. Graal, 1983.
- COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. *Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares*. 4 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol. II.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- . *Vigiar e Punir*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1956. 1ª tomo.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira II*. O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HOORNAERT, Eduardo et alii. *História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1992.
- IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.
- KESSEL, Carlos. *Os Tesouros do Morro do Castelo: Ouro dos Jesuítas no Imaginário do Rio de Janeiro*. Revista de História Regional: Rio de Janeiro, 1996.
- LEITE, Miriam Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro-Século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- LÔBO da SILVA, Arthur. Gen. Dr. *O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Imperial*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- LUNARDI, Valéria Lerch. *História da Enfermagem: Rupturas e Continuidades*. Pelotas: UPEL, 1998.
- MACHADO, Roberto et alii. *Danação da Norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MITCHEL, Gilberto de Medeiros. *História do Serviço de Saúde do Exército*. Rio de Janeiro: Escola de Saúde de Exército, 1963.
- MOLINA, T.M. *História de la enfermería*. 2 ed. Buenos Aires: Intermédica, 1973.
- MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. Rio de Janeiro: Ática, 1994.
- MORAES, Evaristo de. *A escravidão africana no Brasil*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, INL, 1986.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- NUNES, Maria José Rosado. *Freiras no Brasil*. In Mary del Priori. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. *A Mística do Silêncio: A prática de Enfermagem na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro no século XIX*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.

- PAIXÃO, Waleska. *Páginas da História da Enfermagem*. 4 ed. São Paulo: Bruno Buccin, 1969.
- PASSOS, Carla Christina, BARREIRA, Ieda de Alencar e CAVALCANTI, Rosa Maria Niederauer. *O exercício da enfermagem militar na colônia: normas contidas no alvará de 27 de março de 1827* In *Revista de Medicina Militar*. Brasília: Publicação técnico-científica da Diretoria de Saúde do Exército, Jan/Dez 1999. Nº 24-25.
- PAULA, Francisco de e PONDÉ, Azevedo. *Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império*. Brasília: Funcep, 1986. Vol.16.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1997.
- PHAELANTE, Tenente Dr. Plínio. *A ação construtora da comunidade de São Vicente de Paulo nos Hospitais do Exército Nacional*. In *Anais do Hospital Central do Exército*. 1936. Vol. 1.
- RIBEIRO, Lourival. *Medicina no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1971.
- SABINO, Ignez. *Mulheres ilustres do Brasil*. Florianópolis: editora das mulheres, 1996, edição fac-similar do original. Rio de Janeiro, livraria-editora Garnier, 1899.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- SALLES, Pedro. *História da Medicina no Brasil*. Belo Horizonte: G.Holman ed, 1971.
- SAUTHIER, Jussara e BARREIRA, Ieda de Alencar. *As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931*. Rio de Janeiro: Anna Nery, 1999.
- SCHULZ, John. O Exército e o Império. In HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro. Bertrand, 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira ed, 1979.
- SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: ADESA, 1996.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- SOUZA, Luiz de Castro. *A Medicina na Guerra do Paraguai*. 1972.
- SILVA, Alberto Gen Bda Med. *Histórico do HCE*. Rio de Janeiro, 1996.
- SILVA, Hélio. *Nasce a República: 1888-1894*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.
- SILVA, Manoel Joaquim do Nascimento. *Synopsis da Legislação Brasileira até 1878 publicadas no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de E.& H. Laemmert, 1879.
- TAUNAY, Visconde. *A retirada da laguna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.
- TAVARES, A. de Lyra. *Brasil-França ao longo de 5 séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et alii. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

FONTES DOCUMENTAIS

- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Hospital Militar.1844-1860*. livro 604. nº 1.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Fé de Ofício do Coronel Sebastião de Oliveira Chagas*. XXX 54 III.
- ARQUIVO NACIONAL. IG6-9. Série Guerra.
- . IG6-14. Série Guerra.
- CARTAS DE LEIS E ALVARÁS-1808/1821. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército. p.170 (verso)-181.
- DECRETOS E CARTAS RÉGIAS-1808/1809. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército. Livro 297. nº1.
- ORDEM DO DIA Nº 10. *Regulamento do Corpo de Saúde do Exército*. Arquivo Histórico do Exército, 1857.
- ORDEM DO DIA Nº 448. *Nomeação do Coronel Sebastião de Oliveira Chagas para diretor do Hospital da Guarnição da Corte*. Arquivo Histórico do Exército, 1865.
- ORDEM DO DIA Nº 657. *Instruções para o serviço dos hospitais e enfermarias militares onde houver irmãs de caridade*. Arquivo Histórico do Exército, 1868.
- RODRIGUES, J. WASTH. *Uniformes do Exército Brasileiro - 1730/1922*. Rio de Janeiro e Paris: Ministério da Guerra, 1922.

Na lei ou na marra, com sangue ou com flores

Jorge Batista Ribeiro*

Três “barras” sempre despertaram a cobiça dos homens: a barra de ouro, a barra de terra e a barra de saia. (Provérbio popular)

O complexo problema de distribuição de terras no Brasil é coisa da antiga que, traduzida para o popular, permite a afirmativa: dá samba-enredo. Sua origem nos leva a 1534, quando o Reino de Portugal dividiu as terras descobertas em 12 capitanias hereditárias, distribuídas para os amigos do rei.

Posteriormente, o sistema de capitanias foi substituído pelo de sesmarias: grandes porções de terras eram entregues a quem se dispusesse ao cultivo, dando em troca à Coroa uma sexta parte da produção.

Em 1821, o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrade e Silva, divulgava a visão do governo provisório sobre as terras dadas por sesmarias que não estivessem cultivadas. Deviam retornar ao patrimônio nacional, deixando-se, no máximo, aos donos da terra meia légua quadrada e, mesmo assim, a estes devia-se impor a condição de logo iniciar o cultivo em tempo determinado.

Depois da Independência, entre 1822 e 1850, o fim das sesmarias provocou o aparecimento de imensas fazendas e um problema que persiste até hoje: a grilagem de terras.

No Segundo Império, o engenheiro e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar, André Pinto Rebouças, já cunhava a expressão “democracia rural”, com o mesmo significado do que hoje se denomina reforma agrária.

De origem negra, Rebouças projetou-se como ideólogo da campanha abolicionista e teve suas idéias utilizadas no lançamento da Confederação Abolicionista. Entendia que, após a libertação dos escravos, haveria urgência em promover a reestruturação da então vigente sociedade brasileira que considerava injusta para com os negros. A distribuição de terras para os escravos libertos era a principal bandeira que o obstinado Rebouças desfraldava. Publicou vários estudos sobre tal questão e criou uma legislação sobre a educação dos escravos li-

* O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

bertos e sua fixação nas terras. Com a Proclamação da República, Rebouças juntou-se à Família Real no exílio, lá permanecendo até a morte de D. Pedro II. Em seguida passou a percorrer as possessões portuguesas na África, onde pregava suas idéias de libertação e fixação dos negros em terras a serem a eles distribuídas.

Nos albores da Intentona Comunista de 1935, o Partido Comunista Brasileiro (PCB - Pecebão - Partidão) prometia pão, terra e liberdade: um lema da Revolução Bolchevique de 1917.

Sob o manto nacionalista, de mil e uma utilidades para a propaganda comunista, o "escritor das crianças", Monteiro Lobato, em seu livro publicado em 1947, intitulado *Zé Brasil*, exaltava tal personagem, ao mesmo tempo em que incentivava à guirizada a apoiar a luta deste despossuído sem-terra daquela época, contra um latifundiário com quem vivia às turras. Após sua exortação ao sofrido e espoliado Zé, Lobato indicava ao seu público infantil a única pessoa capaz de resolver a questão agrária no Brasil: o líder comunista Luiz Carlos Prestes.

Examinando-se o programa do PCB de 1954, pode-se verificar a pregação da violação da propriedade rural particular, por intermédio do confisco de terras em nome da reforma agrária.

A Resolução Política do V Congresso do PCB, datada de agosto de 1960, apontava aos militantes daquele partido a grande necessidade da mobilização de camponeses, para servirem como braço auxiliar do proletariado na promoção da Revolução Comunista.

Nas teses para discussão do VI Congresso do Pecebão, a importância da aliança do

campepinato com o proletariado, para os desígnios revolucionários, foi ressaltada, como se segue:

"A hegemonia do proletariado só adquire existência efetiva e se impõe na frente única na medida em que se forma e consolida a aliança operário-camponesa."

No governo Goulart foi criada a Superintendência para a Reforma Agrária (Supra) que, em vez de pôr ordem na casa, desarrumou-a mais ainda, porque, logo infiltrada e dominada por comunistas, tornou-se um órgão incentivador de desordens e dissipador de recursos públicos.

Como não poderia deixar de ser, todo esse caldo de cultura revolucionária facilitaria o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste do País: um movimento de cunho comunista, liderado pelo advogado Francisco Julião que se propunha a espalhar os tentáculos do seu movimento por todo o Brasil, para realizar uma reforma agrária radical, à moda soviética.

Reforçando politicamente esse intento, Julião criou o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB) que, em frente-unida com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Federação Nacional de Portuários (FNP), União Nacional de Estudantes (UNE), presidida pelo ex-candidato à Presidência da República José Serra, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Brizola, Miguel Arraes, Prestes, Almino Afonso, Neiva Moreira, lançou um Manifesto-Programa que, além da reforma agrária radical, preconizava:

"...a reforma urbana, a do ensino industrial, a redução dos efetivos militares, a criação de milícias populares, a extinção das unidades das Forças Armadas, a eliminação de prescrições dos regulamentos militares, a

revogação da Lei de Segurança Nacional, o desarmamento civil etc.”

Tudo igual, sem tirar ou pôr, ao que - desde os primórdios da Nova República até os dias atuais - vem sendo exaustivamente tentado, sob as mais diversas e criativas capas, pelos esquerdistas das mais variadas cepas.

Para uma melhor percepção e entendimento da amplitude e dos propósitos desses movimentos, nada melhor do que o trecho final de uma exaltação à subversão, de autoria de Julião, divulgado nos “Cadernos do Povo”, sob o título “Que são as Ligas Camponesas”:

“Para resistir ao despejo, à polícia, ao capanga, a Liga se reúne, mobiliza os camponeses, marcha para a cidade. É o protesto. É a demonstração de massa. Com o apoio dos espoliados da cidade. Do operário. Do estudante. Do intelectual revolucionário. Que foi a Cuba. Que leu Guevara. Que escutou Fidel Castro. Cria-se, assim, o caso local que cresce de proporção, rompe a fronteira e se derrama pelo mundo. É a projeção da Liga. É a sua consagração. Sensibilizante. Ganhando adeptos. Para a reforma agrária radical. Na lei ou na marra. Com flores ou com sangue.”

Embora não integrasse os quadros dirigentes do PCB, Julião constantemente se fazia presente em reuniões, organizadas pelo Partidão e por outros movimentos de fundo marxista-leninista tais como: o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte/MG (de 13 a 17/11/1961), com o apoio do Governo Federal e do Governo de Minas Gerais (MG).

Nesse conclave, liderado pela União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB),

dirigida pelo militante ativista do PCB Lindolpho Silva, Julião, além de representar o Conselho Nacional das Ligas Camponesas, falou em nome dos dirigentes da Campanha Nacional pela Reforma Agrária e dos responsáveis pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MAST/RGS).

Salvando o Brasil de cair no precipício para o qual estava sendo empurrado pelos comunistas e atendendo ao apelo da sociedade civil, as Forças Armadas tomaram a frente do Movimento Cívico-Patriótico de 1964, que pôs cobro ao desmantelamento da Nação que vinha sendo processado.

Logo, o primeiro governo pós-64 incluiu a reforma agrária entre suas prioridades. Um grupo de trabalho foi imediatamente designado para elaborar um projeto-de-lei de reforma agrária, sob a coordenação do Ministro do Planejamento do governo Castello Branco, o embaixador Roberto de Oliveira Campos. Em 30 de novembro de 1964, após aprovação pelo Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 4.504, que criava o Estatuto da Terra.

Essa lei passaria para os anais da História do Brasil, como um plano de reforma agrária, isento de paixões políticas e bem articulado. Em vez de dividir as grandes propriedades em minifúndios, comprovadamente de baixíssima produtividade, o Estatuto da Terra incentivava a modernização do latifúndio, por meio do crédito rural, fortemente subsidiado e abundante. O dinheiro farto e barato, aliado ao estímulo à cultura, principalmente da soja, em curto prazo, gerou substanciais excedentes exportáveis, ao mesmo tempo em que estimulou os proprietários de peque-

nas propriedades rurais a incorporarem as suas terras de baixa produtividade às médias e grandes propriedades, pois, além do plantio da soja exigir maiores extensões de terra, o crédito abundante facilitava a aquisição de propriedades menores, por valores que gratificavam os pequenos e rudimentares proprietários de minifúndios. Assim, quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia e mais terra podia comprar e, até mesmo, propiciar aos ex-proprietários de minifúndios que se interessassem permanecer no ramo orientação tecnológica de plantio e remuneração de valor superior àquela que obtinham nas suas pequenas faixas de terra.

Nesse período, toda a economia brasileira cresceu com vigor e o país iniciou a decolagem para os seus melhores destinos, de forma tal que o Brasil chegou a ser considerado como possuidor da oitava economia do mundo. Infelizmente, por motivos diversos, inclusive por ação das chamadas forças ocultas e/ou das bruxas – que las hay, hay –, os governos que se seguiram ao de Castello Branco não deram o desejável prosseguimento a esse projeto de reforma agrária que, pouco a pouco, foi sendo relegado a plano secundário, propiciando o surgimento de outros planos paliativos, quando não, simplesmente demagógicos ou de cunho socialista.

Em meados de 1966, quando os derrotados em 64 já se encontravam em promissora fase de reorganização, o agit-prop vermelho retornou com as velhas cantilenas esquerdistas, ressaltando as falhas do sistema econômico vigente, exacerbando conflitos no campo e nas cidades, para em seguida acenar com demagógicas bandeiras de justiça social, econômica e financeiramente

desfavoráveis ao desenvolvimento sustentado, mas sempre despertando cobiça e criando ilusões de melhores dias para ingênuos.

A propósito, faz muito tempo, eu li uma assertiva que volta e meia se reaviva na minha memória, na justa medida em que tomo conhecimento dos bem-urdidos ardis de esquerdistas, das mais variadas cepas. Dizia o autor:

“Se os comunistas vencerem no mundo, não será somente por saberem semear ódios, mas, principalmente, por serem pródigos em criar esperanças que comovem, fascinam e atraem.”

Fazendo justiça aos propagandistas do Credo vermelho, acrescento: eles são competentes, no aproveitamento das vulnerabilidades humanas, para enfiar goela adentro das criaturas os seus engodos. Significativa parcela dos que se deixam levar pelas falácias comunistas é constituída por criaturas às voltas com angústias e conflitos interiores diversos que facilitam o processo de sedução, para as hostes comunistas.

O fator fundamental para a reforma agrária preconizada pelos comunistas tem suas raízes no Manual de Economia Política da Academia de Ciência da falida União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que citando ensinamento de Lenine assim indicava:

“As terras confiscadas aos latifundiários podem ser repartidas entre os camponeses, como propriedade privada destes.”

Lenine justificava-se dizendo que a supressão do latifúndio fortaleceria a aliança do proletariado com os camponeses, facilitando a exploração da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Em suma, apon-tava a coincidência dos interesses do braço

auxiliar camponês com os anseios do proletariado, na luta pela revolução socialista.

Uma irrefutável conclusão de tudo isso é a de que Lenine considerava que o comunismo para ter êxito necessitava da aliança, entre os trabalhadores das cidades e os do campo. Como corolário indiscutível desta lógica conclusão, surge a explicação do por que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Sem Terra (MST) vivem em perene lua-de-mel. Afinal, o PT é um aglomerado de socialistas e comunistas de diversas tendências e o Movimento dos Sem Terra (MST) nunca escondeu que seu objetivo é a libertação do proletariado, pela reforma agrária e o socialismo.

Aqui e agora cabe um parêntesis para algumas considerações sobre a questão agrária no nosso País: um calcanhar-de-aquiles, explorado por comunistas, em razão desse tema se constituir num excelente meio para incentivar o agravamento de descontentamentos e, conseqüentemente, propiciar apelos à substituição do sistema socioeconômico vigente, pelo socialista, que, embora não tendo logrado êxito onde foi aplicado, explora com falaciosas promessas a justificável cobiça humana por melhores condições de vida.

É inegável que a vastidão do Brasil e a cultura patrimonialista do seu povo muito contribuem para os esquerdistas enganarem muitos por muito tempo. Afinal, temos regiões onde são inexistentes ou insuficientes as devidas ações de governo, nos seus variados escalões e complexos aspectos. Principalmente nas áreas geoeconômicas onde o sistema econômico, mercê de razões diversas, não acompanha a crescente evolução das necessidades soci-

ais básicas e das aspirações dos que lá vivem, acentuam-se descompassos de difícil ajustamento.

Por outro lado, como em todos os segmentos da estrutura social, a existência de maus patrões e de autoridades indiferentes ao sofrimento alheio se constitui numa verdadeira e eficiente indústria de descontentes.

Considerando-se ainda que na raiz de todos os problemas brasileiros encontram-se a educação - no seu mais amplo sentido - e a impunidade, o homem do campo e o das cidades, carentes de instrução e Justiça, com mais razão, tornam-se presas fáceis das ardilezas dos malsucedidos salvadores da Humanidade. E os profissionais do agit-prop sabendo disso não perdem tempo, sempre se aproveitando para introduzir nos espíritos carentes a sua ideologia.

O governo Geisel, no seu final, iniciava a "distensão lenta, gradual e segura", inspirada na teoria "golberiana", vulgarmente conhecida como o "processo da panela de pressão" que exigia uma válvula de escape. Por essa válvula voltaram ao cenário nacional com maior ênfase as articulações dos comunistas para a reorganização da luta pela terra.

Iniciava-se, assim, a estruturação do atual MST, oficialmente constituído em 1985, no governo Sarney, que, em tempo recorde, legalizou os partidos comunistas. Até corre à boca pequena que o apoio de comunistas e socialistas a discutível investidura de Sarney na suprema magistratura do País deveu-se a prévios entendimentos entre as partes.

Atualmente, o MST atua em 23 estados do Brasil, envolvendo mais de dois milhões de pessoas, entre adultos e crian-

ças, em cujas cabeças são inoculados o marxismo, o guevarismo etc, em escolas de formação político-ideológica, orientadas por uma bem estruturada Central de Educação que conta com um grande apoio pedagógico da esquerda clerical, grande assessoria de organizações internacionais e muito dinheiro, proveniente da “benemerência” de maus governantes, comprometidos com as várias nuances comunistas e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais esquerdistas.

Vale por bem dizer-se que o MST mantém intenso relacionamento de consulta mútua com organizações guerrilheiras de outras partes do mundo, trocando informações e experiências estratégicas, táticas e técnicas de ações revolucionárias comunistas. Na coordenação geral revolucionária encontramos a denominada *Via Campesina* que na sua página Internet <<http://www.viacampesina.org>> assim se apresenta:

La Vía Campesina es un movimiento internacional que coordina organizaciones campesinas de medianos y pequeños agricultores, de trabajadores agrícolas, mujeres y comunidades indígenas de Asia, Africa, América y Europa.

Nessa mesma página podemos verificar que o escritório dessa organização para a América do Sul está situado no Brasil e é dirigido pelo MST.

O endereço para conferir, é o seguinte:

South America / América Sur
MST (Egidio Brunetto)
Alameda Barão de Limeira, 1232
CEP: 01202-002
Sao Paulo - SP - Brasil
Tel/fax: ++55.11.3361.3866
E-mail: sri@mst.org.br
<http://www.sanet.com.br/semterra>

A ação orquestrada como a mais audaz do movimento foi a invasão da Fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG), na época propriedade dos filhos do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 23 de março de 2002, cerca de duzentos colonos entraram na propriedade anunciando que a ocupação era um protesto contra a lentidão da reforma agrária no país. Eles mexeram na cama do presidente, abriram o armário da ex-primeira-dama, ocuparam todos os cômodos e saquearam a despensa e o freezer da casa.

A atuação criminoso do MST que mais dividendos políticos auferiu foi a montada na cidade paraense de *Eldorado de Carajás* e da qual resultou lamentável desmoralização das Forças da Ordem e da Justiça que se curvou ante a pressão exercida por movimentos de massa, induzidos por intensa e continuada orquestração da mídia infiltrada e manipulada por esquerdistas que repetiram à exaustão, exatamente o contrário do que ocorreu naquele episódio, fazendo o “mocinho” virar bandido e o bandido virar “mocinho”.

Muito mais teria para apresentar, melhor configurando que a Reforma Agrária, como vem sendo posta pelos comunistas, desde algum tempo instalados no governo da Nação, é uma ameaça à democracia e ao estado de Direito, sendo o MST a ponta-de-lança desse movimento. Mas fico por aqui, convicto de que não é com a sistemática e desafiadora violação da lei, com a cumplicidade com as Forças Amadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com a coordenação da Via Campesina e os designios fidelistas, guevaristas, maoístas etc, de alguns governantes que se fará no Brasil uma reforma agrária com flores e sem sangue. ☉

Visão estratégica do combate aos narcotraficantes

*Ivan Fialbo**

Guerra de Guerrilha

A atuação do crime organizado no Rio de Janeiro, segundo autoridades federais, estaduais e municipais, já teria assumido feições de verdadeira guerra de guerrilha urbana, inclusive com utilização de terrorismo.

Admitida essa caracterização – cuja validade vem sendo atestada pelos atos dos bandidos no dia-a-dia –, urge desenvolver uma estratégia consentânea de combate à criminalidade, de modo a permitir uma resposta coordenada, eficaz e consistente do poder legal.

Apesar do amplo reconhecimento de que os fenômenos da violência urbana têm caráter estrutural, sendo complexos e multidimensionais, o seu combate, no curto prazo, no entanto, dada a grave e premente situação atual, precisa assumir as feições de verdadeiro trabalho de estado-maior, sob comando unificado, quanto ao planejamento e condução das operações.

Não se trata de propor a militarização do combate à criminalidade, nem tão pou-

co de se “pôr o Exército nas ruas”. Trata-se, sim, de se adotar uma abordagem estratégica e profissional desse combate, ao mesmo tempo sistêmica e integrada, com participação de órgãos e agências civis e militares.

Desenho institucional

Seria aproveitado, mediante entendimento entre os governos federal e estadual, um órgão já existente na estrutura do Exército e denominado Centro de Operações de Segurança Integrada (COSI), que teria nova missão, contando com a participação de representantes das Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público Federal e Estadual, guardas metropolitanas e de outras associações civis, além de estreito relacionamento com as justiças Federal e Estadual.

A competência do órgão, conforme exposto acima, seria de planejar e conduzir operações preventivas e repressivas contra o crime organizado, sob o comando de um oficial-general designado pelo Comando Militar do Leste, onde o COSI seria sediado.

* O autor é Coronel QMB e Estado-Maior, do Corpo Permanente da ESG.

Em princípio, não seriam utilizados elementos das Forças Armadas no confronto direto com os bandidos ou no policiamento ostensivo. O emprego desses elementos em operações de combate ficaria restrito às Forças Especiais, contra alvos específicos, além de operações de inteligência, de apoio ao combate (comunicações) e de apoio logístico.

O COSI representaria o braço operacional da sociedade mobilizada em resposta à ameaça crescente à ordem pública proveniente do crime organizado. Neste sentido, contaria com a participação de outras associações da sociedade civil, justamente para adquirir a conotação de um mutirão social contra a criminalidade.

A direção militar do órgão se justifica: pela situação de verdadeira guerra de contraguerrilha urbana; pela natureza bélica preponderante da sua atuação; pela já presente e oportuna federalização da questão da segurança pública no País; e pela constatação – já reconhecida pelo Secretário de Segurança – de uma situação de “descontrole” da segurança pública no Rio de Janeiro.

A competência do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, como órgão central do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) não se alteraria, visto que o COSI teria missão específica de caráter operacional, como um órgão não-permanente, com jurisdição estadual, mais propriamente na região metropolitana do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, a existência do COSI não iria de encontro à recente criação do Gabinete de Segurança Integrada (GSI) do estado, no âmbito do SUSP, visto que aquele órgão estaria voltado para operações combinadas de curto prazo, de caráter policial, enquanto o GSI poderia voltar-se para ações de mé-

dio e longo prazos de caráter estrutural, nos campos do preparo das polícias, legislação, sistema carcerário, políticas sociais etc.

Fazendo uma analogia com a estratégia militar, o GSI seria o Estado-Maior Geral, enquanto o COSI seria o Centro de Operações Tático de um grande comando estratégico. O primeiro voltado para o planejamento de operações mais distantes no tempo, enquanto o segundo voltado para o planejamento de curto prazo e para a condução das operações correntes. Ambos, obviamente, trabalhando integrados.

Por outro lado, ainda com referência à doutrina militar, o COSI atuaria por meio de operações combinadas, isto é, relativas a forças sob comando único, e o GSI deverá atuar por meio de operações conjuntas, isto é, relativas a forças que cooperam entre si mas sem um comando único.

O GSI está previsto para ser o responsável pela coordenação das ações conjuntas entre os governos federal e estadual, de repressão, inteligência e prevenção à violência (*Jornal do Brasil*, de 15/05/03).

A propósito, o Secretário Nacional de Segurança Pública, ao se referir à futura atuação do GSI no Rio, durante a cerimônia de adesão do Estado ao SUSP, afirmou que “todos estamos de acordo quanto o que fazer, mas não sobre quem manda. Então, agora ninguém manda. Trabalhamos por consenso”. (*O Estado de São Paulo*, de 15/05/03).

Pois bem, nossa proposta relativa à atuação do COSI vai exatamente de encontro a essa visão, pois, naquele Centro, o comando seria unificado e haveria clara definição de quem manda – o que, aliás, é uma exigência doutrinária para o planejamento e condução eficaz das operações. Considere-se, ainda, que, atribuindo-se o comando ao

Exército, se poderia, pelo menos, atenuar os efeitos políticos negativos da luta pelo poder entre as diversas instituições públicas das esferas estadual e federal. Reconhecemos, no entanto, que teria de haver bastante vontade política do Governo Estadual no sentido de controlar a criminalidade, além de se contar com forte pressão da opinião pública para induzir as autoridades estaduais de segurança pública a transferir poder para o COSI.

Opiniões divergentes e influentes certamente alegarão que estamos querendo resuscitar mecanismos e procedimentos de segurança utilizados na época dos governos militares, quando os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) tinham destacada atuação. A propósito, os antigos CODI foram transformados, no início da década de 1990, nos atuais COSI, existentes nos Comandos Militares de Área, nos demais grandes comandos ou mesmo nas unidades isoladas do Exército, com participação de outras autoridades de segurança locais.

Retrucamos que não desconhecemos que o atual momento histórico é outro e que o combate à criminalidade deve ser conduzido respeitando-se o estado de direito e sob um clima de abertura e de liberdade de imprensa. No entanto, respeitados esses pressupostos políticos e jurídicos, o combate ao narcotráfico para ser eficiente e eficaz necessita ser planejado e conduzido dentro de certas injunções técnicas e operacionais relativas ao comando e à atividade de inteligência, de certa forma semelhantes àquelas que permitiram o êxito no combate à luta armada e à guerrilha urbana na década de 1970. Essa analogia, queremos deixar bem claro, refere-se, apenas, aos aspectos doutrinários do planejamento e condução de ope-

rações de combate e não aos meios empregados, uma vez que, naquela época, o contexto de fechamento político certamente favoreceu o êxito daquele combate. Hoje, a guerra ao narcotráfico tem de ser conduzida, conforme salientamos, dentro da ordem democrática e da abertura política.

É preciso atentar que estamos vivendo no Rio de Janeiro uma situação de não-normalidade quanto à ordem pública e que o crime organizado já representa uma grave ameaça à estabilidade política e social da região com crescentes e negativos reflexos sobre a economia, especialmente o turismo e o comércio.

A propósito, o Embaixador Antônio Amaral de Sampaio julga que “quem se der ao trabalho de analisar a amplitude que o narcotráfico está assumindo no Rio de Janeiro poderá concluir que naquele estado se trava, neste momento, a batalha decisiva...” (“A América Latina e o Narcotráfico” – *O Estado de S. Paulo*, de 05/06/2003).

Caracteriza-se, portanto, uma situação de excepcionalidade, levando a população às raias do medo e do pânico, com a agravante da incapacidade de neutralização da ameaça, utilizando-se os mecanismos institucionais normais. Neste caso, cabe então, por motivo de sobrevivência do poder legal e do estado de direito, empregar-se novos mecanismos e procedimentos mais apropriados, dentro dos preceitos legais vigentes.

Queremos deixar bem claro que estamos cientes de que as questões de ordem pública, numa sociedade democrática, não podem ser reduzidas à vertente policial ou bélica e que políticas de segurança pública sustentáveis devem-se basear na superação das causas sociais que propiciam a criminalidade e que, por essas razões, o problema

é mais de ordem social do que policial. Não estamos, portanto, sob uma “visão autoritarista, privilegiando a razão de Estado na segurança pública, confundindo-a com a segurança nacional”. E nem partindo de um “entendimento equivocado, onde se considera a ordem pública um ‘assunto de responsabilidade exclusiva da polícia’. Julgamos, porém, ser necessária uma “administração estratégica da ordem pública”. (“A Administração Estratégica da Ordem Pública”. Jacqueline Muniz e Domicio Proença Júnior. (Artigo apresentado no Encontro Nacional de Engenharia da Produção, 1997.)

Sob uma visão temporal, entretanto, uma nova abordagem da questão deve ser adotada, a curto prazo, pelos motivos anteriormente apresentados, tornando mais urgente o combate direto aos criminosos, embora se reconheça que o mais importante é a vertente social do problema, cuja solução, no entanto, só poderá vir a longo prazo. Estamos sugerindo uma abordagem sistêmica em duas frentes: uma, a mais importante, de políticas sociais e de promoção da cidadania das comunidades carentes das favelas; outra, a mais urgente, de adoção temporária, mas determinada, de um “paradigma militarista de confronto, de guerra” contra os bandidos do narcotráfico. (Essa expressão foi utilizada pelo comandante do Grupo de Policiamento de Áreas Estratégicas da PM, no morro do Cantagalo, ao se referir à visão (distorcida, para ele) de um capitão, seu subordinado, que denunciara o envolvimento do GPAE com o narcotráfico. (*O Estado de S. Paulo*, de 24/03/02).

A presente proposta encontra respaldo na posição do escritor Antonio Sepúlveda, para quem “a sociedade precisa atacar os responsáveis pela violência generali-

zada” e que, “em primeiro lugar, cria-se um Gabinete de Crise no Rio de Janeiro, chefiado pelo Ministro da Defesa (...) assessorado pelas seções peculiares a um estado-maior”, além de se nomear “um comando operativo único”. (“Guarnecer para o combate” – *Jornal do Brasil*, de 16/05/03)

Arnaldo Jabor, no ensaio “As Forças Armadas têm que estar perto de nós”, já afirmava que o “crime do tráfico e da miséria armada só será vencido por uma conjunção de instrumentos que vão desde a repressão até o saneamento, que vão desde a guerra explícita até uma reeducação das comunidades periféricas” e pergunta “por que as Forças Armadas não podem agir em nível de Estado-Maior...?” (*O Estado de São Paulo*, de 02/07/02).

Estratégia

Concordamos com Jacqueline Muniz e Domicio Proença Júnior, para quem “se a luta contra o narcotráfico deve ser conduzida em termos bélicos, então é preciso verificar sua consistência com os preceitos bélicos. Isto é, não apenas em termos das táticas do enfrentamento, mas de análise estratégica e logística das perspectivas de vitória”. (“Perguntas e respostas”. *O Globo*, de 23/03/96).

Desse modo, vamos discorrer sobre a estratégia de combate ao narcotráfico, com base na doutrina do Exército relativa às operações de contraguerrilha e de garantia da lei e da ordem, fazendo as adaptações necessárias.

A criminalidade e a violência urbana provêm, essencialmente, do narcotráfico, cuja base física são as centenas de favelas e morros que se tornaram zonas liberadas ou “áreas vermelhas”, isto é, regiões sob o domínio dos bandidos, cuja população lhes

serve de apoio e proteção e por eles é manipulada contra as forças policiais.

Essa é uma constatação não ideológica, um reconhecimento objetivo de uma situação real, desprovida de “preconceitos quanto ao local de moradia, cor da pele, nível social ou de qualquer outro estereótipo na seleção de pessoas perigosas que devem ser alvos das ações da polícia”. Não se trata de atitude de caráter ideológico do poder público e das elites em relação à população das favelas e periferia, a qual, pelo contrário, deve ser evitada, pois, “pretendendo combater a violência, a polícia acaba contribuindo para aumentá-la pela revolta que acarreta (...) junto àquelas comunidades feridas (...) naquilo que têm de mais nobre: a sua dignidade” (*Controle da Criminalidade e Segurança Pública*. Cel PM Jorge da Silva. Ed. Forense, 1990).

Quanto ao domínio daquelas comunidades pelos criminosos, são as chamadas “hierarquias paralelas”. Neste caso, os bandidos passam a exercer um poder paralelo ao poder constituído, enquadrando a população pelo medo e pela exploração das deficiências do poder legal. Aos poucos a população passa a confiar e a temer mais a estrutura do poder do crime organizado do que a do poder legal.

Essa é a razão por que a população representa o “centro de gravidade” no combate ao narcotráfico, no sentido de se constituir no alvo principal a ser visado pelo poder legal e cujo apoio deve ser buscado e mantido para neutralizar o poder dos bandidos.

Por outro lado, é preciso eliminar as causas estruturais que geram as condições econômicas, sociais e culturais em que vivem essas comunidades e que permitem o surgimento e catalisam o crescimento do crime organizado.

Trata-se de realizar investimentos e executar políticas sociais de forma consistente, dando-se efetividade à presença do poder legal nessas áreas. Destacamos o Programa de Urbanização das Favelas do Governo Federal, por meio da concessão de títulos de propriedade e regularização dos serviços de água, luz e redes de esgotos nessas áreas carentes. Com a regularização das propriedades, a própria comunidade ficará interessada em preservar a área e em afastar a marginalidade, protegendo aquilo que passa a ser legalmente seu.

Essas ações governamentais em proveito da cidadania e da integração à sociedade dessas populações marginalizadas formariam, justamente, o contexto positivo e favorável à atuação do COSI e das forças policiais na prevenção e repressão ao crime organizado, contando com o indispensável apoio das comunidades dos morros e das favelas. Somente com essas medidas poderemos dispor de uma política de segurança pública sustentável.

A propósito, uma necessidade importantíssima de natureza social, já amplamente reconhecida, é a implantação de políticas e programas visando cortar o recrutamento de crianças e adolescentes pelo narcotráfico, processo este que representa uma efetiva reprodução ampliada do capital humano do crime organizado. Muitos desses jovens incorporados ao crime acabam tendo vida curta. Segundo o IBGE, as causas violentas vêm tomando vulto no conjunto da mortalidade do País, principalmente entre os jovens.

Voltando ao tema principal, ressaltamos que as ações e medidas preventivas devem ter caráter permanente, enfocando, principalmente, as atividades de inteligência e comunicação social.

Quanto às ações e medidas operativas, essas deveriam ter caráter ofensivo e sistêmico, visando manter a iniciativa. Para que isso ocorra, é imprescindível a disponibilidade dos conhecimentos necessários sobre os bandidos, o terreno e as características da comunidade local. Tais conhecimentos devem ser buscados de forma continuada por meio de adequadas operações de inteligência. Cumpre destacar que a inteligência não se limita à produção de conhecimentos para o emprego de ações em força, tendo também a importante função de produzir conhecimentos para a atividade de comunicação social.

Devem-se estabelecer regras de engajamento no emprego das forças, a fim de definir claramente para os policiais os limites de sua atuação no combate aos bandidos e nas suas relações com a comunidade local, de modo a se evitar ocorrências que provoquem reações negativas dos moradores e exploração pela mídia, provocando, assim, desgaste para as forças legais.

As referidas “áreas vermelhas” – morros e favelas dominados pelos bandidos – devem ser resgatadas e transformadas em “áreas verdes”, onde o poder legal exerça efetivo controle. Para isso tais áreas devem ser física e permanentemente ocupadas por destacamentos policiais pelo prazo necessário para neutralização do poder dos bandidos. A PM já dispõe dessa experiência, com o Grupo de Policiamento de Áreas Estratégicas (GPAE) no Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. No entanto, para evitar os desvios de conduta dos policiais e sua cooptação pelo narcotráfico – o que já foi reconhecido e denunciado –, o contingente policial desses destacamentos seria escalado mediante rodízio por períodos não

muito longos, além de sofrer supervisão cerrada do COSI.

As sedes dos destacamentos de ocupação das favelas serviriam de bases de apoio (cabeças-de-ponte na doutrina militar) para as operações de combate aos bandidos e de conquista e ocupação pela polícia das áreas sob controle do crime organizado (particularmente aquelas no topo dos morros). Junto a esses destacamentos, seriam criados centros culturais para educação gratuita de crianças e jovens, à semelhança dos já existentes no Pavão-Pavãozinho e na Rocinha.

As operações policiais devem ser executadas com limitação do uso da força e de restrições à população, quanto à intensidade e amplitude no tempo e no espaço. Para tal, deve-se fazer máximo emprego da dissuasão, com emprego da massa, isto é, de ampla superioridade de meios. Esses cuidados visam evitar danos maiores à comunidade, de cujo apoio depende o êxito das operações de combate aos bandidos.

O apoio da população deve ser buscado de forma continuada, o que exige o máximo emprego da comunicação social (operações psicológicas, relações públicas e informações públicas). Conforme já ressaltamos, os morros e favelas servem de “regiões de homizio” para os bandidos, razão porque o apoio da comunidade é fundamental para eles. Desse modo, se o poder legal conseguir conquistar esse apoio, os criminosos “cairão pela manobra”.

A comunicação social, portanto, deve-se constituir num objetivo tático a ser conquistado a cada hora, evitando-se incidentes exploráveis pela mídia, os quais podem macular a imagem da instituição policial, prejudicando o precioso e imprescindível apoio da população. Antes do emprego da

tropa (forças policiais), deve-se efetuar uma campanha psicológica sobre os públicos-alvo considerados, permanecendo ativa durante o desenvolvimento da operação.

No que tange à mídia, deve-se atentar que ela representa um vetor poderoso e eficaz de transformar uma vitória no combate aos bandidos em derrota, sob a ótica política e da opinião pública.

Desse modo, é imperativo que os comandos de todos os níveis aprendam e se adestrem no trato com os profissionais da imprensa, fazendo da convivência com eles uma rotina operacional. Neste caso, desde que não prejudique o sigilo, não devem ser impostas proibições ao livre exercício do jornalismo, inclusive quanto à filmagem das atividades das forças policiais – o que pode servir de instrumento para divulgação na TV, do trabalho sério e profissional da polícia.

Outra atividade fundamental para o êxito das operações é a de inteligência. Já destacamos, anteriormente, os conhecimentos necessários sobre as áreas de operações e respectivas comunidades como fatores imprescindíveis ao planejamento das operações. Isso porque o emprego de ações em força, sem o adequado apoio de inteligência, fatalmente conduzirá as instituições de segurança à desmoralização e ao antagonismo com a opinião pública e ao insucesso.

Queremos destacar que a atividade de inteligência deve, ainda, procurar identificar as ligações do narcotráfico com autoridades políticas e do Judiciário, além do aliciamento de policiais e advogados. A infiltração de agentes junto ao crime organizado e o aliciamento de traficantes para se tornarem informantes da Seção de Inteligência do COSI deveriam se tornar medidas legais ao alcance desse órgão.

Mais uma vez é de grande valia a colaboração da população para informar a polícia, por meio do disque-denúncia ou por outros canais, quanto ao transporte e locais de guarda de drogas, armas e munição, bem como horários e acessos dos comboios (“bondes”) do tráfico. Essa participação da população como informantes é importante porque o tráfico de drogas, armas e munição é realizado por infiltração, isto é, pulverizado em cargas conduzidas por indivíduos em viaturas de uso normal e por isso de difícil detecção, a não ser que seja denunciado.

Teríamos uma estratégia de combate ao narcotráfico atuando, simultaneamente, em duas frentes, sob a forma de pinça, de cima para baixo e de baixo para cima: a primeira, a cargo da força-tarefa da Polícia Federal, buscando identificar os cabeças e os líderes que financiam e atuam no atacado do narcotráfico e na lavagem de dinheiro; a segunda, a cargo das forças policiais de repressão, atuando, ofensivamente, contra os bandidos que fazem o varejo do narcotráfico nos morros e nas favelas; ambas sob o comando do COSI (cumpre salientar que haveria dificuldade para se integrar a PF no COSI, dada a atitude comum dessa corporação de atuar de forma independente).

Desejamos enfatizar que a estratégia aqui proposta – de caráter necessariamente bélico e policial – decorre de avaliação objetiva e racional da situação presente de grave insegurança no Rio de Janeiro e não representa uma reação emocional à atual onda de violência. Não desconhecemos que políticas de segurança pública não devem ser produto de reações intempestivas a ondas de violência, sob um clima de medo generalizado, em que o ódio coletivo é exacerbado contra os criminosos, conforme crítica do

Cel PM Jorge da Silva a políticas de segurança adotadas, no estado, em outras épocas. (Obra citada).

Instituições Policiais

As polícias Civil e Militar, como já afirmamos, constituirão o principal braço operacional do COSI, por isso devem ser fortalecidas como instituições especializadas no combate ao crime organizado. Além da já reconhecida necessidade de modernização e de reequipamento de maior nível tecnológico, desejamos destacar que mais importante do que isso é se investir na credibilidade e na imagem da instituição policial.

Não resta dúvida que a polícia está descredenciada, carecendo de legitimidade, de autoridade e de respeito junto à sociedade, especialmente junto às comunidades dos morros e das favelas.

Sem o preparo adequado e sem meios e técnicas apropriados de combate e de inteligência e vigilância, as forças policiais se tornam enfraquecidas na guerra ao crime organizado que, dessa forma, passa à ofensiva e detém a iniciativa.

Sobressai, ainda o que se constitui na principal vulnerabilidade da polícia: a qualificação dos recursos humanos. Desprovidos de sólida formação especializada, subvalorizados e desmotivados pela falta de adequadas políticas de pessoal e planos de carreira, remuneração, moradia, amparo às famílias, educação e assistência social, os policiais se tornam desmotivados e descrentes, eles próprios, do valor de suas instituições. Esse quadro, aliado às difíceis e perigosas condições de trabalho, os transformam em alvos fáceis do suborno e do aliciamento pelo crime organizado, cujo elevado poder eco-

nômico lhe permite corromper não só policiais, como, também, altas autoridades.

Ora, uma instituição cuja missão impõe aos seus integrantes risco de vida ou invalidez em confrontos com perigosos bandidos e frios assassinos, muitas vezes em situações desvantajosas, essa instituição precisa de uma cultura, de uma ética e moral, bem como de um grau de aceitação e integração social consentâneos, para dispor de alta capacidade operacional de prevenção e repressão ao crime organizado.

Urge, portanto, desencadear um processo de revigoramento da polícia como instituição, valorizando seus quadros, elevando o moral da tropa com liderança e estímulos simbólicos e materiais e buscando sua maior integração à sociedade, de modo que as comunidades dos morros e favelas, principalmente, passem a ver os policiais como zeladores da sua segurança e como aliados, tendo os criminosos como inimigo comum.

Uma instituição policial respeitada e amada pela população e competente no cumprimento de suas atribuições passa a desenvolver uma cultura em que predominam valores, ética e moral elevados, refratária, portanto, à atuação de maus policiais que serão isolados e expelidos pelos grupos sociais internos da corporação. O que vemos, hoje, é justamente o contrário, um clima permissivo e propiciador de desvios de conduta de policiais, estimulados pelos inúmeros casos de corrupção no poder público.

Citando mais uma vez o Cel Jorge da Silva, a polícia “deve ser encarada como um serviço público essencial à disposição da população como um todo, que vai contar com esses serviços para orientá-la, ajudá-la e protegê-la contra os criminosos ‘certos e determinados’. Na concepção tradicional, a re-

pressão da polícia visa, além dos criminosos de fato, 'os criminosos indeterminados', sendo "estes últimos, na maioria das vezes, cidadãos pacatos, rotulados de 'criminosos potenciais', pela polícia", com base nos estereótipos preconceituosos já citados no item 3.

A nova visão da polícia, a ser implantada, gradualmente, junto à sociedade, substituiria a imagem atual de amplas camadas das elites e das classes média e alta, para quem "os policiais seriam simplesmente seus empregados para combater os criminosos 'indeterminados e incertos', escondidos nas favelas e na periferia", segundo o autor acima citado.

Direitos humanos

A questão dos direitos humanos no combate ao crime organizado tem sido frequentemente desvirtuada pela mídia, defendendo-se mais os direitos dos bandidos do que os da população e dos policiais. Esquecem que o valor principal é a proteção dos direitos da população ordeira e trabalhadora, cuja segurança é ameaçada pelos criminosos. Esquecem ainda que a polícia é o instrumento principal que garante essa segurança, razão porque os direitos dos policiais que correm risco de vida no combate aos marginais também devem ser preservados.

Quanto aos direitos dos bandidos, não resta dúvida que como seres humanos devem ser tratados de maneira condigna, quer durante os confrontos com as forças policiais, quer como detentos nas penitenciárias. Não se pode esquecer, no entanto, que estamos lidando, muitas vezes, com marginais sem escrúpulos e frios assassinos, que não valorizam a própria vida e muito menos a do próximo, razão porque devem ser tratados com todo rigor e energia, com a ressalva

de nunca ser ignorado que são pessoas e brasileiros, apesar de bandidos. Por isso, devem ser coibidas agressões físicas e torturas.

Em função dessa sensível questão dos direitos humanos é que sugerimos nesse trabalho que jornalistas participem das operações policiais, de modo a dar transparência às mesmas junto às comunidades e aos próprios bandidos, desestimulando, assim, ações violentas gratuitas e desproporcionais de parte da polícia.

Deixemos bem claro: os narcotraficantes em grande proporção têm outra cultura, outros valores e códigos de ética e de moral, sendo capazes de tudo para manter seus interesses e seus negócios. Tornaram-se, pelas condições de vida marginal que levam, irrecuperáveis como cidadãos e, por isso, devem ser neutralizados e segregados da sociedade. Esta é a verdadeira função social dos presídios: proteger a população, isolando os criminosos violentos e perigosos.

Não se trata de se adotar uma ideologia conservadora ou de direita quanto à criminalidade, garantindo a manutenção da ordem pública em benefício das elites e das classes sociais mais favorecidas, que estariam sob ameaça da reação das camadas mais carentes das favelas e da periferia, de onde provêm os criminosos.

Trata-se, sim, de se politizar a população ordeira e trabalhadora contra a ameaça do narcotráfico, num verdadeiro mutirão social contra o crime e a impunidade, prestigiando-se a polícia como o instrumento fundamental na guerra aos bandidos.

Nesse contexto de mobilização social contra o crime, os juízes, os representantes do Ministério Público, os políticos e legisladores, bem como os formadores de opinião e a mídia em geral, precisariam todos integrar-se soli-



A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?¹

João Fábio Bertonha*

No seu brilhante livro *A History of Warfare* (London, Hutchinson, 1993), o historiador britânico John Keegan demonstra como a guerra, apesar de presente na sociedade humana desde sempre, não é nem de longe uma atividade imutável ou única. No decorrer dos séculos, as várias culturas humanas viram o combate de forma diferente e, nos momentos em que maneiras diferentes de pensar a guerra foram postas em choque, normalmente uma se revelou superior e derrotou a outra. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando os gregos derrotaram os persas ou os espanhóis, os astecas.

A guerra, com as suas funções, limites e rituais, tem sido pensada, portanto, de forma diferente no decorrer da História e as implicações disto no relacionamento entre as sociedades parece claro. Além disso, essas “filosofias de guerra” diferentes implicam muito mais do que o simples com-

bate, refletindo o próprio coração da sociedade em que estão inseridas.

Mesmo se nos restringirmos às táticas e técnicas dentro do campo de batalha, contudo, a guerra dificilmente poderia ser considerada algo estático, parado no tempo. Às vezes como resultado de inovações tecnológicas (como o cavalo, o arco composto e a pólvora) ou simplesmente de uma nova maneira de pensar, as inovações no campo tático são contínuas e mudam radicalmente o panorama dos campos de batalha. Da falange grega às divisões panzer nazistas, passando pelas legiões romanas e pelas fortalezas do Renascimento, a guerra é, no campo de batalha, uma infinita disputa entre tecnologias e doutrinas militares, e, normalmente, quem demora a se adaptar à evolução das mesmas corre o risco de ser derrotado. A França de 1940 (lutando a Segunda Guerra Mundial com as armas e técnicas da Primeira) é um exemplo clássico disto.

* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (Cemi) da mesma universidade e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.

¹ Transcrito de <http://www.relnet.com.br/pgn/Anchor-49575>, Correio Internacional, Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério de Relações Exteriores.

Nesse artigo, gostaria de examinar as recentes intervenções norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, com vistas a verificar a hipótese de que estamos em um novo momento de mudança do paradigma militar, efetivado pelos americanos. Mudança de paradigma não na maneira de ver a guerra pelos Estados Unidos (que, em síntese, continua no mesmo modelo ocidental originário da tradição greco-romana, procurando eliminar o inimigo numa batalha decisiva e sem limitações), mas na sua operacionalização no campo de batalha.

Efetivamente, o pensamento tático norte-americano tem mudado continuamente desde a ascensão dos Estados Unidos ao posto de superpotência no pós-Segunda Guerra Mundial. Nessa guerra e nas anteriores, eles seguiram basicamente os padrões operacionais em uso por outros países ocidentais (adaptando, por exemplo, a doutrina das divisões blindadas alemãs ao seu Exército) e isso não se modificou substancialmente, a meu ver, nas décadas seguintes. Os norte-americanos continuaram, no auge da Guerra Fria, a considerar que venceriam seus inimigos utilizando massas de aviões, tanques e soldados, como haviam feito antes.

Dois acontecimentos levaram os pensadores do Pentágono a repensarem seu pensamento. O primeiro foi a Guerra do Vietnã, que mostrou aos generais que um poder militar esmagador não funciona contra um inimigo que foge de um confronto decisivo e que nada pode ser pior do que uma intervenção contra um inimigo desse tipo e que se arrasta, com baixas e sem perspectivas de solução, por anos. A partir daí, ficou claro para os militares norte-americanos que quaisquer intervenções no Terceiro Mundo só deveriam ser feitas com uma

estratégia política clara, superioridade total para garantir uma vitória decisiva e retirada rápida. Também o sistema de recrutamento militar e várias mudanças tecnológicas surgiram desse conflito.

O segundo acontecimento foi a crescente clareza, nos anos de 1970, que um conflito com a União Soviética nos velhos termos seria inevitavelmente uma derrota, dada a imensa superioridade numérica dos soviéticos. Lutar nos termos deles seria suicídio. A partir daí, surgiu a idéia de uma doutrina militar, a *AirLand Battle*, enfatizando coordenação de poder aéreo e terrestre, mobilidade e troca de informações em tempo real para superar o número superior soviético.

Conforme registrado em artigo anterior, publicado nesse mesmo espaço (*Aspectos militares da campanha americana no Iraque*”, in *Correio Internacional*, Brasília, março/2003), foi com essa doutrina e uma nova geração de armamentos que os norte-americanos destruíram as forças armadas iraquianas durante a Primeira Guerra do Golfo. Ainda assim, a mudança de paradigma não foi completa, pois as fases aérea e terrestre da campanha foram separadas e uma concentração esmagadora de tropas e armas pesadas foi realizada para cumprir o plano.

Nos anos posteriores, com o colapso final da União Soviética, a pressão por mudanças ainda maiores cresceu. Começou-se a discutir, no Pentágono, a idéia de substituir massas de tanques e soldados por forças extremamente leves, equipadas com armas de tecnologia ainda mais sofisticada e maciço apoio aéreo, potencializado por sistemas de informação e aquisição de alvos aperfeiçoados e bombas inteligentes. Uma *mean lean machine*, máquina enxuta e má, capaz de dar conta não apenas dos inimigos

convencionais, como também de outros, como terroristas, desejosos de fazer uma "guerra assimétrica" contra os Estados Unidos.

No governo Bush, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld é um ferrenho defensor dessa mudança e o Afeganistão foi seu primeiro teste. O país não foi invadido por centenas de milhares de homens com armamento pesado (o que seria repetir o erro dos soviéticos na década de 1980), mas por forças especiais levemente armadas que usavam sistemas especiais para chamar apoio aéreo devastador quando necessário. O regime talibã efetivamente desabou no processo e Rumsfeld e sua linha de pensamento pareceram estar com a razão, mas a maior parte dos militares norte-americanos hesitava em aderir a esta idéia e abandonar completamente os sistemas táticos anteriores.

A Segunda Guerra do Golfo revelou a força dessa tensão. Rumsfeld insistiu em invadir o Iraque com forças muito menores e mais leves do que os militares queriam. Para ele, a nova campanha devia ser uma Guerra do Afeganistão em escala maior e não uma Primeira Guerra do Golfo um pouco menor. Uma solução de meio termo foi adotada e a guerra foi vencida. A questão agora é verificar se, da avaliação dos resultados desse híbrido, voltaremos ao paradigma anterior aperfeiçoado pelas novas tecnologias ou se um novo paradigma triunfará, com o nome Rumsfeld no título.

Não sei, evidentemente, o que circula nos corredores do Pentágono, mas a minha avaliação do ocorrido é que a doutrina Rumsfeld está cheia de falhas. Sem dúvida, as alterações tecnológicas do armamento norte-americano nos últimos anos são espantosas e mudarão a maneira de fazer a guerra. Mas não creio que chegaremos ao mundo imaginado pelo

secretário de Defesa dos Estados Unidos e baseio isto na minha análise das campanhas do Iraque e do Afeganistão.

Nesse último país, por exemplo, como os Estados Unidos teriam conseguido acabar com o regime talibã sem o concurso de aliados locais, como a Aliança do Norte? Eles poderiam ter enviado forças especiais e bombardeado o país por anos, mas o talibã poderia ter resistido se não houvesse inimigos locais para fazer o serviço pesado. Sem estes aliados, e se os norte-americanos quisessem realmente derrubar o regime, tropas pesadas e numerosas teriam sido necessárias, com todos os desdobramentos negativos daí decorrentes. Ou seja, sem apoio local, os norte-americanos não triunfariam apenas com tropas leves e altamente tecnológicas.

No Iraque, por sua vez, o colapso do regime de Saddam Hussein com certeza foi espantoso, ainda mais depois de um período de resistência inicial que surpreendeu. A tão temida guerra urbana também não ocorreu na intensidade esperada. Mas esses acontecimentos não foram decorrência, a meu ver, da aplicação da Doutrina Rumsfeld, mas da política. Como já tinha indicado no meu outro artigo citado, o regime estava praticamente podre por dentro, mantido pelo terror, e era difícil acreditar que ele pudesse se manter. Bastou uma pressão militar maciça, indicando que o regime tinha os dias contados, e, provavelmente, uma boa quantidade de subornos e acordos por baixo do pano, e a resistência desmoronou.

Curiosamente, contudo, a pressão militar que realmente funcionou como gatilho do processo não foi a dos bombardeios cirúrgicos da doutrina Choque e Pavor de Harlan Ullman e James Wade (completamente irrealista para quem conhece a história

dos bombardeios aliados na Alemanha na Segunda Guerra ou alemães na Inglaterra em 1940, que produziram mais ódio e desejo de revanche do que medo e paralisia), mas a das colunas de M1s e Bradleys entrando em Bagdá. Do mesmo modo, o único momento de alento dos adeptos de Saddam foi quando as longas e levemente armadas linhas de suprimento norte-americanas foram ameaçadas. Sem forças realmente pesadas para eliminar essas ameaças, talvez esse alento pudesse ter sido transformado em esperança e maior disposição de luta.

A meu ver, portanto, a Doutrina Rumsfeld com certeza é muito útil para lutar contra inimigos não convencionais, como terroristas, e, em certas condições, pode muito bem servir para eliminar Estados inimigos armados convencionalmente, se as condições políticas locais forem favoráveis. Mas, para conquistar Estados fortes e estáveis, as tropas pesadas ainda são necessárias e as velhas doutrinas militares continuam válidas. Resta esperar que nem velhas e nem novas doutrinas militares sejam utilizadas nos anos a seguir, o que, com a nova direita republicana no poder no coração do Império, talvez seja uma esperança vã.

O ESTRATEGISTA RUMSFELD¹

*Jarbas Passarinho**

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, não é um amador em matéria militar. Em artigo na revista *Commentaire*, em 2002, o embaixador fran-

cês François de Rose revela o estrategista que expunha aos norte-americanos, na publicação *Foreign Affairs*, no mesmo ano, os fundamentos de sua teoria, a começar por uma surpreendente ocorrência no Afeganistão. Os soldados norte-americanos, superiormente equipados com todos os recursos das técnicas mais avançadas do século XXI, precisaram montar a cavalo, durante oito dias, carregando seu pesado equipamento, acompanhando os cavaleiros afegãos, para localizar os talibãs e então enviar à aviação a localização precisa deles para o lançamento dos mísseis. Uma combinação de ações do século XIX com o século XXI. A conclusão de Rumsfeld é que isso prova que “uma revolução da arte militar não consiste só em produzir armas de tecnologia de ponta, embora indicadas, mas conceber novas maneiras de pensar a guerra, de nela se bater adaptando-se a problemas novos em um mundo caracterizado pela possibilidade da surpresa e do inusitado”.

Estudioso de Frederico, o Grande, pergunta-se: “Quais são as nossas vulnerabilidades, que um inimigo pode usar contra nós?” Acha que era mais fácil prever e prevenir, através da dissuasão, uma ameaça catastrófica, como a nuclear dos tempos da Guerra Fria, do que no quadro do terrorismo, quando o 11 de Setembro de 2001 provou não serem invulneráveis os Estados Unidos e que as antigas regras de dissuasão são inoperantes. Daí ser imperativo reduzir o arsenal ofensivo nuclear e aumentar a produção de certas armas convencionais, mantendo o feixe defensivo antimísseis, tudo servido de eficiente serviço de

* O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, ex-Ministro de Estado e Senador, historiador e escritor.

¹ Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 8 de julho de 2003.

informações. Nisso repousa a nova concepção estratégica. Em vez de esperar que as ameaças se concretizem, antecipar-se a elas. Não só dissuadir o inimigo potencial de pensar em ação ofensiva contra os Estados Unidos, mas impedi-lo desde logo de fazê-lo. Aqui está o embrião da concepção da guerra preventiva que revoluciona o “direito de ingerência”. Estreada no Iraque, causou celeuma na Europa, ainda presa à ameaça concreta. Em verdade, porém, reação também forrada nos interesses econômicos, especialmente da França e da Rússia, por motivos não tão ocultos (o petróleo) mascarados pela exigência de provas da existência das armas de destruição em massa, suscetíveis de serem usadas até por terroristas espalhados pelo mundo ou diretamente por mísseis contra Israel.

Rumsfeld insiste: “O desafio do século XXI está em nos defender contra o desconhecido, a incerteza, o invisível e o inesperado.” Dirigindo o Pentágono, aplicou na prática sua concepção bélica: “A tecnologia mais avançada não servirá às Forças Armadas norte-americanas se elas não mudarem sua maneira de pensar, de se adestrar, de manobrar e combater.” Ademais, os Estados Unidos deveriam estar prontos para se baterem em várias frentes ao mesmo tempo, de sorte que uma só das suas vulnerabilidades, se não levada em consideração, poderia ser desastrosa para a defesa do todo.

Quanto a possíveis aliados, ele é muito claro: “A guerra pode aproveitar coalizão com todos os que sejam aptos a dela participar, mas as operações não devem ser conduzidas por estados-maiores conjuntos. A missão deve determinar o tipo de coalizão e não o contrário.” Nisso se pode iden-

tificar o papel de esforço secundário destinado às tropas britânicas, no Iraque. As operações foram dirigidas diretamente do Catar, seguindo as ordens do Pentágono, desconsiderando a doutrina Colin Powell. O atual Secretário de Estado, que servira no Vietnã, criara o princípio de que os Estados Unidos não deveriam entrar em guerra sem antes mobilizar, e colocar no teatro de operações, efetivos maciços para atacar. Aos grandes efetivos, para ataque maciço, preferiu Rumsfeld o deslocamento rápido de unidades leves, precedidas da atuação de forças especiais no terreno inimigo, antes mesmo da invasão formal, para ligação com as operações aéreas. Assim fez no Iraque, a ponto de alongar perigosamente a distância desguarnecida entre a frente de combate e a retaguarda, dificultando o apoio logístico, pelo que foi duramente criticado.

Em face da campanha pacifista, também de norte-americanos receosos de perdas humanas na guerra, Rumsfeld foi taxativo: “O inimigo deve saber que os Estados Unidos estão prontos para fazer todo sacrifício para vencer, o que implica a renúncia ao conceito de guerra sem morte.” Mortes houve na fulminante ofensiva militar, mas continuam a haver, no que parece não se ter pensado. Militares norte-americanos e britânicos já morreram desde a ocupação e continuam morrendo diariamente, sem que os conquistadores tenham concluído, até agora, se fruto de ações de guerrilha organizada ou de sunitas do partido Baath, como franco-atiradores.

Certo de que os Estados Unidos são o alvo de qualquer conflito mundial, inova: “O nosso problema não é mais defender aliados para manter o equilíbrio mundial, mas defender-nos a nós mesmos.” Mais do

que uma nova estratégia, contrária à vigente na Guerra Fria, a das fronteiras ideológicas e não geográficas. É a política de segurança fruto da conscientização da perda do sentimento de invulnerabilidade do território norte-americano. Protegido durante séculos por dois oceanos, o território norte-americano foi atingido em 11 de Setembro de 2001, com a destruição das torres em Nova

York, o dano ao próprio Pentágono, em Washington, e, provavelmente, à Casa Branca, se o terceiro avião seqüestrado não tivesse caído após a luta com os seqüestrados.

A nova política de segurança de Rumsfeld, ele a expôs publicamente na revista francesa criada por Raymond Aron. É um epílogo de Frederico, o Grande, no século XXI. Não é demais saber disso. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Contestado, a Guerra Cabocla

Aureliano Pinto de Moura

Trata-se de um trabalho sobre a *Campanha do Contestado*, com ênfase em suas componentes social, política e militar. Bastante abrangente, desenvolve-se por meio do exame do homem e de seu ambiente, da terra em litígio, dos fenômenos sociais muito peculiares e, finalmente, da convergência e explosão de todos esses fatores em uma sangrenta luta que não pôde ser evitada. É obra para todos os tipos de leitor. Composta como foi, presta-se a qualquer propósito, desde a leitura corrida e diletante até a estudos especializados.



A saída para o pacífico

*Carlos de Meira Mattos**

Agora que a diplomacia brasileira elegeu como nossa prioridade política internacional a integração da América do Sul, chegou a hora de pensarmos seriamente na saída para o Oceano Pacífico.

A única via terrestre transoceânica existente é a ligação do nosso sistema modal ferroviário Sudeste-Sul, partindo de Uruguaiana (RS), cruzando a Argentina via Mendoza, transpondo a fronteira Argentina-Chile através do túnel Cristo Redentor e alcançando o Oceano Pacífico em Valparaíso. Só essa ligação Atlântico-Pacífico é insuficiente para vitalizar uma política de integração político-econômica com os países andinos debruçados sobre o Pacífico.

Os norte-americanos progrediram, tornaram-se a potência que são, porque já em fins do século XIX tinham construído a articulação viária do seu intenso território, rasgando-o com as ferrovias transcontinentais Atlântico-Pacífico, valendo-se de sua soberania sobre as duas grandes vertentes oceânicas e do seu pioneirismo na indústria si-

derúrgica. Com isso, cedo vitalizaram todas as regiões do país.

Hoje, ninguém no Brasil ignora que a nossa fronteira econômica chegou aos confins de Mato Grosso, Goiás e Amazonas. As estatísticas assinalam, nos últimos 30 anos, crescente e substancial aumento da produção agrícola, pecuária e mineral dessas regiões interioranas, antes isoladas e inativas, agora ansiosas por abrir caminhos para a exportação de suas riquezas. A localização centro-continental dessas regiões coloca-as em posição desfavorável e muito distante de nossos principais portos de exportação do Sul do País.

São conhecidas as manifestações dos governos, economistas e empresários de Mato Grosso e do Amazonas, no sentido de encontrar uma saída mais curta, nos portos do Pacífico, para as suas exportações e também para seu comércio com os vizinhos Peru e Bolívia. O mesmo desejo de intercâmbio verifica-se nesses países.

As vantagens para a economia dessa região central, resultantes da construção de

* O autor é General-de-Divisão, historiador, geopolítico e escritor.

um corredor sólido de exportação para o Pacífico, não podem mais ser ignoradas. Nem se podem ignorar os enormes obstáculos a serem vencidos pela engenharia para assentar uma via permanente em terreno de selva, pântanos e altos contrafortes andinos. Entretanto, um dos argumentos mais convincentes a favor da construção desse corredor é o enorme encurtamento das distâncias para alcançar os mercados do Pacífico (detentor de cerca de 40% do comércio mundial) e o conseqüente barateamento das tarifas de transporte, aumentando a competitividade de nossos produtos.

Apenas para exemplificar, considerando como pólos terminais de interesse exportador a capital do Acre, Rio Branco, e o principal porto japonês de destino, Yokohama, os percursos são:

1) Pela rota Rio Branco-Santos-Canal do Panamá-Yokohama, 22.900km;

2) Pela rota Rio Branco-Santos-África do Sul-Yokohama, 22.400km;

3) Pela rota Rio Branco-Callao (Peru, a ser construída)-Yokohama, 16.500km, sendo a parte terrestre de 1.900km e a parte marítima de 14.600km.

Assim, além de encurtamento de cerca de 6.000km de percurso, seria favorecido o descongestionamento das já supercar-

regadas saídas sul (estradas e portos) e revitalizado o comércio e intercâmbio das populações vizinhas da fronteira norte.

A integração de nosso subcontinente sul-americano, nesta hora, assume nova valorização política, econômica e cultural devido à adesão manifestada pelos governos das 12 nações que o formam. Amalgamou-se a consciência de que neste mundo da globalização e das disputas de mercado a formação de blocos regionais protege melhor o interesse de cada membro. Nesse elenco de nações temos a responsabilidade maior, por sermos o país territorialmente mais extenso, o mais populoso e mais próspero. A efetivação da geopolítica de integração dessa massa subcontinental muito dependera da existência de um sistema vertical de transporte que corresponde às suas aspirações de intercâmbio e de comércio.

No contexto desse almejado sistema de transporte subcontinental, a construção de uma estrada permanente de saída para o Pacífico, partindo do Acre e buscando um porto do Peru (há pelo menos três projetos estudados), atenderá aos desejos e interesses das populações e dos Estados vizinhos e constituirá, sem dúvida, uma iniciativa de alta prioridade. ●



In Memoriam: Tenente-General Manuel Freire Themudo Barata¹

*Carlos Gomes Bessa**

Em 25 de abril de 2003, a Revista Militar sofreu a duríssima perda de um de seus mais distintos sócios, o General Manuel Freire Themudo Barata.

Distinto no sentido duplo: o valor alcançado pela relevância dos serviços que prestou, e o de personalidade humana diferente de qualquer outra.

Salienta-lhe já quem o conheceu na Escola do Exército, o esmerado trato e a firmeza de princípios por que norteava o relacionamento com a vida e com os outros o elevado sentido do dever e do serviço e o insaciável entusiasmo por realizar e agir.

Saído da Escola do Exército iniciou a vida de oficial na Artilharia antiaérea durante o período crítico da montagem da defesa de Lisboa no início dos anos de 1940. Com frequência mostrava-se grato por quanta sabedoria técnica e noções de chefia militar e de conduta humana recebera de dois notáveis militares com quem então servira de perto, os generais Pereira Coutinho e Monteiro do Amaral.

* Coronel do Exército de Portugal.

¹ Transcrito da Revista *Defesa Nacional*, de Portugal.

Prosseguiu a vida profissional, firmando o prestígio ao dedicar-se a várias atividades, inclusive o desporto militar. A ele não se aplicava a sentença de Lyautey, não considerando bom militar quem for apenas militar, aliás como acontece com qualquer outro profissional, pois só buscará um destino pleno quem atentar em quanto faça a honra da Humanidade.

Em 1966 partiu da Serra do Pilar para Angola a fim de comandar o seu Batalhão de Artilharia 1886, após restabelecimento de doença grave. Era uma missão de sacrifício acrescido, pois iria como artilheiro desempenhar missões próprias da Infantaria. O seu antecessor, outro artilheiro com bom nome aliás, sucumbira por inadaptação a um desânimo fatal. Ele cumpriu-a bem e regressou em 1968.

Comandou até 1971 o Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa, freqüentou o Curso de Altos Comandos, foi seu professor e do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, de que era diretor o General Câmara Pina, ao tempo também Presidente da Direção da nossa revista.

Em 1973, iniciou a colaboração na Revista Militar publicando nela três artigos,

sendo um deles intitulado *Dinâmica Militar* galardoado com o Prêmio Almirante Augusto Osório daquele ano. Em 1975 foi nomeado Diretor do Instituto de Altos Estudos Militares e veio a ser eleito nosso Sócio Efetivo.

Regressara de Angola e de Cabinda nesse ano onde estivera como Governador de Distrito e Comandante de Setor. O General Silva Cardoso afirma "não ter dúvidas quanto aos contatos havidos em Luanda entre Ndozi (líder do MPLA no Zaire) e homens do MFA (incluindo o próprio comandante-em-chefe, de quem diz o nome) na preparação da traição e no afastamento de todo seu comando, o que tão profundo desgosto causou ao General Barata e tão dramáticas consequências acarretou para Angola.

Em 1980 a Portaria 43 do Chefe do Estado-Maior do Exército criou a Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-74), abreviadamente designada CECA. Foi nomeado seu Presidente o já então General Themudo Barata. Concluído a 25 de março de 1987, o 1º volume da Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África sobre o *Enquadramento geral* destas saiu a lume em maio de 1988. Com hábil e corajosa firmeza e persistência haviam-se alcançado dois objetivos essenciais prosseguidos na obra: não conter erros e evitar juízos de valor. Não obstante, à Comissão e sobretudo ao seu Presidente, que abriu a obra com notável Prefácio, o Exército e Portugal ficaram devendo o altíssimo serviço da sua publicação.

De 1982 a 1989 dirigiu o Serviço Histórico-Militar, que dinamizou e projetou mediante sessões solenes em honra do Patrono Fernão Lopes, de um número apre-

ciável de publicações modestamente editadas, da instalação no belo Coleginho, de grandes tradições históricas, e da criação do Museu Militar de Aljubarrota. Assim iniciou o período da sua vida especialmente dedicado à História Militar de Portugal.

No Colóquio de Atenas de 1988 participou, a título individual, o comandante Estácio dos Reis, onde alguém do Bureau Diretivo da Comissão Internacional de História Militar lhe falou no interesse de que Portugal nela ingressasse. Por ele fui procurado e convidado a tratar do assunto, dado desempenhar na altura a função de Secretário-Geral da Academia Portuguesa da História. Procurei o General Themudo Barata, ainda Diretor do Serviço Histórico-Militar e, estudado o assunto, propus-lhe falarmos com o Secretário de Estado da Defesa de então, Dr. Eugénio Ramos, amigo comum. Dele recebemos decidido apoio à idéia, e em 1990 a Comissão Portuguesa fez em Madri o seu batismo de fogo com quatro comunicações muito bem escolhidas e organizou-se em Lisboa o nosso 1º Colóquio Nacional, tendo como Convidado de Honra o Professor francês André Corvisier, então Presidente de Comissão Internacional. O prestígio conquistado pela Comissão Portuguesa e pelo seu presidente foi crescente.

Em 1995 este passou a pertencer ao Bureau Diretivo da Comissão Internacional, logo nas primeiras eleições após o ingresso do nosso país e, em 1998, o congresso organizado em Lisboa ficou na memória dos participantes como um dos melhores de todos, como aliás o referiram os membros do Bureau Diretivo que vieram a Lisboa já depois da sua morte. E, se as eleições de 2000 tivessem ocorrido nor-

malmente, ele haveria alcançado também a Presidência da Comissão Internacional. Internamente, o progresso conseguido pela história militar nas universidades foi muito grande. Metade do plenário da Comissão foi constituído por professores universitários e além do Presidente e do Secretário-Geral a outra metade era de militares. Vários dos quais exerceram a docência universitária como professores convidados nos respectivos mestrados das universidades de Coimbra, de Lisboa e da Universidade Lusíada. Em todos, o General Themudo Barata foi o responsável por esta disciplina.

Sócio de Número da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, Acadêmico de Mérito da Academia Portuguesa de História, Sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Academia da História Militar do Paraguai, Presidente de Sociedade Histórica da Independência de Portugal desde 1987, Provedor de Real Irmandade da Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião desde 1986, colaborou em inúmeras outras comemorações e congressos nacionais e internacionais, com destaque para o Simpósio "Quinhentos Anos de Tordesilhas" em 1995 no Rio de Janeiro e no da Romênia em 1993 e 1996. São, além disso, numerosos os seus estudos publicados, merecendo especial referência a obra coletiva em cinco volumes que dirigiu e com que colaborou, mas já não verá publicada pelo Círculo de Leitores, com o título de *Nova História Militar de Portugal*.

Número apreciável de tais estudos insere-se na Revista Militar, a cuja direção pertenceu de 1977 a 1994 como vogal, e a um deles, com o título *O que é a disciplina?*,

foi atribuído mais um Prêmio Almirante Augusto Osório no ano de 1977.

Numerosos são também os louvores recebidos durante a sua carreira e valiosas as suas condecorações nacionais e estrangeiras dos quais destacaremos três medalhas de ouro e três de prata de serviços distintos sendo uma destas com Palma, o Grande Oficialato da Ordem Militar de Santiago da Espada, a Comenda de Aviz, a Medalha de Mérito Militar e de 1ª Classe D. Afonso Henriques, Patrono do Exército, a Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro, o Grande Oficialato do Mérito Militar do Brasil e o Oficialato de Mérito da República da Polónia, além das entregues a título póstumo da 1ª Classe da Defesa Nacional e da Grã-Cruz da Ordem Militar do infante D. Henrique. A Câmara Municipal de Lisboa também lhe atribuiu a Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, e a Associação Cultural Sarah Kubitschek do Brasil, a Medalha 22 de Abril.

Quando me encontrava a comandar o Regimento de Artilharia do Serra do Pilar em 1973, o Batalhão 1886 pretendeu reunir-se e gostaria de o fazer na sua unidade mobilizadora, que era aquela. A amizade pelo comandante e a importância que atribuía à reunião levaram-me a apoiar a ideia com todo o empenho. Compareceu grande número e no final impressionou-me muito o espírito de corpo e a admiração e amizade pelo comandante patentes nos seus componentes. Passados 30 anos, efetuou-se o seu funeral no recôndito cemitério de Estarreja, a coincidir com uma longa "ponte" em que a maior parte das pessoas habitualmente se isolam ignorando tudo o mais. Recordo-me de que André Malraux homenageou De Gaulle após a

sua morte escrevendo um livro que intitulou *Quando os robles se abatem*, inspirado na expressão de Victor Hugo considerando o feroz ruído no crepúsculo dos robles que se abatem para alimentar a fogueira de Hércules onde ele lançava homens. Apesar da “ponte”, alguns do 1886 souberam e não quiseram deixar de ir, alguns com suas mulheres, ao funeral do seu comandante. Em incontido impulso, sem combinarem com quem quer, arrancaram o féretro do carro funerário e levaram-no aos ombros até a igreja onde se realizaria breve cerimônia religiosa. Depois justificaram respeitosos perante a família: “*Tínhamos que o fazer. Era o nosso Comandante e nosso Amigo.*” Apesar do feriado,

“o feroz ruído” do roble abatido havia chegado até eles. Mesmo após a morte dava prova de haver bem servido aos valores prioritários da camaradagem e do espírito militar que, depois de muito afetados, nos são indispensáveis no presente para salvaguarda do futuro.

A *Revista Militar* sente dolorosamente a perda de tão destacado sócio, rendendo emocionada homenagem a quem dedicado a serviu e muito honrou, impondo-se por seus excepcionais méritos em Portugal e no estrangeiro.

Curvando-se reverente perante a sua memória, exprime à Exma. Família do General Themudo Barata as mais sentidas e consternadas condolências. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

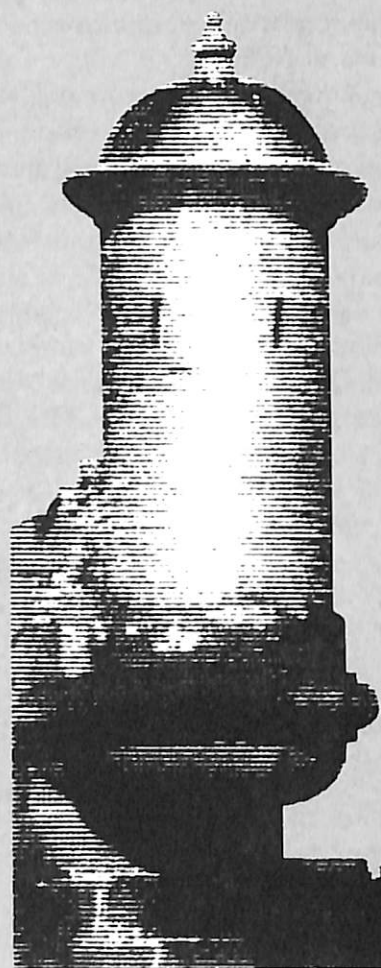
Coleção General Benício



História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654

Francisco A. de Varnhagen

O estudo de Varnhagen tem caráter de relato factual, com detalhes dos combates em geral e do regime de coexistência que perdurou, durante a governança de Nassau, entre holandeses e luso-brasileiros. É uma interpretação com base em pesquisas nas várias capitais européias, com notas elucidativas de pé-de-página que serviram a historiadores brasileiros posteriores como: Rocha Pombo, Calógeras e, mais recentemente, Gonçalves de Melo e E. Cabral de Melo.



Fundação Cultural Exército Brasileiro

Sociedade Civil

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 – 5º andar

Ala Marcílio Dias – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20221-260

Tel: (21) 2519-5352 – Fax: (21) 2519-5106



**Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

Faça seu pedido!

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- ☐ à vista – R\$ 210,00
☐ 02 vezes – R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
☐ 03 vezes – R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
☐ 05 vezes – R\$ 45,00 (válido até 20 Jun)

REVISTAS

- ☐ Exército Brasileiro – R\$ 40,00 (à vista)
☐ A Defesa Nacional – R\$ 40,00 (à vista)
☐ Ciência & Tecnologia – R\$ 40,00 (à vista)

Para efetuar sua assinatura envie cheque-correio ou vale postal, nominal à "Defesa Nacional" ou deposite o valor na conta 380011-3, agência 2496-1 do Banco do Brasil

PARA MILITARES DO EXÉRCITO (Ativa e Reserva)

1 – Coleção General Benício

O desconto em folha poderá ser em até 12 (doze) vezes, se iniciado em janeiro, caso contrário, os descontos serão efetuados nos meses subsequentes com os valores abaixo:

Veze	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2
Valor	R\$ 17,50	R\$ 19,09	R\$ 21,00	R\$ 23,33	R\$ 26,25	R\$ 30,00	R\$ 35,00	R\$ 42,00	R\$ 52,50	R\$ 70,00	R\$ 105,00
Mês pg	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

2 – Revistas

Desconto único na efetivação da assinatura

Obs: Os pedidos de exclusão do **Quadro de Assinantes** poderão ser enviados até 31 de dezembro do ano em curso, sendo efetivados apenas no ano seguinte.

Informamos, ainda, que a renovação anual é automática no mês de janeiro dos anos subsequentes.

Dados Cadastrais

Nome completo	
CPF	Data de nascimento
Endereço	Bairro
Cidade	UF CEP
Tel	Fax E-mail

Militares

Ativa <input type="checkbox"/>	Reserva <input type="checkbox"/>	Desconto em folha	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Prec-CP	Posto/Grad	OM/SIP		

Assinatura: _____, ____ de _____ de _____
Identidade: _____

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, e envie para a Biblioteca do Exército.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25, Ala Marcílio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.
Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 2519-5715 – Fax (21) 2519-5569 – E-mail: bibllex@ism.com.br

**seja
assinante
da BIBLIEX
e receba
sempre
as
melhores
obras**

impressão

Sempre uma alternativa viável,
dimensionada às suas necessidades.



SERMOGRAF
artes gráficas e editora ltda.

Ligue e comprove a diferença.

(24) 2237-3769



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.